

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

***TEMPUS WERRAE: ENTRE O FAZER BÉLICO E A ESCRITA DA
HISTÓRIA EM TEMPOS DE CONFLITO NO REINO INGLÊS (século
XIV)***

**FRANCA
2015**

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

***TEMPUS WERRAE: ENTRE O FAZER BÉLICO E A ESCRITA DA
HISTÓRIA EM TEMPOS DE CONFLITO NO REINO INGLÊS (século
XIV)***

**Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” para obtenção do título de
Mestre em História.**

**Orientação: Profa. Dra. Susani Silveira Lemos
França.**

**FRANCA
2015**

Santos, Fernando Pereira dos

Tempus Werrae : entre o fazer bélico e a escrita da história em tempos de conflito no Reino Inglês (século XIV) / Fernando Pereira dos Santos. – Franca : [s.n.], 2015.

184 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Susani Silveira Lemos França

1. Guerra – Crônicas. 2. Escrita – História. 3. Nobreza – Crônicas. 4. Historiografia. I. Título.

CDD – 942

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

***TEMPUS WERRAE: ENTRE O FAZER BÉLICO E A ESCRITA DA
HISTÓRIA EM TEMPOS DE CONFLITO NO REINO INGLÊS (século XIV)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, câmpus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França

1º Examinador: _____

Profa. Dra. Adriana Maria de Sousa Zierer (UFMA)

2º Examinador: _____

Profa. Dra. Maria Cristina Correia Leandro Pereira (USP)

Franca, __ de ____ de 2015.

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

À Professora Susani Silveira Lemos França, pela dedicação, profissionalismo e comprometimento com que vem oferecendo sua orientação desde os primórdios de minha trajetória acadêmica no campo da História, expresso aqui minha mais sincera gratidão.

À Fapesp, cujos proventos auxiliaram na produção da presente pesquisa.

Aos professores Chris Given-Wilson (University of Saint Andrews, Escócia) e Andy King (University of Southampton, Inglaterra) pela presteza e solicitude com a qual atenderam minhas inquições.

Aos membros da banca de defesa, Professora Doutora Adriana Maria de Souza Zierer (UFMA) e Professora Doutora Maria Cristina Correia Leandro Pereira (USP), bem como ao membro da banca de qualificação, Professor Yllan de Mattos Oliveira (UNESP/Franca), pela leitura minuciosa do texto e ponderações valiosas para a versão final do presente trabalho.

Aos funcionários do Câmpus de Franca, em especial à Laura Jardim, Máisa Helena de Araújo, Mauro Lúcio Ferreira, Murilo Celli, Núbia Alcântara e Sebastião Granzoti, cujo desempenho exemplar da função pública contribuiu para a conclusão da presente pesquisa em tempo hábil.

Aos funcionários do Arquivo Municipal de Franca “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, que gentilmente permitiram o uso daquelas instalações durante a greve institucional do ano de 2014, fato que contribuiu sobremaneira para o andamento da pesquisa.

Aos que ficaram: a meus tios Joel Tavares e Maria Cardoso, e a minha irmã Gláucia Pereira, meus sinceros agradecimentos pelos auxílios prestados durante o último quinquênio. Sem vosso suporte, a existência do presente trabalho não seria possível.

À Magda Semprini, cuja resiliência perdura durante a travessia de mares revoltos, e tem se mantido firme apesar das intempéries.

À Davi Machado da Rocha, pela amizade e cooperação nas empreitadas acadêmicas desde a época da graduação.

Aos que se foram: a meus pais, cuja memória persiste através das virtudes desde muito cedo cultivadas. A ambos, meu muito obrigado.

“Aos jovens ela investe o conhecimento dos mais velhos; os mais velhos constatam que sua experiência por ela é multiplicada; os homens comuns ela transforma em líderes; homens nascidos para comandar são estimulados pela imortalidade da fama que ela confere ao iniciarem nobres empreitadas; guerreiros são encorajados pela glória póstuma que ela promete ao arriscarem suas vidas [...]. De forma geral, as boas virtudes da História são tão exaltadas que alguns tem sido estimulados por elas a se tornarem fundadores de estados, outros a introduzirem leis que contribuam com a segurança do bem comum, e outros a realizarem descobertas científicas e práticas através das quais todos os homens tem se beneficiado”

Políbio

SANTOS, Fernando Pereira. *Tempus Werrae: entre o fazer bélico e a escrita da história em tempos de conflito no reino inglês (século XIV)*. 2015. 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

Até o início do século XIV, a escrita cronística esteve, na Inglaterra, predominantemente sob a responsabilidade das casas religiosas. A partir desse século, entretanto, o domínio da escrita deixa de estar apenas sob domínio dos *scriptoria* monacais e a pena passa lentamente também para a mão de indivíduos ligados ao mundo laico. Nessa altura, é possível notar certo deslocamento na forma de se fazer a história, pois as preocupações desses homens ligados ao poder laico trazem ao centro da história escrita um tema que se sobrepõe a todos os outros: a guerra, nomeadamente aquela contra escoceses e franceses. Se antes o maravilhoso e as ações divinas entremeavam tais narrativas, os temas que passam a predominar são aqueles ligados à organização e à realização das atividades bélicas, bem como à atuação da nobreza. Assim, a pesquisa inquire tanto sobre os mecanismos empregados pelos cronistas na tentativa de garantir a credibilidade de seus relatos quanto acerca das funções que a escrita cronística trecentista desempenhou para a nobiliarquia contemporânea, cujas ações descreveu. Tendo em vista esses objetivos, foram tomadas como objetos de análise as crônicas de cunho secular compostas por Geoffrey le Baker, Jean le Bel e Thomas Gray, homens sem aparente contato entre si mas que partilharam concepções e ideais sobre a conduta e as finalidades guerreiras. Quando cotejadas entre si e com outros documentos coetâneos, as crônicas, entretanto, não apenas tratam da guerra, mas a partir dela oferecem um quadro daquilo que merecia memória no reino da Inglaterra nos primeiros tempos da Guerra dos Cem Anos.

Palavras-chave: Crônicas; escrita da história; Inglaterra; Edward III; Guerra dos Cem Anos.

SANTOS, Fernando Pereira. *Tempus Werrae: waging war and the writing of history in times of conflict in the English kingdom (Fourteenth-century)*. 2015. 184p. Master's Degree (History) – “Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’”, Franca, 2015.

ABSTRACT

Until the beginning of fourteenth century, chronicle writing in England prevailed under the responsibility of religious houses. From this century onwards, however, the ability of writing leaves off the monastic *scriptoria*, and the handling of the feather will be slowly shared with individuals belonging to the lay world. At this point, it is possible to observe the shifting in the ways of writing history, as the preoccupations of men linked to the lay power bring into the center of the written history a theme that overlaps all others: war, namely that fought against Frenchmen and Scots. If the marvellous and divine actions interspersed such narratives, now the prevailing issues are those concerned to organization and effective action in warfare, taking into consideration the performance of noblemen in both moments. Therefor, this research inquires not only about the mechanisms employed by chroniclers in the attempt to ensure trustworthiness to their reports, but in like manner the diverse roles fourteenth-century chronicle writing played to the contemporary nobility, whose actions were portrayed by them. Bearing in mind such goals, we analyzed lay chronicles composed by Geoffrey le Baker, Jean le Bel and Thomas Gray, men apparently without any proximity, but who shared designs and ideals about both warrior behavior and their practices. When those chronicles are collated among themselves and altogether with other contemporary documents, they do not cover war by itself, as from their perspective of the conflict they offer a wider view of what deserved to be remembered in the kingdom of England in the first phases of the Hundred Years War.

Keywords: Chronicles; writing of history; England; Edward III, Hundred Years War.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: ORDENAR O PASSADO EM VERSO E PROSA	17
1.1. Da pretensão à verdade e seus contornos na escrita cronística.....	17
1.2. A história entre o verso e a prosa.....	20
1.3. Da ordem do passado à ordem do relato.....	27
1.4. A história sobre e para o reino inglês	43
CAPÍTULO 2: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA	
NOBILIÁRQUICA.....	50
2.1. Os cronistas: testemunhas em ação.....	50
2.2. As crônicas e as regras de seu fazer	69
2.3. Difusão da história: entre a oralidade, escrita e leitura	81
CAPÍTULO 3: GUERRA EM PALAVRAS	102
3.1. A tópica da guerra e a busca pelo bem comum	102
3.2. A construção de um <i>casus belli</i> na narrativa cronística.....	119
3.3. O discurso historiográfico acerca de um rei ideal	144
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
Fontes cronísticas.....	166
Fontes auxiliares	166
Obras de referência	170

APRESENTAÇÃO

As virtudes dos homens glorificados apresentam-se como seus grandes méritos, assim como sua tendência a despertar o amor de pessoas apartadas de si: dessa forma, os inferiores tomam como modelo as virtudes de seus superiores ao venerarem suas grandes ações, cuja prática não podem aspirar. Não obstante, contribui para a glória dos personagens exultados que eles realizem o bem, e que se beneficiem da afeição de seus inferiores. Doravante, príncipes, a vós são devidas nossas boas ações; para vós compomos tudo o que é válido de recordação; pois vossos esforços nos estimulam a fazê-los viver para sempre em nossos escritos, em troca dos perigos a que se expõem para garantir nossa tranquilidade [...].¹

Em sua “Crônica sobre os reis da Inglaterra” (*Chronicle on the kings of England*), William of Malmesbury² (c. 1095/96 – c. 1146) enfatiza o papel de destaque da elite guerreira como protetora por excelência da comunidade do reino. Registrar tais ações seria necessário para que eles, juntamente com seus feitos, não fossem obliterados de uma geração para outra, permanecendo assim vivos nos domínios da memória. Durante a época dos conflitos abarcados

¹ MALMESBURY, W. **Chronicle of the kings of England**: from the earliest period to the reign of king Stephen. With notes and illustrations by J. A. Giles. London: H.G. Bohn, 1847. p. 1. Todas as traduções são de nossa autoria.

² Na tentativa de estabelecermos uma sistematização tanto toponímica como de nomenclatura dos indivíduos citados no presente trabalho, optamos por manter tais designações como se encontram nas fontes empregadas na pesquisa, apontando, através de notas de rodapé, para correspondentes em Língua Portuguesa quando julgarmos necessário. Ao passo que algumas regiões dispensam comentários posteriores, como *London, England* e *Edimburgh*, e que serão traduzidas sem maiores problemas para seus correspondentes, ou seja, Londres, Inglaterra e Edimburgo, respectivamente, regiões com nomes pouco usuais e que figurem esporadicamente, como Northumberland, terão seus nomes mantidos, porém apontados em nota o seu correspondente, isto é, “Nortúmbria”. No caso de nomes próprios, optamos por versões em português apenas para pensadores de ampla difusão no medievo, mantendo inalterados, porém, todos os outros que figuram nos textos estudados segundo a modernização proposta pelos seus editores e tradutores. Dessa forma, figurarão designações como Tomás de Aquino, Alberto Magno, Egídio Romano, Ptolomeu de Lucca e Vegécio, por exemplo, paralelamente a William Oliphant, John of Doncaster e Richard of Bury. Quanto aos monarcas, aqueles terão seus nomes mantidos segundo a aceção moderna de seus idiomas de origem, muito embora, em sua primeira aparição, tenhamos optado por indicar, quando houver, a tradução consagrada de seus nomes. Vale ressaltar também que os nomes dos cronistas responsáveis pelas fontes primárias de nossa análise, isto é, Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, serão mantidos inalterados, pois não são conhecidos equivalentes em Língua Portuguesa.

pela Guerra dos Cem Anos³, a escrita da história no reino da Inglaterra não foi realizada de forma perene. O modo de refletir sobre o passado e o presente manteve-se fortemente ligado às tradições que deram coesão e sentido à atividade de registrar o passado. Desse modo, é relevante a proposição levantada por Étienne Gilson de que não nos cabe perguntarmos se os medievos teriam consciência sobre tais mudanças, mas sim “como elas mudam, de onde vêm, aonde vão, em que ponto elas próprias se situam na linha que liga o passado ao futuro”.⁴

A investigação acerca da escrita da história naquele momento - e talvez mesmo sobre aquela atividade em qualquer outro período - deve considerar não apenas as possíveis especificidades do momento em que foi realizada, como também tentar traçar aspectos sobre os saberes que concorriam para tornar relevantes determinadas formas em detrimento de outras, pois desse modo torna-se possível perceber quais os princípios partilhados por indivíduos sem qualquer contato entre si.⁵

Na presente pesquisa, interrogar-nos-emos acerca do papel da história e de como ela foi escrita na segunda metade do século XIV, momento marcado pelos intermitentes, porém duradouros, conflitos da dinastia Plantageneta contra escoceses, franceses e seus respectivos aliados. Para tanto, empregamos como fontes de análise as crônicas escritas por dois homens de formação religiosa, mas com fortes laços com o mundo secular: Jean le Bel (c. 1290 – 1360), originário de Liège, em Flandres, região sob o domínio da Coroa francesa, porém com fortes ligações comerciais e culturais com os ingleses; e Geoffrey le Baker (? – 1358?), cujos rastros documentais permitem ligá-lo a Swinbrooke, em Oxfordshire, localizada na parte meridional da Inglaterra. A esses dois escritores, soma-se a crônica de Thomas Gray (1310? - 1369), cavaleiro

³ A nomenclatura de “Guerra dos Cem Anos” foi cunhada pela historiografia francesa no início do século XIX para designar os conflitos ocorridos entre Inglaterra e França durante primeira metade do século XIV e a segunda metade do século XV, mas que engloba também outros reinos e territórios da Europa ocidental, como Castela, Navarra, Portugal, Escócia, Flandres e o Sacro Império Romano Germânico. Doravante, empregaremos tal designação com o intuito de referirmo-nos a tais conflitos. FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971. p. 1.

⁴ GILSON, E. A idade média e a história. In: _____. **O espírito da filosofia medieval**. Tradução de Edward Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 476.

⁵ Gurevitch aponta para a constituição do que denomina “modelos de mundo”, em que estímulos externos participam decisivamente da formação da experiência interior. Isso significa que a sociedade acaba por impôr ao indivíduo, de maneira inconsciente, certas categorias e representações, expressas na língua e em sistemas semióticos, como a arte, religião e ciência, que em variadas medidas podem vir a ser controlados por grupos dominantes, assegurando-lhes a interpretação mais conveniente de acordo com seus interesses. GUREVITCH, A. I. **As categorias da cultura medieval**. Tradução de João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1990.

que durante boa parte de sua vida foi condestável do castelo de Norham, ao extremo norte do reino.

Nosso recorte para a seleção dos documentos analisados se dá pelos seguintes parâmetros: a ênfase dada ao conflito por aqueles que de algum modo participaram ativamente de sua realização, ou seja, homens que não se restringiram apenas a registrar em segunda mão as contendas, através de leituras de outros textos diversos, mas sim com o desígnio de apontar o que viram e ouviram de outros homens diretamente engajados no combate aos inimigos; a participação direta nos eventos bélicos que descrevem, pois sua perspectiva poderia destacar certas características que apenas aqueles presentes nos conflitos poderiam oferecer ao testemunharem suas agruras; e, finalmente, a perspectiva favorável aos “ingleses”, ou seja, por que razão aparentemente demonstram-se simpáticos às empreitadas do rei e da nobreza, ou ao menos em relação a nobreza local aos quais estavam ligados.

Colocando em diálogo não apenas os registros cronísticos tomados como fontes de nossa investigação, recorreremos a um *corpus* documental auxiliar produzido sob a égide do conflito, visando assim pôr em foco questões relacionadas a aspectos legais, administrativos e “políticos” que essas lançam, mas que as ultrapassam de alguma forma. Dentre nossos principais questionamentos, estão: a importância dada à guerra naquelas narrativas; o papel exercido por aqueles cronistas no contexto em questão; o lugar de onde escrevem; o que os cronistas julgam digno de lembrança para integrar as histórias que escreveram; e a forma como é construído o discurso historiográfico naquele momento. Desse modo, trataremos não apenas das concepções do fazer histórico e as funções herdadas dos tempos de outrora e reinterpretadas constantemente pelos períodos posteriores,⁶ mas também dos lugares sociais ocupados por aqueles cronistas e suas obras. Refletiremos sobre quem foram, por quais razões escreveram e a relação de suas narrativas com outros textos cronísticos empregados para relatarem os tempos pretéritos. O alvo é, portanto, interrogar em que medida o seu fazer está inserido em uma rede de saberes de seu

⁶ Koselleck afirma que além do contexto de produção textual, que pode ser vagamente entendido como a situação político-econômica do lugar onde é realizado, a rede de sociabilidades de seu autor, o uso da língua por ele e por seus contemporâneos, são fatores que não ficam alheios a análise histórica. Além disso, o uso de conceitos e sua alteração apontam para diferentes significações, e portanto na “multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside a força expressiva da história”. KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão por Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 100 – 101.

próprio tempo, uma vez que os usos do passado e da memória pelos historiadores não estão dissociados de propósitos presentes.

Nosso intuito é o de compreendermos as finalidades e os contornos de tal produção historiográfica, a partir da hipótese de que ela não está dissociada da investigação acerca dos múltiplos interesses de determinados grupos no conflito, e nem mesmo da compreensão dos valores da escrita e da memória histórica nesse momento. Quais seriam, portanto, os elementos centrais em comum que permeavam a composição de crônicas inglesas? Além disso, haveria interesses específicos na produção daqueles textos? Qual a importância do que é registrado e a quem se destinam tais registros? Quem afinal se ocupava com tal incumbência e por quais razões tal empreitada fora realizada? Tais questionamentos estão intimamente ligados entre si, de forma que cabe desdobrar se elementos ligados à manutenção do *status quo* encontram-se presentes no entendimento sobre o fazer da história no período. Em suma, interessa-nos avaliar quais possíveis conjuntos de ideias permitem a elaboração de discursos cronísticos entre meados das décadas de 1340 – 1360, tempos de engajamento em conflitos para a comunidade do reino em um sentido amplo, e inquirimo-nos, portanto, quais são as características delineadoras daqueles relatos.

Logo, uma de nossas metas é o questionamento acerca das ideias que ganham destaque e importância para esses homens, e por isso merecem registro. Essa interrogação desdobrar-se-á no exame da recorrência de determinados elementos como: a enumeração dos mortos, a descrição de feitos bélicos bravios ou pusilânimes em campo de batalha, o uso da cópia integral de documentação oficial lado a lado com informações provindas da oralidade, a depreciação do inimigo e, em certos casos, também de alguns membros da nobreza do próprio reino. Em suma, importa interrogar por que esses princípios são entendidos como válidos de registro e críveis para pelo menos uma parcela daquela sociedade.

Tais questões encontram-se diluídas nos capítulos da presente pesquisa, além de uma outra que transparece em todos os escritos de cunho histórico medievais: a “pretensão de verdade”. Para tanto, trataremos também da alternância entre o uso da prosa e do verso, bem como dos esquemas de divisão temporal, pois nesses aspectos localizam-se as formas de organização e seleção do conteúdo narrado. A hipótese é que tais esquemas nos permitirão conjecturar sobre as condições e funções destinadas à escrita da história naquele momento. A preocupação em estabelecer o registro mais verdadeiro possível, a seleção de temas a figurarem nas narrativas, bem como os mecanismos em comum entre eles, podem ter influenciado diretamente

para o resultado final apresentado ao público alvo. Uma vez que de alguma maneira todos estão ligados ao século, torna-se fundamental observarmos seus elementos estruturantes, pois podem apontar indícios de valores históricos então partilhados.

Junto a tais questionamentos, será importante analisar o crescimento da escrita e da disseminação de informações, ou melhor, dos níveis de circulação, arquivamento e recepção de textos oficiais.⁷ Não basta dizermos que o público alvo daqueles textos restringe-se à nobreza, mas interessa-nos sim refletir em que patamar a escrita e a oralidade podem, segundo a perspectiva dos cronistas, igualmente gozam de credibilidade como testemunho fiável dos eventos ali descritos.

Além disso, outro questionamento se mostra incontornável: tendo em conta que a guerra contra inimigos externos era um elemento perene e, portanto, presente nas várias formas de relações entre os súditos de Edward III, é possível inferirmos que o deslocamento de um público alvo, antes notadamente clerical, para um interessado na prática e nos desdobramentos do conflito tenha colaborado para a supracitada seleção e abordagem de temas que figuram naqueles textos? Nesse sentido, qual o papel que o cavaleirismo e a associação com Artur e seus cavaleiros, presente em escritos diversos não apenas cronísticos, exerce sobre aqueles que realizam o registro da história? Durante o século XIV, o desejo de emulação dos feitos de cavalaria de outrora impulsionou tanto a produção como a tradução e retomada de manuais de cavalaria e de outros textos de pensadores tão diversos como Cícero, Vegécio, Salústio, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Geoffrey of Monmouth⁸, que foram lidos dentro de um contexto em que a busca pelo agir de modo honorífico e a preocupação em ter tais ações registradas foram traços fundamentais. Não podemos nos esquecer de que os cronistas participaram do conflito e, portanto, fizeram parte de uma “rede de contatos” onde se falava, escrevia e efetivamente se vivia a guerra, fosse no campo de batalha, fosse com as preocupações administrativas cotidianas voltadas para seu bom andamento.

Assim, até que ponto essa conjugação entre o conhecimento empírico do fazer bélico com aqueles que efetivamente a realizavam desempenhou um papel relevante nos textos cronísticos em questão? Não obstante, uma outra interrogação se coloca: uma vez que os cronistas não

⁷ Para os fins do presente estudo, tal designação abarca todos aqueles textos produzidos para garantir a veracidade do relato de ações que descrevem em níveis locais como cartulários e *indentures*, assim como também aqueles com circulação, ou ao menos a pretensão, de atingirem a um público mais amplo, como as *parliament rolls*, *statutes of the realm* e também aqueles que relatam eventos (mas não necessariamente produzidos) nas zonas de conflitos.

⁸ Godofredo de Monmouth.

foram homens deslocados do mundo sobre o qual escreveram, seria possível observar a influência em suas narrativas das lentas transformações que se colocam aos ingleses durante a segunda metade do século XIV? No campo bélico, observa-se a adaptação de táticas marciais aprendidas a duras penas nos conflitos de décadas anteriores contra escoceses e galeses, e que fazem frente de forma eficiente à poderosa cavalaria francesa. No campo dos poderes, ocorre a diminuição gradual da nobiliarquia na participação do conflito, e daí surgem oportunidades para que homens inferiores, como aqueles citados por Malmesbury, ganhem destaque e riqueza atuando como mercenários. No campo do conhecimento, as muralhas monásticas, que por tanto tempo atuaram como bastiões na defesa daqueles santuários da elaboração e preservação de manuscritos, aos poucos começaram a ruir como lugar por excelência da produção escrita.

Teriam, portanto, os conflitos contra escoceses e franceses provocado mudanças sentidas não apenas no cotidiano dos habitantes daqueles três reinos, mas também alterações nos modos de conceber a história, em seus desígnios e em seu fazer? Doravante nossa tentativa será a de tentar mapear essas possíveis transformações, observar como se configuraram, em suma, interrogar como se desdobrou a escrita da história na Inglaterra trecentista.

CAPÍTULO 1: ORDENAR O PASSADO EM VERSO E PROSA

1.1 Da pretensão à verdade e seus contornos na escrita cronística

No prólogo de “Flores da História” (*Flores Historiarum*)⁹, escrita na segunda metade do século XIII, o monge beneditino Matthew Paris¹⁰ (1200 – 1259) sintetiza a utilidade da composição histórica:

Acreditamos ser apropriado demonstrarmos as principais contingências dos tempos e as sucessões de eventos desde o início do mundo até a hora presente [...] para a instrução de eras vindouras, pois assim aquele que lê atentamente poderá [...] reunir um conhecimento completo acerca dos fatos relatados. Mas o que devemos replicar para certos ouvintes néscios que [...] dizem: “Qual é a ocasião mais oportuna para confiar à escrita as vidas e mortes dos homens, bem como dos diferentes eventos que se sucedem à humanidade? Por que perpetuar através de registros escritos a memória de prodígios no Céu e na Terra [...]?” Deixai-os saber que as boas vidas e modos virtuosos dos homens de antigamente são registrados para servirem como modelos para a imitação das eras subsequentes, [...] e assim o ajuntamento de tais eventos é legado em livros, para que, se em qualquer tempo acontecimentos similares vierem a ocorrer, os pecadores que julgarem de algum modo terem incorrido a ira divina possam fugir em direção ao arrependimento, e assim, agradar a Deus. Aqueles homens [que realizam tais perguntas] não devem ser ouvidos, pois dizem que livros de crônicas, especialmente os elaborados pelos cristãos, devem ser negligenciados. [Mas saibam que], através do estudo de tais obras, um inquiridor diligente está apto a descobrir através de sua memória, a entender através de sua inteligência, e a demonstrar, com eloquência, tudo o que é necessário para a vida humana e sua segurança.¹¹

No tempo do monge cronista, a atividade de registrar o passado não estava dissociada da função clerical, na qual os eventos mundanos são explicados primordialmente a partir de um viés religioso. A história, juntamente com outros saberes, quando elaborada na forma escrita, era realizada por um pequeno grupo de pessoas e sua circulação, em parte, acabava por estar circunscrita às muralhas do claustro monástico. Na Inglaterra trecentista, entretanto, mais

¹⁰ Mateus de Paris. A edição da crônica lançada no século XVI atribuiu sua autoria a Matthew of Westminster (Mateus de Westminster), porém sua edição do século XIX aponta que o responsável na verdade foi Matthew Paris. THURSTON, H. **Catholic encyclopedia (1913)/Matthew of Westminster**. 2014. Disponível em: <http://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_%281913%29/Matthew_of_Westminster>. Acesso em: 28 jun. 2014.

¹¹ WESTMINSTER, M. **The flowers of history**: especially such as relate to the affairs of Britain, from the beginning of the world to the year 1307. Translated by C. D. Yonge. London: H. G. Bohn, 1853. p. 1-2.

especificamente no reinado de Edward III¹² (1327 – 1377), um grande número de crônicas foram compostas e compiladas não mais apenas por indivíduos de rigorosa formação monástica, como Matthew Paris, mas também pelos chamados *secular clerks*.¹³ Assim, apesar de ainda fortemente amparada em finalidades religiosas, a escrita da história não mais era produzida exclusivamente por homens que tinham recebido votos monásticos, passando agora também para as mãos de leigos ou de religiosos de vida secular. Tal deslocamento demanda uma atenção mais detida sobre os modos como se configuram os relatos que vieram a ser escritos, bem como sobre as possíveis razões que teriam levado leigos a se dedicarem à escrita da história, pois interrogamo-nos em grande parte acerca dos elementos que imputavam veracidade àqueles textos. É necessário, entretanto, frisarmos que nosso escopo não é perceber possíveis modificações ou permanências em relação a escritos monásticos, tanto de outrora quanto coevos, mas sim destacarmos as características da historiografia realizada para além dos mosteiros.

Seria impossível aqui analisarmos os diversos escritos históricos da segunda metade do século XIV na Inglaterra, afinal há um número significativo de textos compostos naquele momento, e por isso resolvemos restringir nosso objetivo à análise de crônicas compostas entre meados da década de 1340 até finais da década de 1360, período em que aquela atividade foi impulsionada primordialmente pela guerra empreendida por Edward III (1327 – 1377) contra escoceses e franceses. É bem verdade que a composição histórica produzida naquele momento não se limita à escrita cronística, porém, indivíduos que se envolveram direta ou indiretamente naquela atividade nos anos em questão realizaram, com finalidades diversas, o registro, segundo alegam, daquilo a que acederam, ou que ouviram ou leram, e que denominaram “crônica”. Destacamos os relatos de alguns daqueles homens, portanto, que estiveram de alguma forma ligados aos conflitos, pois, a partir de suas narrativas, questionamo-nos, no presente capítulo, sobre quais são os elementos que as organizam, na tentativa de torná-las críveis, ou seja, quais são os eixos que constituem uma escrita aceita como verdadeira no momento em que foi composta?

¹² Eduardo III.

¹³ Embora fizessem parte de uma ordem religiosa, os chamados *secular clerks*, ou clérigos seculares, não viviam sob as regras monásticas como o clero regular, e por isso mesmo desempenhavam atividades voltadas ao público em geral, normalmente aquelas de cunho administrativo. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 253.

O clérigo Walter de Milemete, na introdução de seu *speculum* “Sobre a nobreza, sabedoria e a prudência dos reis” (*De nobilitatibus, sapientiis, et prudentiis regum*), dedicado ao monarca Edward III, destacava que “[...] um bom trabalho não pode ser iniciado sem que Cristo seja considerado sua fundação”, por isso, reforçando uma tópica da história no seu tempo, ele rogava para que pudesse ser considerado merecedor e estivesse “[...] apto a compreender as questões morais da raça humana, especialmente dos reis, e abreviá-las na forma escrita para uma compreensão proveitosa.”¹⁴ A ênfase colocada na presença dos desígnios divinos é uma das marcas mais significativas na escrita da história do século XIV, porém, tal produção não se apresenta de forma linear, mas sim entrecortada pela utilização, adaptação e ressignificação das referências cristãs e dos textos legados do mundo greco-romano.

Dentre os pensadores que encontram grande difusão pela Idade Média e que exercem influência significativa sobre a historiografia do período, Marco Túlio Cícero (106 a.C. - 43 a.C.) encontra lugar de destaque. Em “Sobre o orador”¹⁵ (*De Oratore*), são apontados os pressupostos a conduzirem a escrita da história: concisão, fluência, clareza e domínio na maneira de expressão, além da pretensão ao relato verdadeiro dos acontecimentos, no qual o historiador não devia ousar dizer nada além da verdade¹⁶, e deve ser corajoso para dizê-la por completo¹⁷. Além da preocupação com o conteúdo, a forma não deve ser negligenciada, pois a natureza do tema [a ser relatado] demanda arranjo cronológico, juntamente com leitura de acontecimentos meritórios.¹⁸

No século XIV, a afirmação de um discurso verdadeiro é igualmente um lugar comum nos escritos ali realizados. Robert of Avesbury¹⁹ (? - 1359), por exemplo, ao reproduzir em sua crônica uma carta enviada por John of Stratford (1275 - 1348), bispo de Canterbury, a Edward III, em 1341, relata a preocupação do religioso com as políticas reais de taxações sobre terras da igreja.²⁰ O bispo solicita que o monarca não o julgue como um mau conselheiro por aparentemente se opor a seus desígnios, e que procure, acima de tudo, “saber a verdade” por trás

¹⁴ MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 25-27.

¹⁵ CICERUS, M. T. **De oratore**. With an English translation by E. W. Sutton and H. Racjham. London: Heinemann; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1942.

¹⁶ *Ibid.*, p. 237.

¹⁷ *Ibid.*, p. 243.

¹⁸ CICERUS, M. T. **De oratore**. With an English translation by E. W. Sutton and H. Racjham. London: Heinemann; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1942. p. 245.

¹⁹ Roberto de Avesbury.

²⁰ PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225–1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 275-276.

de suas ações, pois, no contexto em questão, as opiniões supostamente proferidas por membros da nobreza poderiam acabar registradas em crônicas, acarretando em malefícios à reputação do religioso. Assim, Edward III deveria estar ciente de que sua maior preocupação deveria ser com a boa manutenção das finanças do reino.²¹ Quando se trata de escrever sobre os feitos e ações de pessoas poderosas, o relato de um dos monges responsáveis pela compilação e continuação da “*Crônica da abadia de Dieulacres*”, em Staffordshire, por volta do ano de 1400, afirma que corriqueiramente se produziam “[...] mentiras grosseiras baseadas em boatos (*gossips*) [...] ao invés de conhecimento verdadeiro, como muito do que fora aqui anteriormente relatado”, e acrescentava sua certeza sobre vários aspectos, com a alegação: “[...] tenho certeza disto, pois houve muitas ocasiões em que eu estive presente, e assim conheci a verdade.”²²

Nas crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker, do Anônimo da Cantuária e Thomas Gray, a busca pela veracidade segue, como em outros autores de histórias, certas convenções, porém enfatizamos duas delas por se apresentarem de modo mais incisivo nas quatro narrativas, isto é, a dicotomia da relação entre os usos da prosa e do verso e a ordenação cronológica dos eventos narrados, como atentaremos doravante.

1.2 A história entre o verso e a prosa

Em “Da Invenção” (*De Inventione*), Cícero define a *narratio* como uma exposição de eventos que ocorreram ou supõe-se que tenham ocorrido,²³ lidando com as pessoas, suas conversações e atitudes mentais.²⁴ Aborda também o pensador as questões relativas aos eventos, em que são definidas a *fabula*, que trata de acontecimentos que não são verdadeiros e não têm verossimilhança; a *historia*, ou o registro de eventos que ocorreram em tempos remotos à nossa era; e o *argumentum*, ou a ficção narrativa que pode ter ocorrido.²⁵ Esse tipo de divisão encontra ecos em tratados de retórica, como o *Parisiana Poetria*, de John of Garland²⁶ (c. 1190 - c. 1270),

²¹ DOUGLAS, D. C. **English historical documents**. London: Routledge, 1996. v.4. p. 70-71.

²² GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 6.

²³ MURPHY, J. J. **Rhetoric in the middle ages: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance**. Berkeley: University of California Press, 1974. p. 12.

²⁴ *Ibid.*, p. 13.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ João de Garlândia.

que associa a *fabula* a eventos que não são verdadeiros²⁷, o *argumentum* a eventos fictícios que podem ter acontecido, como no caso das comédias²⁸, e a *historia*, que relata eventos ocorridos no passado²⁹, mas com um adendo em relação a Cícero: para escrever de forma correta a história, o poeta deve incluir, nesta ordem, proposição, invocação e narração³⁰, sendo também desejável um epílogo, por meio do qual a mente do ouvinte compreende o que está por vir.³¹ Dessa forma, emerge uma hierarquia entre *historia*, *argumentum* e *fabula*, ligada à estruturação do modo de narrar, a qual se aprofunda com a passagem da escrita da história do verso para a prosa.

O verso dominara formas de composições históricas em tempos anteriores, como nas sagas islandesas e composições dos escaldos (*skalds*), dentre elas as do escandinavo Gunnlaugr Ormstunga (Língua de Serpente), famoso pelos versos compostos na corte do monarca inglês Aethelred II (978-1016).³² Porém, é difícil precisar como e em que medida a passagem do verso para a prosa ocorreu, pois não envolveu apenas mudanças estéticas na formação do texto, mas também fatores externos, que influenciaram tal intercâmbio. Na França do século XIII, por exemplo, essa passagem se manifesta através da disseminação da capacidade de leitura entre a nobreza laica, que passou a considerar que o conhecimento sobre os tempos passados não era mais construído apenas pela recitação de versos nas cortes, ganhando destaque de modo decisivo a leitura privada de textos em prosa. Conseqüentemente, os mecanismos literários que eram empregados anteriormente não mais seriam concebidos como adequados por seus leitores, de forma que a prosa passou a ser o modo de exposição por excelência para atestar a veracidade da narrativa.³³

No caso inglês, a alteração do verso para a prosa ocorre lentamente, seja pelo crescente entendimento sobre a veracidade imputada à última forma,³⁴ seja pela burocratização do reino, cuja produção documental é direcionada para fins administrativos e também é realizada nesse

²⁷ GARLAND, J. **The parisiana poetria**. Edited and translated by Traugott Lawler. New Haven: Yale University Press, 1974.

²⁸ Ibid., p. 101.

²⁹ GARLAND, J. **The parisiana poetria**. Edited and translated by Traugott Lawler. New Haven: Yale University Press, 1974. p. 101.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

³² LAVELLE, R. **Aethelred II: king of the English 978-1016**. Stroud, Gloucestershire; Charleston, SC: Tempus Publishing, 2002. p. 8.

³³ SPIEGEL, G. Forging the past: the language of historical truth in Middle Ages. **The History Teacher**, Long Beach, v. 17, n. 2, p. 267-278, fev. 1984.

³⁴ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 143.

formato.³⁵ A escrita em prosa não necessariamente abarca apenas os textos compostos em latim, mas também em vernáculo e em anglo-normando, e assim é possível que a ela se tenha atribuído um caráter mais objetivo e passível de melhor entendimento por indivíduos que dominavam apenas os rudimentos da escrita e leitura, não havendo necessidade de uma interpretação subjetiva, como nos escritos em verso. Sua incorporação às narrativas dos quatro cronistas aqui trabalhados confere-lhes o peso necessário para que não sejam refutadas, tornando, portanto, essa documentação oficial mais um dos elementos que auxiliaram na construção do texto sobre o tempo presente, entendido como verdadeiro. Se aqueles cronistas, isto é, Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray exerceram atividades múltiplas, como a de administradores de terras e bens, esse formato acabou por ser aceito como o mais *probo*, e não é de se estranhar, portanto, que a escrita cronística lentamente tenha ganhado os mesmos contornos, cuja objetividade rumo ao relato sem falsidades liga-se, portanto, à sua forma. O documento oficial, que em muitas situações serve como parâmetro para o relato do que ocorreu em locais onde o cronista não estivera, como as diversas zonas de conflitos, ou para decisões jurídico-administrativas concernentes a todo o reino, carrega consigo, em última instância, a autoridade do nobre que autoriza sua circulação, garantindo-lhe, desse modo, uma autenticidade que não é contestada pelos cronistas.

Uma grande quantidade de documentos decorrentes de relações comerciais, bélicas e administrativas são integrados às crônicas, não sendo novidade tal inserção, mas sim o nível com o qual é realizada, a ponto de crônicas como a do Anônimo de Canterbury realizarem cópias integrais de documentos parlamentares e de tratados pertinentes a tréguas com os inimigos franceses para explicitar pontos abordados.³⁶ Esse uso constante da documentação na historiografia produzida por leigos é um dos elementos que justificariam o uso da prosa e não mais majoritariamente do verso. Sua permanência é um índice sobre os parâmetros constituídos para a escrita histórica e, se por um lado ambas as formas convivem durante o século XIV, por outro não o fazem de forma pacífica, pois os adeptos da prosa censuram aqueles que optam pelo verso por julgarem que não correspondem suas pretensões ao que a história deveria almejar.

³⁵ É possível atentar para muitas compilações modernas de documentação para fins administrativos produzidas no reino inglês durante o século XIV, onde não são observados escritos senão em prosa. Dentre tais conjuntos de textos, destacamos as *Parliament Rolls*, publicadas no século XIX; o *English Historical Documents*, que reúne documentos que vão de 1327 a 1485; ou mesmo a obra *Anglo-Scottish relations*, com documentação abrangente ao período de 1174 a 1328.

³⁶ Trataremos desta questão mais detalhadamente no capítulo 2.

Homens como Peter of Langtoft, Thomas of Castleford, Robert Mannyng e o heraldista do cavaleiro *Sir* John Chandos escreveram seus textos em verso. Este último aponta, como objetivo de sua empreitada, que:

Em tempos de outrora, entendia-se que aqueles que modelavam belos poemas eram estimados como autores, [...] e todos aqueles que possuem a habilidade para tal preferiram registrá-los em livros, para que após sua morte seus verdadeiros registros fossem mantidos [...]. Por tal razão, incitado por minha vontade, desejo pôr em prática meu intento de fazer e registrar poemas dos tempos presentes e passados³⁷

Em seguida, o heraldista informa ao seu leitor que ambiciona registrar os feitos de Edward, o Príncipe Negro, comparando sua bravura à de Júlio César e Artur e iniciando seu texto em verso. Uma das vantagens para essa forma de escrita era que, dentro do jogo de signos que compunham o manuscrito medieval, ela ajudava a viabilizar a memorização e a recitação. O monge Fortunaciano de Aquiléia, no século IV, apontara em sua arte da retórica que, para o exercício da memória, deve-se começar memorizando poemas, depois orações e materiais mais complexos, como escritos legais.³⁸ Os escritores pagãos esperavam que seus livros fossem lidos em voz alta, prática essa que começa a ser retomada de forma mais intensa por volta do século XII. Desde o início de sua composição, o escritor tinha expectativas sobre como seu texto repercutiria, e dirigiam-se à sua audiência como leitores e/ou ouvintes de forma intercambiável.³⁹ Tal tipo de narrativa era aceitável no século XIV, porém despertava antagonismos. Um dos fatores sobre os quais repousava a autoridade das crônicas latinas era o uso consistente da prosa, uma forma literária associada à tradição historiográfica romana, com um padrão de precisão factual e seriedade referencial. Dito de outro modo, embora a prosa não seja diretamente mencionada por parte dos autores romanos, a “ordem cronológica da narrativa”, tão cara a autores como Cícero, aparece para historiadores de períodos posteriores naturalmente mais congruente com a prosa do que com a poesia.⁴⁰

³⁷ THE LIFE of the black prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910. p. 135-136.

³⁸ CARRUTHERS, M. J. **The book of memory**: a study of memory in medieval culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 86.

³⁹ SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974. p. 12.

⁴⁰ MILADA, B. **Medieval historiography and discourse**: toward a topography of textuality. New York: P. Lang, 1990. p. 30-31.

No século XIV, Jean le Bel foi um daqueles cronistas que viram na escrita versificada um falseamento do que teria ocorrido, devendo, portanto, ser evitada por aqueles preocupados com o registro verdadeiro dos acontecimentos:

Aquele desejoso em conhecer e ouvir a verdadeira história do nobre e valente rei Edward [...] deveria ler esse pequeno livro que iniciei, e ignorar o grande livro em verso o qual vi e li, que alguma alma imaginativa forjou em rimas, cheia de parvoíces e extravagante invenção: sua primeira parte [...] está desordenada com erros e mentiras. Depois disso há uma mescla entre verdade e falsidade, com um bom tanto de artificios e repetições para ornamentar o verso, e tal abundância de façanhas são atribuídas a certos cavaleiros e a outras pessoas de tal modo que testam a credulidade [da narrativa], beirando o impossível. Tal história versificada é fantasiosa e dificilmente agradará as pessoas de juízo e razão; pois ao escrever de forma tão extravagante, [...] os feitos de armas de certos cavaleiros [...] serão diminuídos, pois seus verdadeiros feitos gozarão de menos credibilidade, [...] e é por isso que se torna essencial falar com tanta precisão e exatidão quanto forem possíveis. Sob meu ponto de vista, trata-se de uma história de tal nobreza e seus feitos valorosos, [e por isso] merece ser eminentemente registrada com toda a veracidade possível, de acordo com informações confiáveis dadas a mim.⁴¹

O cronista estabelece que sua narrativa poderia vir a ser verossímil por afrontar uma outra escrita em verso⁴² sobre os mesmos eventos, justamente pelo fato de que a poesia não carrega consigo a autoridade imputada aos escritos em prosa. Jean le Bel foi um homem amplamente ligado ao século, e sua rejeição à escrita em verso deve estar ligada ao seu apreço por relatos em prosa como mais verossímeis. Conseqüentemente, é provável que sua preferência pela prosa não esteja dissociada de seu contato com outros tipos de documentação, pois ele foi um indivíduo pertencente à nobreza territorial, e seu contato com a leitura e produção de documentos sob aquela forma concernentes à administração de suas posses pode ter feito com que os entendesse, de forma consciente ou não, como mais respeitáveis.

Outros contemporâneos àqueles cronistas parecem partilhar da opinião de que a prosa aproxima-se mais da verdade do que o verso. O primeiro tradutor da *Polychronicon*, John of Trevisa (1342 - 1402), aponta que em sua versão prosaica ela seria muito mais clara de se

⁴¹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 21.

⁴² *Ibid.*, p. 21. Tal livro em verso, se em algum momento chegou a existir, hoje não deixou qualquer traço que sirva para identificá-lo. Entretanto, o responsável pela atual edição da crônica aponta para a descoberta, no século XIX, de um manuscrito fragmentado que contém uma história em versos contemporânea aos eventos narrados por Jean le Bel. Além disso, são registradas a existência naquele momento de três poemas que relatavam os eventos nos reinos de Philippe VI e Jean II, mas que não nos foram legados.

conhecer e entender do que a versão em rima.⁴³ Isso não significa, entretanto, que a prosa tenha predominado como a forma por excelência e retentora da verdade, pois, se é reprovada por alguns, ela continua a ser aceita e empregada por outros. No contexto inglês, a escrita versificada da história encontra sobrevida pelo menos até o século XV, onde obras como os “Versos sobre os reis da Inglaterra” (*Verses on the Kings of England*), de John Lydgate, encontram ampla popularidade. É possível, portanto, que o verso tenha persistido como meio de composição histórica, talvez em parte pela facilidade com que seria memorizado,⁴⁴ mas, seja como for, o fato é que os quatro cronistas optam pela prosa em suas narrativas.

Se os seus escritos não são laureados de amontoados de tolices características das histórias em verso⁴⁵, como julga Jean le Bel, o que então caracteriza o emprego da prosa como verdadeira para além de sua suposta maior fidelidade aos eventos? Em tempos anteriores, os épicos em verso atendiam às expectativas das comunidades às quais estavam destinados, pois tinham uma função comemorativa e traziam à tona a memória de homens destacados do grupo, ou seja, faziam parte de atos de auto afirmação e identificação de uma comunidade.⁴⁶ Para os cronistas em questão, a narrativa de eventos torna-se digna de estima quando são atribuídos feitos que, de algum modo, contribuem para a boa fama dos homens do presente e de seus antepassados próximos. Anteriormente, Arthur ou mesmo Rolando poderiam por um lado cavalgar contra as hostes de seus inimigos e saírem ilesos, mas por outro serem mortos devido a pecados que teriam cometido, revelando uma perspectiva religiosa integrada na composição daqueles escritos.⁴⁷ No século XIV, os relatos de mortes heroicas não são em verso, porque não se trata da narrativa de indivíduos entendidos como excepcionais, pertencentes, por exemplo,

⁴³ WALDRON, R. Trevisa’s original prefaces on translation: a critical edition. In: KENNEDY, E.; WALDRON, R.; WITTIG, J. (Eds.). **Medieval English studies presented to George Kane**. Wolfboro, N.H.: D.S. Brewer, 1988, p. 293.

⁴⁴ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 145.

⁴⁵ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 22.

⁴⁶ FLEISCHMAN, S. On the representation of history and fiction in the Middle Ages. **History and Theory: Studies in the Philosophy of History**, Middletown, v. 22, n. 3, p. 283, out. 1983.

⁴⁷ Teresa Amado aponta que as novelas de cavalaria, no século XIV, eram lidas com perfeita consciência de tratar-se de ficção, embora certas epopéias medievais, como a Canção de Rolando ou o “Cantar de mio Cid” seriam entendidas como tendo bases históricas, sobre as quais foram escritos seus versos e seu aproveitamento é testemunha de uma confusão de gêneros naquele momento. Cf. AMADO, T. **Fernão Lopes contador de história: sobre a crônica de D. João I**. Lisboa: Estampa, 1991. p. 17.

aos “Nove Valorosos” (*Nine Worthies*),⁴⁸ mas sim de homens pertencentes à nobreza que realizam feitos bravios de difícil, mas não impossível repetição, exemplificando assim um modelo de conduta ideal esperado pelos homens do presente.

Desse modo, é possível que os escritos em verso fossem vistos como exagerados e distassem do que se acreditava que realmente aconteceu ou, como aponta Jean Froissart⁴⁹, era necessário “[...] que os fatos fossem notavelmente registrados, vistos e conhecidos nos tempos presentes e vindouros, [...] bem como ordenados e relatados em prosa segundo a verdadeira informação obtida a partir de homens de estima”.⁵⁰ Em suma, não devemos afirmar que, no século XIV, as crônicas em prosa são um produto final pertencente a uma longa evolução histórica rumo a um texto que pudesse ser entendido como ideal. Longe de ser uma forma literária isolada, a crônica está conectada a outras formas de narrativa, e a própria escrita em prosa não assegura por si só sua veracidade, nem tampouco a escrita em verso está associada inteiramente ao falseamento.

No âmbito desta discussão, podemos mencionar o exemplo do pleito à descendência direta do rei Artur, tão asseverada pelos monarcas ingleses. Popularizada inicialmente pelos escritos em prosa de Geoffrey of Monmouth (1100-1155) em sua “História dos Reis da Bretanha” (*Historia Regum Britanniae*), ela fora desacreditada por seu contemporâneo William of Newburgh (c. 1136-c. 1198), que a ataca devido às impossibilidades apresentadas por sua cronologia, assim como por ser implausível que Artur tenha conquistado todos aqueles reinos e mesmo assim passar despercebido por outros historiadores.⁵¹ Parece certo, entretanto, que os escritos sobre Artur continuaram a ser citados tanto por crônicas em prosa como em verso ao longo do século XIV, impulsionados pela alta popularidade alcançada pelo cavaleirismo. Todavia, mesmo escrita inicialmente em prosa, a veracidade de Artur como personagem histórico é colocada em dúvida pelo contemporâneo de Monmouth, enquanto os feitos do Príncipe Negro, escritos em verso na segunda metade do século XIV, não o são, provavelmente em decorrência de convenções literárias daquele tempo que as tornaram aceitáveis e críveis ao menos para o grupo

⁴⁸ KEEN, M. Chivalry, heralds, and history. In: DAVIES, R.H.C.; WALLACE-HADRILL, J.M. (Ed.). **The writing of history in the middle ages: essays presented to Richard William Southern**. Oxford: Clarendon Press, 1981. p. 403.

⁴⁹ João Froissart.

⁵⁰ FROISSART, J. **Crônicas**. Edición a cargo de Victoria Cirlot y J. E. Ruiz Domenec. Madrid: Ediciones Siruela, 1988. p. 3.

⁵¹ OTTER, M. Functions and fictions in historical writing. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005. p. 120.

de homens que comporiam a audiência esperada daquele texto.⁵² Nas crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker, Thomas Gray e do Anônimo estão inseridas convenções como a crença na fidedignidade da existência e ancestralidade de Artur, e também no uso da prosa como o formato autêntico de relato elaborado por aqueles homens, embora este não seja necessariamente um axioma naquelas narrativas.

Destarte, a escolha pela realização das narrativas em prosa é significativa para sua aceitação como verdadeira, pois era um elemento partilhado com os textos sagrados e que dispunham de autoridade, não podendo ser refutados sem colocarem em cheque a credibilidade daqueles que forneciam os relatos para sua elaboração. De qualquer forma, todas aquelas crônicas, compostas em locais diversos do reino e provavelmente sem qualquer contato entre seus cronistas, foram escritas em prosa, indicando assim que se aquela forma não é necessariamente relacionada ao relato verdadeiro, ao menos aponta para um sobrepujamento, ou ao menos uma forte concorrência sobre a escrita prosaica como a forma de configuração por excelência da escrita histórica daquele momento.

Para além deste emprego paralelo das duas formas, onde a prosa vai ganhando terreno sobre o verso na aferição da veracidade das crônicas do século XIV, sua ordenação temporal é um segundo elemento que visaria garantir seu não falseamento. Cabe, portanto, examinaremos tal questão mais detidamente a seguir.

1.3 Da ordem do passado à ordem do relato

A forma de ordenação dos escritos segundo uma cronologia mais ou menos específica não é uma questão tão banal como pode parecer à primeira vista. A partir de uma tradição que contava com o elenco de fatos em anais e até mesmo em esquemas de relação causal e cíclica, isto é, através de uma ação outra seria desencadeada, levando a outras ações e assim por diante, os cronistas aparentemente encontraram uma fiabilidade pretendida e aparentemente incontestável. Suas narrativas sobre os tempos diversos seguem certos padrões de outrora, elaborados ao longo de vários séculos por pagãos e posteriormente por cristãos, porém, além de reafirmar persistências, cabe interrogarmos em que medida se pode ou não pensar em uma

⁵² COOTE, L.A. **Prophecy and public affairs in later medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2000. p. 43 – 82.

alteração na forma de se ordenar a história no tempo dos cronistas propostos ou, em outras palavras, interrogar-nos-emos sobre qual é a esquematização dos eventos empregada por aqueles homens.

Partimos dessa questão para refletirmos sobre a relação entre os ordenamentos textuais, e um primeiro aspecto que nos chama a atenção é a distinção entre o que poderia ser delimitado como crônica e história, designações que se apresentaram de forma justaposta a partir do século XII. Os chamados *chronographus* e *historiographus*, homens dedicados à escrita do passado, raramente eram entendidos ou mesmo se denominavam autores de suas narrativas, no sentido daqueles que são responsáveis por sua produção. As crônicas, de modo geral eram, por assim dizer, “produtos coletivos”, elaborados e continuados sem a anuência de um único responsável, e observá-las como textos de “autoria” individual seria imputar-lhes um caráter anacrônico sobre sua concepção e utilidades. No período em questão, parece ter havido uma clara distinção entre aqueles com funções relacionadas à produção de textos e manuscritos. O escriba (*scribe*) era encarregado de copiar, mas não acrescentar nenhuma informação; o copista (*compiler*) mesclava e rearranjava os pensamentos de outros; o comentador (*commentator*) realizava uma leitura contemporânea sobre textos já consagrados; enquanto que o autor (*auctor*) produzia um ou mais textos aos quais estavam inerentes a utilidade (*worth*) e verdade, concebidos através da graça divina e normalmente reforçados por comentários patrísticos.⁵³ Uma vez que, de maneira geral, cronistas do período descreviam sua atividade a partir de verbos como compilar (*compilare*), reunir (*colligere*), selecionar (*excerpere*), abreviar (*breviare*) e redigir (*redigere*)⁵⁴, abordar suas narrativas dentro apenas de uma dessas funções nos daria uma compreensão incompleta das mesmas, pois aqueles homens exerceram simultaneamente atividades de escribas, copistas e comentadores. Além disso, obras de diversas naturezas, como as *gestae*, *deeds*, *vitas*, *speculum*, hagiografias e histórias universais indicam a disparidade no modo de conceber o objeto para os homens do período. Devemos notar que, se antes dos séculos XIII e XIV a crônica fora um “gênero menor”, nesse momento ela se apresentou como a principal forma de erudição histórica, isto é, ambas fundem-se em um único gênero, autônomo, que preza pela cronologia.⁵⁵ As

⁵³ CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008. p. 20.

⁵⁴ SPIEGEL, G. Historical thought in Medieval Europe. In: KRAMER, L; MAZA, S. (Ed.). **A companion to Western historical thought**. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2002. p. 80.

⁵⁵ MICHELAN, K. B. **Um rei em três versões: a construção histórica de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 61.

crônicas deixam assim de ser apenas mais uma das modalidades de registro histórico para ser a modalidade por excelência, o que não exclui, entretanto, a possibilidade de outras formas de escrita.

Seja como for, é possível perceber concepções variadas na distinção entre crônica e história, e a historiografia ao longo do século passado aponta para dificuldades na delimitação de características que abarquem um conjunto de textos que nem sempre partilharam similaridades. No início do século XX, a definição ganhou amplitude, contemplando-se que em uma crônica medieval estariam incluídas todas as narrativas escritas com o propósito de transmitir informações sobre o passado, e mais, que seus compositores empregavam os termos anais, crônicas e histórias de forma absolutamente indiscriminada.⁵⁶ Com o passar das décadas, outros estudos dedicados à cronística destacaram essa mesma dificuldade em especificar características precisas e fronteiras estanques, talvez justamente em razão da multiplicidade de textos categorizados como crônicas. De forma geral, as definições que se foram apresentando convergem no que diz respeito ao caráter cronológico da crônica e a função de manter a perenidade,⁵⁷ em que o conjunto de informações ali dispostas incorporam elementos cristãos com a pretensão de transmitir a verdade sobre o que narram,⁵⁸ isto é, sobre os eventos do passado ou contemporâneos aos seus escritos.⁵⁹ No que diz respeito especificamente à cronística inglesa, a convivência entre história e crônica é notável,⁶⁰ a ponto de não haver uma demarcação nítida entre ambas.⁶¹

⁵⁶ TOUT, T. F. **The Study of medieval chronicles**. Manchester: University Press, 1922. p. 8-9.

⁵⁷ VAN HOUTS, E. M. C. **Local and regional chronicles**. Turnhout, Be: Brepolis, 1995. p. 14.

⁵⁸ AMADO, T. Os pensamentos de Fernão Lopes. **eHumanista**, Santa Barbara, CA, v.8, p. 133-134, 2007. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

⁵⁹ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. XIX. Outros autores também definem suas características, como Morton White entende que as crônicas estruturam-se acerca de um assunto, e são uma conjunção de afirmações singulares sem relações causativas que expressamente mencionem o objeto e que informem acontecimentos que foram verdadeiros em épocas diversas. Cf. WHITE, M. **Foundations of historical knowledge**. New York: Harper & Row, 1965. p. 222. Hayden White as delinea como um modo de representação historiográfica superior a forma analítica, justamente por sua maior compreensividade, sua organização de materiais por tópicos e reinos, além de sua maior coerência narrativa. Cf. WHITE, H. **The content of the form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore; London: John Hopkins, 1990. p. 16.

⁶⁰ GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. XI.

⁶¹ Id. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 129-130, 1990. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/03044181_75900123>. Acesso em: 1º abr. 2014.

Se as balizas entre crônica e história não são, portanto, claras e consensuais, cabe-nos atentar para a forma que tomam, pois, na inquirição de seus parâmetros organizacionais, encontramos elementos que as tornaram críveis para aquela sociedade. O registro da história estava situado em uma rede de saberes que basicamente se organizavam segundo três finalidades: o estudo sobre os ensinamentos divinos, sobre a esquematização da vida social do homem e sobre a natureza que o cercava. Nesse cenário, à disciplina histórica é designado um papel secundário nas universidades, alocada para a assistência ao estudo das artes liberais (*Trivium*), porquanto, à Gramática, à Retórica e à Dialética.⁶² De modo geral, ao estudante era ensinado o conteúdo de história pagã e bíblica como conhecimento puramente complementar à Gramática e à Retórica, em que o entendimento de exemplos do passado auxiliaria no melhor domínio de técnicas de escrita e de convencimento, pois buscavam-se exemplos em autoridades que não poderiam ser refutadas.⁶³

Antes, porém, dessa delimitação dada à história no ambiente universitário, homens ao longo do medievo se questionaram sobre suas funções e sobre os limites entre o que se designava como crônica e história. Gervase of Canterbury⁶⁴ (c. 1141-c. 1210) expressou que a história tem por fundamento “[...] dizer a verdade, persuadir aqueles que a ouvem ou leem e informá-los dos feitos (*deeds*), costumes e vidas daqueles que por ela são descritos”, ao passo que as crônicas “[...] narram brevemente os feitos (*deeds*) dos reis e príncipes que aconteceram em tempos passados, além de registrarem quaisquer portentos, milagres e outros eventos.”⁶⁵ Ele notara ainda que nem sempre os autores⁶⁶ de tais textos se deixavam confinar nos limites do gênero por eles escolhido, ou seja, sob seu ponto de vista, não haveria uma rigidez esquemática que desse um corpo mais ou menos estável àquele tipo de narrativa.

A abordagem sobre a questão do papel da história, da disciplina histórica e dos cronistas, através do questionamento acerca do que era assim entendido pelos coetâneos, pode vir a

⁶² ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media**: historiografía e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991. p. 17.

⁶³ SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974. p. 18.

⁶⁴ Gervásio de Canterbury.

⁶⁵ GALBRAITH, V. H. **Historical research in medieval England**. London: University of London, 1951. p. 2.

⁶⁶ Doravante, empregaremos o termo “autores” sob sua acepção moderna, ou seja, a de responsável pela elaboração e produção de um trabalho textual, não devendo ser confundido com os termos *auctor* e *auctoritas*, em que *auctor* relacionava-se a alguém responsável por um texto de grande importância e difusão, não devendo apenas ser lido como também respeitado e acreditado; enquanto que seus escritos continham, em um sentido mais geral, *auctoritas*, isto é, conotações de sagacidade e verdade e, em um sentido mais restrito, referia-se a trechos ou citações do trabalho do *auctor*. Cf. MINNIS, A. **Medieval theory of authorship**: scholastic literary attitudes in the later middle ages. Aldershot: Scholar Press, 2010. p. 10.

fornecer indícios que permitam ao menos uma aproximação sobre o fazer daqueles cronistas ingleses do século XIV e dos modos como organizavam seus escritos. A *historia*, ou sua narrativa, lidava com os *res gestae*, ou seja, a narrativa de “eventos reais”, que os distinguiam da ficção⁶⁷ (cada vez mais atribuída ao verso como vimos anteriormente), e lidavam com fatos que ocorreram no passado.⁶⁸ Essa é uma esquematização ideal acerca da função histórica que esteve presente em um grande número de crônicas, fornecendo-lhes certo grau de coesão. De qualquer modo, a distinção entre história e ficção deve ser encarada de forma cautelosa, uma vez que tal dicotomia é delineada de acordo com o público alvo daqueles textos, isto é, mesmo narrativas que podiam ter sido “inventadas” e modificadas com a finalidade de serem entendidas como verdadeiras, não eram necessariamente fictícias, no sentido de que contavam com a cumplicidade de sua audiência para assim entendê-las e perpetuá-las.⁶⁹

No século XIV, a palavra história relacionou-se com os feitos ocorridos no passado, ao passo que “crônica” remeteu-se a uma espécie de gênero para relatar esse passado, mas que, em certos momentos, aparelhou-se à história, devido à sua ocorrência sinônima com aquela.⁷⁰ Para Thomas Gray, aparentemente há uma distinção entre tais termos e, no prólogo de sua *Scalacronica*, sugere:

Aquele desejo em conhecer como a ilha da Grã-Bretanha [...] foi originalmente povoada, por qual raça (*gent*)⁷¹, sua origem e a processão da linhagem de reis [...] o será capaz de fazê-lo em parte através desta história (*estoir*), uma vez que esta crônica (*cronicle*) registrou tais coisas, do modo como foi relatado em vários livros, em latim e em vernáculo.⁷²

⁶⁷ O termo ficção é datado em língua inglesa por volta de 1375 – 1425, enquanto que em outras regiões da Europa, como França e Alemanha, seu registro remonta aos séculos XI, XII e XIII. Ele pode ser *a priori* delimitado como aquilo que não é entendido como verdadeiro para o período em questão, ou seja, aquilo sobre o qual se fala e/ou escreve mas que não se enquadra nos parâmetros de credibilidade vigentes naquele momento. Cf. IAC. **Dictionary.com**. Oakland, [2014]. Disponível em: <<http://dictionary.reference.com/browse/fiction?s=t>>. Acesso em: 5 ago. 2014. BERGQVIST, K. Truth and invention in medieval texts: remarks on the historiography and theoretical frameworks of conceptions of history and literature, and considerations for future research. **Roda da Fortuna**: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 221-242, 2013. Acesso em: 7 abr. 2014. MATHESON, L.M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J.T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources: using historical sources to discover medieval Europe**. London: Routledge, 2012. p. 25.

⁶⁸ GOETZ, H. W. Historical writing, historical thinking and historical consciousness in the middle ages. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 13-14, maio 2012. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/27?>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

⁶⁹ BERGQVIST, op. cit.

⁷⁰ MICHELAN, K. B. **Um rei em três versões: a construção histórica de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 75.

⁷¹ Mantivemos o termo original em anglo-normando dado que nossa tradução foi realizada a partir da versão inglesa.

⁷² GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 1.

Desse modo, é possível que, para o cavaleiro, história e eventos do passado pudessem ser entendidos como acepções parelhas, ao passo que a crônica era a forma instituída desses registros. Ainda que seu texto lide com informações sobre tempos distantes e, em suas últimas seções, com eventos contemporâneos, a sua escolha por denominar sua narrativa como “crônica” a distingue de outras formas de registro que de certo modo também pretensamente cumpriam com essa função. De qualquer forma, não é possível dizer que a Thomas Gray e a seus congêneres houvesse uma delimitação clara sobre os papéis da crônica e da história, uma vez que os cronistas ligados ao século não sentiram a necessidade de estabelecer uma delimitação mais precisa do seu fazer, pois, naquele momento, ao que tudo indica, história e crônica eram empregadas como sinônimos que abarcavam uma mesma atividade, da qual resultava um produto voltado para questões específicas do momento em que viviam. Entretanto, não podemos ignorar que o apontamento da cronologia, melhor dizendo, a divisão dos eventos que relatam de maneira uniforme, é um dos pilares para atestar sua veracidade.

Tais modos de ordenação da história pelos cronistas aqui relevados fazem-se, sem dúvida, em diálogo com referências do passado. Um dos modelos mais lembrados e repetidos foi elaborado por Isidoro de Sevilla (560 - 636) em sua obra *Etimologias*, destinada à reunião de saberes legados pelos antigos e que veio a definir a história como um ramo acessório à Gramática, pois tudo o que é válido de registro é confiado à escrita.⁷³ O arcebispo manifesta-se não apenas acerca de sua utilidade, onde muitos sábios expuseram os feitos passados da humanidade em histórias para a instrução dos contemporâneos,⁷⁴ pois, através dela, os diversos povos são capazes de realizar a contagem definitiva sobre estações e anos, assim como de investigarem muitas questões indispensáveis através da sucessão de cônsules e reis.⁷⁵ Essa ordenação em anos, que permitiria um melhor conhecimento sobre o passado, estaria diretamente ligada, portanto, à função da história e dos anais, onde a primeira relata eventos dos tempos presentes, enquanto o segundo se refere aos anos anteriores à era de seus escritores.⁷⁶ Cassiodoro (c. 485-c. 585), por sua vez, define a função dos historiadores de recontar o movimento inconstante dos eventos e a história instável dos reinos com esplendor eloquente, porém

⁷³ SEVILLE, I. **The Etymologies of Isidore of Seville**. Translated by Stephen A. Barney [et al.]; with the collaboration of Muriel Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 67.

⁷⁴ Ibid.p. 67.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Ibid.

cauteloso, ao passo que aos cronistas é atribuída uma limitada competência de registrar as sombras das histórias e concisos lembretes dos tempos anteriores.⁷⁷ Essa divisão da história em reinados, ou mesmo anos, era anterior ao tempo de Isidoro. A concepção de uma história cíclica da era clássica dá lugar à cristã e linear, destinada a um fim máximo, a Cidade de Deus; e a ressurreição de Cristo não é apenas um meio para se chegar até ela, mas sim é a própria finalidade da história.⁷⁸

Assim, além da divisão entre os anos anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo, dois grandes modelos foram sugeridos e amplamente copiados durante todo o medievo: o das quatro monarquias⁷⁹, proveniente da Bíblia, e o das seis eras por Santo Agostinho. Sobre o plano que interessa a este trabalho, isto é, o da escrita da história na Inglaterra trecentista, o modelo das seis eras de Agostinho é empregado com mais frequência e, por isso, merece um breve detalhamento. As seis eras, de modo geral, correspondiam da gênese ao dilúvio; de Noé a Abraão; de Abraão a Davi; de Davi ao cativo na Babilônia; do cativo ao nascimento de Cristo; da morte de Cristo à sua segunda ressurreição, que seguiria ao fim do mundo e à Eternidade. Esse modelo é copiado e readaptado, entre outros, por Beda, o Venerável (c. 672/673-735), cuja “História Eclesiástica do Povo Inglês” (*Historia ecclesiastica gentis Anglorum*) é um dos textos de conteúdo histórico que encontra ecos nos cronistas ingleses. O monge empregou e difundiu o uso das seis eras de Agostinho, porém, com duas particularidades em relação aos escritos do bispo de Hipona. A primeira é a subdivisão de cada era em três movimentos interligados, que se moviam em um ritmo de ascensão, apogeu e queda, com a expectativa de que uma nova ascensão viria novamente ao início da era subsequente.

⁷⁷ FOOT, S. Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005. p. 89.

⁷⁸ PATRIDES, C. A. **The phoenix and the ladder: the rise and decline of the christian view of history**. Berkeley, Ca: University of California Press, 1964.

⁷⁹ As quatro monarquias originaram-se por volta do século V, com os comentários de São Jerônimo sobre a visão de Daniel, em que quatro bestas surgem do mar, seguidas por uma quarta com dez chifres e dentes de ferro que devoram as três primeiras e, posteriormente, são mortas por Deus. Outra passagem, ainda no livro de Daniel, trouxe à tona a mesma alegoria. Nela, o rei Nabucodonossor (605 a.C - 562 a.C) sonhou com uma estátua composta por quatro partes, cada uma com um tipo diferente de metal: a cabeça de ouro; o peitoral e as coxas de prata; a barriga e os membros inferiores de bronze; as pernas de ferro e os pés com uma mistura do mesmo metal e barro. O sentido figurativo de ambas é definido como o surgimento de quatro reinos que perseguirão os judeus, mas, no fim, serão destruídos para a libertação daquele povo. Foram associados aos reinos da Babilônia, da Pérsia, da Grécia e de Roma, a vinda do anti-Cristo e ao retorno do messias, culminando no fim do mundo. É interessante destacarmos que a persistência desse modelo de esquematização da história até pelo menos o século XVI, quando o francês Jean Bodin o empregou em seu Método da História, datado de 1566. Cf. SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974. p. 32-34.; GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 116.

Simultaneamente, cada uma das Eras recebia uma comparação com uma das sete idades da vida do homem, indo da infância à decrepitude até alcançar o descanso eterno.⁸⁰

O modelo da divisão temporal desenvolvido por Beda é utilizado de forma mais ou menos contínua até meados do século XII, período favorável à sistematização em oposição à especulação histórica. Dito de outro modo, o pensamento sobre a escrita da história baseou-se na justificativa de que o tempo, lugar e “circunstâncias históricas” poderiam ser relegados a segundo plano na busca pela verdade sobre a natureza do homem e do universo. Desse modo, textos originários de períodos e “meios culturais” diversos poderiam ser organizados para atestarem a verdade da argumentação proposta, relegando a um segundo plano o que poderia ser modernamente denominado como seu “contexto”. Essa espécie de tácito acordo para ignorar a história foi, portanto, condição para que as sumas (*summae*) teológicas, legais e científicas dos séculos XII e XIII fossem criadas e aceitas.⁸¹

Essa preocupação com a sistematização do tempo transparece nas obras de cronistas ingleses, como Henry of Huntington (1088 - 1157), que subdivide, na “História dos Ingleses” (*Historia Anglorum*), a história da ilha em períodos correspondentes aos das cinco “pragas”, como ele denomina as invasões: dos romanos; dos pictos e escoceses; dos anglo-saxões; dos dinamarqueses e dos normandos. Além dele, William of Malmesbury (c. 1095/96 - 1143), na “Crônica dos Reis Ingleses” (*Gesta Rerum Anglorum*), adotou tal esquematização, mas com alterações no que concerne aos períodos anteriores à chegada dos normandos em 1066.⁸²

Uma das crônicas de maior circulação na Inglaterra do século XIV, a *Polychronicon*, de Ranulf Hidgen (c. 1299 - c. 1360), apresentou contornos similares aos de seus predecessores na esquematização temporal, ao menos no âmbito da subdivisão da história em eras. Empregada como referência para cronistas diversos, dentre eles Thomas Gray, essa obra de grande difusão e popularidade se destacou pela erudição que expressou não apenas pela inclusão de um grande número de autoridades, como Plínio, Suetônio, Santo Agostinho, Isidoro de Sevilha, Beda e Geoffrey of Monmouth, mas também pela divisão intencional que realiza de sua obra.⁸³ Conforme consta em sua introdução, o cronista justificou que, “[...] por essa crônica apresentar

⁸⁰ SOUTHERN, R. **History and historians**: selected papers by R. W. Southern. Edited by Richard Bartlett. Malden, MA : Blackwell, 2004. p. 32-33.

⁸¹ Ibid., p. 34.

⁸² GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004. p. 118-119.

⁸³ GRANSDEN, A.-. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 43-48.

conteúdo e feitos de tempos diversos”,⁸⁴ ele decide denominá-la *Polychronicon*, isto é, “[...] a crônica de muitos tempos”,⁸⁵ e continua até a ponderar sobre a partição de sua obra em sete livros, segundo o exemplo do Criador, “que fez todas as coisas sob o número de seis [dias] e descansou no sétimo”. O primeiro livro, assim, descreve os lugares do mundo, e os outros seis os eventos ocorridos de acordo com o número das seis eras.⁸⁶

Tais modelos não são destacados em um primeiro momento nas crônicas de Jean le Bel e Geoffrey le Baker. Contudo, isso não elimina a possibilidade de que, mesmo indiretamente, estivessem entre seu repertório de referências, afinal, os cronistas podem ter acedido a tais saberes, devido ao seu bom nível de instrução e pela necessidade de obterem conhecimentos sobre os anos que antecedem os que são focos de suas narrativas, que podem assim ter sido concebidos dentro de tal perspectiva.

Das crônicas trabalhadas, a do cavaleiro Thomas Gray, único dentre os quatro cronistas que não teve quaisquer laços com uma formação monástica é a que curiosamente pauta a divisão de sua narrativa de forma mais evidente. No prólogo da *Scalacronica*, o cronista elucidou que seu intento de escrevê-la se deu enquanto foi prisioneiro, e lhe causava incômodo não possuir conhecimento sobre os tempos passados,⁸⁷ até que uma Síbila apareceu em seus sonhos e lhe mostrou como conceber aquilo que tinha em mente.⁸⁸ Ela o conduziu para um pomar onde existia uma escada encostada ao lado de uma grande muralha. Essa escada, segurada por um monge franciscano, era composta por cinco degraus e estava apoiada em dois livros valiosos: a Bíblia e os “Feitos de Tróia” (*Deeds of Troy*), em uma referência à mescla dos passados religioso e laico. Cada um dos degraus apontava para uma divisão acerca do conhecimento sobre um período da história inglesa, cuja cronologia de Gray é demarcada a partir do que lhe fora narrado pelas autoridades, às quais acedeu para cumprir seu desígnio de escrever sua crônica e de compreender o que se passou em tempos pretéritos.

Suas especificações sobre as fontes que empregou sugerem uma preocupação “metodológica”, pois, apesar de não ter se dedicado às artes liberais, partilhou do lugar comum

⁸⁴ HIDGEN, R. *Polychronicon Ranulphi Hidgen maonachi Cestrensis*: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1865. v. 1. p. 27.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ GRAY, T. *The Scalacronica*: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 1.

⁸⁸ Ibid., p. 2.

de que, para alcançar a veracidade em sua crônica, era necessário o emprego de autoridades anteriores e do diálogo com seu público alvo. Entretanto, a cronologia disposta em sua narrativa é simbolizada pelos degraus, cada um dos quais, superado pelo cronista apresenta, na altura do degrau e próximo a mão direita, “uma pequena entrada, através da qual era possível entrar em uma grande cidade, onde um mestre, vestido com peles de animais e em um salão de uma mansão senhorial (*manor-house*), escrevia”.⁸⁹ Ali, aponta a Síbila, estava Walter, arquediácono de Exeter, “que traduziu a [crônica] *Brut*, o feitos dos Bretões, o primeiro livro de crônicas desta ilha”.⁹⁰ A cada degrau subido por Gray e a Síbila, o processo repetia-se, alterando-se apenas o responsável pela composição de um texto legitimado pelo costume e pela ancestralidade, isto é, tratava-se de autoridades que emprestariam seu peso à narrativa do cavaleiro. No segundo degrau, eles encontram Beda, no terceiro, Ranulf Hidgen, no quarto, John of Tynemouth, e cada um deles era responsável por um texto acerca de um período da história da ilha, de Bruto aos tempos do cavaleiro, até que chegam ao quinto degrau. Gray solicita à Síbila autorização para subi-lo, porém, esta lhe é negada sobre o pretexto de que:

O quinto degrau não poderás subir, pois representa eventos futuros, [...] e uma vez que venturas pósteras repousam sobre incertezas, com exceção à compreensão divina, devemos deixar as questões celestiais para os eclesiásticos, e as horas e os momentos para aquele poder [divino] as quais elas estão reservadas.⁹¹

A alusão ao fim dos tempos referida na crônica de Thomas Gray se assemelha às divisões anteriores, com o emprego de recursos retóricos tal como a aparição de uma entidade maravilhosa em seu sonho; elementos esses que fazem recordar um longo passado partilhado entre historiadores do medievo. Tratados sobre os sonhos e seu posterior uso como mecanismos literários eram conhecidos pelo menos desde o século XIII, sendo empregados nos textos do afamado escritor trecentista Geoffrey Chaucer⁹², ou mesmo conhecido através do Apocalipse bíblico e do “Sonho de Cipião” (*Somnium Scipionis*) de Cícero, em que os sonhos eram entendidos como caminhos para alcançar conhecimentos superiores, pois aquele que sonha

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 2.

⁹² Godofredo Chaucer.

recebe uma visão educativa, onde lhe é dado acesso a uma moral elevada ou ao reino escatológico, e o indivíduo acordaria esclarecido, pronto para aperfeiçoar sua vida.⁹³

A metáfora da escada torna-se significativa para nosso argumento de que a ordenação textual fornece veracidade ao texto. Se, por um lado, Gray ainda sugere a divisão do tempo em eras, o momento marcante de cada um não está relacionado a acontecimentos divinos, mas a momentos de grandes alterações políticas marcados pela guerra. O registro de Walter é marcado por apontar “os feitos dos Bretões”; o de Beda, “os feitos dos Saxões”; o de Ranulph Hidgen, “a união dos sete reinos saxões”; e o de John of Tynemouth, “a chegada de William, o Conquistador”. O fim dos tempos, isto é, a chegada de uma era de prosperidade com o retorno anunciado do Messias, anteriormente associado às seis eras bíblicas agostinianas ou mesmo em sete idades de Beda, agora tem uma abordagem mais temporal, aproximando-se do modelo das cinco pragas de Henry of Hudington, por exemplo.

De qualquer modo, o próprio título *Scalacronica* (a crônica da escada, em uma tradução literal) sugere não apenas essa preocupação com o fim dos tempos, mas igualmente com o tempo presente. Em primeiro lugar, ela retoma, como dissemos, a tradição da esquematização em eras, um modelo familiar e portanto de fácil aceitação dentre o público receptor da narrativa. Uma segunda acepção para o título, entretanto, pode estar relacionada a questões de demonstração de poderio para seus contemporâneos. Na heráldica do período, era convencional a associação do nome da família a um símbolo que a representasse, e o sobrenome de Thomas Gray é grafado *grai* em anglo-normando, aproximando-se do vocábulo *gree*, que tem de duas acepções em francês arcaico: pode significar tanto “escada” quanto “degrau” – alegoria essa tomada por Thomas Gray devido à presença de uma escada no brasão de sua família⁹⁴, bem como “nível” e “posição” (social).⁹⁵ Ambos encaixam-se perfeitamente nos objetivos presentes de sua crônica,

⁹³ KRUGER, S. T. **Dreaming in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1992. p. 84, 124.

⁹⁴ King aponta que os descendentes de Thomas Gray, posteriormente ao século XV, empregam essa figura heráldica, mas é incerto se o escritor da *Scalacronica* também a empregou, ou se o brasão da família foi alterado no século posterior, justamente em referência à crônica. Cf. KING, A. Introduction. In: _____. (Ed.). **Sir Thomas Gray, Scalacronica: 1272-1363**. Translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 57. Na edição de 1907, o seu editor e tradutor *Sir* Herbert Maxwell apresenta naquela edição outro símbolo heráldico referente ao cronista.

⁹⁵ *Ibid.*

pois Thomas Gray é um membro ascendente da elite bélica do reino,⁹⁶ e seu desejo de lembrar-se das gerações passadas pela genealogia que chegara a seu conhecimento⁹⁷ não se distancia daqueles nobres que patrocinavam indivíduos para que escritos sobre seus feitos e benfeitorias para uma região ou casa religiosa fossem registrados, com a suntuosa diferença de que a pena e o pergaminho são retirados das mãos de escritores clericais e agora são empunhados pelo próprio indivíduo interessado em seu resultado final.

Geoffrey le Baker⁹⁸ e nem o Anônimo de Canterbury oferecem uma divisão cronológica tão clara como a apresentada pelo condestável do castelo de Norham, porém nem por isso deixam de apresentar similaridades. A esquematização temporal realizada por Geoffrey le Baker gira em torno dos reinados dos três Edwards⁹⁹, enquanto que o Anônimo limita sua narrativa da batalha de Crécy (1346) até meados de 1364. Em um primeiro plano, a organização esquemática-temporal de ambas aparenta simplicidade, mas o uso conjunto de elementos, como a escrita em latim e o uso maciço de documentação oficial, juntamente com essa forma de relato cronológico acerca das ações monárquicas nos campos político-administrativo-militar, agem dentro do mesmo sistema que atesta tanto a verdade como sua função pedagógica. O público alvo de tais crônicas possivelmente não seria uma nobreza cavaleiresca, dada a escolha de seus cronistas pelo latim e não o anglo-normando em ambos os casos,¹⁰⁰ mas, para tais audiências, a estruturação de uma cronologia mais ou menos precisa interessa-lhes, na medida em que fornece elementos para a compreensão sobre o tempo presente e um passado próximo, ambos diretamente conectados a temas recorrentes em seu cotidiano. Dito de outro modo, se a escrita da história é feita por homens de algum modo ligados ao século, e sua função exemplar e pretensão à verdade são

⁹⁶ Após a morte de seu pai, Thomas Gray herdou suas terras por volta de 1344, bem como, benefícios da Coroa e se torna o condestável (*constable*) do castelo de Norham, na região de Durham, no extremo norte do reino. Ele também teria lutado na batalha de *Neville's Cross* em 1346, que culminou com a captura de David II (1324 - 1371), rei da Escócia, e no mesmo ano há indícios de que tenha estado entre os magnatas chamados à Westminster para discutir a defesa do reino contra os inimigos externos. Cf. KING, A. **Sir Thomas Gray's Scalacronica: a medieval chronicle and its historical and literary context**, 1998. 88 p. Master of Arts Dissertation, Durham University, Durham, 1998. p. 25. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/4842/>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

⁹⁷ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 2.

⁹⁸ A crônica de Geoffrey le Baker é subdividida entre os reinados de Edward II e Edward III. A seção que lida com o período 1327 – 1329 aparece repetida, embora com pequenas distinções, em um dos dois manuscritos remanescentes, e isso indica que possivelmente pode ter sido a intenção do autor dividi-la em duas crônicas diferentes. Cf. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XXV.

⁹⁹ Expressão comumente usada por autores que se referem ao período de governo de Edward I (1272-1307), Edward II (1307-1327) e Edward III (1327-1377), sendo um dos mais notáveis Michael Prestwich.

¹⁰⁰ BAKER, G, op. cit, p. XXV.

elementos explicativos que podem ser extraídos das crônicas, nada mais natural que suas preocupações e interrogações sobre o presente se direcionem igualmente no sentido de registro de ações ligadas ao monarca e à nobreza local, e não mais a de um futuro incerto sob o domínio apenas de Deus. Isso não significa que tal forma de pensar estivesse em declínio, mas sim que essa escrita da história, voltada para finalidades do século, apresentava características partilhadas por homens a ele pertencentes, da mesma forma que a contemplação sobre os desígnios divinos fora buscada a todo tempo pelos escritores monásticos.

Se não é possível inferir acerca da participação do Anônimo nos conflitos ou se a de Geoffrey le Baker é incerta, e se suas crônicas têm uma recorte temporal infinitamente menor que o de Thomas Gray e uma visível preocupação de ambos com a organização cronológica correta, isto não os isentou de “erros” de datação. Geoffrey le Baker, por exemplo, define como um ataque dos escoceses no ano 1303,¹⁰¹ quando, na verdade, ele se refere a eventos de quatro anos antes, bem como indica de modo incorreto a idade de coroação de Edward III, designando-o como um apto rapaz de onze anos,¹⁰² quando, na verdade, ele tinha quatorze. A narrativa do Anônimo apresenta-se igualmente afetada nesse sentido, uma vez que, ao se referir aos anos que descreve, em geral eles estão incorretos, como a captura de Guines em 1352, que por ele é atribuída a 1350 ou à morte de Philippe II¹⁰³ em 1351, datada de 1350.¹⁰⁴ Esse tipo de “erro”, entretanto, não necessariamente significa que ambos foram negligentes na apuração de informações, mas sim indica para um modo de percepção em sua escrita da história, diferente da nossa, e apontá-las pura e simplesmente como incorretas teria alto teor anacrônico.

Desse modo, ações sequenciais, as quais o leitor moderno espera de um texto historiográfico, simplesmente não faziam parte da forma de concepção da história para aqueles cronistas, e a primeira impressão que podemos vir a ter durante a leitura das edições modernas daquelas narrativas é na falta de um método aparentemente rígido de datação, pelo menos sob nossos padrões hodiernos.¹⁰⁵ Eventos ocorridos em gerações anteriores ou mesmo anos antes de seu registro poderiam tornar-se escorregadios tanto na memória de quem os recordava como de

¹⁰¹ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 1.

¹⁰² Ibid., p. 27.

¹⁰³ Filipe II.

¹⁰⁴ SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: *CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365*. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. XXXV.

¹⁰⁵ BRANDT, W.J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception**. New Haven: Yale University Press, 1966. p. 51.

quem os lia e ouvia. A idade real de um indivíduo, por exemplo, muitas vezes era atribuída e atestada pela chamada “Prova de Idade” (*Proof of Age*), onde homens probos davam seu testemunho para certifi-cá-la, e normalmente era associada não a um ano específico, mas a um outro evento marcante na vida da testemunha, como uma data religiosa, um acontecimento público ou mesmo um fenômeno meteorológico de grande magnitude.¹⁰⁶ Entretanto, a busca por uma sistematização rígida no cômputo do tempo era de profundo interesse por parte dos cronistas medievais, mas que nem sempre eram bem sucedidos em sua empreitada devido às grandes dificuldades envolvidas em tal esforço.¹⁰⁷

No caso de Jean le Bel, observamos que seu empenho em elaborar uma esquematização plausível teve resultados que distaram dos outros cronistas em questão. Sua crônica, ou “livro” (*livre*), como a denomina, apresenta subdivisões em capítulos, e uma simultaneidade narrativa de eventos diversos, em que sua perspectiva procura descrever os eventos através de micro-narrativas que se interpolam e se conectam para a composição de um panorama maior, sempre com a ênfase narrativa centrada nas ações de Edward III. Durante a narrativa, a voz do cronista, através de interrupções no que descreve, tangencia diversos eventos, em geral com a expectativa de que as informações dadas em um primeiro momento sejam retomadas posteriormente.

Em alturas diferentes de sua crônica, esse tipo de recurso é empregado por Jean le Bel, como por exemplo em suas primeiras páginas, nas quais, após serem descritos os eventos do ano de 1327, isto é, a queda de Edward II¹⁰⁸ e o triunfo de seus inimigos, dentre eles John of Hainault, o cronista aponta que não dirá mais nada sobre aquele cavaleiro *até a hora certa*, pois, no momento, deseja retornar [sua narrativa] ao rei Edward [III].¹⁰⁹ A divisão em 109 capítulos, efetuada por Jean le Bel, faz com que destoe das outras crônicas mencionadas, isto é, de uma divisão rígida cronológica para outra pautada pela simultaneidade dos acontecimentos. Sua crônica aproxima-se do modelo dos romances de cavalaria, em que as ações narradas tornam-se interessantes ao ouvinte/leitor devido à criação de um efeito de espera de que algo ocorrerá no

¹⁰⁶ Durante o processo de canonização de Thomas de Cantilupe (c. 1218 – 1282) ocorrido na primeira década do século XIV, os inquisidores papais realizaram um grande número de perguntas para testemunhas da suposta morte e ressurreição do galês William Cragh realizada por intercessão do bispo de Hereford. Uma das questões centrais foi justamente em que ano tal milagre teria ocorrido, e praticamente todas as testemunhas divergiram entre si sobre a data exata.

¹⁰⁷ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 113.

¹⁰⁸ Eduardo II.

¹⁰⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 22-34.

porvir para compor o desfecho dos eventos. Assim, episódios de maior relevância e de conhecimento público, como uma partida dos soldados sob a paga do rei para atacar os inimigos é laureada pela descrição de feitos de armas individuais realizados por homens conhecidos, ou seja, tais realizações supostamente ocorridas em terras distantes e atestadas por testemunhas probas são elevadas à veracidade por se enquadrarem no que poderíamos denominar como “macro-eventos”,¹¹⁰ facilitando assim sua memorização e compreensão.

Outro ponto interessante na crônica de Jean le Bel é que, contrariamente às narrativas de Geoffrey le Baker e do Anônimo, raramente são indicados os anos em que os eventos descritos ocorrem, muito provavelmente porque essa demarcação não deveria ser considerada de grande relevância para o público que lia ou escutaria sua crônica, pois a própria ordenação dos eventos se sobreporia em importância às indicações de tempo e lugar. Sua crônica, portanto, não é marcada pela rigidez cronológica de grandes eventos em sequência, pois paralelamente são denotados os eventos e feitos individuais que configuram de forma plausível e possivelmente esperada a narrativa por ele composta. Os cronistas medievais ingleses, portanto, entendiam a ação humana do mesmo modo que compreendiam a ação da natureza, isto é, como uma série de eventos incontáveis, frequentemente relacionados entre si mas ao mesmo tempo em que possuíam uma estrutura singular. A ação e a mudança sob essa perspectiva medieval não eram implícitas para a natureza humana e suas instituições, pois o estado “natural” era sempre o de um plano pré-existente, e assim a ação humana no mundo era uma perturbação da norma.¹¹¹

Para além da cronologia, a seleção dos temas a serem abordados por todos eles passa pelos múltiplos conflitos que envolveram a nobreza da Inglaterra; os dois surtos de Peste Negra entre o final das décadas de 1340 e 1360; a escassez de alimentos que assola várias localidades do reino; a divisão do papado e da energia dos cristãos, voltada para combates fratricidas, e não

¹¹⁰ Nossa intenção não é colocar tal termo dentro da discussão proposta pelos Annales entre macro e micro história, mas sim destacar que dentro de uma linha narrativa central pautada pelas conquistas de Edward III e de sua nobreza guerreira, eventos individuais são destacados e ganham credibilidade justamente por estarem inseridos dentro de eventos maiores de conhecimento notório por parte da sociedade da época, no caso as incursões inglesas em territórios franceses e escoceses,

¹¹¹ BRANDT, W.J. **The shape of medieval history**: studies in modes of perception. New Haven: Yale University Press, 1966. p. 79

contra os infiéis.¹¹² Esse cenário apocalíptico poderia muito bem ser conectado ao final da Sexta Era, em que a decrepitude do tempo se assemelha à do homem e se observam a prática de vícios que sobrepõem as virtudes. Tais esquematizações não aparecem explicitamente nos escritos dos cronistas em questão, com exceção da *Scalacronica*, como observado anteriormente, porém é cedo para afirmarmos que sua organização textual não mais se destaca por seu caráter teológico, afinal os modelos legados por séculos de escrita monástica não se esfacelaram subitamente. Seja como for, o elemento cronológico foi um dos marcos organizadores que tornaram as narrativas cronísticas críveis ao longo do século XIV, ou ao menos essa teria sido sua pretensão inicial. Como vimos, sua organização, em que a rigidez da cronologia cada vez mais conecta-se com eventos seculares, recebe grande destaque, o que pode vir a indicar, em certa medida, um indício da alteração no entendimento sobre as funções da história para aqueles homens. A atividade compilatória encontrava cada vez menos espaço entre os trabalhos dedicados à escrita da história, enquanto a cronística inglesa do século XIV pouco a pouco tem o seu espaço de composição disputado entre as casas monásticas e os competentes administradores clericais com formação universitária, que assumem papel decisivo no desempenho das funções administrativas durante o governo de Edward III.¹¹³

Findo o nosso questionamento sobre a organização temporal daquelas narrativas, cabe ainda examinarmos um último aspecto, acerca da composição cronística inglesa no século XIV: a quem coube a tarefa de sustentar sua produção naquele momento, e por que o fizeram? É o que veremos logo na sequência.

¹¹² O monarca francês Philippe VI (1293 – 1350) tencionou realizar uma cruzada desde o início de seu reinado contra os infiéis no sul da Península Ibérica, porém em 1331 ele declarou que pretendia guerrear na Terra Santa. Edward III declarou que participaria de tal empreitada, desde que fosse recompensado pelos danos incorridos na Gasconha anos antes. Devido ao crescente clima de tensão e do apoio francês aos escoceses, a Cruzada foi cancelada pelo papa Benedito XII em 1336, frustrando os planos de Philippe VI e corroborando com um elemento extra para as animosidades que culminariam no conflito contra os ingleses. Cf. PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225–1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 306.

¹¹³ No século XIV, uma grande demanda de pessoal capacitado para atividades de grande importância, como o exercício da administração e da diplomacia em seus mais diversos níveis, fez com que os clérigos com treinamento universitário fossem amplamente requisitados tanto dentro dos quadros de gerenciamento da Igreja quanto pelos governantes seculares. Embora a disseminação da capacidade de leitura e escrita entre as diversas camadas da sociedade tenha atingido níveis maiores do que a séculos anteriores, os eclesiásticos gozavam de alta estima no reinado de Edward III, e assim muitos deles acabavam por preferir suas funções religiosas. Cf. WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 141-142.

1.4 A história sobre e para o reino inglês

Uma vez delimitados alguns elementos recorrentes na estruturação dos textos sobre o passado para que fossem entendidos como verdadeiros, é necessário sondarmos um pouco mais sobre o período em que foi possível e necessária a sua elaboração. Em um primeiro momento, não é possível elencar evidências de que as crônicas de Jean le Bel, de Geoffrey le Baker e de Thomas Gray tenham sido conhecidas para muito além do lugar onde foram elaboradas. Enquadrar esses quatro cronistas dentro do panorama da Guerra dos Cem Anos é quase inevitável, porém, importa irmos um pouco além do entendimento de que seu tempo seria um elemento unificador suficiente para explicar as funções que desempenhavam naquela sociedade.

Uma parte significativa da produção cronística naquele momento mostra-se ligada a questões diretamente relacionadas ao século, e por tal razão justificar-se-ia contemplar o cunho político que as mesmas exerciam na sociedade em que eram realizadas. O rei, e mesmo a nobreza, ao acederem e organizarem um passado ideal que se apresentasse de acordo com as configurações do presente, viriam a tecer elementos justificadores de determinadas condutas embasadas pela lei e pela tradição. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em outros reinos contemporâneos, a Inglaterra não registrou a existência de amparo real a centros produtores desse tipo de história, nos moldes realizados em centros que se encontravam em fase de constituição, como a catedral de Saint Denis na França ou a Torre do Tombo em Portugal.¹¹⁴

Diante do que se passou em outros reinos europeus, surge a indagação sobre os possíveis motivos pelos quais os monarcas ingleses não recomendaram e garantiram a produção de crônicas que fixassem uma memória em conformidade com seus valores e interesses. A resposta para tal interrogação não é simples e demanda que seja considerado o contexto da própria produção historiográfica. A existência daquele tipo de prática escrita em outras localidades não necessariamente deveria fomentar algo similar na Inglaterra, pois a circulação de grandes quantidades de informações escritas ainda ocorria lentamente em comparação com os

¹¹⁴ A Torre do Tombo surgiu na segunda metade do século XIV, e dentre suas funções estavam a autenticação e guarda dos documentos, bem como a escrita da história oficial do reino. As crônicas ali produzidas foram concebidas dentro dessa função arquivística, relacionada muito mais com a preservação documental do que com a divulgação de eventos. Cf. MICHELAN, K. B. **Um rei em três versões: a construção histórica de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 83. Aqueles cronistas, que também acumulavam o cargo de guarda-mor, eram assim funcionários régios que escreviam crônicas encomendadas pelos reis e estavam encarregados pela conservação de documentos, ou seja, ambas funções, de historiador e arquivista, se complementavam, e a segunda amparava a produção da primeira. Cf. TEODORO, L. A. **A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 60.

conhecimentos transmitidos de forma oral, no qual o contato dos cronistas com textos de regiões longínquas, se não inexequível, era pouco provável. Uma hipótese, entretanto, acerca desta questão é de que o estabelecimento de uma firme unidade territorial do reino relaciona-se à grande centralização de seu sistema do governo, ou seja, uma vez que ambos os elementos já se encontravam mais amadurecidos do que suas contrapartes continentais, os monarcas não teriam entendido que o incentivo à atividade historiográfica fosse necessário para legitimar suas ações de governança.¹¹⁵

A escassez de crônicas que poderiam ser classificadas como “oficiais” não significa, entretanto, que os monarcas não enxergassem suas utilidades como fontes tanto de informação como de registro e mesmo como potenciais disseminadores de seus intentos. Em pelo menos três momentos do século XIV, os reis da Inglaterra apelaram para o uso de crônicas visando o fornecimento de evidências acerca de questões diversas. Entre as décadas de 1340 e 1350, casas monásticas foram requisitadas a enviarem crônicas para consulta de oficiais ligados ao monarca, pois forneciam informações úteis e eram locais por excelência, pelo menos desde o século anterior, para a preservação de cópias de documentação acerca da governança real. Em 1352, Edward III convocou Ranulf Hidgen para que levasse a sua presença a *Polychronicon*, bem como outras crônicas que estivessem em seu poder, “[...] para falar e tratar com o conselho real a respeito de questões de nosso interesse que lhe seriam explicadas posteriormente”¹¹⁶. O exemplo mais emblemático, entretanto, foi o de Edward I¹¹⁷ que, durante a chamada *Great Cause*¹¹⁸, ordenou que monges ao longo do reino buscassem evidências em crônicas para asseverar seu pleito ao domínio da Escócia, não como seu rei, mas como senhor com direitos feudais sobre o monarca escocês, que deveria prestar-lhe homenagem vassálica.¹¹⁹

¹¹⁵ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 154.

¹¹⁶ GRANSDEN, A. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 141, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1º abr 2014.

¹¹⁷ Eduardo I.

¹¹⁸ A *Great Cause* (Grande Processo, em uma tradução livre) ocorreu em 1291, após a morte do rei escocês Alexander III em 1286 sem deixar herdeiros diretos. Com isso, foi aberta uma disputa ao trono com mais de uma dezena de nobres, sob o julgamento de Edward I, para deferir quem teria o direito de assumir a Coroa. Contudo, sob a justificativa de que a interferência do rei inglês na governança da Escócia era contrária as leis do reino, a nobreza apoiou o novo monarca, John Balliol, em sua luta posterior contra os ingleses, nas chamadas “Guerras de Independência Escocesa”. BARROW, G. W. S. **Robert Bruce and the community of the realm of Scotland**. Berkeley: University of California Press, 1965. p. 28 – 51.

¹¹⁹ PRESTWICH, M. **The three Edwards: war and state in England, 1272-1377**. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980. p. 44.

Embora ainda não seja possível esboçarmos uma possível explicação acerca da não existência do amparo real para a produção de textos históricos, podemos aventar a hipótese de que a forma de organização dos grupos detentores de poder na Inglaterra, ou seja, o forte regionalismo, com alianças e fidelidades que se projetavam sobre os senhores tradicionais daquelas terras, pode explicar o fato de um grande número de crônicas priorizarem as questões locais. Não é incomum aos cronistas realçarem os feitos de certos indivíduos que interessavam primordialmente à comunidade à qual pertenciam, como o relato exclusivo sobre a morte do conde Humphrey Bohun na batalha de Boroughbridge, em 1332, por Geoffrey le Baker. Ali, o cronista oferece informações com um nível de detalhamento interessante, a princípio apenas àquela comunidade nobiliárquica onde ele exercia sua autoridade, pois normalmente a morte de um nobre era relatada dentro de um esquema indicando o dia, a forma como faleceu e a recomendação de sua alma para a eternidade. No caso de Humphrey Bohun, o público é informado de que “[...] o nobre estava cruzando uma ponte e não esperava que um inimigo estivesse sob seus pés quando, através de um buraco no entabuamento, um galês o trespassou na virilha”.¹²⁰ Thomas Gray também fornece indícios deste tipo de detalhamento regional, quando, por exemplo, aponta que os escoceses:

Infestaram toda a Nortúmbria através da maldita convivência dos falsos homens da região, com exceção os [do castelo de] Norham, onde um cavaleiro, Thomas Gray [o pai do cronista] juntamente com seus amigos mais próximos, o guarneceu por onze anos, suportando todo o tipo de agruras, e certamente seria um fardo para qualquer um elaborar a história daquele castelo.¹²¹

O peso que tais ligações exerceram é apenas mais um dos elementos para tratarmos da questão em pauta, ou seja, tratarmos da inexistência dos centros produtores de histórias ditas “oficiais”. De qualquer modo, ela é um dos pontos a serem desdobrados para a configuração de uma resposta mais precisa, uma vez que pudemos observar, ao longo das crônicas, a descrição de elementos regionais, em vários momentos da narrativa, de maneira a torná-los primordiais e recorrentes naqueles textos, enquanto, dentre outras possíveis informações relacionadas à nobreza de localidades mais longínquas, se destacam, em geral, os feitos que de algum modo partilharam de características que talvez tenham sido entendidas como merecedoras de registro para os

¹²⁰ BARBER, R. Introduction. In: LE BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 13.

¹²¹ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 50.

leitores/ouvintes do cronista. Assim, do mesmo modo que por vários séculos a nobreza se incumbira de amparar os monastérios, e desse modo ter o seu nome, feitos e direitos sobre a região asseverados pelas crônicas ali compostas, nesse momento, torna-se interessante realizar a paga de homens com conhecimentos sobre a escrita, para que exerçam tal atividade. No século XIV, a posse e manutenção de terras e títulos era um demonstrativo claro da riqueza e poder da nobreza nas localidades que compunham as regiões diversas do reino, e delas decorria sua autoridade como representantes do rei em questões políticas, administrativas e militares. Porém, terras e títulos por si só não eram garantidores desse *status*, pois a obtenção das lealdades locais era um lento processo que decorria do estreitamento de laços com outras famílias da região, através de mecanismos como casamentos e assistência daqueles que estavam abaixo na hierarquia social.¹²²

É importante destacarmos, entretanto, que, se parte significativa da escrita histórica estava sendo realizada por homens ligados ao século, o reino não estava desprovido de monastérios que pudessem assumir o posto de centros de produção de uma história oficial. Trata-se do monastério beneditino de Saint Albans e da abadia de Westminster, que, muito embora não fossem mantidos pela realeza, por séculos ofereceram aos cronistas facilidades que não tinham correspondente em nenhum outro espaço do reino. Suas bibliotecas continham histórias (*histories*) e crônicas que poderiam servir como modelos historiográficos, além de documentos arquivados, como cartulários e outros de natureza administrativa; o que supria as necessidades de materiais acerca da história tanto do passado distante quanto de períodos recentes. Além disso, como administradores das terras locais, as informações chegavam aos cronistas oralmente, ainda que de maneira indireta.¹²³

Durante o reinado de Edward III, a produção cronística monástica, entretanto, decaiu qualitativa e quantitativamente, na contramão de suas correlatas laicas,¹²⁴ mas mesmo assim ambos os monastérios ocuparam lugar de destaque, no que diz respeito à produção cronística, ao longo dos séculos XII ao XIV. Destaque possivelmente devido a suas respectivas localizações geográficas, bem como à proximidade com o centro de poder do reino, Saint Albans, que se

¹²² GIVEN-WILSON, C. **The English nobility in the late middle ages**. London; New York: Routledge, 2003. p. 161-162.

¹²³ GRANSDEN, A. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 134, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

¹²⁴ Id. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 101.

localizava à cerca de 30 quilômetros de Londres, enquanto em Westminster estava a própria sede do governo monárquico desde 1066.¹²⁵ O monastério de Saint Albans teve, entre seus cronistas de renome o supracitado Matthew Paris (c. 1250 - 1259), responsável pela “Flores da História” (*Flores historiarum*) e Thomas Walsingham (? - 1420), autor da *Chronica Maiora*, ao passo que Westminster não se destaca por obras singulares, mas pela continuação de textos célebres, por Robert e John of Reading, como a da supracitada *Polychronicon*, ou o *Flores historiarum*.

De qualquer forma, o caso de Westminster merece um pouco mais de destaque, pois, para além de estar no centro da governança monárquica inglesa, no século XIII, Henry III¹²⁶ (1216-1272) dispense parte de seu reinado em conflitos contra os franceses, e nem mesmo o acordo de cessação de armas proposto pelo Tratado de Paris (1259) consegue pôr fim às animosidades. Ao invés disso, elas são transferidas para um outro campo, o da transformação de Londres e da supracitada abadia em símbolos de poder que pudessem rivalizar com Paris e Saint Denis em vários aspectos, seja através de reformas arquitetônicas opulentas, seja na decisão de tornar Westminster o principal mausoléu para os soberanos Plantagenetas, dando-lhe assim um *status* político de destaque.¹²⁷ Politicamente, esse desejo parece ter sido continuado por seus sucessores, quando, ao longo do século XIV, vários dos órgãos governamentais, como a corte de justiça (*chancery*) e o erário (*exchequer*), foram transferidos para lá.¹²⁸ Entretanto, no caso da produção cronística, o que se observou foi o florescimento de Saint Denis, responsável pela produção das “*Grandes Chroniques*”,¹²⁹ enquanto Westminster não gozou da mesma condição em relação aos monarcas ingleses. Mesmo com tal proximidade da governança do reino, as crônicas produzidas em ambos os monastérios ingleses parecem não ter tido uma circulação significativa, e seu declínio é evidente, particularmente o de Saint Albans, que, ao final do século, contava apenas

¹²⁵ HARVEY, B. F. *Westminster abbey and its estates in the middle ages*. Oxford: Clarendon Press, 1977. p. 25.

¹²⁶ Henrique III.

¹²⁷ JORDAN, W. C. *A tale of two monasteries: Westminster and Saint-Denis in the thirteenth-century*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2009.

¹²⁸ GIVEN-WILSON, C. *Chronicles: the writing of history in late medieval England*. London: Hambledon and London, 2004. p. 155.

¹²⁹ No caso de Saint Denis, o culto aos reis Capetos resulta de uma noção jurídica relativamente fraca da coroa em comparação com outros reinos, como a própria Inglaterra. Desse modo, uma forma de coesão encontrada é a elevação do monarca como símbolo de poder máximo e unificador daquelas diferentes comunidades, onde sua santidade real, personalidade religiosa e identidade histórica são facilmente associáveis umas as outras, colaborando para a construção de um reino francês cujo caráter distintivo era justamente a posição de liderança do rei frente ao reino e a nobreza. Cf. SPIEGEL, G. *The past as text: the theory and practice of medieval historiography*. London: John Hopkins University Press, 1997.

com um único indivíduo exercendo o cargo de cronista, no caso o próprio Thomas Walsingham.¹³⁰

Desse modo, não é possível elencarmos nomes dentre os cronistas ingleses do século XIV que poderiam receber o epíteto de “cronista-mor” do reino, nos moldes do português Fernão Lopes. Todavia, as guerras travadas pela Coroa, ou melhor, a defesa de interesses monárquicos “legítimos” através do conflito bélico não deixam de ser temas recorrentes em todas as crônicas aqui trabalhadas. Thomas Gray e Geoffrey le Baker tratam de tais questões nos reinados de Edward II e Edward III, enquanto Jean le Bel e cronistas como o Anônimo de Canterbury circunscrevem suas narrativas apenas ao governo do último. A organização de crônicas que concernem ao período relativo ao século XIV poderia ser pautada por outros tópicos diversos, como a disseminação de informações; a manutenção de registros e o incentivo da nobreza local,¹³¹ porém, cada qual a seu modo, todos têm por meta, direta ou indiretamente, o relato sobre os feitos e ações dos monarcas no campo de batalha, na administração do reino ou em detalhes que esboçam traços pessoais associados à conduta da nobreza em momentos diversos. Esse ponto ganha destaque se considerarmos que todos têm interesses laicos, ou seja, na passagem da escrita da história do claustro monástico para os cuidados de leigos, a vida do monarca não é mais pautada por valores como a santidade e a retidão, e sim pela associação feita entre o rei e sua capacidade de governança face a questões ligadas diretamente ao cotidiano.

As crônicas compostas nesse período intermitente de conflitos apresentam também duas outras características em comum: a descrição do inimigo e o término das narrativas em momentos de vitórias bélicas. Ambas derivam do ávido interesse daqueles homens pela guerra e seus desdobramentos, mas também apresentam particularidades que visam a construção de um discurso legitimador dos conflitos, uma vez que, em diversos momentos das campanhas, os ganhos materiais foram questionados quando colocados em contrapeso com os gastos diversos empreendidos em nome do pleito de Edward III à Coroa francesa.¹³² Essas questões refletem-se nas preocupações da nobreza, pois eram relativamente comuns os casos daqueles que ganhavam

¹³⁰ TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 63-74.

¹³¹ GRANSDEN, A. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 135-138, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

¹³² O pleito de Edward é questionado pela historiografia moderna no sentido de que ele seria a razão cabal para a declaração de hostilidades contra os franceses. Existem incertezas acerca da seriedade das intenções de Edward III nesse sentido, sendo possível que o mesmo fosse utilizado apenas para justificar sua intervenção em áreas como a Gasconha e Flandres, de alto interesse econômico para os ingleses. Trataremos desta questão no capítulo 3. Cf. PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225 – 1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 308.

ou perdiam tudo nas incertezas da guerra,¹³³ e o registro de feitos e ações em campo de batalha despertaram o interesse presente de duas maneiras. Primeiramente, era necessário que seus nomes fossem preservados para as gerações posteriores, como exemplos de conduta – fato que em vida lhes traria honra e reputação pessoal, tão estimadas no período. Em segundo lugar, seu papel como líderes locais pode ser favorecido através de sua conduta no conflito, no qual a associação entre liderança militar e político-administrativa era evidente, bem como se esperava que se comportassem de acordo com padrões partilhados pela sociedade do período; e justamente nas crônicas se encontram instrumentos valiosos para a manutenção de sua condição na sociedade inglesa trecentista.

Se o reino não produziu uma história oficial, como observamos, é inegável, entretanto, que sua utilidade não passou despercebida para muitos daqueles dirigentes do reino. Ao retomarmos as reflexões anteriores, em especial a de que a escrita da história teve entre seus parâmetros a busca pela verdade, que viria imbuída tanto pela forma prosaica como pela ordenação, em geral cronológica, e que possui fortes influências regionais para sua composição, outros questionamentos vem à tona.

Destarte, tais pontos são recorrentes no fazer de homens não mais restritos às ordens religiosas, porém, ainda não é possível apontarmos claramente em que medida esse contato com o século influenciou no produto final de suas narrativas. Cabe, primeiramente, desdobrar, no capítulo subsequente, como os entendimentos sobre um passado comum são construídos por aqueles cronistas, para, no capítulo final, desdobrarmos o peso da profissão de fé em torno da verdade e do passado, nas crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, na construção de um discurso legitimador dos conflitos contra escoceses e franceses.

¹³³ A redistribuição de riquezas através do ganho e perda de dinheiro e propriedades foi algo comum àquele período, onde camponeses e nobres de poucas posses se tornaram extremamente ricos devido às suas habilidades marciais. Dois casos exemplares foram o de Robert Salle de Norfolk, um homem com ligações servis (*bondsman*) que foi recrutado para lutar na Bretanha em 1340, e segundo Froissart tornou-se cavaleiro pela graça de Edward III, bem como teria conseguido uma fortuna substancial antes de 1380, data de sua morte. Cf. FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971. p. 10. Além dele, Robert Knolles, que segundo Jean le Bel “[...] trabalhava no comércio de tecidos quando a guerra começou [...], mas agora, por uma mistura de sorte e logro, se tornou senhor de castelos em Saintonage, Poitou e na Bretanha.” Cf. BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

CAPÍTULO 2: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA NOBILIÁRQUICA

2.1 Os cronistas: testemunhas em ação

Na Inglaterra trecentista, um dos pontos em comum entre a escrita cronística monástica e aquela com interesses marcadamente temporais foi o registro da guerra e de seus desdobramentos. Notadamente ao norte do reino, onde as incursões escocesas tornaram-se frequentes desde as décadas finais do século anterior, os mosteiros muitas vezes partilharam dos mesmos infortúnios infligidos às cidades, vilarejos e castelos, não sendo incomum, portanto, os comentários nas narrativas acerca dos danos causados por aqueles inimigos. Durante seu relato, composto ao início do século XIV¹³⁴, o cronista do mosteiro de Lanercost, localizado na região fronteiriça de Cumberland¹³⁵, descreve a destruição causada pela passagem de hostes por aquela localidade em 1297:

Neste saque, eles excederam em crueldade toda a fúria dos pagãos; quando não podiam capturar os fortes e jovens que fugiam, manchavam seus braços [...] com o sangue dos mais fracos, velhas, mulheres com crianças de colo e mesmo crianças com dois ou três anos de idade, [...] e erigiam crianças do tamanho de um palmo perfuradas com lanças [...]. Além disso, atearam fogo em igrejas consagradas, [...] violaram mulheres dedicadas a Deus, assim como aquelas casadas e mesmo garotas, tirando-lhes a vida ou roubando-as após saciarem sua luxúria [...]. Três mosteiros [...] foram destruídos – Lanercost, dos Cânones Regulares; e Hexam, da mesma ordem, e aquele das freiras de Lambley; e em todos aqueles casos a devastação não pode de modo algum ser atribuída ao valor de guerreiros, mas a conduta pusilânime de ladrões, que atacaram uma comunidade mais fraca onde provavelmente não encontrariam nenhuma resistência.¹³⁶

Assim como seus correlatos monásticos, os cronistas laicos ingleses, ou melhor, aqueles com interesses e participação no mundo secular durante o reinado de Edward III, em grande parte estavam ligados à hierarquia da Igreja. São escassos os casos conhecidos de homens leigos

¹³⁴ GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 12 – 14.

¹³⁵ Cúmbria.

¹³⁶ **THE CHRONICLE** of Lanercost: 1272-1346. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913. p. 136.

ligados ao registro da história e manutenção da memória¹³⁷, mas de qualquer forma uma parcela considerável das crônicas escritas ao longo do século XIV apresenta um traço em comum: a composição por homens com formação religiosa que, de algum modo, possuíam laços estreitos com o mundo temporal. Tais indivíduos, de forma geral, participam da administração burocrática das cortes locais, assim como de missões diplomáticas, cerimônias solenes e outras atividades diretamente ligadas aos centros de poderes, onde acediam a possibilidade de observá-las diretamente, ou mesmo, em certos casos, de obterem informações de seus realizadores, homens aqueles de alta reputação, embasando assim seus relatos naquilo que ouviram de tais testemunhas. Essa proximidade com indivíduos intimamente ligados à esfera de decisões políticas do reino aparece expressa em suas narrativas através de uma “convicção” da superioridade nobiliárquica sobre outros grupos, os primeiros dos quais estariam predestinados aos postos de liderança desde seu nascimento, e a escrita da história viria a corroborar tal sentimento imputando-lhes características nesse sentido, muito embora os segundos, isto é, homens ligados majoritariamente a atividades mercantis e financeiras, ainda que muito lentamente, também tivessem iniciado suas primeiras letras no ramo da composição histórica, quaisquer que fossem suas finalidades.¹³⁸

Durante o reinado de Edward III, estima-se que aproximadamente dezenove crônicas tenham seus registros conhecidos atualmente, das quais ao menos doze têm sua autoria parcialmente delimitada.¹³⁹ Entretanto, tal dado deve ser considerado com cautela, pois devido à falta de informações mais precisas, não se pode mensurar com exatidão os anos de início e término de suas escritas. Assim, por exemplo, a *Cronica Majora*, de Thomas Walsingham e a

¹³⁷ Em meados da primeira metade da década de 1350, Henry, duque de Lancaster, escreve o “Livro de santos remédios” (*Le livre de seyntz medicines*), um texto de caráter devocional mas que apresenta sua perspectiva sobre os eventos ligados aos conflitos contra os franceses na década anterior. Além dele, seu contemporâneo francês, Gaston Fébus (1331 – 1391), conde de Foix, escreveu outros dois textos sob a ótica secular: o “Livro da Caça” (*Le Livre de la Chasse*), um manual voltado a prover informações sobre um dos passatempos favoritos da nobreza, e o “Livro das Orações” (*Le Livre des Oraisons*), de caráter também devocional. LABARGE, M.W. Henry of Lancaster and Le livre de seyntz medicines. *Florilegium*, v. 2, p. 183 – 191, 1980.

¹³⁸ Naquele momento, parecem ter proliferado os livros de operações contábeis, que não apenas registravam o movimento mercantil como também apresentavam reflexões ético-morais e, em certos casos, apontamentos sobre a história familiar, ou melhor, sobre a genealogia e as relações de parentesco de seus compositores. HAY, D. **Annalists and historians: western historiography from eighth to eighteenth centuries**. London: Methuen; New York: Harper & Row, 1977. p. 78.; RICHARDSON, M. **Middle-class writing in late medieval London**. London: Pickering & Chatto, 2011. p. 155 – 156.

¹³⁹ Esse levantamento, reproduzido a partir da listagem apontada por Gransden, pode encontrar-se defasado atualmente, pois seu estudo foi realizado na década de 1970. Entretanto, sua citação serve como um parâmetro para balizarmos, um número aproximado de crônicas produzidas no período trecentista e que foram legadas aos dias de hoje. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 499.

Continuation Chronicarum de Adam of Murimuth têm em comum a descrição das primeiras duas décadas daquele governo. Entretanto, o primeiro cronista teria iniciado sua produção a partir do decênio de 1360¹⁴⁰, enquanto o segundo, morto por volta de 1347¹⁴¹, teria escrito simultaneamente aos eventos narrados. Esse distanciamento temporal entre a elaboração de ambos os relatos pode trazer à tona uma série de problemas, como o acesso a fontes, a testemunhas, ao interesse de seus leitores/ouvintes e ao cerceamento do que poderia ou não ser dito, uma vez que o próprio tempo da composição histórica pode influir diretamente sobre os contornos de sua produção.

Considerando tais questões, nosso enfoque torna-se restrito a crônicas que não necessariamente têm seu recorte temporal limitado entre as décadas de 1340 e 1360, mas sim que foram obrigatoriamente elaboradas dentro daquele balizamento temporal. Tal circunscrição foi traçada ao considerarmos certas características que viriam a influir na escrita da história coetânea, bem como no olhar lançado pelos cronistas¹⁴² para períodos anteriores àquele, ou seja, tivemos em mente as importantes vitórias inglesas contra escoceses e franceses, que permitiram, em um curto espaço de tempo, a expansão territorial no continente e a imposição da autoridade régia no espaço setentrional do reino. Tais aspectos se refletem em um aparente aumento da produção histórica, que ao mesmo tempo em que se desenvolve conjuntamente com a disseminação da capacidade de leitura e escrita¹⁴³ também é indubitavelmente impulsionada pelas possibilidades tanto de ganhos materiais como também de elevação honorífica para a nobreza patrocinadora. Se o reinado de Edward II foi marcado por momentos vexatórios que, aos olhos coevos, vão desde a incapacidade administrativa do rei até a submissão da coroa aos interesses dos inimigos, com a maioria de Edward III, a situação toma outros contornos, nos quais a centralidade administrativa e sua firme disposição de combate aos inimigos se apresentam através da

¹⁴⁰ Seu responsável, Thomas Walsingham, morreu por volta de 1422, quarenta e cinco anos após o decesso do monarca. O estudo mais recente sobre sua vida está na introdução da nova edição de sua crônica, que conta com a tradução apenas do período entre 1376 - 1422. PREEST, D. Introduction. In: WALSINGHAM, T. **The Chronica Maiora of Thomas Walsingham: 1376 – 1422**. Translated by David Preest, with annotations and notes by James G. Clark. Woodbridge: Boydell Press, 2005. p. 7.

¹⁴¹ GRANSDEN, A. **Historical writing in England I**: c. 550 to 1307. London: Routledge, 2000. p. 29.

¹⁴² O estudo da autoria das crônicas, no sentido moderno de atribuição de um texto à um indivíduo isoladamente, foi negligenciado nos estudos sobre o medievo até o início do século XX. Na Inglaterra, James Tait e Richard Southern foram dois dos historiadores que apontaram para a necessidade do entendimento da narrativa como fruto de intencionalidades de seus compositores, e que por isso mesmo estes últimos merecem estudos para que a compreensão do texto seja mais completa. LAKE, J. Authorial intention in medieval historiography. **History Compass**, v. 12, n. 4, 2014. p. 344 – 345.

¹⁴³ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 152.

reafirmação sobre os adversários, primordialmente franceses, que décadas antes impunham suas vontades aos ingleses, senão pela força, então pela lei.¹⁴⁴

Assim, nossa escolha acaba por relegar a um segundo plano textos diversos produzidos contemporaneamente, como os de Robert of Avesbury, John Barbour e do heraldista do cavaleiro John Chandos, que muito embora partilhem de alguns dos preceitos supracitados, não se enquadram na delimitação que propusemos por uma série de questões. O primeiro, por exemplo, compôs sua narrativa por volta da década de 1350 e trata do período de 1339 – 1356, em que o cronista estava ligado à administração local no cargo de “Mantenedor de registros” (*Keeper of the Registry*) da corte de Canterbury, e quase todo o corpo de seu texto refere-se aos conflitos continentais, porém não é possível inferirmos se o mesmo possuiu experiência prática no campo de combate, tendo sua crônica sido realizada a partir apenas de documentação escrita e testemunhos orais¹⁴⁵. Já o segundo, embora também contemporâneo, destaca em sua *The Bruce* os conflitos anglo-escoceses até 1332, porém seus interesses estão voltados primordialmente às vidas de nobres escoceses como Robert Bruce e James Douglas.¹⁴⁶ O terceiro teria acompanhado seu senhor durante as campanhas encabeçadas pelo Príncipe Negro, o qual é a personagem principal de seu texto. Entretanto, o heraldista não escreve uma crônica propriamente, mas sim um poema¹⁴⁷, o qual pode vir a apresentar especificidades textuais que não poderiam ser analisadas indiscriminadamente em conjunto com o corpus selecionado sem levantar outros tipos de interrogações que fugiriam de nosso escopo interpretativo.

Tais critérios, pois, justificam a restrição às três crônicas: a *Scalacronica*, de Thomas Gray, a crônica de Geoffrey le Baker e as “Crônicas Verdadeiras” (*True Chronicles*) de Jean le Bel. Um quarto texto, a *Chronicle of Anonymus of Canterbury* (Crônica do Anônimo de Canterbury), figurará, ainda que de forma secundária, entre as fontes analisadas. Como aponta o nome de sua edição moderna, não se sabe ao certo quem seria seu autor, não sendo possível dizer

¹⁴⁴ Ao menos desde o início o reinado de Edward I o rei da França poderia exigir serviços militares do monarca inglês pelo seu status de duque da Aquitânia. Essa situação vexatória, como veremos no capítulo posterior, foi um dos motivos para a deflagração do conflito aberto entre ambas as coroas. Cf. PATOUREL, J. The origins of the war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971. p. 32 – 33.

¹⁴⁵ GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 70.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 81.

¹⁴⁷ **THE LIFE** of the black prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910. p. 135.

se, assim como Robert of Avesbury, teria ou não participado ativamente dos conflitos. Entretanto, optamos por incluí-la no *corpus* documental pelas seguintes razões: ela foi escrita simultaneamente àquelas outras três crônicas; restringiu-se àquele período, ou seja, entre 1346 – 1365; a localização do cronista em Canterbury, próximo à sede do poder régio permite, em tese, acesso a testemunhos de indivíduos que participaram ativamente dos conflitos; e, principalmente, além de sua perspectiva, a princípio destoante dos outros cronistas e voltada a aspectos burocráticos, tornar rica sua comparação com as outras crônicas, pois ao mesmo tempo em que há um distanciamento em relação às outras narrativas, seu texto comunga de pontos em comum com o daqueles outros homens, como a ênfase na guerra e a perspectiva apoiadora dos ingleses, fornecendo indícios mais relevantes sobre o fazer histórico daquele momento.

Outra razão para a nossa escolha daquelas três primeiras fontes deu-se em razão de terem sido escritas entre as décadas de 1340 – 1360, além de receberem o comissionamento por membros da nobreza e terem sido compostas por homens diretamente engajados nos conflitos. Ao longo do capítulo, interessa-nos observar, a partir da inquirição e do mapeamento de tais funções, bem como no de seu peso para aquelas narrativas, se as crônicas produzidas por indivíduos, cada qual a seu modo inserido dentro dos círculos nobiliárquicos, partilharam, ainda que minimamente, de certas similaridades na forma como a história foi registrada, permitindo-nos assim delinear alguns dos preceitos existentes em tal fazer naquele momento.

Por hora, elencaremos então características sobre quem teriam sido aqueles cronistas para posteriormente considerarmos algumas das características em comum que dão forma a seus escritos. Para perscrutarmos aspectos relevantes sobre aqueles três cronistas e assim tentarmos compreender sua concepção sobre o que deve ser lembrado e, portanto, registrado, devemos considerar a partir de onde aqueles homens escrevem. Isso significa dizer que, se o intenso contato com a atividade bélica e o mundo laico são pontos que os diferenciam dos cronistas estritamente monásticos, tracemos então, a partir de suas próprias narrativas, de fontes coetâneas e também de outros estudos especializados, informações que nos permitam afirmar seu lugar social no período trecentista.

Jean le Bel, o cronista flamengo que parece ter desfrutado de avultantes recursos financeiros e de boas ligações com a nobreza, é mencionado pelo seu contemporâneo, o também cronista Jean Froissart. Este último professa que a parte inicial de sua narrativa será embasada:

[...] na crônica verdadeira [...] de Jean le Bel, à qual conferiu grande cuidado e diligência, e a continuou até o ano de sua morte, não sem grandes empecilhos e gastos, com os quais ele não se importou, pois era rico e poderoso, [...] além de respeitado por *Sir John de Hainault*, [...] que além de desempenhar papéis importantes em muitas nobres empreitadas, tinha ótimas relações com vários reis”.¹⁴⁸

Nascido em 1290 em Liège, Jean le Bel descendia de uma família que contava com grande renome regional. Foi descrito como um bom justador (*jouster*), amante da caça, da falcoaria e de uma jovem senhorita de reputação, Marie de Prés; faustoso com relação à comida e bebida; possuidor da competência para a composição de versos, era o centro de um grande grupo de seguidores e de um círculo social e cultural ativo.¹⁴⁹ Foi dentro desse contexto de pessoas influentes com as quais convivia que acedeu às informações que viriam a constituir sua crônica, seja pelo contato direto com cavaleiros e outros nobres, ou mesmo gastando quantidades consideráveis de seus recursos para tal finalidade, como apontado por Froissart.¹⁵⁰ Ainda segundo Jacques de Hemricourt (1333 – 1403), Jean le Bel, embora fosse um clérigo, estava sempre vestido “aos modos de um *banneret*”¹⁵¹[...], nunca indo à igreja sem uma escolta de menos de vinte pessoas, e os membros de seu séquito eram instruídos a estarem sempre preparados para entreterem os visitantes eminentes de Liège”. E mais, quando quer que [Jean le Bel] visse um estrangeiro de reputação, fosse, prelado, cavaleiro ou pajem, convidava-o para cear.¹⁵² Não obstante, sua notoriedade também proporcionou-lhe a oportunidade de ser um dos cinco canônicos de Liège que tomaram parte nas deliberações sobre a disputa do feudo de Looz, um

¹⁴⁸Cf. The chronicles of Jean Froissart. Disponível em: http://www.maisonstclair.org/resources/chronicles/froissart/book_1/ch_001-025/fc_b1_chap000_preface.html. Acesso em: 29 jun 2014.

¹⁴⁹ As afirmações acerca de Jean le Bel são realizadas a partir dos apontamentos e traduções feitas por Diane Tyson e Antonia Gransden sobre as descrições que dois de seus contemporâneos, Jacques Hemricourt (1333 – 1403) e Jean d’Outremeuse (1338 – 1400), também cronistas, realizaram sobre ele. TYSON, D. Jean le Bel: portrait of a chronicler. *Journal of Medieval History*, n. 12, 1986, p. 316; GRANSDEN, A. *Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century*. London: Routledge, 2000, p. 84.

¹⁵⁰ BRYANT, N. Intro. In: *The true chronicles of Jean le Bel: 1290 – 1360*. Translated by Nigel Briant. Woodbridge: Boydell Press, 2011, p. 3.

¹⁵¹ O título de *banneret* servia para diferenciar os cavaleiros (*knights*) de posições mais altas, e a eles eram atribuídos certos privilégios como a permissão de que seus vassalos os acompanhassem em batalhas como o uso de um estandarte diferenciado em forma quadricular e o pagamento em dobro em relação a outros cavaleiros de posições inferiores quando estivessem em campanha militar. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. *A dictionary of medieval terms and phrases*. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 30 – 31.

¹⁵² TYSON, D. Jean le Bel: portrait of a chronicler. *Journal of Medieval History*, n. 12, 1986, p. 316.

dos mais importantes daquela região, onde o cronista e seus pares tomaram posições favoráveis ao nobre local em detrimento dos cidadãos.¹⁵³

De qualquer forma, não somente de testemunhos alheios podemos traçar a figura daquele cronista. Ele próprio fornece indicações de seu prestígio e de sua ligação com atividades bélicas em algumas passagens de sua crônica. A mais significativa delas talvez seja quando se refere ao engajamento pessoal na campanha organizada sob a paga de Edward III para combater Robert Bruce¹⁵⁴ em 1327. Segundo Jean le Bel, fora convocada uma reunião (*muster*)¹⁵⁵ de guerreiros em York, dentre os quais estavam *Sir* John of Hainault, seu patrono,¹⁵⁶ e sua grande companhia, que conta dentre seus membros, com “Jean le Bel, cânone de Liège, acompanhado por seu irmão, Henry, além de *Sir* Godofroy de la Chappelle, *Sir* Huars d’Ohay e *Sir* Jean de Libine, todos os quatro sagrados cavaleiros naquela localidade”.¹⁵⁷

Ainda segundo Jean le Bel, ao chegarem ao mosteiro às margens do rio Ouse, na Inglaterra, um grande banquete fora realizado, no qual “pratos diversos foram servidos de forma abundante, em tipos tão exóticos que não seria capaz de nomear ou descrever a todos eles”.¹⁵⁸ A partir desse ponto da narrativa, sua crônica ganha uma surpreendente vivacidade, e nos fornece boas pistas sobre a experiência bélica do cronista, quando o mesmo se declara testemunha ocular dos eventos que se seguiram. Após a refeição, “uma grande escaramuça irrompeu entre os pajens de Hainault e os arqueiros ingleses devido a uma briga ocasionada por um jogo de dados”¹⁵⁹, no qual os segundos “começaram a atirar furiosamente, como se desejassem matar nobres e servos igualmente: eu estava lá, e meus companheiros e eu não conseguimos chegar às nossas tendas para nos armarmos”.¹⁶⁰ Os arqueiros, entretanto, foram massacrados, porém Jean le Bel e seus

¹⁵³ BALAU, S. (Ed.). **Chroniques liégeoises**. Vol. 2. Bruxelles: Imbreghts, 1931. p. 163 – 164.

¹⁵⁴ Roberto I da Escócia.

¹⁵⁵ No caso específico da Inglaterra, a monarquia, ao menos desde o século XIII, alistava indivíduos para servirem ao rei após um juramento e sob sua paga, inicialmente deveria contar apenas com indivíduos que não colocariam em perigo a ordem pública, isto é, cavaleiros e homens livres. Ao que parece, entretanto, é que tal sistema sofreu alterações, e ao tempo de Edward III contava com indivíduos provindos de outros grupos sociais para comporem as hostes. Cf. CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 88 – 90.

¹⁵⁶ BRYANT, op. cit., p. 6.

¹⁵⁷ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 36.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 36

¹⁶⁰ Ibid., p. 37.

conterrâneos “ganharam o ódio de todos naquelas terras”,¹⁶¹ e medidas foram tomadas para evitar que algum tipo de represália fosse tomada contra os flamengos sob a paga de Edward III. De qualquer forma, “não fosse nossa lastimável angústia [em decorrência das ameaças que sofreram enquanto estiveram em solo inglês], teríamos tido uma agradável estada”, pois de acordo com o cronista, o preço dos víveres “permaneciam tão baixos como se estivéssemos em tempos de paz, e não houvesse uma hoste na cidade [de York]”.¹⁶² Independentemente da proporção que tomou a coação aos homens de Hainault, ao que parece a notícia disseminou-se rapidamente entre a população, ou mesmo entre outros cronistas, uma vez que Geoffrey le Baker e Thomas Gray também relatam esse episódio, porém de modo indireto e sob outros ângulos.¹⁶³

Não é possível dizer se Jean le Bel teve outras experiências no campo bélico nos anos posteriores, mas sua participação em uma campanha e mesmo a descrição de justador dada por seu contemporâneo davam-lhe conhecimento empírico sobre a matéria da guerra que se dispôs a narrar. Outrossim, seu contato direto com homens participantes dos embates é certo, e essa familiaridade com aqueles nobres muito provavelmente ofereceu-lhe uma rede de conexões dentro dos círculos cortesãos, e portanto um amplo acesso a dados considerados por ele relevantes de serem narrados, fundados sobretudo no que ouvia dizer, de forma que o uso de documentação escrita não era-lhe a princípio indispensável, como apontamos no capítulo anterior. Esse profuso horizonte de contatos permite ao cronista conceber uma narrativa de abrangência não propriamente equivalente às “histórias universais” apreciadas por seus predecessores, pois ao contrário daquelas, Jean le Bel preocupa-se com a descrição simultânea de feitos do presente, preterindo as referências locais em favor de informações relativas a regiões

¹⁶¹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 37.

¹⁶² Ibid., p. 38.

¹⁶³ Geoffrey le Baker, sob o ponto de vista extensivamente favorável aos ingleses que permeia sua crônica, registra que “quando as hostes chegaram a York, houve um sério conflito entre os cidadãos (e não arqueiros pertencentes ao regimento inglês, como aponta Jean le Bel) e os mercenários de Hainault, no qual muitos cidadãos foram mortos pela noite e parte da cidade queimada. Uma vez restaurada a paz em termos amplamente favoráveis aos homens de Hainault, a hoste marchou em direção à Escócia”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 33. Thomas Gray, por sua vez, oferece uma outra perspectiva. O cavaleiro descreve o confronto como “uma luta entre os estrangeiros e os comuns (*commoners*) advindos das cercanias, dos quais uma grande quantidade foi morta”, uma vez que “eles (os comuns) atacaram os estrangeiros, que estavam alojados nos subúrbios da cidade, devido ao fato de (os primeiros) estarem embriagados”. GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 58.

mais amplas, como quando relata que mesmo após um acordo assinado entre franceses e ingleses, a violência irrompe desmedida em várias regiões do conflito:

A trégua (de 1348) não interrompeu a campanha dos homens do rei Edward na Gasconha e em Poitou [...] Enquanto isso, salteadores esperavam pela oportunidade de saquearem cidades e castelos, [...] e isso foi o que aconteceu em Donzenac e em muitos outros lugares [...]. Da mesma forma, no ducado da Britânia cidades e castelos foram saqueados [...], e conforme o tempo passou esses salteadores multiplicaram-se, causando sofrimento nas terras que assolavam.¹⁶⁴

Sua crônica, ao que tudo indica, tem como meta a leitura e a audição por parte da alta nobreza – como veremos adiante –, e por isso tal tipo de elocução se torna um lugar comum em seu texto. A cultura guerreira difundida entre a nobreza, cultivada por manuais e outros escritos, delimitavam e demonstravam o que se esperava do seu modo de entender a guerra, ou seja, seu modo de concebê-la e de efetivá-la estava restrito a um pequeno círculo daqueles nobres; e desta forma os parâmetros que cerceavam seu registro seriam diferentes daqueles idealizados por guerreiros de fora deste grupo.¹⁶⁵ Isso significa dizer que a sociedade cortesã em que o cronista esteve inserido estabelece seus próprios parâmetros não apenas sobre como conduzir a guerra, mas também como registrá-la, enfatizando certos elementos em detrimento de outros, como a honradez, a prodigalidade e a misericórdia, em que a narrativa perpassa tais aspectos relativos à virtudes esperadas de seus realizadores.¹⁶⁶

Sua participação nos altos círculos da nobreza flamenga, nos quais ao menos alguns de seus membros se apresentam sob as ordens de Edward III durante momentos diversos do conflito, apresenta-se determinante em sua crônica, na qual observamos um grande número de registros sobre a guerra. Dessa forma, a perspectiva de sua crônica, assim como a de Geoffrey le Baker e Thomas Gray, é favorável aos nobres ingleses, muito embora sua conduta seja, por vezes,

¹⁶⁴ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 205 – 206.

¹⁶⁵ DEVRIES, K. God and defeat in medieval warfare: Some preliminary thoughts. In: KAGAY, D. J.; VILLALON, L. J. A. (Ed.). **The circle of war in the middle ages: essays on medieval military and naval history warfare in history**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1999, p. 31.

¹⁶⁶ GREEN, R.F. **Poets and princepleasers: literature at the English court in the late middle ages**. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980, p. 99 – 100.

delineada com um tom reprobatório pelo cronista, como a destruição de edifícios religiosos e o uso de violência desmedida contra outros nobres, religiosos, mulheres e crianças.¹⁶⁷

Similarmente, Thomas Gray também escreve voltado à nobiliarquia laica, pois, afinal, o cronista é um cavaleiro que participou ativamente daquele meio. Sua crônica, entretanto, não se ampara tão somente em testemunhos orais, mas é embasada em textos de autoridades, como destacamos no capítulo prévio, o que nos permite inferir que ele teve acesso a uma educação que lhe permitiu não apenas narrar o que vira e ouvira de seus contemporâneos, mas também “contemplar e traduzir [...] as crônicas da Grã-Bretanha e os feitos dos ingleses”.¹⁶⁸ Embora no prólogo de sua *Scalacronica* afirme que seu interesse em escritos de cunho histórico teria começado durante seu período de cativo na Escócia, onde pôde observar “livros de crônicas, rimas e prosa, em latim, francês e inglês, sobre os feitos de ancestrais”¹⁶⁹, é mais plausível conjecturarmos que ele já tivesse conhecimento e interesse pela escrita da história antes de tornar-se cativo, mas seu tempo de estadia como prisioneiro em Edimburgo permitiu-lhe acesso a informações presentes em outras crônicas de pouco ou nenhum conhecimento entre os ingleses, que viriam a ser organizadas no formato cronístico após seu retorno a Norham, castelo do qual fora condestável.

Em diversos momentos, Gray aparentemente emprega tais manuscritos, principalmente no capítulo concernente à genealogia dos reis da Escócia e nos eventos relativos a *Great Cause* e, ao que parece, o cronista não apenas as consultou, mas mostrou-se apto a reuni-las em uma narrativa sólida sobre tais acontecimentos.¹⁷⁰ Assim, quando afirma que toma por base para compreender os tempos anteriores os manuscritos de Beda, John de Tynemouth, Ranulf Hidgen, Henry of Huntingdon, Geoffrey of Monmouth, Florence of Worcester (a quem ele se refere como Marianus Scotus), William of Malmsbury, Roger of Howden, bem como as crônicas *Brut* e aquelas atribuídas a Walter of Guisborough e Thomas of Otterburn, é importante destacarmos que todos esses textos estariam presentes na biblioteca da catedral de Durham durante o período de

¹⁶⁷ Dentre as inúmeras passagens nesse sentido, estão a destruição de edifícios religiosos, como o convento de Origny e a violação de suas freiras, bem como a “execução pela espada indivíduos de alta e baixa posição, assim como de mulheres e crianças”. BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 80; 138; 150.

¹⁶⁸ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272 - 1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 2.

¹⁶⁹ Ibid., p. 3.

¹⁷⁰ KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 23 – 24.

composição de sua crônica, isto é, entre a segunda metade da década de 1350 e a primeira metade da década de 1360.¹⁷¹

De qualquer forma, esse grande número de materiais, contudo, dificilmente se encontraria apenas naquela biblioteca, o que reforça a hipótese apontada acima de que o cronista deve tê-los consultado não apenas na época de sua prisão, mas também em um período posterior. Ainda que não seja possível mensurar em que medida Thomas Gray tinha conhecimento de recursos literários e outras técnicas para a composição de sua narrativa, é curioso notar que ele informa de maneira direta o nome de sua crônica (algo não muito comum para os cronistas do período), como também indica, de forma indireta, que ele é o responsável pela composição daquele texto narrativo. No início de sua crônica, ele se recusa a fornecer seu nome e, ao contrário, elenca certas informações pessoais, isto é, de que “foi feito prisioneiro durante a guerra na época de composição deste tratado”.¹⁷² Na sequência, apresenta alguns versos, em que descreve seu brasão de armas e um cômputo que a princípio não é atribuído a quaisquer das características prévias, mas que de fato se refere à revelação de seu próprio nome.¹⁷³

Esse tipo de atitude do cronista não era incomum, mas sim ligada a outros fatores que a escrita cronística inglesa apresentava no século XIV. Se anteriormente, nos escritos monásticos, muitos monges deixavam de referir seus nomes, por acreditarem que eram apenas um meio pelo qual ocorria a transmissão da mensagem divina, os cronistas ingleses com ligações laicas poderiam fazer uso de criptogramas e acrósticos por simples diversão dos seus leitores, ou mesmo para esconderem seus nomes em textos de cunho político, mas de qualquer forma, embora tais abreviações fossem criadas para dar a impressão de esconder um nome, na verdade elas serviam como um modo para revelá-los.¹⁷⁴ No caso de Thomas Gray, não houve qualquer necessidade de camuflar sua identidade, pois ele gozava de prestígio no momento de composição

¹⁷¹ KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 7.

¹⁷² GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272 - 1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 2.

¹⁷³ Gray aponta que “oito se junta após o décimo nono/ se você colocar o doze após o décimo quarto/ se juntam o um e o décimo oitavo/ e seu primeiro nome você terá constatado/ o sétimo combina com o décimo sétimo/ a primeira vogal se firma a terceira/ e seu sobrenome correto será descoberto/ seguindo-se o alfabeto”. Cf. *Ibid.*, p. 1.

¹⁷⁴ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004, p. 148 – 150.

de seu escrito e, fossem quais fossem seus motivos, é possível que ele o tenha feito a partir do modelo de uma de suas fontes principais, a *Polychronicon*.¹⁷⁵

Além disso, o conhecimento e a consulta a todos esses manuscritos aponta para a capacidade de Thomas Gray de ler latim e francês¹⁷⁶, muito embora devamos nos atentar que a dicotomia entre clérigos “letrados”, ou seja, que possuíam o domínio sobre a leitura do latim, e laicos “iletrados”, deve ser tomada com extrema cautela, pois se, por um lado, houve clérigos com domínio rudimentar do latim, por outro existiram cavaleiros com “mais conhecimentos sobre livros do que feitos bravios”.¹⁷⁷ Seja como for, seu aparente conhecimento sobre ambos os idiomas não deixou de ser um feito notável e, independentemente da supracitada habilidade de Thomas Gray, sua crônica foi escrita em anglo-normando, fornecendo assim outro indício sobre o cavaleiro: é possível que o cronista estivesse mais familiarizado com o uso cotidiano daquele idioma, que, embora em declínio,¹⁷⁸ ainda encontrava forte aceitação entre a nobreza do norte do reino, tornando-a destinatária privilegiada de seu texto.

Os assuntos pertinentes àquela região, mais especificamente a Durham, estiveram intimamente ligados tanto a Thomas Gray como ao seu pai, pois ambos participaram ativamente da defesa do reino no conflito contra os escoceses, não sendo estranhas, portanto, as diversas referências feitas em sua crônica a eventos locais e à participação direta de ambos nos mesmos. Além disso, apesar de não ser possível precisar o ano de nascimento do cronista, estimado por volta de 1310, pode-se conjecturar que ele esteve na batalha de *Dupplin Moor*, em 1332, e a porção da crônica relativa a esse período tenha sido descrita a partir da experiência do

¹⁷⁵ Ali, Ranulf Hidgen também indica o desejo de apontar sua própria autoria, acerca apenas do que escreve em contraposição àquilo que compila, uma vez que diz, por exemplo: “além das minhas próprias palavras”. Desse modo, prossegue Hidgen, quando ele próprio “falar, uma letra ‘R’ será colocada na margem” do trecho em questão. Cf. HIDGEN, R. **Polychronicon Ranulphi Hidgen Monachi Cestrensis**: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, vol. 1, 1865, p. 21.

¹⁷⁶ Notadamente os supracitados Geoffrei de Charny e Henry, duque de Lancaster e outros contemporâneos laicos estavam aptos a escreverem materiais mais trabalhosos. De qualquer modo, a capacidade de escrita entre a nobreza do período voltava-se para a composição de cartas de cunho político administrativo, redigidas aparentemente com pouca preocupação com sua forma literária. Seu uso também era comum para alertar familiares e senhores acerca da necessidade do pagamento de resgate dos indivíduos, como ocorreu com Lord Borchier, capturado na Britânia em 1371, “e sem contar com os serviços de um escriba, consegue escrever uma carta de pedido de resgate para sua esposa” ou mesmo o próprio Thomas Gray, que também escreve a seu senhor sob tal finalidade. KING, A. **Sir Thomas Gray’s Scalacronica**: a medieval chronicle and its historical and literary context, 1998, p. 47. Disponível em: < <http://etheses.dur.ac.uk/4842/>>. Acesso em: 23 fev. 2014; GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272 - 1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005, p. 120 – 121; . TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 222.

¹⁷⁷ CLANCHY, M. T. **From memory to written record**: England 1066 – 1307. Oxford: Blackwell, 1993, p. 226.

¹⁷⁸ TAYLOR, op. cit., p. 174.

cavaleiro.¹⁷⁹ Além disso, devemos ressaltar que há duas referências sobre Thomas Gray no ano de 1346: a primeira em companhia do Príncipe Negro¹⁸⁰ na campanha de Crecy em 1346,¹⁸¹ e a segunda na batalha de *Neville's Cross*¹⁸², ocorrida meses depois. Embora a primeira vista não seja crível que o cavaleiro tenha participado de ambas as batalhas devido à distância geográfica entre as mesmas e o curto espaço de tempo decorrido entre ambas, a possibilidade, entretanto, não é de todo implausível e, caso ambos os registros estejam corretos e tratem do mesmo indivíduo, o cavaleiro seria então uma testemunha privilegiada daqueles acontecimentos, o que lhe traria o reconhecimento de seus pares e, ao mesmo tempo, forneceria dados em primeira mão para a sua narrativa de duas das grandes vitórias inglesas durante o reinado de Edward III. Lamentavelmente, a porção da crônica referente aos anos de 1340 – 1356 foi destruída no século XVI, e nos restam apenas as anotações feitas antes do ocorrido pelo antiquário John Leland¹⁸³, as quais não permitem qualquer inquirição posterior nesse sentido.

De qualquer modo, sabe-se também que Thomas Gray serviu em Flandres em 1338, sob o comando do conde de Salisbury, e em 1359 no séquito do Príncipe Negro, até então herdeiro do trono inglês, além de ter sido designado xerife e condestável de Norham em 1345 e um dos negociadores que lidaram com os escoceses em 1348.¹⁸⁴ Gray insere em sua crônica testemunhos de participantes dos conflitos na França e Escócia, além das informações creditadas ao seu pai,

¹⁷⁹ A inferência sobre a possível participação de Thomas Gray nesta batalha deve-se ao fato de que ele reporta “detalhes não encontrados em outras crônicas”; além do fato de que seu pai até então possuía fortes ligações com Henry de Beaumont e David of Strathbogie, dois proeminentes nobres entre os ingleses participantes das campanhas dos Deserdados (*Disinherited*). Esses últimos lideraram uma expedição privada em 1332 contra a Escócia sob a liderança de Edward Balliol, filho de John Balliol, rei deposto por Edward I décadas antes. Após sua vitória em *Duplin Moor*, Edward Balliol é coroado rei dos escoceses, porém sem o apoio da nobreza daquele reino, volta-se para Edward III, que o auxilia militarmente em troca de concessões territoriais e sua submissão vassálica. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 17 – 18; PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 244 – 245.

¹⁸⁰ Edward, príncipe de Gales, também conhecido pelo epíteto de Príncipe Negro devido à coloração de sua armadura, era o herdeiro à Coroa. Porém, sua morte de forma prematura em 1376 leva ao trono seu filho Ricardo II.

¹⁸¹ **FRENCH ROLL**. In: WROTTESELEY, G. **Crecy and Calais**, from the original records in the public record office. London: Harrison and Sons, 1898. p. 130.

¹⁸² Esse dado encontra-se, segundo Andy King, tradutor e editor da presente crônica, em uma compilação de documentos contemporâneos acerca de interesses públicos, como finanças e a segurança do reino escocês, sob o título de *Rotuli Scotiae*. Cf. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 19.

¹⁸³ King aponta que esse resumo destoa em vários sentidos quando comparado com as partes remanescentes da crônica, e que portanto não pode ser tomado como um guia confiável do conteúdo perdido. Cf. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 29.

¹⁸⁴ GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000, p. 93.

concernentes às campanhas ao norte do reino até meados de 1340, bem como o testemunho direto a partir daquela década.¹⁸⁵ Essa mescla de testemunhos orais com textos escritos se complementam mutuamente como fontes fidedignas de informação ao longo de sua crônica, como no relato referente ao fracasso inglês em Bannockburn no ano de 1314. Por tratar-se de um período no qual ainda não teria alcançado a idade adulta, o cronista relata que, “[...] ao buscarem razões para essa derrota, as crônicas relatam que o conde de Atholl havia tomado a cidade de Perth de William Oliphant [...]”¹⁸⁶, e então segue uma concatenação de eventos até a tomada de posição das tropas escocesas e inglesas no dia anterior à fatídica batalha. Em certo ponto, o cronista interrompe a narrativa até então supostamente baseada em outros escritos e aponta que seu pai, presente naquele evento, teria sido capturado pelos escoceses, o que poderia lhe dar uma perspectiva privilegiada, ao tomar conhecimento de que a decisão de Robert Bruce em atacar os ingleses na manhã seguinte foi altamente influenciada, segundo o que Thomas Gray alega ter ouvido de seu pai, por um desertor inglês que teria informado ao monarca escocês sobre os pontos fracos das tropas inimigas.¹⁸⁷

A perspectiva oferecida por Thomas Gray, portanto, não poderia deixar de ser ligada ao mundo laico e favorável às pretensões inglesas, notadamente na Escócia, uma vez que ele próprio era membro da elite terratenente do reino¹⁸⁸ e possuía interesses diretos no conflito. Assim, a partir das informações levantadas, é possível dizermos que sua posição social o colocaria entre os indivíduos que frequentavam cortes similares as que Jean le Bel esteve presente, tendo servido a seus senhores e cultivado os valores cavaleirescos, principalmente em relação à escrita da história. Não há evidências, contudo, para inferir que tenham tido acesso à crônica um do outro, mas suas narrativas se aproximam devido a certos pontos por ambos partilhados: a escrita em prosa, o uso do anglo-normando, o destaque dado a feitos realizados por indivíduos próximos a

¹⁸⁵ Além de considerar seu progenitor como uma fonte crível, a narrativa de Gray apresenta personagens nobres, e em uma crônica de cunho cavaleiresco, o louvor não apenas a Edward III, mas ao seu antepassado tem a dupla função de inseri-lo como personagem digna de glorificação, por sua conduta honrada no campo de batalha, mas também, como em outras crônicas, por apresentá-lo como digno das mercês recebidas do rei e, por conseguinte, repassadas para seus sucessores.

¹⁸⁶ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 48.

¹⁸⁷ Ibid., p. 49.

¹⁸⁸ Há um registro datado de 1356 onde o mesmo, ainda cativo na Escócia, recebe permissão real para exportar 100 sacas de lã, ao passo que em 1358, juntamente com Thomas de Musgrave e William de Heroun, são designados pelo rei para arbitrarem sobre os direitos reais acerca da posse do castelo de Hermitage, na região fronteira entre Escócia e Inglaterra. HARDY, T.D. (Ed.). **SYLLABUS** (in English) of the documents relating to England and other kingdoms contained in the collection known as "Rymer's Foedera." By Thomas Duffus Hardy, deputy keeper of the public records. London: Longmans, Green, 1869-85. p. 387; 395.

eles; o próprio pai, no caso de Thomas Gray e John of Hainault em Jean le Bel. Tais pontos são relevantes para tentarmos traçar elementos configurantes da escrita histórica naquele período, porém, é necessário atermo-nos também a narrativa de Geoffrey le Baker.

Contrariamente aos dois cronistas supracitados, restam poucas evidências acerca deste terceiro, mas de qualquer forma é possível conjecturar sobre seus possíveis vínculos, o lugar de onde escreve e mesmo de sua possível participação direta nos conflitos. Ele teria composto duas crônicas, e a autoria daquela aqui empregada foi designada, até o século XVI, ao cavaleiro Thomas de la More.¹⁸⁹ Séculos mais tarde, mais precisamente no XIX, tais textos são atribuídos a Geoffrey le Baker, um indivíduo sobre o qual podem ser encontradas informações esporádicas na esparsa documentação que o liga ao seu tempo. Nas chamadas *Patent Rolls*,¹⁹⁰ há referências àquele nome em pelo menos cinco ocasiões durante a primeira metade do século XIV. Em 1303, ele foi acusado, juntamente com outros indivíduos, de ter atacado um *purveyor*¹⁹¹ que, na região de York, coletava impostos sob comando da rainha Margaret¹⁹²; posteriormente, em 1308, lhe é garantido perdão por um suposto assassinato que teria cometido em defesa própria.¹⁹³ Há também indícios de que o cronista, em bando com outros homens, tenha cometido uma série de delitos em 1332, quando ao invadirem o priorado de Stoke Cury, “roubaram animais, derrubaram árvores e

¹⁸⁹ Ambas as crônicas foram publicadas em latim em 1889, e nomeadas por seu editor daquele momento como *Chroniculum Ejusdem* e *Chronicon Galfridi Le Baker De Swynebroke*. A primeira trata de um apanhado de informações breves, em um caráter próximo ao analítico, e que pretende lidar desde os primórdios da humanidade até eventos da história inglesa em 1337. A segunda crônica é a mesma utilizada por David Preest em sua tradução mais recente, a qual empregamos em nossa pesquisa. Cf. THOMPSON, E. M. Preface. In: **CHRONICON** Galfridi le Baker de Swynebroke. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889. p. V – VI; BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XIV.

¹⁹⁰ As *Patent Rolls* são um conjunto de registros administrativos compilados pela chancelaria inglesa desde os primórdios do século XIII. Elas lidam com assuntos diversos, onde, de forma geral, expressam a vontade do soberano acerca de questões de interesse público. SAUL, N. **A companion to Medieval England: 1066 – 1485**. Stroud, Gloucestershire: Tempus, 2000. p. 116.

¹⁹¹ Durante o século XIV, uma das medidas tomadas para o custeamento dos conflitos foi a cobrança da taxa conhecida como *purveyance*, onde bens móveis eram comprados compulsoriamente por preços abaixo do valor pelos agentes reais, os *purveyors*. Para um detalhamento sobre suas diversas funções, Cf. HARRISS, G.L. **King, parliament, and public finance in medieval England to 1369**. Oxford: Clarendon Press, 1975.

¹⁹² **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward I, A.D. 1272 – 1307. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1893 – 1901. p. 196, vol. 4.

¹⁹³ **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward II, A.D. 1307 – [1327]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1894 – 1904. p. 68, vol. 1.

escavaram pedras de sua mina”.¹⁹⁴ Anos depois, em 1352, os priores e irmãos do colégio de St. Peter, ligado à igreja de St. Maurice, em Winchester, teriam a receber “[...] seis denários de Geoffrey le Baker, pela acomodação (*tenement*) de Joan la Hore [...]”¹⁹⁵ e, finalmente, em 1354, Geoffrey le Baker e uma mulher chamada Christina, denominada como sua esposa, são citados em um processo de alienação de terras e propriedades dos irmãos do hospital de Ospreng.¹⁹⁶

Entre as décadas de 1310 – 1330, eram comuns as reclamações no parlamento contra nobres que mantinham em sua companhia criminosos que receberam algum tipo de perdão judicial, pois seu conhecimento no manuseio de armamentos era empregado para fins escusos nos dias de instabilidade política que se apresentaram naquele período.¹⁹⁷ Não obstante, aqueles homens eram os mesmos que engrossavam as fileiras que iriam às campanhas contra escoceses e franceses, e que recebiam, a priori, pequenas porções dos espólios obtidos. Em uma canção contemporânea designada por *Trailbaston*¹⁹⁸, seu responsável queixa-se que enquanto uns “podem pagar quarenta *shillings* por sua soltura, e o xerife vem para buscar sua recompensa”¹⁹⁹, ele “serviu ao seu rei na paz e na guerra, em Flandres, Escócia e na Gasconha [...], mas agora não sabe como ganhar a vida, pois desperdiçou seu tempo em vão para satisfazê-lo”.²⁰⁰

É possível que Geoffrey le Baker, portanto, tenha se enquadrado em situação similar, servindo como um braço armado para nobres dispostos a pagar por tal serviço. Para além da associação de seu nome com crimes diversos, seu relato sobre o cerco e a tomada da cidade de Toulouse em 1345 (que de fato fora em 1349), na Gasconha, permite ligá-lo a um mundo marcial e de conhecimento do emprego da violência. Segundo ele, “Deus estava protegendo-a, pois o

¹⁹⁴ **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 - . p. 352, vol. 2.

¹⁹⁵ **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 - . p. 370, vol. 9.

¹⁹⁶ **CALENDAR OF** the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 - . p. 154, vol. 10.

¹⁹⁷ VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 849, out. 1993.

¹⁹⁸ O termo *trailbaston* era empregado para designar bandidos e assassinos que atuavam sob a paga de algum nobre para a realização de serviços como mercenários. Posteriormente, o termo foi usado para designar as leis que lidariam com a questão, ou seja, não apenas com os fora-da-lei, mas também com aqueles que os favoreciam e se beneficiavam de seus crimes. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 278.

¹⁹⁹ **TRAILBASTON** (1305 – 1307). In: ROTHWELL, H. (Ed.). *English Historical Documents: 1189 – 1327*. London; New York: Routledge, 2001. p. 919.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 920.

conde de Lancaster não fez mal a seus habitantes, exceto pelo fato de tê-los feito tremer dos pés a cabeça, segundo o que os sitiados relataram *a mim* posteriormente”²⁰¹.

Dessa forma, seu contato com indivíduos ligados ao conflito parece ter sido intenso, e assim como os outros cronistas, ele também se utilizou do conhecimento de terceiros para aprimorar a qualidade do seu relato. Pouco antes da batalha de *Neville's Cross* em 1346, Geoffrey le Baker relata que o castelo de Liddel, sob posse inglesa, fora rendido a David II (1329 - 1371) após a derrota de seus defensores, liderados pelo cavaleiro inglês Walter Selby. Este teria implorado pelo perdão real, mas o monarca escocês “ordenou que fosse executado, [...] muito embora de acordo com a antiga lei marcial de perdão real, qualquer um [...] deveria gozar do privilégio de imunidade enquanto estivesse na presença do rei”²⁰². Essa atitude de David II parece ter consternado o cronista, o qual teria embasado seu ponto de vista no que teria tomado conhecimento a partir de outrem, ao afirmar: “como Deus é minha testemunha, inquiri muitas pessoas, mas nunca ouvi dizer que *Sir* Walter tenha cometido qualquer ato de traição contra o rei da Escócia [...]”²⁰³.

Para além destas evidências sobre seu conhecimento bélico e seu contato com outros guerreiros, a autoria da composição de sua crônica está estreitamente ligada ao nobre Thomas de la More. O cronista reivindica ao final da *Chroniculum* que, “no ano de 1347, Geoffrey le Baker of Swinbrooke, clérigo (*clericus*²⁰⁴), em oração ao senhor Thomas de la More, cavaleiro (*militis*²⁰⁵), escreveu esta pequena crônica”²⁰⁶. Tanto a *Chroniculum* como a *Chronicon* são atribuídas ao mesmo indivíduo devido a evidências internas do texto, como as referências

²⁰¹ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 68.

²⁰² Ibid., p. 76.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ O termo *clericus* refere-se a indivíduos que, embora não estivessem ligados a casas monásticas, viviam sob normas de conduta como a proibição de se casarem, e esperava-se que fossem educados e aptos a lerem (mas não obrigatoriamente a escreverem) em latim. Ele era um *litteratus*, como apontado anteriormente, porém tais indivíduos, a princípio, não eram membros da Igreja e nem mesmo estudiosos, mas sim homens com alguma capacidade de leitura. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 75 – 76; CLANCHY, M. T. **From memory to written record: England 1066 – 1307**. Oxford: Blackwell, 1993, p. 234.

²⁰⁵ O termo *militia* designa, pelo menos desde o século XII, o cavaleiro, com as conotações que aquele status social lhe imputavam. FLORI, J. **A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

²⁰⁶ BAKER, G. *Chroniculum Ejusdem*. In: _____. **CHRONICON** Galfridi le Baker de Swynebroke. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889. p. 173.

detalhadas a certas famílias, como os Bohum e os Berkeley²⁰⁷, porém são aquelas ligadas à Thomas de la More as mais relevantes. Aquele cavaleiro, provindo de Oxfordshire, era sobrinho e membro do séquito do outrora citado bispo John Stratford²⁰⁸, este com papéis de elevada importância durante o governo de Edward III até sua morte, em 1348.²⁰⁹ Segundo o cronista, quando Edward II é mantido refém em Kenilworth em 1326, são apontados três indivíduos para comunicar-lhe da decisão do Parlamento de que ele seria deposto e que tentavam transmitir seu título a seu herdeiro, Edward III. Um desses homens é John Stratford, bispo de Winchester, que tem dentre seus companheiros Thomas de la More, como a certa altura afirma Geoffrey le Baker:

E você, ó nobre cavaleiro, senhor Thomas de la More, que testemunhou todas essas coisas (ou seja, a deposição de Edward II) e escreveu sobre as mesmas em francês, e cujo pobre intérprete aqui se apresenta; você, eu afirmo, esteve a serviço do bispo de Winchester e foi um atavio para aquela companhia com a presença de sua afamada sabedoria.²¹⁰

Se considerarmos tal proximidade do cronista com Thomas de la More e John Stratford, torna-se compreensível o tom altamente favorável à coroa, pois, tendo vivido até meados de 1358²¹¹, testemunha períodos de expressivas vitórias inglesas. De qualquer maneira, sua seleção de outros manuscritos para a concepção de seu texto, em parte, parece igualmente ter sido embasada no elemento local. Em sua crônica, assim como na *Scalacronica*, a narrativa compreende por volta da década de 1340, alicerçada por textos anteriores, no caso a versão francesa da crônica *Brut*, bem como na crônica de Adam of Murimuth, o qual pode ter conhecido

²⁰⁷ BRUCE, H. **Notes on the chronicle ascribed to Geoffrey le Baker of Swinbrook**. Cardiff: W. Lewis, 1918. p. 9.

²⁰⁸ BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XIV.

²⁰⁹ O bispo Stratford atuou como diplomata, foi arcebispo de Canterbury e ocupou a posição de chanceler três vezes durante o reinado de Edward III. WEIR, A. **Isabella: she-wolf of France, Queen of England**. London: Jonathan Cape, 2005. p. 350.

²¹⁰ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 26.

²¹¹ O editor do século XIX, Edward Maude Thompson, aponta que o cronista pode ter tencionado registrar os reinados de Edward II e Edward III em manuscritos separados, pois, ao que parece, Geoffrey le Baker, ao terminar sua crônica em 1356, estaria revisando sua história de Edward III, quando, provavelmente, foi acometido pela morte. Constata-se a partir de suas palavras finais que ele ainda estaria escrevendo pelo menos até 1358, e como a cópia no manuscrito *Bodley MS*, escrita em ou pouco após 1360, aparenta ser o trabalho de um escriba descuidado ou mesmo um trabalho sem revisão, infere-se que ele tenha morrido neste intervalo de tempo. Cf. THOMPSON, E. M. (Ed.). Preface. In: **Chronicon Galfridi le Baker de Swynebroke**. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889, p. XVI.

Geoffrey le Baker devido a ambos os cronistas terem ligações com a região de Oxfordshire no mesmo período, além do amplo uso do texto deste na composição da crônica daquele.²¹²

Não obstante, conforme a narrativa se aproxima dos anos em que provavelmente foi contemporâneo, ela não apenas se torna mais detalhada e extensa,²¹³ mas também é notável que Geoffrey le Baker trata do conteúdo reinol a partir de uma documentação oficial que circulou durante o conflito, como a trégua firmada com os franceses em 1347, “[...] escrita em francês, a qual se segue em minha tradução para o latim”²¹⁴. Se na Inglaterra essa forma de comunicação encontra-se realizada principalmente por meio dos *royal writs*, ou seja, textos curtos escritos com a finalidade de tornarem pública uma ordem direta do rei, tais manuscritos poderiam ser incorporados às crônicas e aos outros documentos oficiais com a finalidade de tornar conhecida tal ordem, mas a opção de Geoffrey le Baker em determinadas alturas foi não apenas citar tal documentação, como inseri-la, ainda que em forma de uma tradução, para atestar a veracidade de seu relato, assim como fizera Thomas Gray.

Entretanto, se não é possível dizer com precisão quem teria sido Geoffrey le Baker, ao menos seu lugar social pode, de certa forma, ser mapeado a partir de informações presentes em sua crônica, como, a propósito: sua capacidade de ler e traduzir do francês para o latim; seu acesso à documentação oficial; seu interesse constante nos conflitos; e, ainda, sua narrativa centrada na guerra contra inimigos externos e internos, na qual as figuras de Edward III e notadamente de seu pai, Edward II, são exaltadas ao longo de toda a narrativa e, não obstante, também na ênfase que confere aos acontecimentos bélicos e à celebração das qualidades apresentadas pelos ingleses em batalha, em contrapartida às imagens depreciativas dos inimigos na mesma situação marcial. Portanto, assim como outros cronistas coetâneos, Geoffrey le Baker incorpora a sua narrativa uma documentação oficial imbuída de tópicos sobre suas concepções de história, visando torná-la crível e verdadeira embasando-a no que fora sancionado pelos membros da nobreza e, em certos casos, até mesmo pelo monarca.

²¹² THOMPSON, E. M. (Ed.). Preface. In: **Chronicon Galfridi le Baker de Swynebroke**. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889, p. X.; TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 28.

²¹³ Nas duas primeiras décadas de sua narrativa, é provável que o cronista ainda não tivesse chegado à idade adulta, e a descrição de alguns anos, como o período de 1305 – 1310 ocupa apenas três páginas da presente edição do texto, ao passo que o ano de conclusão da crônica, 1356, ocupa, nada menos, do que quinze páginas.

²¹⁴ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 81.

Como veremos mais minuciosamente ao longo do capítulo, o olhar do cronista está diretamente associado ao seu lugar social, de onde emergem dados subjetivos que nos permitem pensar sobre os contornos da escrita histórica naquele momento. Uma vez situada nossa escolha pela reflexão a partir das crônicas daqueles três indivíduos, vejamos logo na sequência quais seriam os principais elementos estruturantes de suas narrativas.

2.2 As crônicas e as regras de seu fazer

No capítulo prévio, perscrutamos os aspectos gerais da escrita da história no reino inglês trecentista. Na busca por esboçar aspectos presentes nos modos de conceber e registrar a história daquele momento, restringimo-nos à análise mais detida das crônicas de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, com a finalidade de investigarmos as características presentes naqueles textos. Já ressaltamos anteriormente nossa justificativa pela escolha destas três crônicas, e agora nos cabe analisar quais elementos, a princípio, partilhavam aqueles homens na concepção de suas narrativas.

É necessário, assim, considerarmos que aqueles textos alimentam-se de certos lugares comuns ou *topoi*²¹⁵, que delineiam de um modo ou de outro as escolhas sobre *o que, por que e como* a narrativa deveria ser elaborada. Nas crônicas medievais, esses tipos de fatores de repetição foram costumeiramente empregados, e os cronistas geralmente acenavam ou para o desejo de relatarem os fatos o mais verdadeiramente possível, ou alegam que escrevem sob o pedido de um indivíduo ilustre, dois dos mais comuns ensejos apresentados no conjunto de textos daquele período como um todo. Mesmo que se configurem como fórmulas visando a aceitação daqueles aos quais se dirigem, o significado dos *topoi* não devem ser negligenciados para entendermos certos pressupostos básicos da escrita da história naquele momento, pois as afirmações (e também omissões) dos cronistas eram uma forma de legitimar seus textos sobre os conflitos contra escoceses e franceses, a partir de regras que valiam para o gênero cronístico tal

²¹⁵ Uma dos artificios da retórica, a qual estava presente na escrita da história durante o medievo, era o emprego de certas fórmulas gerais com finalidades específicas. Uma delas, amplamente empregada no período, era a demonstração de humildade e suposta inaptidão para a escrita, tarefa apresentada como árdua ou mesmo muito acima de sua capacidade por razões como seu alegado parco conhecimento sobre o tema, a impossibilidade de ditar modos de conduta a um governante e assim por diante, tendo em vista deixar seus leitores/ouvintes em um “estado de espírito” favorável ao que pretendia narrar na sequência. Cf. CURTIUS, E.R. **European literature and the Latin Middle Ages**. Translated from the German by Willard R. Trask. New York: Pantheon Books, 1953, p. 79 – 105.

como se configurou naquele momento.²¹⁶ Atentar-nos-emos para o que estaria por detrás de suas escolhas acerca do que merecia ser preservado, pois, sob nossa perspectiva, o exercício de suas tarefas como guerreiros ou mesmo administradores incide diretamente sobre os modos como conceberam a escrita da história.

De forma geral, os cronistas em questão faziam parte de um universo comum: eram homens de meia idade, clérigos – em sua maioria – com fortes ligações laicas e membros pertencentes (nascidos ou com boas conexões) às elites terratenentes.²¹⁷ Como observado no ponto anterior, Thomas Gray foi um cavaleiro que adquiriu terras, títulos e prestígio tanto na defesa da região norte do reino como em incursões contra os franceses nas últimas décadas de sua vida; Jean le Bel teria gozado de um estilo de vida luxuoso e de conexões com indivíduos poderosos na Inglaterra e Flandres, ao passo que Geoffrey le Baker teria tido acesso a tais grupos privilegiados, não sendo possível aferir, entretanto, em que medida isso ocorreu. Interessa-nos, de qualquer modo, frisar que esse perfil partilhado entre eles era relativamente comum não apenas entre os cronistas ingleses trecentistas, mas também daqueles que escreviam a história nos diversos reinos europeus naquele momento.

Com esse pano de fundo similar, torna-se evidente uma característica fundamental presente naquelas crônicas e em outros escritos históricos no medievo: sua função memorialista. Tal pretensão à memória histórica como o santuário em que se depositam os saberes sobre os tempos de outrora deve ser considerada como um dos *topoi* mais duradouros desses escritos.²¹⁸ Exemplos afloram em escritos de períodos distintos, como o de Tomás de Aquino (1225 – 1274?), que aponta a limitação dos usos da memória, pois assim como o passado, ela nos permite conhecer algo somente em relação a um tempo definido, mas que envolve o conhecimento sobre o presente, isto é, do “aqui” e do “agora”.²¹⁹ Desse modo, o interesse dos homens trecentistas pelo registro dos tempos passados foi realizado de acordo com certos preceitos que os tornariam dignos de credibilidade em sua própria época.

Essa questão das funções da memória nas crônicas de interesse secular na Inglaterra do século XIV deve ser abordada, primeiramente, sob o ponto de vista de que as habilidades de

²¹⁶ LAKE, J. Authorial intention in medieval historiography. **History Compass**, v. 12, n. 4, 2014. p. 351.

²¹⁷ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 60 – 64.

²¹⁸ FOSSIER, R. **The axe and the oath: ordinary life in the middle ages**. Translated by Lydia G. Cochrane. Oxford: Princeton University Press, 2010. p. 293.

²¹⁹ AQUINAS, T. **Summa Theologica**. [S.d. : S.l.]. p. 533. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>. Acesso em: 4 abr. 2014.

leitura e escrita passam a ganhar destaque na própria constituição do que seria registrado e legado para o porvir. Assim, os cronistas realizam uma escrita do passado alicerçados em questões relativas ao presente, ou seja, os eventos dos tempos recentes não são apenas fruto do que ocorrera outrora, em uma cadeia de eventos teologicamente direcionados ao fim do mundo e à volta do messias, mas sim o modo de narrar o passado naquele momento vem imbricado com justificativas, explicações e interesses nas ações da nobreza financiadora e realizadora das ações descritas naquelas crônicas.

Uma das maneiras de percebermos tais interesses é a observação das descrições realizadas sobre momentos de grande repercussão para a comunidade do reino, isto é, onde ocorreram transformações que afetaram em larga escala a nobreza ali descrita. Um deles é a deposição de Edward II, em 1327, e a conturbada ascensão de Edward III ao trono por intermédio da rainha Isabela, do conde Roger Mortimer e de vários nobres descontentes com os sucessivos fracassos nas guerras contra os escoceses e na usurpação de direitos em prol de seus favoritos.²²⁰ Na narrativa de Geoffrey le Baker acerca daquele processo, texto altamente influenciado tanto pelo contemporâneo Adam of Murimuth como pelas narrativas de ao menos uma testemunha ocular daqueles eventos, isto é, o cavaleiro e mantenedor do narrador, Thomas de la More²²¹, o cronista de Swinbrooke, não se abstém de reafirmar a versão sobre a morte do rei presente em outras crônicas coetâneas.²²² De acordo com sua perspectiva, o monarca foi “assassinado”²²³, vítima de um “crime horrendo”²²⁴, e embora os responsáveis (sob seu entendimento, a rainha Isabela, o conde Roger Mortimer e o bispo Adam of Orleton) “temessem incorrer no crime de lesa-majestade”²²⁵, deram prosseguimento ao plano que culminaria em sua morte. Sua narrativa, composta entre 1347 e 1360,²²⁶ algumas décadas após o evento descrito, não se destaca apenas pela manutenção da memória de um monarca do passado através do registro de seus feitos para gerações vindouras, mas antes pondera sobre questionamentos que possivelmente persistiram pelo tempo em que narra, ou seja, sobre as circunstâncias em que se sucede a morte do rei. Desse

²²⁰ PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 188 – 226.

²²¹ BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrooke**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XIII – XIV.

²²² Ibid, p. XVIII.

²²³ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrooke**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 31.

²²⁴ Ibid.

²²⁵ Ibid., p. 30.

²²⁶ BARBER, R., op. cit., p. XXV.

modo, o cronista organiza as informações a que provavelmente acedera também de forma oral e indireta, e acaba por sistematizar uma versão própria para o episódio:

No dia 22 de setembro (seus executores) o prenderam enquanto estava deitado em sua cama e o sufocaram com enormes colchões (*mattresses*) que pesavam mais do que quinze homens robustos juntos. Então, o ferro de soldagem²²⁷, já vermelho devido ao aquecimento e impelido através de um tubo que levava as partes secretas de seu intestino, consumiu-o internamente e o que lhe restava de vida.²²⁸

A circulação de boatos sobre a *causa mortis* de Edward II agita as cortes de seu sucessor naquele período conturbado do reino, e o cronista, possivelmente inserido em círculos cortesãos, ou ao menos com acesso a quem ali estivera, dirige sua crônica a um grupo de homens do mesmo estamento que Thomas de la More:

Estou escrevendo sobre acontecimentos autênticos, que estrondariam seus trovões sobre o mundo em um forte clarão, caso o temor dos pios inimigos do rei, que ainda vivem, não impedissem as pessoas de trazerem à tona aquela verdade, a qual, entretanto, não pode ficar escondida para sempre.²²⁹

A preocupação com os desdobramentos de tais ações no presente é indubitavelmente uma das marcas da escrita cronística daquele momento, em que eram escritas, de modo geral, não apenas em respostas a momentos de vicissitudes, mas também eram caracterizadas pela busca de precedentes para quaisquer que fossem os argumentos que seus responsáveis estivessem tentando engendrar.²³⁰ Dito de outra forma, ela está inserida em um conjunto maior de elementos que entretencem aquelas narrativas, ou seja, para além da demonstração de poderes políticos, são também enfatizados aqueles de natureza econômica, administrativa e marcial que a nobreza possuía sobre as demais camadas da sociedade inglesa e, por conseguinte, tornava-se necessário e mesmo desejável a rememoração e afirmação das funções decorrentes de tais poderes. Essa exposição dos direitos e obrigações se dava não apenas através de exibições públicas de poderio tão diversas como a composição de um séquito significativo, a doação de dinheiro para a

²²⁷ Esse tipo de material era empregado por indivíduos que manuseavam chumbo com a finalidade de reforçarem e repararem telhados de grandes construções, como as catedrais de Clairvaux e Rouen, bem como montarem sistemas de encanamentos para o transporte de água limpa. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 221.

²²⁸ BAKER, op. cit., p. 32.

²²⁹ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 29.

²³⁰ LAKE, J. Current approaches to Medieval Historiography. **History Compass**, vol. 13, n. 3, 2015. p. 92.

construção e manutenção de edifícios religiosos e o pagamento para a celebração de missas *post-mortem*, mas também cada vez mais na descrição, registro e disseminação contemporânea de seus feitos gloriosos, ou mesmo na de realizações não tão meritórias assim de seus inimigos.

Momentos de instabilidade causados em grande medida pelos conflitos parecem ter gerado reações adversas entre os cronistas laicos, pois de algum modo seus privilégios e os de seus patrocinadores seriam afetados e justamente na sua manutenção, ou melhor, na justificativa da necessidade de sua preservação estava um dos pontos nevrálgicos de suas narrativas. Geoffrey le Baker mostra-se descontente com os acontecimentos de 1327, ao afirmar que “o povo da Inglaterra possui desgosto pelo antigo e desejo pelo novo”,²³¹ ou seja, pela destituição de um monarca legítimo em nome de um outro que ainda não alcançou a maioria. Thomas Gray faz coro a seu coetâneo, pois, embora seja comedido em suas palavras sobre o que teria ocorrido com Edward II, ao relatar de forma sucinta que ele morreu “de modo desconhecido, apenas Deus sabendo o que se passou”²³², fornece seu ponto de vista para a turbulência daquele momento:

[...] alguns homens argumentam que a diversidade de temperamentos nos ingleses é o motivo que provoca a discórdia da sociedade, que é mais instável na Grã-Bretanha do que em outros reinos, pois estrangeiros de todas as nações (*pays*) dirigiram-se para lá desde os tempos de Vortigern. Estes eram de condições diversas, e seus territórios eram desunidos de propósito, cada qual querendo ser um senhor, pois naqueles tempos o senhorio era adquirido não por meio da herança, mas através da Fortuna; e assim cada qual almeja por mudanças, imaginando a porção da qual tomaria posse [...]. É justo assim que uma nação com um só pensamento incline-se a manter as possessões de seus senhores, que não desejam nada além do bem da comunidade, e nem individualmente ambicionam qualquer outra coisa. Entre tal povo (*gent*) a discórdia é muito rara, ao menos no que se refere às mudanças nas posses de seus senhores, que seria sua maior desgraça [...].²³³

Por detrás da construção dessas narrativas, os cronistas buscavam criar estratégias para enfatizar o poderio e influência da nobreza, e talvez a mais eficiente delas tenha sido traçar suas origens na memória coletiva, ou melhor, em uma tradição constituída sobre um passado ideal e que duplamente exerceu funções exemplares para as gerações vindouras,²³⁴ apresentando

²³¹ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 27.

²³² Ibid., p. 54.

²³³ Ibid..

²³⁴ GEARY, P. **Phantoms of remembrance**: memory and oblivion at the end of the first millenium. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1994. p. 25 – 26.

questões pragmáticas para o presente. Assim, o levantamento da linhagem de seus pares e o registro de nomes e funções foram duas das fontes da memória nobiliárquica, nas quais a preocupação por enumerar o mais corretamente possível a ancestralidade nobiliárquica normalmente enfatiza os ramos prestigiosos da árvore genealógica familiar, permitindo a pretensão de autoridade sobre uma determinada região ou mesmo sobre outros indivíduos.

Dentre as múltiplas funções apresentadas pela genealogia, introduzida na Inglaterra por volta do século XIII, estavam aquelas mais gerais, voltadas para o auxílio à memorização de datas e reinados pelos leitores, bem como a ênfase na suposta continuidade da linha sucessória real desde os tempos de Bruto, mas também outra com interesses mais subjetivos, voltada para a associação entre o indivíduo e seus antepassados com a história do reino, em que todas essas funções são notadas com mais frequência em períodos de instabilidade política.²³⁵

Thomas Gray aponta, no prólogo de sua *Scalacronica*, que delimitou sua escrita:

[...] a partir do início do mundo, a partir de nosso primeiro pai Adão, e toda sua linhagem, tão longínqua quanto remonta ao tempo de Enéias, o derradeiro ancestral de Brutus, o primeiro rei que povoou esta ilha, e cujos feitos, bem como de seus sucessores, ele (Thomas Gray) desejou lembrar, a partir do tempo em que a genealogia tornou-se acessível.²³⁶

O cavaleiro, que desde o início de sua carreira bélica vivencia os conflitos contra os escoceses, tem no uso da genealogia um instrumento de deslegitimação das ações dos seus inimigos. Ao longo do século XIV, o reconhecimento da soberania do reino da Escócia, bem como sobre quem seria seu rei por direito, é colocado em cheque, quando Edward III volta atrás em sua decisão de reconhecer sua existência como um reino distinto da Inglaterra. O monarca inglês quebra com o tratado firmado na década anterior, uma vez que “tal acordo (de paz com os escoceses) foi totalmente inaceitável para o rei, pois, devido à sua pouca idade (à época de sua assinatura), a rainha e (Roger) Mortimer foram os responsáveis por sua validação”. Essa, portanto, acaba por tornar-se a justificativa utilizada por Thomas Gray para o apoio de Edward III a Edward Balliol (1332 - 1336), período no qual a Escócia passa a ter dois reis, um reconhecido pelos escoceses e outro pelos ingleses.

²³⁵ RADULESCU, R. L. Writing nation: shaping identity in medieval historical narratives. In: Brown, P. (Ed.). **A companion to medieval english literature and culture**, c. 1350 – 1500. Chichester: John Wiley, 2009. p. 361 – 364.

²³⁶ GRAY, op. cit., p. 4.

Tal questão é relevante para a presente discussão sobre a função da genealogia nas crônicas, pois põe em pauta o período de composição da narrativa de Thomas Gray, escrita em meados da década de 1350,²³⁷ época em que David II, monarca reconhecido pelos escoceses, foi mantido prisioneiro pelos ingleses. Na *Scalacronica*, à genealogia é dada uma dupla significação pelo cavaleiro, pois se, por um lado, ela serve para traçar uma origem bem alicerçada do reino e dos reis da Inglaterra, isto é, originários de Bruto, este mesmo artifício, por outro lado, serve para desqualificar a origem da monarquia escocesa. Segundo Gray, “de acordo com as crônicas escocesas [às quais teve acesso enquanto fora prisioneiro], nunca houve algo tão difícil como determinar a linhagem correta de seus reis, que se extinguiriam por completo dentro de três gerações em sequência”.²³⁸ Além disso, embora a linhagem sanguínea dos antepassados mais remotos fosse sabidamente traçada a partir “dos filhos de Gaidel, um nobre cavaleiro ateniense que tomou por esposa Scota, filha de um faraó”²³⁹, sua região de origem não era a que posteriormente seria reconhecida como o reino da Escócia, pois os escoceses daquele tempo, isto é, do século XIV, derivavam:

[...] de um dos filhos de um dos reis da Irlanda, [...] que foi para a mais remota região ao norte da Bretanha, onde, para além dos bretões, ocupou aquelas terras e as denominou *Scotia*, em referência à filha do faraó, embora seu reino de origem ficasse na Irlanda, bem como sua língua e costumes.²⁴⁰

Desse modo, o cavaleiro denota que os pleitos escoceses de seu tempo a um reino independente à Inglaterra, ou ao menos de um monarca que não tenha qualquer vínculo de submissão vassálica para com Edward III não seriam válidos, pois a ancestralidade de seus nobres e de seus direitos não pode ser assegurada de modo tão firme como a dos reis e da nobreza da Inglaterra. Esse subterfúgio ao emprego direto da genealogia não é recorrente nas outras crônicas, porém nem por isso podemos dizer que aqueles cronistas descartassem o recurso ao delineamento das origens da nobreza, pois uma outra forma de apontar quem eram aqueles

²³⁷ O próprio cronista afirma que escreve a *Scalacronica* em 1355, porém segundo Andy King, responsável pela edição e tradução atual do manuscrito, esse período estende-se entre 1355 – 1363, onde são feitas adições sobre eventos dos quais o cavaleiro teria participado ativamente.

²³⁸ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 10.

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ Ibid., p. 11.

homens, ou melhor, qual a sua relação com as instâncias de poder dentro do reino era a sua nomenclatura seguida pelo título que carregavam.

Na crônica de Jean le Bel, essa questão é notória quando se observa que, ao longo da narrativa, embora um bom número de indivíduos seja designado por seus nomes, não há um rigor aparente na seleção de quem seria intitulado ou mesmo na delimitação dos porquês uns o são, enquanto uma ampla maioria não o é. Assim, enquanto homens dignos de reputação e que partilham da mesma posição têm seus nomes citados, como os reis Edward III, Philippe VI e David II²⁴¹, o duque Wenceslaus de Luxemburgo,²⁴² os condes William Montagu²⁴³ e John of Hainault,²⁴⁴ o mesmo não ocorre com outros homens em mesma posição, que são referidos apenas por seus títulos, como os reis de Portugal, da Espanha e de Navarra,²⁴⁵ o duque da Normandia,²⁴⁶ os condes de Flandres²⁴⁷ e Mons²⁴⁸; e mesmo o Imperador do Sacro Império,²⁴⁹ do qual Edward recebe o título de vicário.²⁵⁰

Uma curiosa exceção é Jacob van Artevelde, que acede a certo reconhecimento em Flandres. Entretanto, embora sua influência seja tamanha a ponto de Edward III negociar diretamente aquele indivíduo a fim de obter a aliança dos homens daquela região, sua origem não-nobre é denotada por Jean le Bel, ao dizer que ele era “um antigo produtor de hidromel que adquiriu prestígio e apoio popular por toda a região”.²⁵¹ Desse modo, ainda que seja um indivíduo com poderes a ponto de “ninguém, por maior que fosse seu *status*, se atrever a opor-se às suas ordens”,²⁵² sua inserção na crônica ganha destaque por tratar-se de alguém com origens indefinidas, mas sobre quem o cronista provavelmente teria acedido a mais informações, e com mais frequência do que nobres de regiões mais distantes. Quando comparamos o modo como são descritos os indivíduos específicos naquela passagem, que poderia ser substituída por praticamente qualquer outra da crônica no sentido de fornecer exemplos da estruturação do texto,

²⁴¹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 124.

²⁴² Ibid., p. 101.

²⁴³ Ibid., p. 124.

²⁴⁴ Ibid., p. 50.

²⁴⁵ Ibid., p. 238.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Ibid., p. 170.

²⁴⁸ Ibid., p. 256.

²⁴⁹ Ibid., p. 75.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ Ibid. p. 69.

²⁵² Ibid.

notamos que somente três indivíduos são denominados: além de Edward III e Jacob van Artevelde, o outro é “Siger de Courtrai, um *banneret*, [...] considerado o cavaleiro mais cortês e de reputação em Flandres[...]”.²⁵³ Em uma crônica em que o cavaleirismo é um dos aspectos mais significativos da narrativa, essa inicialmente poderia ser pensada como uma razão para a lembrança do nome de Siger de Courtrai, enquanto Jacob van Artevelde, apesar de aliado dos ingleses, é lembrado por suas ações fora da lei, em especial o assassinato de seus opositores, “independentemente de sua posição (*rank*)”²⁵⁴.

Essa suposta falta de um mecanismo claro para denominar os indivíduos é um tipo de prática igualmente adotada pelo Anônimo de Canterbury. Ao longo de sua narrativa, são citadas algumas listas relacionadas a mortos, feridos e capturados em batalha, das quais elencamos suas principais informações no quadro esquemático abaixo:

Assunto	Indivíduos mencionados pelo nome	Indivíduos mencionados pelo título	Indivíduos mencionados pelo nome e título	Indivíduos mencionados pelo nome e parentesco	Indivíduos mencionados pelo título e parentesco	Indivíduos mencionados pelo parentesco
Capturados antes e depois da batalha de Poitiers (1356) ²⁵⁵ (1ª lista)	0	28	7	1	5	0
Mortos na batalha de Poitiers (1356) ²⁵⁶	0	12	9	0	0	1

²⁵³ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 70.

²⁵⁴ Geoffrey le Baker também partilha dessa forma de conceber a narrativa sobre não nobres. Merece destaque especial seu relato sobre a morte de *Sir* Thomas Dagworth (1276 – 1352), que fora derrotado por um grupo liderado por Raoul de Cahors, “um cavaleiro porém filho de um sapateiro [...]. Mesmo com cinco flechas curtas (*bolts*) cravadas em seu rosto [...], ele (Thomas Dagworth) recusava render-se a um filho de sapateiro [...]. Mas o filho do sapateiro, quando regozizou de um triunfo do qual mesmo um grande príncipe dificilmente seria digno, atraiu para si a inveja dos franceses e o ódio de todos os bons cavaleiros”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012; *Ibid.*, p. 69.

²⁵⁵ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 23.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 25.

Refêns mantidos pelos ingleses. Tratado de Brétigny (1360) ²⁵⁷	0	21	4	0	0	0
Capturados na batalha de Poitiers (1356) ²⁵⁸ (2ª lista)	0	15	1	0	0	0
Homens ligados a delimitação dos termos do tratado de Brétigny ²⁵⁹	3	1	19	0	0	0
Magnatas do reino da França ligados a assinatura do Tratado de Brétigny ²⁶⁰	0	1	9	0	0	0
Capturados e mortos após a batalha entre John de Montfort e Charles de Blois (1364) ²⁶¹	0	16	14	0	0	0
Capturados na batalha de Nájera (1367) ²⁶²	18	8	9	4	0	0
Mortos na batalha de Nájera (1367) ²⁶³	5	0	1	0	0	0
Total	26	102	73	5	5	1

²⁵⁷ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 83.

²⁵⁸ Ibid., p. 85.

²⁵⁹ Ibid., p. 103.

²⁶⁰ Ibid., p. 107.

²⁶¹ O cronista aponta que a lista refere-se aos capturados e mortos, porém não distingue os nobres que se encaixam em qual das duas categorias.

²⁶² **CHRONICON**, op. cit., p. 151.

²⁶³ Ibid., p. 155.

O objetivo que conduz essas listas é o registro daqueles que foram mortos, feridos e capturados após importantes batalhas, mas também daqueles que tiveram seus nomes registrados para auferirem um peso maior ao documento do Tratado de Brétigny, o mais significativo assinado entre ingleses e franceses durante o período de conflitos abrangido pela crônica, isto é, entre 1346 e 1365. A primeira evidência que pode ser notada a partir deste breve levantamento é o grande número de indivíduos citados apenas por seus títulos, 102, ou 48,11% do total, ponto este em consonância com a crônica de Jean le Bel. Na sequência, com 73 ocorrências, ou 36,79% do total, os nobres são delimitados não apenas por seus títulos, mas também por seus nomes, pois em um período de conflitos há muitos casos registrados de regiões administrativas que tiveram seus mandatários substituídos em decorrência da sorte na guerra. Desse modo, o que podemos observar é que nem sempre o nome do indivíduo é lembrado, pois, em uma analogia com os dois corpos do rei,²⁶⁴ pode-se dizer que aqueles homens também tinham dois corpos: o do homem público, portador do título de conde ou barão, legado de eras anteriores e recebido para um membro da nobreza; e o do homem comum, que sofreria os reveses “da frágil natureza humana”.²⁶⁵ De acordo com os dados levantados, para os cronistas, a rememoração do título que um indivíduo portava parece ter sido mais digna ou até quem sabe viável, justamente pela inconstância e brevidade do tempo de vida daqueles homens; uma das possíveis razões para que a nobreza de forma geral empregasse *sergeants*²⁶⁶ para carregarem seus estandartes em campo de batalha.

Entretanto, se a memória trata de algo dentro de um tempo definido, a própria configuração desse tempo não escapou ilesa às armadilhas do esquecimento. Na descrição dos nobres franceses que seriam mantidos cativos até o pagamento do resgate do rei Jean II da França, presente no Tratado de Brétigny, o cronista demonstra sua incerteza em relação a dois prisioneiros, que poderiam ser “o conde de Blois *ou* seu irmão; o conde de Alençon *ou* meu

²⁶⁴ KANTOROWICZ, E.H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 23.

²⁶⁶ Nesse contexto, o termo *sergeant* refere-se a um indivíduo que prestava auxílio ao cavaleiro no campo de batalha e também carregava o estandarte de seu senhor. Thomas Gray relata que, durante um cerco em 1341, “um auxílio de 400 *men-at-arms* e 800 *sergeants* e arqueiros foram enviados contra os franceses, [...] e sem o consentimento ou comando de seus líderes, cruzaram o rio com a água na altura de seus ombros, e atacaram juntamente com outros sitiados providos de um iniciativa e espírito aguerrido”. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 255.; GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 93

senhor Peter de Alençon, seu irmão”²⁶⁷. Tal incerteza pode ter sido motivada inicialmente pela informação advinda de forma oral a seu conhecimento, a partir da qual não seria possível afirmar de quem se tratava para além de seu título. Contudo, no caso de um tratado que poria um fim às animosidades de quase três décadas entre os dois reinos, o mais provável é que, na incerteza sobre quem de fato teria sido feito cativo, o cronista tenha preferido manter-se fiel à cópia do documento ao qual acedera.

Seja como for, uma hipótese para esse tipo de ocorrência nas duas crônicas, isto é, a do Anônimo de Canterbury e a de Jean le Bel, é a de que ambos seus compositores teriam tencionado registrar o mais fielmente quanto puderam os eventos a partir dos relatos a que tomaram conhecimento, em que nem sempre seria possível recordar com exatidão quem ocupou qual posição. Devemos considerar que, para além do fato de que a escrita poderia ocorrer anos depois do fato narrado e o nome do indivíduo que ocupava tal posição na época não tivesse chegado ao conhecimento do cronista, os conflitos contra os franceses tiveram uma proporção bem maior do que aqueles contra escoceses e galeses, e seu registro em tais narrativas se deu pelo ajuntamento de informações esparsas cronológica e espacialmente. Além disso, os manuscritos medievais, e as crônicas não seriam uma exceção, eram fluidos, mutáveis, sujeitos ao que se designa *mouvance*, ou seja, eles são transformados conforme são passados de escriba para escriba, com mudanças que vão desde os erros acidentais a que estavam sujeitos nas mãos de profissionais menos competentes até à adição ao seu corpo de informações que o escritor anterior não teria tido acesso, e ainda a comentários realizados em suas margens.²⁶⁸ Todos esses fatores, quando levados em consideração conjuntamente, auxiliam-nos a entender o grande número de registros de títulos em detrimento da especificação de quem os portava no momento a que a narrativa se refere.

Contudo, também é possível supormos que, pelo fato de as crônicas serem direcionadas para membros do público descrito na narrativa, por si só o fato de suas ações ali figurarem já seria um elemento que destacaria sua posição naquela sociedade, sem a necessidade da constante retomada das suas origens. Cabe lembrarmos que os cronistas escrevem tanto sob a paga de homens que dedicam boa parte de sua carreira bélica em apoio a Edward III, ou mesmo contato

²⁶⁷ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 83.

²⁶⁸ CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008. p. 12.

direto com alguns daqueles guerreiros; e, no caso específico de Thomas Gray, ele é um daqueles indivíduos. Isso faz com que tenham acedido em maior parte aos contatos com nobres ligados aos ingleses, que permitiriam assim uma rememoração seletiva e mais propensa à lembrança de nomes entre seus pares e aliados do que entre seus inimigos, relembrados em muitos casos apenas pelos títulos.

De qualquer modo, atrás da genealogia feita por Thomas Gray e dos nomes e títulos rememorados por Jean le Bel e pelo Anônimo, estava o desejo de traçar a fonte de autoridade da nobreza baseada na perpetuidade de suas origens, que, uma vez respeitada, manteria a ordem social intacta. Tais posições, portanto, estariam em conformidade com a forma do período de conceber aqueles que estão no poder como efêmeros, ao passo que seus títulos, fontes de seu direito ao comando, estariam ligados à perpetuidade. Entretanto, essa questão do lembrar-se coloca em pauta o papel da escrita e da oralidade naquele momento, pois afinal as crônicas laicas são objetos escritos que auxiliam na formulação de uma memória nobiliárquica.²⁶⁹ Em que medida, portanto, a capacidade de composição, ou ao menos de leitura e acesso às mesmas auxilia na seleção do que foi escolhido para ser registrado em seus fôlios? Observaremos, no tópico a seguir, a relação entre oralidade e escrita no reino inglês trecentista e sua relação direta com a produção cronística naquele contexto.

2.3 Difusão da história: entre a oralidade, escrita e leitura

No último quarto do século XIV, o escocês John Barbour (c. 1320 – 1395) compõe uma das mais significativas crônicas daquele reino. Em sua narrativa intitulada *The Bruce*, uma crônica em tributo a Robert Bruce, monarca falecido décadas antes e com forte ligação a eventos seculares de seu momento de composição²⁷⁰, o cronista, assim como seus correlatos ingleses, busca explicitar as razões para seu fazer dentro de um lugar comum da escrita histórica no período:

²⁶⁹ Durante o século XIV, diversas famílias realizaram o comissionamento de crônicas que atestassem suas origens e assim forneçam provas de seus direitos hereditários. Tentava-se traçar sua origem em algum ancestral de reputação e que os ligasse a região onde exerciam seus poderes. Os Mortimer, senhores ingleses de grandes porções de Gales, comissionaram crônicas que os ligavam as dinastias inglesa e galesa, afirmando a antiguidade e continuidade de sua linhagem. DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the Middle Ages**. Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 33 -35.

²⁷⁰ GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 80 – 83.

Histórias são agradáveis de serem lidas, mesmo se não forem mais do que fábulas. Assim, histórias verdadeiras, se bem contadas, oferecem prazer redobrado para o ouvinte. O primeiro prazer é o conto por si próprio, e o segundo é a verdade ali presente, que demonstra o acontecimento do modo como foi. Assim, verdades salutares à mente dos homens são prazerosas a seus ouvidos [...]. Desse modo, [...] colocarei em forma escrita um conto verdadeiro, para que daqui por diante permaneça na memória, para que nenhum período de tempo o destrua, e nem ocasione em seu esquecimento.²⁷¹

O que nos chama atenção nas palavras de Barbour é, especialmente, o fato de que reconheça que a história possa vir a ser ouvida, mas afirma que ela tão somente estará segura após ter sido registrada em um suporte escrito, garantindo assim sua perpetuação para gerações vindouras. Até o presente momento, tratamos desta preocupação com a posteridade como um dos elementos-chave para a escrita histórica trecentista, porém, ainda não relevamos um de seus fatores mais significativos, isto é, suas formas de sua transmissão. Uma vez que tanto informações advindas de relatos de oralidade como de outros documentos escritos são aceitas em variadas medidas por todos aqueles cronistas, cabe pensarmos até que ponto se verifica tal receptividade, ou melhor, se aqueles cronistas elencam informações obtidas através de ambos os meios em um mesmo patamar, ou ao menos, em algum momento, alegam fazê-lo.

Essa questão encontra-se intimamente ligada à função memorialista do texto, como Barbour aponta, para que, segundo a visão dos homens contemporâneos, ele não defina perante as intempéries do tempo. Uma vez que sua retenção era pretendida por todos os elementos da sociedade, a oralidade continua a desempenhar um papel importante nesse sentido, muito embora a tecnologia da escrita encontrasse cada vez mais adeptos na Inglaterra trecentista.²⁷² Logo, se, por um lado, esperava-se que indivíduos como os jograis realizassem suas performances para as cortes com o conhecimento de épicos e poemas que retivessem em sua memória²⁷³, por outro, administradores locais esforçavam-se para manterem um registro material do cômputo de valores das transações comerciais tão confiável quando possível²⁷⁴, assim como se observou

²⁷¹ BARBOUR, J. **The Bruce**: being the metrical history of Robert the Bruce, King of Scots. Compiled A.D. 1375, by Master John Barbour; translated by George Eyre-Todd. London: Gowans & Gray, 1907. p. 1.

²⁷² CLANCHY, M. T. **From memory to written record**: England 1066-1307. Oxford: Blackwell, 1993. p. 254.

²⁷³ CHAYTOR, H.J. **From script to print**: introduction to medieval literature. New York: October House, 1967. p. 115 – 116.

²⁷⁴ Muitos dos chamados “registros senhoriais” (*manorial records*) foram concebidos com a finalidade de ordenar as trocas econômicas e deveres dos camponeses para com seus senhores, não mais realizados apenas através da palavra dada. Cf. WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 29 – 39.

concomitantemente um avultante número de indivíduos com formação monástica e/ou universitária, mestres no domínio da produção escrita em comparação a períodos anteriores.²⁷⁵

Até a introdução da prensa tipográfica na Inglaterra em meados de 1476, por William Caxton,²⁷⁶ a oralidade e a escrita convivem lado a lado, porém em níveis variáveis nas diversas regiões e instâncias do reino. Isto ocorre porque, mesmo com a produção crescente de textos escritos a partir do final do século XI, as sociedades medievais, dentre as quais a inglesa não seria exceção, não fiam inteiramente na escrita, pois associam a identificação da memória oral com a ideia de um elemento ligado à formação de virtudes morais, em que a produção escrita, ou melhor, da documentação que a portava, era compreendida como um método auxiliar na sua retenção, e não uma substituta para a mesma.²⁷⁷ No reinado de Edward III, a preocupação com a transmissão de informações não se deu apenas no âmbito do aumento da produção escrita fora dos mosteiros para fins meramente administrativos, e interessa-nos agora observar como a oralidade e escrita se sobrepõem na composição cronística daquele momento. Se a ordenação cronológica e o registro em forma de prosa tornam o texto mais verdadeiro para aqueles cronistas, como vimos no capítulo anterior, interessa-nos aqui elencar de que maneira informações advindas das formas escrita e oral, ou ao menos assim anunciadas pelos cronistas, tornam-se elementos que conferem credibilidade entre aqueles que as leem, ou seja, é possível

²⁷⁵ VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 91.

²⁷⁶ MATHESON, L.M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J.T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources: using historical sources to discover medieval Europe**. London: Routledge, 2012. p. 24.

²⁷⁷ CARRUTHERS, M.J. **The book of memory: a study of memory in medieval culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 156.; NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010. p. 75.; CLANCHY, M. T. **From memory to written record: England 1066-1307**. Oxford: Blackwell, 1993. p. 294 – 295.

mensurarmos se uma se sobrepõe à outra na prática da retenção da memória, bem como na posterior credibilidade supostamente auferida por elas ao leitor/ouvinte?²⁷⁸

São comuns nesse sentido as assertivas dos cronistas de que “ouviram falar” ou “lhes fora relatada” uma informação qualquer por outrem, e que por isso cabe-lhes registrá-la em seu texto. Entretanto, por detrás dessas alegações, deve ser considerado o que tornava meritório um certo tipo de informação em detrimento de outras, pois, como já vimos anteriormente, todos eles teriam acesso a uma ampla gama de contatos que lhes teciam relatos. Jean le Bel menciona John of Hainault como uma das principais fontes de informação em sua crônica, juntamente com outros nobres de reputação. Durante seu relato acerca da batalha de Crécy, ele interrompe sua detalhada narrativa sobre as manobras realizadas pelos ingleses para informar seu leitor/ouvinte de que:

Descrevi tão precisamente quanto pude, de acordo com o relato feito a mim por meu senhor e amigo *Sir John of Hainault* por seus próprios lábios [...] e também de outros dez ou doze cavaleiros e acompanhantes de seu séquito; [...]. Do outro lado (isto é, dos ingleses), ouvi relatos similares de diversos cavaleiros ingleses e germânicos que lá estiveram presentes.²⁷⁹

O recurso a testemunhas presentes no local do acontecimento exime o cronista de quaisquer erros ou “falsidades” que pudessem vir a ser confrontadas posteriormente, mas também aponta para possíveis intencionalidades do mesmo, uma vez que a informação foi inserida no corpo de seu texto por ter sua veracidade certificada, graças ao acesso a narrativas de ambos os

²⁷⁸ A noção de que a oralidade seria uma forma inadequada de retenção da memória foi perceptível em escritos ingleses do século XIII. Naquele momento, quando um querelante desejasse apresentar uma queixa perante a corte, deveria fazê-lo não tão somente baseado no que ouvira dizer, mas também em evidências escritas, uma vez que apenas suas palavras sem o texto registrado eram julgadas inadequadas. O conteúdo do texto, entretanto, não era por si só uma garantia fiável de credibilidade, e por isso mesmo o suporte em que se encontravam, sendo um objeto visual e tangível, auxiliava na função de mantenedor da memória para aqueles que não eram capazes de compreenderem as palavras ali presentes. Embora o uso da escrita demonstre indícios de crescimento ao longo do século XIV, seu emprego caminhou lado a lado com a oralidade, ao menos em relação ao registro de determinadas situações. Ao menos desde o século anterior, a tecnologia da escrita por vezes era considerada não confiável, e consequentemente os documentos por si só não autenticariam seu conteúdo. A escolha dos cronistas por uma ou outra forma, ou mesmo pela mescla de ambas, pode indicar um momento de transição onde tal confiabilidade passa, ainda que lentamente, a ser imputada aos manuscritos, aproximando-os daquela depositada na oralidade. HAY, D. **Annalists and historians: western historiography from eighth to eighteenth centuries**. London: Methuen; New York: Harper & Row, 1977. p. 49; CLANCHY, M. *Tenacious Letters: Archives and memory in the Middle Ages*. *Archivaria*, Ottawa, CA, n. 11, winter 1980/1981. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10842/11756>>. Acesso em: 18 abr. 2014. p. 116 – 119; HAY, D. **Annalists and historians: western historiography from eighth to eighteenth centuries**. London: Methuen; New York: Harper & Row, 1977. p. 49; GALLOWAY, A. *Writing history in England*. In: WALLACE, D. (Ed.). **The Cambridge history of medieval english literature**. Cambridge; New Yor: Cambridge University Press, 2008. p. 257.

²⁷⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 181.

lados e que dizem ser análogas, muito embora não tenha feito referências a quais seriam tais textos. Não obstante, Jean le Bel emprega frequentemente verbos como “contar” (*tell*)²⁸⁰ e “ouvir” (*hear*)²⁸¹ para referir-se a como chegou a conhecer determinados fatos, ou seja, há um intercâmbio entre o uso de ambos os termos, indicando que a narrativa poderia tanto vir a ser lida como recitada.²⁸²

O uso da oralidade, entretanto, nem sempre é observado como um elemento de precisão na composição do relato, uma vez que, ao longo da crônica, Jean le Bel demonstra preocupação por não poder afirmar com exatidão o que ocorreu. Na transferência do rei Jean II²⁸³ da Gasconha para o castelo de Windsor, o cronista é enfático ao delimitar que tomou conhecimento daquele fato, mas “não sabe como isto aconteceu ou como os nobres gascões deram seu consentimento, mas o rei Jean ainda estava lá [em Windsor] enquanto estas palavras estavam sendo escritas”.²⁸⁴ Essa apreensão não impede o clérigo de Liège de reportar informações mais ou menos precisas em boa parte das vezes em que assevera não estar certo de particularidades acerca do que narra, porém, em determinadas ocasiões, ele afirma que devido à incerteza daquilo a que acedeu, se recusará a continuar escrevendo sobre o assunto, pois, “por não saber o suficiente, me calarei”.²⁸⁵

O uso desse tipo de recurso, observado com mais incidência em sua crônica, é uma indicação de que a oralidade naquele período é aceita como um elemento constituinte da narrativa, ou melhor, em muitas situações, o cronista atesta a veracidade das informações relatadas, considerando a fidedignidade da palavra de seu informante. Assim, se o relato oral, antes de tomar corpo na forma escrita pelas mãos do cronista, já tinha importância no processo de elaboração do passado e do presente, agora encontra no suporte escrito um meio que aumentará suas chances de disseminação e perpetuação entre a nobreza, isto é, ao invés de serem formas concorrentes, elas são complementares. Dessa forma, essa suposta fiabilidade da palavra ouvida

²⁸⁰ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360.** Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 42.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 61.

²⁸² A disseminação das capacidades de leitura e escrita devem ser tomadas com cautela, pois muito embora tenham alcançado patamares maiores do que nos séculos anteriores, durante o período trecentista a oralidade ainda é muito presente na construção da memória. De qualquer forma, a escrita e o domínio do conhecimento necessário para realizá-la passam a serem entendidos como instrumentos ligados a grupos mandatários na medida em que são relacionados com a voz da autoridade, isto é, faz-se conhecer suas vontades e decisões para questões diversas através da leitura e recitação, e não apenas pela elocução pública de agentes legalmente constituídos para tal. Cf. GELLRICH, J.M. **Discourse and dominion in fourteenth century: oral contexts of writing in philosophy, politics, and poetry.** Princeton, N.J: Princeton University Press, 1995. p. 3 – 38.

²⁸³ João II.

²⁸⁴ BEL, J. *op. cit.*, p. 229.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 83.

apresentada por Jean le Bel, ao escrever sobre eventos que ainda ocorrem durante o desenrolar de sua atividade narrativa, parece ter sido igualmente cara a Thomas Gray, que para além de conceber sua importância, admite a impossibilidade de lidar com a vultuosa quantidade de informações a que tem acesso, e assim indica a necessidade da seleção para o que viria ou não a compor sua narrativa. Ao também escrever sobre eventos ocorridos entre 1358 – 1359, o condestável do castelo de Norham atenta para o grande número de homens de origens diversas que se dirigem até a França para juntarem-se a Edward III. Mesmo tendo participado desta campanha e, portanto, observando diretamente parte dos eventos aos quais viria a narrar, ele próprio enfatiza que “ninguém seria capaz de recontar os feitos que lhes recaíram (aos ingleses na campanha em questão) naqueles tempos [...], e (portanto, tais feitos) não foram inclusos neste relato, [...] bem como não foi possível detalhar as batalhas quando ocorreram, em razão de sua variedade”.²⁸⁶ Ao deparar-se com a impossibilidade de registrar tudo o que ocorreu naquele conturbado período, Thomas Gray não se exime de tentar fazê-lo.²⁸⁷ Após uma breve justificativa, na qual aponta que “algumas notáveis batalhas foram omitidas da narrativa deste livro no tempo em que ocorreram, pois já haviam sido escritas, e assim tomo por certo que devam ser descritas em outra parte”,²⁸⁸ o cronista insere um pontual “resumo” de informações sobre acontecimentos bélicos ocorridos desde 1341 até o período presente, por volta de 1358 -1359, e finaliza com a assertiva de que mesmo após tal esforço, “nem todas as batalhas foram registradas cronologicamente quando se sucederam; e ainda estão para serem assinalados (os nomes) daqueles que se reuniram (na Gasconha) em razão da trégua (de Brétigny)”²⁸⁹.

Ao que parece, para o cavaleiro os relatos ouvidos anteriormente estão em um mesmo patamar que os registros escritos, pois se por um lado um dos principais meios para a obtenção de informações era pelo que ouvira de outros pares, Thomas Gray não abre mão de tentar ajuntá-los cronologicamente por meio da escrita. Essa simultaneidade entre os usos da narrativa escrita e oral é comum mesmo em crônicas como a do Anônimo de Canterbury, que ao que tudo indica não teria sido um guerreiro como o condestável de Norham, mas também se utiliza de tal recurso

²⁸⁶ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 90 – 91.

²⁸⁷ Uma das características estilísticas da crônica do período foi o emprego de expressões para indicar incertezas e opiniões gerais, como “assim dizem”. A primeira vista, elas estariam relacionadas com possíveis boatos a que teria acedido o cronista, mas também poderiam revelar seu interesse e parcialidade ao registrar algo que já seria de conhecimento público, principalmente quando se referem à personagens específicos. GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004. p. 8 – 10.

²⁸⁸ GRAY, T. op. cit., p. 92.

²⁸⁹ Ibid., p. 96.

em sua narrativa, ao referir-se a locais com um grande número de representantes nobiliárquicos, normalmente sendo este o campo de batalha. Se o cronista não esteve presente nos eventos que relata, precisa encontrar um meio de abordar o que ali se passou. Desse modo, é possível que não apenas ele, mas também os outros três cronistas, ao se depararem com tal impossibilidade, tenham acabado por realizar uma descrição genérica do que poderia ter se passado. Cada um deles, entretanto, faz uso das informações que possui ou que acredita serem compatíveis com aquelas advindas do local do conflito, além do uso do conhecimento técnico da profissão de armas que lhe auxilie em uma descrição mais pormenorizada do evento. Muito embora partilhassem do uso de ambas as formas de obtenção de dados, isto é, da oralidade e da escrita, por equivalerem como meios fiáveis, a escolha de uma poderia preterir a outra, senão inteiramente, pelo menos em certa medida. O mesmo Anônimo de Canterbury, que compôs sua crônica em um local favorável à obtenção de detalhados relatos orais sobre as ações guerreiras, decidiu não prolongá-los, mas sim restringir suas descrições a passagens sucintas como aquela feita sobre o que ocorrera em Poitiers:

Na segunda-feira, 19 de Setembro do ano de nosso senhor 1356, quando o supracitado príncipe [Edward, o príncipe negro] estava com seus vinte e seis anos, uma feroz e prolongada batalha foi travada entre ele e o senhor Jean, auto denominado rei da França, no campo próximo a Poitiers, e em cuja batalha o dito príncipe possuía apenas 3 mil *men-at-arms*²⁹⁰, mil arqueiros e outros mil *sergeants*.²⁹¹

Tal decisão em parte está conectada com o próprio estilo e concepção sobre o fazer da história daquele cronista, dados os seus mais fortes vínculos com uma instituição clerical. Isso significa dizer que sua crônica, embora repleta de eventos ligados ao século e abordados sob uma perspectiva díspar dos seus correlatos monásticos, preocupa-se antes em “inventariar” os eventos e indivíduos dele participantes, isto é, em elencar e registrar quem participou de momentos por ele considerados importantes e quais os resultados dessa participação, relegando a segundo plano as descrições de como o fato ocorrera. Assim, ao Anônimo, mesmo que lhe fossem reportados os

²⁹⁰ O termo *man-at-arms* é empregado para indivíduos advindos da nobreza e aspiravam tornarem-se cavaleiros (*knights*), mas que, em geral, atuavam como guerreiros profissionais, bem treinados e armados, sob paga e por tempo determinado. Seu status os colocava abaixo de outros homens com títulos mais proeminentes, como os próprios *knights* e *bannerets*. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 189.

²⁹¹ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 21.

sucessos ingleses no continente ou contra os escoceses por homens que lá estiveram, como Thomas Gray, aquele cronista não abriu mão do ordenamento de seu texto através da cópia literal de documentos escritos justamente pela função memorial de sua narrativa.

O recurso do testemunho oral, ou melhor, a indicação de que determinadas informações foram assim transmitidas ao cronista, foi um importante instrumento para a concepção da narrativa de Geoffrey le Baker. Ele aponta para vários momentos em que testemunhas contam-lhe eventos diversos,²⁹² mas que de qualquer modo devem ser analisados com cautela, pois dentro de seu contexto de produção é possível que tenham sido elaborados em certo tom de desconfiança ou mesmo rivalidade entre seu senhor e outros nobres.²⁹³ Nesse sentido, ganha destaque uma escaramuça ocorrida próximo a Calais em 1351, entre ingleses e franceses, a qual poderia ser uma mera trivialidade em uma crônica recheada de relatos similares, não fosse o comentário em tom duvidoso de Geoffrey le Baker salientando que “o inimigo não teria prevalecido contra eles (os ingleses), caso possamos mesmo acreditar naqueles que lá estiveram”.²⁹⁴ Outro indício que pode nos auxiliar a compreender o peso entre os testemunhos oral e escrito são o que denominamos “relatos exclusivos”, isto é, trechos da narrativa que não são encontrados em outros documentos do período. Não podemos determinar em que medida tais relatos são de fato “inéditos” àquelas crônicas, sob uma acepção moderna, pois podem ter sido retirados de outros documentos coetâneos que se perderam ou mesmo terem circulado oralmente por certo tempo em determinadas localidades. De qualquer modo, a exclusividade a que nos referimos aqui advém de detalhes específicos elencados pelos cronistas ao descreverem certos eventos menores, por assim dizer, e que estão inseridos em momentos de maior repercussão naquela sociedade e que, justamente por isso, podem ter despertado mais interesse dentre seus coetâneos.

²⁹² BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 44; 68.

²⁹³ As crônicas do século XIV tinham dentre suas metas servirem como instrumentos para consulta sobre questões do passado, onde sua estruturação ainda se davam a partir de lugares comuns da retórica, sendo um deles a alusão frequente ao uso de elementos orais no corpo do texto. Em sua *Historia Anglorum*, Henry of Huntingdon declara que “a verdadeira lei da história é fazer conhecer para a posteridade, através da escrita, aquilo que se coleta a partir de boatos comuns”, onde o peso do testemunho oral estava diretamente conectado tanto com a proibição daquele que o emitia como com a do próprio cronista. GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 11; GELLRICH, J.M. **Discourse and dominion in fourteenth century**: oral contexts of writing in philosophy, politics, and poetry. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1995. p. 127.

²⁹⁴ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 100.

Um exemplo de tais relatos é aquele fornecido por Geoffrey le Baker sobre o cerco a Calais em 1346, que fora reportado com mais ou menos ênfase em outras crônicas coevas pela importância que sua tomada representou para os ingleses, pois a cidade tornou-se uma base para que se pudesse descarregar mantimentos e movimentar tropas entre o continente e a ilha.²⁹⁵ Todavia, seu cerco perdurou mais de um ano, e Geoffrey le Baker descreve os momentos finais anteriores à sua rendição com detalhes não encontrados em outros relatos coevos, o que nos faz inferir que tenham sido colhidos através de uma testemunha ali presente:

Enquanto isso, aqueles sob cerco fizeram sua condição conhecida ao tirano francês através de sinais. Quando o tirano chegou, eles colocaram seu estandarte na torre principal do castelo [...]. Após o entardecer, entre um grande estardalhaço de pessoas gritando e de trompetes e tambores [...], eles atiraram em direção ao céu uma chama bem iluminada de uma torre no lado da cidade frente ao exército francês [...]. Na segunda noite, lançaram um sinal similar [...], e na terceira, uma centelha [...], e desse modo as pessoas mostravam que sua força para salvar a cidade estava terminada [...].²⁹⁶

Difícilmente essa demonstração para atrair a atenção do monarca francês teria passado despercebida de homens que estiveram engajados no cerco, mas por que apenas Geoffrey le Baker a relata, ou melhor, por que ela foi inserida naquela crônica e não nas demais? Não podemos fazer mais do que conjecturar hipóteses para elucidar tal questionamento, que vai desde um relato exclusivo do cronista até à possibilidade de que, dentre outros cronistas, que teriam tido acesso a tal informação, Geoffrey le Baker foi o único cuja narrativa sobrevive atualmente, ou mesmo, por razões diversas, teria sido o único a ter decidido relatá-la. Tais questionamentos, entretanto, não vão além de pressuposições. Dessa forma, seja qual for o motivo pelo qual ela consta em sua crônica, o certo é que ela é um indicativo de que, embora eventos a que foi atribuída maior relevância, como o cerco à cidade, e que foram amplamente divulgados tanto oralmente como nos documentos produzidos nas zonas de conflito, poderiam fazer com que sua narrativa ganhasse mais credibilidade ao elencar fatos mais precisos, desde que inseridos tanto no universo de possibilidades de fatos costumeiros ocorridos em locais de conflitos como também dentro dos esquemas de ideias que perpassavam a composição cronística do período.²⁹⁷

²⁹⁵ PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 318 – 319.

²⁹⁶ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 79.

²⁹⁷ ALLMAND, C. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 22.

Isso significa dizer que Geoffrey le Baker pode, em um primeiro momento, ter lido, vivenciado ou ao menos ouvido falar sobre esse tipo de prática em outros relatos de fortalezas sitiadas²⁹⁸, e então ter realizado sua exposição a partir da dedução do que era um comportamento esperado de homens e mulheres em situação de sítio. E seu público alvo, mesmo que presente no cerco à cidade, poderia entender tal relato como aceitável, uma vez que cada narrativa cronística fornece uma dentre as múltiplas perspectivas possíveis para a narração de um fato. Isso se torna possível, pois não é incomum que tais “eventos exclusivos” normalmente sejam relacionados ao cerne esquemático da crônica, isto é, em uma crônica clerical, em que eventos ligados a temáticas partilhadas entre seus escritores e leitores/ouvintes, como o sobrenatural e a atuação divina nos afazeres humanos, ganham destaque, enquanto em crônicas de orientação secular, como a de Geoffrey le Baker, eventos ligados à guerra recebem um enfoque maior.²⁹⁹

Apelar ao testemunho de indivíduos que teriam estado no local onde o evento ocorreu era uma estratégia corrente entre os escritores do período, que a empregavam com a finalidade de alcançar a confiança do destinatário de sua crônica.³⁰⁰ De qualquer forma, antes de entrarmos propriamente na relação entre o cronista e o público alvo, devemos salientar que o elemento escrito não serviu tão somente como suporte para o registro de dados advindos da oralidade. Uma das características marcantes das crônicas seculares é o emprego sistemático de documentação, principalmente aquela voltada para fins burocráticos, como vinha ocorrendo em grande medida desde a composição do *Domesday Book* (Livro do Julgamento, em tradução livre), o livro cadastral feito sob ordem de William, o Conquistador (c. 1028 – 1087), nos anos de 1085 –

²⁹⁸ As atitudes dos sitiados para com os sitiados segundo relatos diversos apontam que o modo de portar-se diante daquela situação poderia influenciar o seu trato caso os primeiros obtivessem êxito. Assim, esperava-se uma “rendição honrada”, um meio termo, nem sempre bem definido coetaneamente, entre a desistência de resistir antes mesmo do levante do cerco e a resistência sem qualquer tipo de negociação, onde ambos os casos, em caso de captura dos sitiados, poderia levar ao saque de seus bens, da violação das mulheres na fortaleza, da amputação de membros e mesmo execução dos responsáveis por sua defesa. Jean le Bel relata que certo dia um grupo de cavaleiros sitiou uma próspera cidade e seu forte castelo chamado La Roche-Derrien. Entretanto, logo perceberam que possuía uma forte defesa, pois “o castelão era um tenaz, bravio e combativo pajem [...], e com o apoio de boa parte dos habitantes da cidade, foi negociada com sucesso sua rendição, tendo garantidas suas vidas e bens”, ao passo que após a saída dos nobres dirigentes daquela fortaleza, os assediadores a provisionaram “com pessoas da própria cidade (*townsfolk*)”. Cf. FLORI, J. *Caballeros y caballería en la edad media*. Traducción de Godofredo González. Barcelona: Paidós, 2001. p. 160 – 162; BEL, J. *The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360*. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 196.

²⁹⁹ STRICKLAND, M. *War and chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 12; TAYLOR, J. *English historical literature in the fourteenth century*. Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 15; 154 – 157; KEEN, M. Introduction: warfare and the middle ages. In: _____. *Medieval warfare: a history*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999. p. 4.

³⁰⁰ AMADO, T. *O passado e o presente: ler Fernão Lopes*. Lisboa: Presença, 2007. p. 44.

1086.³⁰¹ Com o intuito de mensurar e registrar os bens de seus novos súditos, os agentes do monarca normando percorreram partes do reino realizando um levantamento considerado vexatório, pois a palavra oral do vassalo, até então intimamente atrelada à sua honra, paulatinamente deixa de ser tomada como digna de crédito por seu senhor, que passa a se fiar principalmente na palavra escrita. Da geração de Henry III (1207 - 1272) para a de Edward I (1239 - 1307), observa-se que o uso de testemunhos orais como método para obtenção de informação e atestação da verdade passa a concorrer com a consulta permanente de registros oficiais, tendo sido o próprio *Domesday Book* copiado em vários cartulários³⁰² e, provavelmente, em crônicas, mesmo que de forma fragmentária ou complementar às narrativas que visaram confirmar direitos nobiliárquicos sobre questões variadas.

É inegável que os testemunhos orais continuaram a exercer influências sobre as relações cotidianas, como por exemplo nos juramentos de vassalagem, ainda eram feitos dessa forma³⁰³, e igualmente tinham seu lugar como uma das principais fontes de informação dos cronistas. Contudo, uma grande massa documental é produzida com finalidades amplas, majoritariamente administrativas, servindo para regulamentar e gerir em instâncias diversas as relações entre os homens no espaço do reino.³⁰⁴ Novamente, assim como no uso da oralidade, é impossível mensurarmos a dimensão ocupada pela escrita naquele momento, mas é possível que o uso simultâneo dessas formas paralelas de transmissão de conhecimentos e informações caminhou por séculos de forma ambígua, pois a escrita, por muito tempo circunscrita ao círculo monástico, pode ter levado algum tempo até alcançar um *status* de confiabilidade, fazendo com que o modo

³⁰¹ COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 104.

³⁰² CLANCHY, M. T. **From memory to written record: England 1066 – 1307**. Oxford: Blackwell, 1993, p. 34.

³⁰³ Como indicam em registros oficiais contemporâneos, a cerimônia de juramento era registrada para fins pósteros, mas sua realização ocorria pela enunciação dos votos perante outros nobres. Em 1296, o então monarca escocês John Balliol (1249 – 1314) “presta homenagem ao rei da Inglaterra como seu senhor pelo reino da Escócia e os direitos a ele imanentes, estando assim presente em pessoa, o qual pronuncia, por sua boca (*with his own mouth*) palavras de juramento”. Cf. STONES, E. L. G. (Ed.). **Anglo-Scottish relations 1174 – 1328: some selected documents**. Oxford: Clarendon Press, 1970. p. 127.

³⁰⁴ Após a conquista normanda no século XI, houve uma sistematização de documentos escritos produzidos ao longo do reino relacionados a burocracia e a condução de questões comerciais, iniciativa essa iniciada pela Coroa e que se espria entre os barões no início do século XIII, estendendo-se ao cavaleiros e camponeses até o início do período trecentista. Cf. CLANCHY, M. T. **From memory to written record: England 1066 – 1307**. Oxford: Blackwell, 1993, p. 62 - 76.

oral de transmissão de informações tenha sobrepujado o texto escrito por um período substancial.³⁰⁵

Entretanto, do séculos XII ao XIV, nota-se um aumento significativo na quantidade de material escrito, devido à separação gradual entre as escolas e os monastérios, bem como o aumento do uso da burocracia, que por sua vez necessitava cada vez mais de indivíduos com domínio das técnicas de escrita e leitura.³⁰⁶ Com esse índice em crescimento, observou-se que, após o período da Peste Negra, isto é, entre meados de 1348 – 1358, ao menos o conhecimento rudimentar da escrita tornou-se desejável, a ponto de, no final do século XIV, os membros da guilda dos *stationers*³⁰⁷ em Londres receberem permissão para trabalharem aos domingos com a finalidade de satisfazerem a demanda por livros,³⁰⁸ pois, já por volta de 1400, “a principal diferença entre a corte e a crescente burguesia era a do gosto literário, e não da capacidade de leitura”.³⁰⁹ Assim, o emprego de documentação é observado, nem sempre igualmente, em regiões da Inglaterra e mesmo da Escócia a partir do século XIII, onde são utilizados rotineiramente não somente pela nobreza cortesã e o alto clero, mas por leigos em transações de naturezas diversas.³¹⁰

Ao que tudo indica, a escrita da história por indivíduos ligados ao mundo laico não permaneceu alheia a tais transformações. A autoridade na narrativa dos fatos passa a ser partilhada também entre nobres e burgueses, que desenvolvem métodos de seleção e acesso à documentação ainda não totalmente independentes daqueles dos clérigos, mas que ao menos

³⁰⁵ De qualquer forma, há evidências de períodos anteriores que apontam para um uso cada vez mais sistemático da escrita como meio fiável de transmissão de informações. Apenas a título de exemplo, em uma carta de privilégios enviada ao priorado de *Sele*, em *West Sussex* na segunda metade do século XII, seu escritor assevera que “uma vez a memória sendo instável, é necessário que as coisas que são ditas ou feitas sejam reforçadas pela evidência das letras”. Id. Tenacious Letters: Archives and memory in the Middle Ages. *Archivaria*, Ottawa, CA, n. 11, winter 1980/1981. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10842/11756>>. Acesso em: 18 abr. 2014. p. 117.

³⁰⁶ VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 145 – 146.

³⁰⁷ O *stationer*, ou *stationarius*, era um comerciante que lidava com a cessão de manuscritos, principalmente textos universitários que eram emprestados, sob a paga de uma certa quantia, para estudantes que desejavam copiá-los. Tais manuscritos deveriam ser autenticados por um responsável ligado à universidade, e caso fossem encontradas irregularidades no texto, o material daquele comerciante poderia ser destruído, bem como não lhes era permitido vender para ninguém que pudesse lucrar com seu conteúdo. Cf. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 265.

³⁰⁸ CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008. p. 19.

³⁰⁹ BRIGGS, C. F. Literacy, reading, and writing in the medieval west. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 26, n. 4, 2000. p. 401.

³¹⁰ NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010. p. 83.

apresentam suas próprias particularidades. No século XIV, o uso da escrita por membros da elite guerreira para disseminar seus conhecimentos acerca do fazer bélico ou mesmo suas memórias sobre o que vivenciaram em campo de batalha não era uma novidade, embora ainda não tivesse um grande número de adeptos. Em terras francesas, o afamado cavaleiro Geoffroi de Charny (c. 1306 – 1356) escreveu um manual sobre sua profissão de armas conhecido como “Livro do Cavaleirismo” (*Livre de Chevalerie*), com a finalidade “de examinar as várias situações [inerentes à profissão] dos *men-at-arms*, tanto do passado como do presente, [...] para que aqueles com gana de alcançarem as maiores honras sejam capazes de fazê-lo [...]”.³¹¹ Entre os ingleses, Thomas Gray e o heraldista do cavaleiro John Chandos parecem ter sido os únicos indivíduos ingleses dedicados à escrita da história no século XIV, e o primeiro destacou-se em suas funções marciais e nobiliárquicas, além de sua *Scalacronica* demonstrar evidências de que possuía o domínio sobre conhecimentos clássicos, partilhava dos saberes e interesses sobre a escrita da história e não se fiava apenas na oralidade como meio de transmissão de informações.

Ao longo do século XIV, a capacidade de leitura difunde-se nos meios nobiliárquicos e muitas das relações cotidianas, como as transações legais, passam a ser legitimadas pela forma escrita e simbólica, como no caso das *indentures*.³¹² Não foi incomum, desse modo, que documentos relacionados à história da família, normalmente contendo informações relacionadas a posses e direitos sobre bens e pessoas se apresentassem não apenas na forma do texto escrito, mas também fossem amparados pela presença de algum objeto físico de origem ancestral que corroborasse com as informações ali contidas, como os selos de cera, armamentos e relíquias de santos atribuídas a seus antepassados. No reinado de Edward I, John, conde de Warenne (1231 - 1304), apresentou uma espada enferrujada durante o julgamento que colocava em dúvida a posse

³¹¹ CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 47.

³¹² As *indentures* eram documentos com bordas “dentadas” trocados entre duas ou mais partes para que pudesse ser comprovada sua autenticidade em ocasiões futuras, caso necessário. Um exemplo daquele tipo de registro de importância significativa no contexto belicoso trecentista foi aquele contendo o Tratado de Berwick, datado de 1357. Ali, os representantes dos reis da Inglaterra e Escócia pontuam os termos para o pagamento de resgate de David II, prisioneiro de Edward III após a batalha de *Neville's Cross* em 1346, onde “acorda-se que os pagamentos devem ser feitos àquele que for escolhido representante do rei da Inglaterra, designado através de cartas lacradas sob seu Grande Selo [...] em Berwick on Tweed, caso (a cidade) esteja sob possessão inglesa e, caso contrário, em Norham (região neste momento sob controle de Thomas Gray) [...]”. Acorda-se também que o rei da Inglaterra e seu príncipe, por um lado, e o rei da Escócia, por outro, devem confirmar e aprovar a *indenture*, bem como todo seu conteúdo, através de cartas patente sob seus grandes selos [...]”. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 160; GUENÉE, B. **O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Edusp, 1981. THE TREATY of Berwick. In: DOUGLAS, D. C. **English historical documents**. London: Routledge, 1996. v. 4. p. 99 – 101.

de suas terras e, após ser questionado sobre com que direitos (*quo warranto*) as tinha sob seu poder, o mesmo teria respondido à corte, segundo um cronista contemporâneo:

Olhem para isto meus senhores, esta (espada) é minha prova (*warrant*)! Meus ancestrais vieram com William, o Bastardo, e conquistaram suas terras com a espada, e pela espada as defenderei de qualquer um que tencione confiscá-las. O rei não as conquistou e nem as subjugou sozinho, uma vez que nossos antepassados eram seus aliados e partilharam das mesmas (terras e conquistas) com ele.³¹³

A reação do conde, de qualquer modo, demonstrou-se peculiar para os membros inquiridores, pois, no reinado de Edward I, a apresentação de provas escritas em diversas instâncias seria por si só elemento suficiente para comprovar uma alegação daquele porte.³¹⁴ A aceitação, ou mesmo a expectativa pela realização de prática similar ao do conde de Warenne, teria diminuído consideravelmente, muito embora um número significativo de nobres durante o mesmo reinado tenha apresentado seus pleitos amparados em evidências não-escritas, que alegavam, assim como Jean, serem provenientes de séculos anteriores.³¹⁵ Esses objetos serviam como retentores da memória, sendo sua presença uma prova do que fora acordado e que estava registrado por meio da escrita e lembrado por meio da oralidade.

Naquele momento, o uso de tais instrumentos para certificar pleitos dá lugar à ampliação cada vez maior na produção de manuscritos que nem sempre necessitam de objetos acessórios para imputar-lhes credibilidade, pois o próprio suporte do texto acaba por tomar para si essa função. Ao considerarmos as funções do registro histórico, não podemos negligenciar suas associações tanto com as imagens presentes em seus fólios como também com o tipo de

³¹³ GUISBOROUGH, W. **The chronicle of Walter of Guisborough**: previously edited as the chronicle of Walter of Hemingford. Edited for the Royal Historical Society by Harry Rothwell. London: Offices of the Society, 1957. p. 216.

³¹⁴ Dentre os documentos relativos a essa questão está a decisão do Parlamento datada de 1290, contemporânea portanto ao conde de Warenne, que aponta para a necessidade do uso de documentos escritos para provarem a posse de terras e o exercício de certos direitos imputados aos nobres. Assim, lê-se que “todos deste reino, sejam quem forem, [...] puderem provar através de uma boa pesquisa judicial (*inquest*) [...] que ele e seus antecessores [...] tenham disposto de quaisquer das liberdades das quais ele tenha litigado [...] antes dos tempos do rei Ricardo [Coração de Leão?] [...] podem continuar a fazê-lo desde que não tenham abusado das mesmas, [...] e lhes será dado tempo para se dirigirem até o senhor nosso rei portanto os registros dos “juizes” (*justices*), juntamente com o selo daqueles últimos, para que então o senhor nosso rei possa confirmar suas possessões através de cartas [escritas com essa finalidade], [...] e todos aqueles que tiverem cartas patentes do rei (*royal charters*) deverão ser julgados de acordo com as mesmas. Cf. QUO WARRANTO. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents: 1189 – 1327**. London; New York: Routledge, 2001. p. 464 – 465.

³¹⁵ CLANCHY, M. Tenacious Letters: Archives and memory in the Middle Ages. **Archivaria**, Ottawa, CA, n. 11, winter 1980/1981. p. 118. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10842/11756>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

manuscrito empregado, que dependendo do material com que é produzido pode revelar a intenção de perpetuidade ou não daquele que o compôs.³¹⁶ Um dos casos que ilustram essa questão é a elaboração de um saltério sob a paga de *Sir* Geoffrey Luttrell of Irnham (1276 – 1345), provavelmente entre os anos de 1340 e 1345, onde se apresentam imagens daquele nobre montado em seu cavalo e preparando-se para a guerra. A análise das imagens e do texto aponta para a pretensão do nobre em projetar o passado, presente e futuro gloriosos seus e de sua linhagem em um texto recheado de iluminuras e textos bíblicos previamente selecionados, os quais mostram para a sociedade como ele gostaria de ser visto, isto é, na figura de um poderoso guerreiro praticante dos preceitos cavaleirescos para com seus semelhantes.³¹⁷

Esse desejo de demonstração de poderio e perenidade através da elaboração de um texto que confluísse para elaborar uma figura respeitável diante da sociedade do período pode ter sido um motivo impulsionador da composição de manuscritos como a *Scalacronica*. Seu único manuscrito existente é um livro ricamente decorado, colorido, e foi escrito por uma única pessoa durante a segunda metade do século XIV, conforme apontam evidências paleográficas, demonstrando que a versão existente ou trata-se de uma cópia ou que Thomas Gray a ditou para um escriba, pois sua atual disposição dificilmente teria sido realizada pelo cavaleiro.³¹⁸ Isso significa que a *Scalacronica*, bem como o saltério de Geoffrey Luttrell e outros textos contemporâneos muito provavelmente foram manuscritos elaborados por profissionais, pois o seu ordenamento final implica o esforço e o domínio de técnicas de escrita e iluminura, bem como o custeio monetário de composição para que o produto final atendesse a um conjunto de expectativas, tanto daquele que determina sua composição como daqueles que virão a ser seus

³¹⁶ No século XII, Hugh of St. Victor (1096 – 1141) destacava a interação entre o texto escrito e as imagens a ele vinculadas, sendo a interação visual entre o leitor e o livro indissociável durante o estudo. Cf. SAENGER, P. *La lectura en los últimos siglos de la Edad Media*. In: BONFIL, R. (et. al.). **Historia de la lectura en el mundo occidental**. Dirección de Guglielmo Cavallo y Roger Chartier. Madrid: Taurus, 2004. p. 6; Cf. CAIE, G.D. *The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts*. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008. p. 12.

³¹⁷ COSS, P.R. *Knighthood, heraldry and social exclusion in Edwardian England*. In: COSS, P.R., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002. p. 39 – 45.

³¹⁸ Andy King, tradutor e editor da edição mais recente da *Scalacronica*, aponta que ela é ricamente adornada e colorida, além de contar com outros elementos de decoração e organização realizados por uma única pessoa em um curto espaço de tempo. Isso reforça a hipótese de que a crônica seria um trabalho profissional, ditado por Gray a um escriba, ou mesmo que ela seria uma cópia de outro manuscrito, pois embora tenha acedido a capacidade de leitura e escrita, é altamente improvável que o cavaleiro dominasse técnicas para a ilustração do manuscrito do modo como ele se apresenta. Cf. KING, A. *Introduction*. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 28.

leitores, ou seja, a perpetuação da imagem de um indivíduo possuidor de direitos nobiliárquicos, realizador de proezas marciais em nome do reino e um bom cristão.

Assim, crônicas recheadas de atos de bravura, e que indubitavelmente tinham dentre suas metas o engrandecimento da honra daqueles ali descritos em seus fólhos, não eram escritas apenas para a perpetuidade ou para a emulação de gerações posteriores, mas sim serviam, juntamente com seus suportes materiais, para disseminar e ecoar a reputação durante o tempo de vida daqueles que as fizeram por merecer. O que estamos a afirmar é que, embora a preocupação memorialista fosse uma de suas forças motrizes, em que os bons exemplos do passado deveriam se fazer presentes entre aqueles homens, a escrita histórica daquele momento igualmente se empenhou em divulgar as ações bélicas da nobreza em seu próprio tempo, no qual seus atores usufruíram de proventos do conflito não apenas no campo material, mas também no reconhecimento de seus pares, tão estimado aos praticantes da cavalaria.³¹⁹

Não obstante o texto escrito tenha suplantado em certos momentos a oralidade como um meio mais apto para resguardar informações, na segunda metade do século XIV, ele enfrentava a resistência de muitos indivíduos que ainda relutavam em aceitar sua confiabilidade, quando o mesmo se apresentasse sem outros elementos que lhe atribuíssem embasamento na tradição e nos

³¹⁹ A relação entre ganhos materiais e reconhecimento dentre seus pares deve ser tomada com cautela, pois é possível que nas crônicas aqui analisadas seus responsáveis, ao apresentam favoravelmente os feitos em guerra, não se referissem a nobreza com um todo, mas a um grupo restrito com título de cavalaria (*knighthood*). Entre os séculos XIII e XIV, o número de indivíduos adubados caiu consideravelmente, a ponto de cerca de três quartos dos componentes das hostes inglesas durante o último período serem homens com posições (*rank*) inferiores à cavaleiro (*knight*). Isso deve-se, sobretudo, a alterações na concepção da guerra e na economia do período, onde as obrigações imputadas aos cavaleiros, principalmente em períodos de paz, fez com que a coroa, a partir do século XIII, instituisse a compulsoriedade daquela obrigação para todos com terras a partir de determinado valor. Concomitantemente, o ideal cavaleiresco estava em voga, pois se economicamente nem sempre fosse viável tornar-se um cavaleiro, o cavaleirismo servia como fonte de inspiração para todos os nobres engajados em atividades belicosas, mesmo aqueles com posições inferiores, uma vez que em teoria membros de outros grupos sociais aspiravam ao status e a benefícios honoríficos que o cavaleirismo lhes poderia conferir. AYTON, A. **Knights and warhorses: military service and the English aristocracy under Edward III**. Woddbridge, Suffolk: Rochester, NY: Boydell Press, 1994. p. 228 – 229; KAEUPER, R. W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999. p. 191 – 192; KEEN, M. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 2005. p. 145 – 153; PRESTWICH, M. Miles in armis strenuus: the knight at war. **Transactions of the royal historical society**, sixth series, v. 5, p. 207, 1995. WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 119.

costumes vigentes.³²⁰ Nesse sentido, é elucidativa a narrativa de Geoffrey le Baker sobre o desafio lançado por Otto, filho do duque germânico de Brunswick ao duque de Lancaster por meio de uma carta em meados de 1352:

Naquela carta, Otto apresentou acusações contra o duque de Lancaster [...]. (Entretanto), a carta contendo tal desafio não estava selada. O duque não desejava transparecer que dava de forma imprudente credencial a um pedaço de papel, especialmente por ter sido entregue a ele por um simples servo, e deste modo enviou dois cavaleiros até Otto para questionar-lhe acerca da razão para tal acusação e para pedir-lhe cartas patente sobre o assunto, devidamente assinadas e seladas.³²¹

Embora a desconfiança lançada pelo duque de Lancaster quanto a um simples pedaço de papel possa ter sido um elemento comum dentre alguns membros da nobreza, outros fiavam na escrita, ou melhor, na palavra dada oralmente e transcrita para um suporte material como um meio seguro de garantir que acordos pré-estabelecidos seriam cumpridos. Walter de Mauny (1310 – 1372), um cavaleiro conterrâneo de Jean le Bel, obtém uma carta contendo o selo do duque da Normandia em 1345, que lhe permite um salvo conduto para que viaje de Aiguillon até Calais. Segundo Jean le Bel:

(Ele) cruzou as estradas da França com apenas vinte acompanhantes sem qualquer receio, confiando nas cartas de salvo conduto, e onde quer que fosse parado, ele mostrava as cartas e permitiam-lhe partir. Ele continuou até Orléans, mas lá foi preso mesmo em posse de tais cartas [...]. Quando o duque da Normandia soube do ocorrido, ficou extremamente transtornado, [...] e solicitou ao rei que o libertasse, ou ele seria desonrado e as pessoas diriam que ele o traiu, pois havia garantido (a Walter de Mauny) cartas de salvo conduto sob seu próprio selo [...].³²²

³²⁰ Dentre os cronistas medievais, haveria a crença de que uma verdade estava implícita nos acontecimentos, e caberia aos mesmos desvendá-la, fazendo-os assim crer que ao empenhar-se em sua atividade ao selecionar testemunhos e registros entendidos como verdadeiros, isto é, aprovados por muitos, seria possível relatar com exatidão o que ocorreu. Concomitantemente a isso, a retórica exerce uma posição decisiva no como contar, pois o desejo de criar uma narrativa contínua e crível segundo os parâmetros de seu momento de concepção teria mais valor do que uma suposta fidelidade absoluta aos documentos e a outras fontes de informação. FRANÇA, S. S. L. **Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília, DF: Capes, 2006. p. 123 – 124; OTTER, M. Functions and fictions in historical writing. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005. p. 110.

³²¹ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 105.

³²² BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 187.

Assim como na formulação de leis e outros textos regulamentadores da sociedade, tais cartas expõem uma tentativa de balizar ações entre um grupo seletivo de homens, esperando-se que seu conteúdo vigorasse com a mesma força que a palavra oral.³²³ Entretanto, em ambos os casos, há aqueles que rompem com tais expectativas, indo de encontro aos acordos implícitos ali presentes, e desse modo a precaução do duque de Lancaster no primeiro caso parece não ter sido em vão, pois os desvios às normas supostamente vigentes também faziam parte da forma de comportamento dos homens daquele momento.

De qualquer forma, a informação escrita retém sua legitimidade através de outras instituições que poderiam fazê-las valer na prática. Esse talvez tenha sido o principal elemento motivador para o arquivamento e depósito de informações cada vez mais em expansão na Inglaterra trecentista. Muitas famílias nobres possuíam arquivos bem detalhados e organizados, como no caso dos Mortimers, divididos em baús, cofres e bolsas de lonas, e mesmo membros da família real, dentre eles John of Gaunt e seu irmão Edward, o Príncipe Negro, mantinham registros de suas correspondências oficiais, algo que a chancelaria inglesa já fazia desde o século XIII, tendo este aquele último inclusive ordenado que “um grande baú trancafiado com três

³²³ Uma boa diversidade de tipos de cartas foram escritas com propósitos distintos no período trecentista, onde seus compositores teriam por meta o treinamento universitário, a comunicação entre agrupamentos como vilarejos e cidades, ou mesmo entre indivíduos para fins públicos ou privados, em aspectos relevantes à economia, política e assim por diante. Entretanto, dois daqueles tipos são mais relevantes no contexto apresentado: as *charters* (cartas de título) e as *newsletters*. As primeiras apresentavam ampla difusão a partir do século XIII, e demandavam conhecimentos técnicos legais, assumindo-se então que seus *scriptores* os possuísem em variada medida, muito embora variações em suas formas de composição verificadas em análises comparativas indiquem que esses homens viajassem por diversas localidades oferecendo seus serviços. Elas poderiam ser empregadas desde simples transações legais entre camponeses até mesmo em questões de maior relevância para uma região, como um certo exemplar datado de 1346 onde John, arcebispo de Canterbury, solicita permissão real para que ele e seus descendentes “possam interrogar e agir em casos relativos à homicídios, roubos, [...] e delitos cometidos [...] do mesmo modo que os xerifes agiam e agem em tais questões naquele condado [...]”, ou seja, exige-se que a regulação legal e normativa seja garantida não mais pela oralidade, mas sim por um documento que poderia ser consultado em situações futuras. No segundo caso, as *newsletters* eram geralmente o produto da comunicação oficial ou semi-oficial entre indivíduos nas zonas de conflito, como a carta do Príncipe Negro a sua esposa descrevendo a batalha de Nájera em 1367, amplamente empregadas em crônicas como a do Anônimo de Canterbury e a de Robert of Avesbury, onde referências pessoais eram omitidas e apenas os detalhes gerais eram copiados pelos cronistas. Cf. **CALENDAR OF the charter rolls preserved in the Public Record Office: Edward III – Henry V A.D. 1341 – 1417.** Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1916. p. 53; POSTLES, D. Country clerici and the composition of English twelfth and thirteenth-century charters. In: HEIDECKER, K. (Ed.). **Charters and the use of the written word in medieval society.** Turnhout: Brepols, 2000. p. 33 - 41; TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century.** Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 229.

chaves e fechaduras contendo seus *rolls* pessoais fosse mantido no tesouro que, por sua vez, deveria ser trancafiado com três fechaduras”.³²⁴

Assim, as crônicas expressavam a profunda preocupação que a aristocracia imbuíu à memória histórica e, juntamente com outras formas de composição da história, passavam a ser realizadas muitas vezes com o uso de registros arquivísticos sobre terras e títulos para reforçar as informações que forneciam.³²⁵ Na crônica do Anônimo de Canterbury, tal uso não apenas se explicita como também aquele material veio a compor grande parte do texto. Um dos trechos mais elucidativos nesse sentido é a cópia com poucas alterações do Tratado de Brétigny em seus trinta e quatro pontos,³²⁶ seguidos pelos vários juramentos de nobres pertencentes a ambos os reinos de que irão mantê-lo,³²⁷ dentre os quais o de Edward III, “[...] que jura, confirma e aprova a paz, o tratado completo e o acordo selado em Brétigny, do modo como foi escrito [...]”.³²⁸

Ainda sobre o mesmo tratado, um dos marcos da fiabilidade em um texto com expectativa de ampla difusão e importância entre os dois reinos³²⁹, Jean le Bel oferece outra perspectiva acerca de sua assinatura. Diferentemente do Anônimo de Canterbury, o cronista de Hainault não coloca em primeiro plano o conteúdo daquele texto, mas sim se circunscreve a narrar em que condições o mesmo veio a ser subscrito, isto é, sua legitimidade não está apenas nos pontos ali discutidos, mas sim no processo levado a cabo pelo rei e a nobreza para reconhecê-lo como válido. Após ambos os reis redigirem o tratado em Londres e o enviarem através de mensageiros franceses, os herdeiros daquela coroa convocaram os grandes nobres do reino para que, segundo o cronista:

[...] os cavaleiros comunicassem sua mensagem através da leitura em voz alta das cartas que trouxeram, apresentando os termos de paz voluntariamente acordados entre ambos os monarcas. Após sua leitura, os nobres colocaram-se em um longo debate. Eles não concordaram com os termos que ouviram, [...] e

³²⁴ DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the Middle Ages**. Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 37.

³²⁵ NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010. p. 72 – 73.

³²⁶ SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. XXI.

³²⁷ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 67 – 113.

³²⁸ Ibid., p. 111.

³²⁹ SUMPTION, J. **The hundred years war**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. 2 v. p. 444 – 449.

quando os cavaleiros foram comunicados disto, retornaram à Inglaterra e relataram aos reis tal decisão.³³⁰

Neste episódio em particular, envolvendo os mais altos membros da nobreza de ambos os reinos, as cartas, mesmo “seladas com os respectivos selos”³³¹ de ambos os governantes, ainda assim tiveram de ser lidas em voz alta para todos os presentes. Como já apontamos anteriormente, o próprio cronista intercambia entre os termos ouvir e contar quando inicia sua narrativa, e assim é bem possível que os textos, mesmo escritos, ainda corriqueiramente fossem lidos coletivamente.³³² Assim como Thomas Gray, Geoffrei de Charny, morto há cerca de uma década quando os termos do tratado foram negociados, pode ter sido uma significativa exceção, e não a regra, dentre aquele grupos de homens no reino da França, e por que não dentre seus pares da prática bélica na Inglaterra, de um guerreiro com habilidades não apenas no manejo da espada e da lança, mas também da dedicação em fiar seus conhecimentos das letras.

Seja como for, a dicotomia entre escrita e oralidade parece ter limites muito tênues naquele momento. A documentação escrita pode ser entendida como um símbolo que atua conjuntamente com a implementação de outros aparatos de demonstração de poder,³³³ porém ela por si só era empregada para reforçar informações associadas majoritariamente à oralidade. Desse

³³⁰ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 248.

³³¹ *Ibid.*, p. 247.

³³² Apesar do suporte material, a disseminação de informações escritas através da leitura para públicos mais amplos, como nas cortes, mosteiros e locais de aglomeração de pessoas ainda era tanto um modo corriqueiro de fazer conhecidas notícias sobre eventos em outras regiões como também uma forma de deleite para aqueles interessados nas “histórias de antigamente”. Freiras italianas do século XVI esperavam que suas crônicas “fossem lidas para suas irmãs reunidas, tanto durante as refeições como nos capítulos de suas ordens, para que assim pudessem aprender em detalhes a respeito da história de sua instituição”. Durante o governo de Edward III, essa prática de leitura “coletiva” poderia advir tanto de uma massa de informação dispersa derivada da experiência, observação e boatos, como também de relatos organizados sob propósitos de informar sobre a guerra para agentes régios e localidades de modo geral, que apresentavam orações formulaicas como “Faça-se conhecer tal proclamação, bradada em mercados, feiras e outros locais públicos, que ...”. Um relato de 1337, presente no registro das dioceses de Bath e Wells, indicam uma ordem direta de Edward III para que o bispo Ralph of Shrewsbury: “reúna os abades, priores, [...] e outros [...] para que compareçam perante nós ou nosso enviado [...] na catedral de Wells, e que você, arqui-diácono, esteja presente, para esclarecer-lhes os designios e a vontade do rei”. GREEN, R. F. **Poets and princepleasers: literature at the English court in the late middle ages**. Toronto: University of Toronto Press, 1980. p. 170. HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62**. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966. p. 159 – 162. LOWE, K.J.P. **Nuns’ chronicles and convent culture in Renaissance and Counter-Reformation Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 28. ORME, N. **From childhood to chivalry: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530**. London; New York: Methuen, 1984. p. 82. SHREWSBURY, R. **The register of Ralph of Shrewsbury, bishop of Bath and Wells 1329 – 1363**. From the original in the registry at wells. Edited by Thomas Scott Holmes. London: Harrison and sons, 1896. p. 334.

³³³ NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010. p. 75 – 76.

modo, o discurso na forma escrita ganhava peso através de novos elementos visuais de seu suporte, que complementavam seu conteúdo, voltado naquelas crônicas também, mas não somente, à delimitação dos direitos aos quais membros da nobreza clamavam. Podemos dizer assim que, até certo ponto, a escrita cronística na Inglaterra trecentista é, de certa forma, mais um dos instrumentos de instauração e manutenção de poder daquela nobreza conjuntamente com outros símbolos visuais, como a heráldica, a cunhagem de moedas com a face de Edward III, os vários castelos erigidos em regiões revoltas como Gales ao longo dos séculos XIII e XIV³³⁴, e mesmo a retirada e substituição de brasões da nobreza francesa por aqueles ligados à nobreza inglesa em fortalezas tomadas no território inimigo ao longo daquele século.

Considerando a importância imputada à capacidade de leitura e a transmissão de informações, tratamos até aqui dos elementos configurantes das crônicas, entretanto, antes de findarmos o presente capítulo, resta-nos abordar um ponto crucial: qual o público alvo daquelas crônicas? Ao final do capítulo anterior, traçamos um breve horizonte sobre a produção da história naquele momento, ou seja, como se configurou, em linhas gerais, a escrita daqueles textos sem que houvesse um centro idealizador patrocinado pelos reis ou nobres. Na sequência, pretendemos refletir um pouco acerca do perfil delineado pelos cronistas em questão sobre seus possíveis leitores.

³³⁴ Os castelos construídos a mando de Edward I em Gales entre o período de 1270 – 1290 fizeram parte do processo de consolidação do poderio inglês naquela região, criando enclaves controlados diretamente por nobres fiéis ao monarca plantageneta. Com o domínio assegurado, muitos galeses, principalmente não-nobres, passaram a ingressar em tropas inglesas nos combates à franceses e escoceses. Um relato contemporâneo indica que Edward III ordenou ao Príncipe Negro que arregimentasse, para a incursão no início da década de 1340, “dois mil homens de Gales do Norte e dois de Gales do Sul, e todos deveriam ser galeses, onde uma metade seria constituída por lanceiros e a outra por arqueiros.” **FRENCH ROLL**. In: WROTTESEY, G. **Crecy and Calais**, from the original records in the public record office. London: Harrison and Sons, 1898. P. 58. Sobre a construção de castelos e seu impacto social sobre os galeses, Cf. PRESTWICH, M. **Edward I**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988. p. 207 – 216.

CAPÍTULO 3 : GUERRA EM PALAVRAS

3.1 A tópica da guerra e a busca pelo bem comum

Os conflitos conduziram quase inteiramente a perspectiva dos cronistas sobre a realidade a ser fixada para a posteridade. É inegável que a guerra, em diferentes âmbitos, acaba por tomar grande parte do corpo daqueles relatos, pois havia certo consenso de que dos feitos guerreiros, da distinção nobiliárquica e de suas fortunas é “que o povo fala, recorda e conta”.³³⁵ Como elencamos anteriormente, o contato daqueles homens com os que participaram dos enfrentamentos e esperavam ver registrados seus feitos foi decisivo na seleção do que deveria figurar nos relatos.

Para a sociedade secular, o local de inserção do indivíduo nas hierarquias de poderes designava seu lugar nas hostes reais,³³⁶ o que acabava por trazer implicações na imagem a ser construída sobre o mesmo. Durante o século XIV, alterações político-econômicas afetam o até então lugar por excelência da nobreza como garantidora da ordem social através do uso da coerção e da violência.³³⁷ Sua busca por reiterar esse *status*, ou ao menos seu papel de destaque através da rememoração de suas origens e funções, necessariamente passa pela composição cronística. Dessa forma, uma vez já analisados aspectos da composição formal das crônicas, sua inserção em um meio em que as capacidades de escrita, ou ao menos de leitura, faz com que o interesse pelas mesmas ganhe adeptos entre indivíduos ligados ao século, interessa-nos agora traçar aspectos relacionados ao entendimento do conflito naquela sociedade, primordialmente a partir do enfoque dado por aqueles cronistas. Tal inquirição tem por meta auxiliar na compreensão do papel desempenhado pela guerra como mais um elemento basilar daquela realidade social, a qual esteve intimamente vinculada aos aspectos da escrita cronística que

³³⁵ FROISSART, J. **Crônicas**. Edición a cargo de Victoria Cirlot y J. E. Ruiz Domenec. Madrid: Ediciones Siruela, 1988, p. 6.

³³⁶ CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 238.

³³⁷ HEWITT, H.J. The organization of war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971. p. 78 – 80.

viemos tratando até então³³⁸ e, nesse sentido, nossa análise subsequente conjugará outros documentos coevos que, quando confrontados com a produção cronística, oferecem dados para o desenvolvimento da questão proposta.

Assim, ao questionarmos as relações entre a guerra e a composição histórica na Inglaterra trecentista, torna-se mister relevarmos a importância que o discurso cavaleiresco alcançou naquele momento. Aquela forma de expressão, quando transposta à escrita, pregava a emulação de feitos bravios sob funções pedagógicas para seus pares, em que se “prefere a morte à desonra”³³⁹, onde é possível observar que tais anseios eram até certo ponto idealizações no modo como aqueles homens entendiam seu mundo, e tais narrativas ofereciam um olhar parcial sobre outras realidades das contendas no século XIV. O conflito direto torna-se cada vez mais raro.³⁴⁰ Nesse, durante o choque entre os combatentes, realizavam-se ações de maior risco às suas vidas e, portanto, sob o olhar contemporâneo, merecedoras de maior renome para os cronistas laicos.³⁴¹ Em seu lugar, a guerra essencialmente defensiva toma corpo, destacando-se elementos diversos que vão do aperfeiçoamento na construção de muralhas – o que faz com que sitiadas voltem sua atenção para locais menos protegidos –,³⁴² passando pela proliferação do uso de armaduras que recobrem cada vez mais o corpo de seu usuário e indo até a confecção de um vestuário padronizado para as hostes.³⁴³ Assim, em um primeiro momento, enunciam-se os mais diversos desejos dos praticantes da cavalaria para suas ações, entre eles, a busca pela honra ganha

³³⁸ Guerreau aponta para a tentativa até então solitária de March Bloch, que por sua vez traduzia a visão de Durkheim, ao considerar os feitos sociais como coisas, ou seja, examinavam-se todos os aspectos de uma “realidade social” com o intuito de tentar perceber os vínculos entre os mesmos, para somente então chegar à reconstrução da estrutura daquela sociedade. Isso significa que, segundo Guerreau, a sociedade não é uma realização de noções normativas pré-existentes, mas tem sua própria mecânica, que deve ser entendida a partir da análise de seus elementos constituintes. GUERREAU, A. **El futuro de un pasado: la Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Crítica, 2002. p. 50.

³³⁹ CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 72.

³⁴⁰ CASILLAS, C.J.R. La guerra medieval en su contexto: entre el mito y la realidad. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 158 - 169, 2012. Acesso em: 11 abr 2015.

³⁴¹ GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 107.

³⁴² ALLMAND, C. **The hundred years war: England and France at war, c. 1300- c. 1450**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 54 – 55.

³⁴³ Ainda em meados do século XV, uma vasta proporção de armamentos e armaduras eram de posse privada, não apenas de guerreiros profissionais, mas também da população em geral. É importante frisar, contudo, que a responsabilidade pelo uso de um vestuário similar cosido para fins bélicos foi empregado em certos momentos na Inglaterra trecentista, quando homens de Cheshire, Flintshire e de Gales vestiam-se de verde e branco durante as campanhas marciais. CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 191; DEVRIES, K. Medieval warfare and the value of a human life. In: CHRISTIE, N.; YAZIGI, M. (Eds.). **Noble ideals and bloody realities: warfare in the middle ages**. Leiden; Boston: Brill, 2006. p. 36.

destaque igualmente como um dos pilares daqueles relatos. Entretanto, seria possível mapear outros sentimentos em face ao conflito que figuraram nas narrativas crônicas? Ao terem sido compostas dentro de um contexto normativo que enaltecia a figura nobiliárquica como a realizadora por excelência da guerra, textos diversos, dentre os quais as crônicas em questão, parecem ter deixado, de forma consciente ou não, vestígios de atitudes nem sempre condizentes com as expectativas de seu público alvo, e é em seu questionamento, através do ponto de vista dos cronistas e de outros relatos coetâneos, que podemos esboçar hipóteses sobre como a guerra era entendida pela elite terratenente naquele momento.

No poema trecentista “Os votos da Garça” (*The Vows of the Heron*),³⁴⁴ o autor dá voz a John de Beaumont (1288 – 1356), também conhecido como John of Hainault, um “valoroso cavaleiro” (*chevalier vaillant*) e “príncipe conquistador” (*prinche conquerant*), que ao ser demandado a jurar lealdade a Edward III e segui-lo em campanha para que o último pleiteie, através das armas, o título de monarca da França, aponta para a jactância de seus contemporâneos quando estes prometem realizar atos diversos em nome do rei:

Quando estamos em tavernas, bebendo vinhos espessos/ e as damas ao nosso redor nos observam/ colocando suas coifas em torno de seus colos macios/ e seus olhos acinzentados resplandecem com belos sorrisos/ a natureza faz com que nossos corações anseiem/ pela batalha, buscando como prêmio a sua piedade/. Então somos capazes de derrotar Yaumont e Aguilant/, enquanto outros a Oliver e Rolando³⁴⁵/. Contudo, quando estamos no campo de batalha, sobre nossos cavalos em trote/, com escudos pendurados em nossos pescoços e as lanças abaixadas/, um grande frio nos entorpece/, e nossos membros enfraquecem de antemão/ enquanto nossos inimigos avançam sobre nós/, e daí

³⁴⁴ Aquele poema foi um escrito versificado em anglo-normando datado entre 1338 – 1340. A narrativa é centralizada em torno do desafio lançado pelo conde francês exilado e acolhido na corte inglesa, Robert of Artois, a Edward III, que teria culminado na declaração de guerra contra os antigos senhores daquele nobre. Ali consta que um dia, ao sair para caçar aves, Roberto matou uma garça, animal símbolo de covardia, e a levou até à corte do rei, onde ordenou que fosse preparada pelos cozinheiros para servi-la “ao maior covarde que já existiu, [...], isto é, a Edward, que foi deserdado de trono francês, seu por direito, e que por covardia morrerá sem tê-lo retomado”. O monarca mostra-se enfurecido, e jura reivindicar seu direito ao trono antes que aquele ano tenha se completado. Alguns dos presentes, ao ouvirem o brado do rei, igualmente realizam juramentos, como o do conde de Salisbury, de que irá “incendiar e lutar com grande tenacidade contra os homens de Philippe”, o de Walter de Mauny (1310 – 1372), que também jura atear fogo, porém, “a uma grande cidade, além de matar seus habitantes e deixar seus corpos jazerem com as bocas abertas”, se Deus lhe desse “forças para completar tal desígnio”; até mesmo o da rainha Filipa (1314 – 1369), que promete solenemente “suicidar-se e levar consigo o fruto de seu ventre”, caso a expedição de Edward não fosse iniciada antes que ela parisse. THE VOWS of the heron. In: WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**: composed during the period from the accession of Edw. III to that of Ric. III. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1859 – 1861. p. 1 – 25.

³⁴⁵ Todos são personagens da Canção de Rolando

passamos a desejar que estivéssemos em um grande celeiro/, e que nunca mais façamos quaisquer outros votos novamente.³⁴⁶

A atitude imputada a John of Beaumont, à primeira vista, contradiz aquela presente no relato de Jean le Bel, na qual a realização de feitos bélicos em nome da honra esboçam a figura do guerreiro.³⁴⁷ Segundo Jean le Bel, ao ouvir a explanação da rainha Isabela de que teria fugido da Inglaterra em direção à Flandres com seu filho, o futuro Edward III, por temer represálias de Edward II e de seus favoritos,³⁴⁸ o cavaleiro teria se dirigido até ela e ouvido seu pedido para que organizasse tropas em seu auxílio, permitindo-lhe então retornar ao reino e coroar o príncipe. Depois de ouvir o relato, o nobre:

[...] começou a derramar lágrimas fervorosas de piedade, e disse: Senhora, contemple vosso cavaleiro, que a defenderá verdadeiramente com sua vida, mesmo se todos os outros falharem convosco. Farei tudo a meu alcance para escoltar a ti e a teu filho para a Inglaterra e restaurá-los a vossas posições (*stations*) originais, e [...] minha querida senhora, caso eu não tencionasse fazê-lo, não teria proferido tal juramento. Uma vez expresso, não fracassarei em mantê-lo, independentemente do que recair sobre mim: neste caso, prefiro a morte [a não manter o juramento].³⁴⁹

³⁴⁶ ABERTH, J. **From the brink of the apocalypse**: confronting famine, war, plague, and death in the later Middle Ages. London: Routledge, 2013. p. 44; THE VOWS of the heron, op. cit, p. 21.

³⁴⁷ O comissionamento da crônica de Jean le Bel por aquele nobre pode ser compreendido dentro de um contexto onde o cavaleirismo estava em voga, e mesmo ambos os monarcas criaram as ordens da Jarreteira e da Estrela para emularem feitos bravios de outrora e deixá-los registrados para a posteridade. Se o condado não tinha uma ordem para si próprio, ao menos no texto de Jean le Bel teria um livro de feitos equivalente, que destacou as ações do conde e de seus comandados durante o período do conflito. BRYANT, N. Intro. In: **The true chronicles of Jean le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 5 – 6.

³⁴⁸ Nos anos finais de Edward II, os nobres chamados Hugh Despenser (pai e filho) acederam às graças do rei, causando a fúria de setores poderosos da nobiliarquia reinol, culminando na batalha de Boroughbridge em 1332, onde seus opositores, dentre eles o conde de Lancaster, foram derrotados. Uma onda inicial de insatisfação transformou-se em uma forte instabilidade política, em que mesmo a rainha Isabela teve interesses prejudicados, e assim foge inicialmente para a França com seu filho, o futuro Edward III. O responsável pela *Vita Edwardi Secundi* relata que ao ser ordenada a voltar para a Inglaterra, Isabela teria assim respondido: “Acredito que o casamento é a união de um homem e uma mulher, habituando-se à prática de uma vida conjunta, a qual alguém que se colocou entre meu marido e mim (está tentando desfazer esse laço). Declaro assim que não retornarei até que esse intruso seja removido, e, pondo de lado minha vestuária de casamento, usarei a túnica de viúvez e luto até que seja vingada deste fariseu”. PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 213 – 214; **VITA EDWARDI SECUNDI**: the life of Edward the Second. Re-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy Childs. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 243.

³⁴⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 26 – 27.

Essa aparente ambiguidade de discursos atribuídos a um mesmo indivíduo converge quando direcionamos nosso olhar a textos coevos que de alguma forma tratam dos sentimentos daqueles dos quais se esperava o engajamento na realização de feitos bravios. No contexto de que tratam as crônicas, a fortuna da nobreza ali descrita poderia trazer, ao final do combate, não apenas a vitória e feitos gloriosos, mas também a derrota, e com ela o aprisionamento, o empobrecimento e, em certos casos, a morte. Dessa forma, tão importante como garantir os ganhos no conflito, a representação social daqueles nobres como dignos de renome também perpassava as preocupações com seu destino caso fosse feito cativo ou incapacitado para o combate permanentemente. Todos aqueles envolvidos diretamente nas atividades marciais estavam suscetíveis a tais vicissitudes, como David II e Jean II, monarcas inimigos capturados em batalhas, e mesmo um nobre de menor estatura social, como Thomas Gray, que sofreu o mesmo revés.

O Anônimo de Canterbury aponta que na batalha de Poitiers, “após um grande número de homens terem sido mortos, muitos dos magnatas franceses viraram suas costas e fugiram”³⁵⁰, enquanto Geoffrey le Baker enfatiza que: nos momentos finais do embate, no qual “muitos haviam desaparecido durante a batalha, [...] e todos aqueles [nobres], preocupados pelos perigos que aqueles desaparecidos enfrentariam, apressaram-se de volta ao campo de batalha, lamentando o seu destino”.³⁵¹ O mesmo cronista nos oferece um outro exemplo ainda mais relevante nesse sentido, quando descreve a morte de um jovem cavaleiro, filho do rei da Sicília, que fora “golpeado com porretadas até a morte por um camponês [...] que não entendia sua língua e nunca havia aprendido a preservar os prisioneiros bem nascidos para [pagamento de] resgate”.³⁵²

De qualquer forma, o que parece plausível ao compararmos tais narrativas é a supracitada ambivalência com que a guerra é tratada naquele momento. O temor dos prejuízos à integridade física, à honra e às finanças contrastou com a possibilidade de grandes ganhos em relação àqueles dois últimos elementos, que ao menos do lado inglês e durante o reinado de Edward III parece ter marcado as disposições da nobreza e dos guerreiros comuns para as constantes retomadas do conflito, que inviabilizaram a manutenção das tréguas e tratados de paz.³⁵³ O anseio honorífico,

³⁵⁰ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 21

³⁵¹ **BAKER, G. The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook.** Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 131 – 132.

³⁵² *Ibid.*, p. 55.

³⁵³ **FOWLER, K. (Ed.). The hundred years war.** London: Macmillan, 1971. p. 8

ou ao menos o que poderia assim ser entendido naquele momento, vem atrelado aos benefícios advindos da guerra, pois recursos financeiros eram necessários para proverem meios de aqueles nobres se portarem dentro dos preceitos a eles imputados, como na realização de donativos a outros homens e instituições que amparavam, no pagamento de resgates, tanto seus como de familiares, e mesmo na liberalidade (*largesse*) entre seus iguais.³⁵⁴

Desse modo, embora seus destinos ao final da batalha pudessem vir a ser calamitosos, outras evidências apontam que os danos físicos e materiais às famílias da nobreza, apesar de impactantes, ocorreram em menor escala em comparação com o estrago causado aos grupos menos privilegiados. No caso específico dos embates entre a nobreza do norte do reino e os escoceses, à parte os confrontos diretos, entendidos como momentos de maior perigo para todos neles envolvidos, o prospecto de ser capturado não inquietou os nobres daquela região. Ao que parece, após sua captura, muitos deles eram capazes de pagar por sua liberdade, ao mesmo tempo em que recebiam auxílios monetários do rei, além de outros benefícios por servirem à coroa, como direitos a terras conquistadas, a parcelas no fruto da pilhagem e favores pessoais em âmbitos administrativos e legais.³⁵⁵ Thomas Gray, inserido dentro de tal contexto, parece confirmar tal afirmação, ao apontar no início de sua crônica que, no período em que fora feito prisioneiro em Edimburgo, “como não tinha mais nada a fazer, contemplou compor e traduzir [...] as crônicas da Grã-Bretanha e os feitos dos ingleses”.³⁵⁶

Nos conflitos na região continental, a situação parece ter sido similar. Próximo ao término da batalha de Poitiers, Geoffrey le Baker afirma que os ingleses “fizeram os franceses fugir e os massacraram, e o número de mortos seria maior caso não estivessem mais preocupados em capturar prisioneiros para exigir-lhes o resgate do que com a vitória em si”.³⁵⁷ Dentre os que

³⁵⁴ BRANDT, W.J. **The shape of medieval history**: studies in modes of perception. New Haven: Yale University Press, 1966. p. 126.

³⁵⁵ Ao final de seu estudo, Andy King arrola uma lista de nobres mortos e capturados em batalha na região de Northumberland entre 1296 – 1402, onde constam apenas treze mortos frente a quarenta e sete cativos. KING, A. ‘According to the custom used in French and Scottish wars’: prisoners and casualties on the Scottish marches in the fourteenth century. **Journal of Medieval History**, v. 28, p. 287 - 289, 2002.

³⁵⁶ Ao final da versão empregada na presente pesquisa, juntamente com o texto traduzido, foi também inserida uma carta de autoria do cavaleiro, de datação incerta. Nela, Thomas Gray relata que fora feito prisioneiro em uma outra ocasião: “Para meu senhor o conde Northampton, Condestável da Inglaterra, e tenente de nosso senhor o rei nas *Marches* escocesas. Caso lhe provenha, Thomas Gray esclarece que foi comprometido, por meio de acordo escrito entre Alan de Heton e William, Lord Douglas, e no não cumprimento deste acordo, Thomas foi forçado a entregar-se como prisioneiro, situação para a qual ele ora pra que seu senhor o remedeie. GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 2; 121.

³⁵⁷ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 131 – 132.

tiveram destino similar após aquela batalha, esteve o monarca francês, Jean II, o qual, assim como Thomas Gray, parece não ter sofrido maiores coações em mãos dos escoceses. O Anônimo de Canterbury registra que o rei “permaneceu como prisioneiro na Inglaterra por cerca de três anos”³⁵⁸ e, em seu caminho de volta a Calais, onde seria devolvido aos franceses, “oferendou uma joia de grande valor ao túmulo de St. Thomas, [...] bem como, juntamente com o Príncipe de Gales³⁵⁹, [...] desfrutou de uma bela caça às bestas selvagens, e naquela noite foi entretido no *Maison Dieu* em Dover”.³⁶⁰ Assim, frente a tais descrições da ação bélica, o cronista provavelmente realizava sua exposição de acordo com sua compreensão de como ela ocorreu, independentemente de ter ou não participado da mesma.³⁶¹ Tal inquirição se coloca ao questionarmos a abordagem que aqueles homens fazem do conflito naquele momento, pois, se o embate direto era evitado³⁶², como conciliar essa maneira de guerrear com a pretensão de guerreiros, que possivelmente acederiam àqueles relatos e teriam interesses no que constaria sobre si e seus aliados, em destacar-se marcialmente?

Diversas descrições sobre atos célebres durante o conflito encontram-se presentes nas crônicas, e não por acaso. A seleção dos cronistas para que tais momentos figurem de forma destacada em suas narrativas está ligada a um apelo comum de escritos similares naquele momento: o emprego da noção de “coragem” associado à descrição tanto de ações bélicas individuais como coletivas sob os parâmetros da defesa do bem comum. Retomada a partir da obra aristotélica “Ética a Nicômaco”, a coragem foi entendida por aqueles que acediam à escrita, ao menos desde o século XIII, como uma das quatro virtudes cardeais, ao lado da prudência, justiça e moderação, e que ocupava lugar de destaque não apenas quando se corria risco em batalha, mas na moralidade.³⁶³ Sob a perspectiva de Tomás de Aquino e Alberto Magno (1200 – 1280), dois dos grandes comentadores do pensador pagão, a coragem, juntamente com as outras

³⁵⁸ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 65.

³⁵⁹ Edward, o Príncipe Negro, o qual o derrotou na batalha de Poitiers.

³⁶⁰ **CHRONICON** anonymi cantuariensis, op. cit.

³⁶¹ Narrar um feito qualquer, como a ação em campo de batalha a partir de um indivíduo de destaque, foi um meio estratégico adotado por aqueles cronistas, pois concentrava a atenção do leitor em um ou em poucos pontos do evento, ao mesmo tempo em que enfatizava o papel belicoso da nobreza por excelência. ALLMAND, C. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 23; BRANDT, W.J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception**. New Haven: Yale University Press, 1966. p. 91.

³⁶² PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 309.

³⁶³ MÜLLER, J. In war and peace: the virtue of courage in the writing of Albert the great and Thomas Aquinas. In: BEJCZY, I.P. (Ed.). **Virtue ethics in the middle ages: commentaries on Aristotle's Nicomachean ethics, 1200 – 1500**. Leiden; Boston: Brill, 2008. p. 77 – 78.

virtudes cardeais, ordenava todas as outras virtudes subsequentes.³⁶⁴ Para restringirmo-nos à discussão aqui realizada, destacamos que, para o primeiro, a virtude da coragem “fortalece a mente do homem contra o maior dos perigos: a morte.”³⁶⁵ Entretanto, ela não está atrelada a qualquer meio que ocasione o óbito, como “os perigos decorrentes de doenças, tempestades no mar, ataques de ladrões e situações semelhantes”,³⁶⁶ mas sim apenas àqueles “perigos que podem ocasionar a morte que se sucedem em batalha em razão da busca daquilo que é bom, pois ele está defendendo o bem comum através de uma luta justa”.³⁶⁷ Já para o segundo, a coragem lida de forma geral com diversos sentimentos, mas também com o receio de sofrer uma morte violenta nas mãos de outrém.³⁶⁸ Para ambos, portanto, a coragem é uma virtude que se impõe, e que deve aflorar quando alguém se encontra diante do medo causado pela possibilidade do decesso, em decorrência da prática da violência contra seu corpo durante a guerra.

Ambos os autores são tomados aqui como referência devido à ampla disseminação geográfico temporal, e é possível que os cronistas possam ter acedido a suas obras em algum momento, por estarem inseridos no meio daqueles aptos à leitura e à escrita. Para além de Tomás Aquino e Alberto Magno, merece destaque a obra *De Regimine Principum*, de Egídio Romano³⁶⁹ (c. 1243 – 1316), que circulou entre as cortes inglesas do século XIV.³⁷⁰ Naquele tratado, o arcebispo aparenta uma visão sobre a coragem similar à de Aquino em dois pontos principais. Para ele, “todos os feitos de batalha incorrem em perigo de morte, e nunca o homem é um guerreiro corajoso e bravo, mas apenas destemido em relação a tais perigos” e, à medida que segue sua argumentação, traz à tona o interesse pelo “bem comum”: segundo Egídio, “o homem

³⁶⁴ MÜLLER, J. In war and peace: the virtue of courage in the writing of Albert the great and Thomas Aquinas. In: BEJCZY, I.P. (Ed.). **Virtue ethics in the middle ages: commentaries on Aristotle’s Nicomachean ethics, 1200 – 1500.** Leiden; Boston: Brill, 2008. p. 85.

³⁶⁵ AQUINAS, T. **Summa Theologica.** [S.d. : S.l.] Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>>. Acesso em: 4 abr. 2014. p. 2284.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Em outro momento, ele volta a enfatizar tal ideia, ao escrever que “[...] está diretamente relacionada à coragem encarar os perigos da morte, e atacar o inimigo expondo a si próprio ao perigo, em nome do bem comum”. AQUINAS, T. **Summa Theologica.** [S.d. : S.l.] Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>>. Acesso em: 4 abr. 2014. p. 1571; 2284.

³⁶⁸ Essa citação é feita a partir da tradução pelo autor do artigo daquele excerto presente na obra de Alberto Magno *De Bono*. MÜLLER, J. In war and peace: the virtue of courage in the writing of Albert the great and Thomas Aquinas. In: BEJCZY, I.P. (Ed.). **Virtue ethics in the middle ages: commentaries on Aristotle’s Nicomachean ethics, 1200 – 1500.** Leiden; Boston: Brill, 2008. p. 79

³⁶⁹ Giles of Rome.

³⁷⁰ As obras de Giles parecem ter circulado durante o século XIV entre a nobreza, a partir de traduções para o francês. No ano de 1398, ela recebe sua primeira versão em vernáculo por John of Trevisa, também responsável por verter ao inglês a *Polichronicon* de Ranulf Hidgen. ORME, N. **From childhood to chivalry: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530.** London; New York: Methuen, 1984. p. 93 – 97.

tem uma boa morte em batalha quando luta justamente, e pelo reino (*contre*) ele se dispõe tanto legitimamente como fisicamente à ameaça de morte em prol da comunidade (*comynthe*)”.³⁷¹

Essa exposição ao perigo de morte sob a alegação de realizar um bem maior é um lugar comum em tratados sobre a guerra e a governança³⁷², e podemos perceber que, nas crônicas, essa ideia encontra-se repetida,³⁷³ ordenando, portanto, a perspectiva dos cronistas sobre o tratamento dado à guerra. Isso significa que, a partir do delineamento e do reforço, a ideia de que a nobreza é por excelência o grupo responsável pela defesa do reino, e doravante do bem comum, são destacados os momentos em que assim o fazem, reiterando-se, portanto, aquele papel das crônicas como elementos de disseminação e manutenção desse preceito. Na narrativa de Geoffrey le Baker, há vários instantes em que não apenas a elite nobiliárquica inglesa, como também seus pares escoceses e franceses, aparecem em equidade. Em certa passagem sobre as animosidades ocorridas nas cercanias de Morlaix, na Britânia, “a coragem de ambos os reinos”³⁷⁴ fora colocada

³⁷¹ FOWLER, D.C.; BRIGGS, C.F.; REMLEY, P.G. **The governance of kings and princes**: John Trevisa’s Middle English translation of the De regimine principum of Aegidius Romanus. New York: Garland Pub., 1997. p. 63.

³⁷² No “Livro da Ordem de Cavalaria” (c. 1274 – 1276) de Ramon Llull (c. 1232 – 1315), é expresso que o cavaleiro não tem maior honraria nem demonstração de cavaleirismo “do que aquele que morre pela honra e pela ordem de cavalaria”. Geoffrei de Charny também é enfático na questão, ao apontar que “quando alguém está comprometido com uma aventura armada, a covardia deve ser mais temida do que a morte.” De qualquer forma, as realidades textuais apresentam-se paradoxais, pois ao mesmo tempo em que a guerra é desejada por ser o momento onde as habilidades marciais e as chances de ganhos materiais e de honra apresentam-se mais latentes, o cavaleirismo teria se apresentado como um tácito acordo da nobreza para limitar os danos decorrentes aos seus bens e a seus corpos. CHARNY, G. **A knight’s own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 71; KAEUPER, R. W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999. p. 169 – 170; LLULL, R. O Livro da Ordem da Cavalaria (c. 1274 – 1276). Tradução de Ricardo da Costa e revisão de Rui Vieira da Cunha. Disponível em: < <http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria>>. Acesso em 18 abr. 2015; WALTER, K.L. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L; PATTERSON, I. (Eds.). **War and literature**. Cambridge: D.S. Brewer, 2014. p. 23.

³⁷³ Isso não significa, entretanto, que outras atitudes não tivessem sido registradas, pois afinal, como ressaltamos anteriormente, o desejo de honra individual esteve presente nas ações daqueles homens, e alguns casos, parecem ter se excedido. O pai de Thomas, ao aconselhar seu superior a não deixar os escoceses avançarem em campo aberto, foi escarneado pelo mesmo: “Caso esteja com medo, fuja”. Entretanto, ele responde que “não fugiria amedrontado”, e então “esporeando seu cavalo, [...] atacou o inimigo [...] e foi capturado, seu cavalo morto e feito prisioneiro [...]”. Já em 1367, William Felton, irmão de um dos capitães ingleses que lutaram junto ao Príncipe Negro em sua campanha espanhola, que “fazia pouco caso da morte, [...] lançou-se em meio aos inimigos como alguém destituído de sabedoria e prudência, [...] e foi perseguido pelos castelhanos, que lhe atiraram lanças e dardos, [...] matando seu cavalo, [...] e por fim o cavaleiro”. Outros que também “deixaram-se levar pela vaidade para além do bom senso”, quando sob o comando do Duque de Lancaster em 1360, “disfarçaram-se de pilhadores [...] para encorajar os franceses a atacá-los, [...] o que não poderia resultar em algo além de um revés, e de fato eles foram feitos prisioneiros”. GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 48 – 49; 108; **THE LIFE of the black prince**: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910. p. 158.

³⁷⁴ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 67.

à prova, tendo “ambos os lados lutado bravamente”³⁷⁵ para provarem, pelas armas, o direito dos pleiteantes àquele condado.³⁷⁶ De qualquer forma, segundo o cronista, “ambos os comandantes demonstraram a coragem de heróis bem nascidos e que teriam preferido perder tudo a darem as costas ao campo de batalha e mostrarem-se covardes”.³⁷⁷

Tais descrições apontam para o entendimento de uma comunidade de armas “internacional”, em que a coragem, ou melhor, portar-se daquela forma em batalha, esteve intimamente ligado à forma como a nobiliarquia de ambos os reinos concebia o estabelecimento de um corpo coeso, cujo lugar social a enquadrava por direito como defensora do bem comum. Ainda naquela crônica, o discurso atribuído por Geoffrey le Baker a Edward III antes da batalha de Poitiers a seus comandados torna-se mais revelador nesse sentido:

Lembrem-se que vocês carregam em suas mãos direitas riquezas, renome e glória, além da amizade de cada cavaleiro e um nome famoso que perdurará para sempre. Lembrem-se também de que vocês não estarão aptos a trocar a guerra pela paz e pela vida gloriosa que tanto anseiam compartilhar com suas mulheres e filhos em uma idade avançada e feliz, a menos que se saiam vitoriosos daqui hoje. [...] Porém, caso a morte ou o infortúnio prevaleçam sobre sua coragem [...] certifiquem-se de que sua vida não foi perdida em vão, [...] e tenham uma boa morte, conquistando e sendo conquistados como homens”.³⁷⁸

A relação entre coragem e defesa do reino por um lado, e do reconhecimento, juntamente com os benefícios individuais que tais ações trariam, por outro, também é apontada por Jean le Bel ao enumerar as razões pelas quais decide compor sua crônica. Para ele, não apenas os grandes nobres deveriam ser lembrados, como também “todos aqueles que os acompanharam, [...] que tiveram a coragem de manterem-se firmes até o fim, cumprindo com seus deveres”.³⁷⁹ Dentre esses, esteve o próprio cronista, seguidor de John of Hainault em 1326, que pondera a necessidade de “serem registradas todas as batalhas e atos de bravura dignos de menção, pois

³⁷⁵ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 67.

³⁷⁶ Em 1341, o duque John III da Britânia falece, e dois candidatos disputam sua sucessão: seu meio irmão John of Montfort, e Charles de Blois, cujo pleito era realizado através de sua esposa, Jeane, sobrinha de John. Cada um dos lados buscou formalmente o apoio inglês e francês, respectivamente, e no caso de Edward III o monarca percebeu os benefícios de exercer uma influência direta na região, que iam da importância econômica que suas cidades portuárias apresentavam para a Coroa até a abertura de um ponto de desembarque seguro para as terras continentais. ALLMAND, C. **The hundred years war: England and France at war, c. 1300- c. 1450**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 14.

³⁷⁷ BAKER, op. cit., p. 67.

³⁷⁸ Ibid., p. 124.

³⁷⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 21 - 22

[...], quando as tropas se encontram no campo de batalha, a Fortuna abruptamente se altera, [...] e os feitos devem ser registrados juntamente com os nomes quando estes são conhecidos”³⁸⁰.

Thomas Gray é mais incisivo e, como um membro da elite guerreira nobiliárquica, sintetiza essa relação entre bem comunal, os ganhos individuais e o entendimento de que o conflito pode trazer benefícios ao reino.³⁸¹ Associando diretamente a boa governança ao direito à guerra, ele elabora, ao final de sua narrativa permeada por feitos de guerra, uma dura crítica à assinatura do Tratado de Brétigny em 1360, momento em que as animosidades entre ingleses e franceses, ao menos oficialmente, foram cessadas³⁸²:

[...] Racionalmente, a paz deve ser estimada acima de todas as outras coisas, [...] desde que realizada virtuosamente e legitimamente para o proveito da comunidade [...]. Caso a guerra não possa ser evitada através da riqueza [...] e do apoio (nobiliárquico) [...], então ela deverá ser feita, desde que a falta de virtudes não impeçam (o rei), isto é, a falta de bom senso, coragem e generosidade (*largesce*) [...]. A tolerância (às adversidades durante o período de conflito) [...] trás honra, ganhos (*profit*) e contentamento (*ioy*), e dessa forma a mão do rei deve estar pronta para dá-las àqueles que as merecem, como um encorajamento para que outros também os sigam, e que acaba sendo o que de mais útil existe neste mundo para a empreender a guerra [...]. Assim, os reis devem imputar seus bons feitos a Deus, mas também ao comprometimento de seu povo (*poep*le), em cujo bem-estar repousa sua riqueza. Ali reside o poder correto dos reis, através de sua dedicação à regência da comunidade (do reino) [...].³⁸³

Assim, as perspectivas daqueles cronistas estão conjugadas aos anseios da nobreza local, em que tais formas de observar o conflito eram formulados nas narrativas cronísticas em sintonia com os desígnios da coroa. Isso significa dizer que, embora com diferenças locais, os nobres e seus comandados, em última instância, conjugariam seus interesses aos de uma comunidade

³⁸⁰ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 22.

³⁸¹ É possível também interpretarmos o anseio de Thomas Gray pela guerra por um viés mais individualista, pois mesmo que o objetivo oficial das campanhas não fossem cumpridos e as mesmas terminassem em uma trégua, o rei ficava em débito financeiro com aqueles homens, podendo pagar-lhes ou não de imediato, mas de qualquer forma eles ainda poderiam obter benefícios advindos de saques e os resgates de outros nobres capturados em batalha. HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62**. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966. p. 31.

³⁸² O cronista não sobreviveu para testemunhar a retomada das animosidades anos depois, onde o monarca Carlos V (1338 – 1380) gradativamente inicia uma política de reconquista dos territórios franceses através de meios diplomáticos e bélicos. SUMPTION, J. **The hundred years war: Trial by fire**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001. p. 509 – 539.

³⁸³ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 111.

reinol,³⁸⁴ em que os danos provindos de suas ações estavam dentro das expectativas acerca das atividades bélicas. Aquelas narrativas, portanto, são pensadas como disseminadoras dos eventos ocorridos, nos quais destacam-se ações ligadas ao elemento honorífico dos guerreiros, relegando a um segundo plano eventos paralelos que não se enquadram dentro de tal perspectiva³⁸⁵

Não podemos, entretanto, deduzir que os cronistas detivessem o monopólio sobre o relato da guerra, uma vez que o século XIV testemunhou a produção de outras fontes com finalidades semelhantes. Dessa forma, os contornos acerca das ações da nobreza belicosa nem sempre são delineados com vistas a laurear seus feitos, e os responsáveis por tais textos podem, em certos momentos, levantar dúvidas não sobre a necessidade da defesa do bem comum, mas sim sobre o comportamento dos guerreiros em campo de batalha. No continente, Eustache Deschamps vociferou em seus poemas contra as incursões do inimigo, bem como contra as relações desiguais entre a nobreza e os grupos menos abastados, embora ele próprio tenha tido fortes ligações com a

³⁸⁴ Parece haver um consenso em historiadores ingleses em designar essa situação pelo termo “propaganda”. Entretanto, o termo propaganda não seria o mais adequado, uma vez que ele pressupõe o alcance de informações mais ou menos similares a um grande número de regiões. Isso dificilmente seria possível, pois isso ocorria através de meios escritos e orais, como apontamos no capítulo anterior, que não tornavam imunes alterações nos discursos desde seu ponto de partida até a chegada. No caso das crônicas, isso se reflete, por exemplo, quando cotejamos narrativas similares sobre eventos de grande magnitude, conhecidas através do reino, segundo Jones, pela disseminação de “boletins, ataques violentos à indivíduos ou a forma de condução política e a manifestos”, muito embora o autor desconsidere as realidades locais e o efeito que tais textos impactariam sobre diferentes agrupamentos de súditos. Hewitt aponta nesse sentido que embora tais mecanismos pudessem ser empregados de forma mais ou menos sistemática, “mesmo os homens mais bem informados do conselho real não obtinham relatos constantes sobre o andamento dos conflitos, a maior parte dos ingleses permaneceu extremamente mal informada sobre os progressos das hostes para além mar”. O alcance de tais informações ditas oficiais, em última instância, foi determinada pela distribuição e pela mobilidade dos agentes governamentais em conjunto com as necessidades do sistema judicial, que demandava a existência de agentes locais responsáveis por sua leitura pública, como por exemplo os conhecidos *fidedigni*, que tinham ao menos uma capacidade de leitura funcional e familiaridade com a cultura documental. FORREST, I. The channels of propaganda. In: _____. **The detection of heresy in late medieval England**. New York; Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 123; HEWITT, H. J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62**. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966. p. 156; JONES, W.R. The English church and royal propaganda during the hundred years war. **Journal of British Studies**, Chicago, v. 19, n.1, p. 19, 1979.

³⁸⁵ Uma vez que a audiência e o público alvo daquelas crônicas são diferentes daqueles de outros tipos de escritos, como suas pares laicas, hagiografias e assim por diante, eventos anteriormente relevados pelo clero perdem espaço. A moralização, através da fé, com exemplos de conduta cotidiana dão lugar ao modo de portar-se marcialmente. Assim, se eram comuns as narrativas de feitos de homens pios e de notícias sobre a administração clerical, agora a administração e condução da guerra tornam-se o eixo motriz sobre as quais aquelas narrativas tomam corpo. Além disso, como apontamos no capítulo anterior, tais crônicas eram realizadas sob um viés cavaleiresco, e dessa forma feitos não relacionados à guerra não seriam considerados merecedores de menção, pois seu foco principal era a manutenção memorialista dos atos realizados por aqueles descritos em suas páginas. BRANDT, W.J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception**. New Haven: Yale University Press, 1966. p. 47; COOTE, L.A. **Prophecy and public affairs in later medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2000. p. 22.

realiza e participado (e se beneficiado) ativamente dos conflitos contra os ingleses.³⁸⁶ Já na Inglaterra, John Erghome e Laurence Minot destacam-se pela abordagem feita sobre a guerra no momento da composição de seus escritos. O primeiro, responsável pela composição das “Profecias de Bridlington” (*Bridlington Prophecies*), cujas cópias circularam tanto entre laicos como em casas religiosas³⁸⁷, reúne uma série de profecias atribuídas a John of Bridlington (1319 – 1379), que seria canonizado posteriormente no século XV. Seu conteúdo se aproxima daquela crítica lançada por Thomas Gray, ou seja, segundo seu ponto de vista, Edward III deveria reiniciar a guerra contra os franceses, acusando seus conselheiros mais próximos de dissuadi-lo nesse sentido, uma vez que a paz levaria o monarca, e conseqüentemente o reino, à decadência.³⁸⁸

Já o segundo versa sobre as vitórias do monarca Plantageneta antes da década de 1360. O que chama a atenção nos seus textos é o enfoque em personagens nem sempre ligados à alta nobreza, cujas ações a primeira vista não relacionavam-se a busca da defesa do bem comum ou mesmo da emulação honorífica dos guerreiros de renome.³⁸⁹ Um deles, o enigmático John of Doncaster, figura em seu poema “Como o nobre senhor Edward com suas grandes máquinas (de cerco) conquistou com seus homens bravios o castelo de Guines” (*How gentill sir Edward with his greate engines wan with his wight men the castell of Gynes*), em que destaca a sagacidade

³⁸⁶ Eustache Deschamps (1340 - 1404) foi um poeta de aparente renome na corte francesa durante a segunda metade do século XIV. Acredita-se que não provenha da nobreza, porém aceitou a cargos administrativos e também participou de campanhas contra os ingleses durante aquele período. Dentre seus poemas que contestam a prática da violência perpetrada pela nobreza, de ambos os reinos, contra os mais pobres, está aquele intitulado “Não se falaria tais parvoíces sobre os outros” (*Ja ne deissent sur autrui telle goulée*). Ali, Deschamps aponta que “muitos em débito vão para a guerra [...] apoiando-se nos pobres, que constituem (grande parte d) o exército (*armée*)”, para logo em seguida disparar com mordacidade contra a nobreza: “Caso alguém opte por não ir [à guerra], porque ele é rejeitado? Ele deve destruir, oprimir, e conquistar aos outros, e então cometer mil pecados mortais, nos quais a honra nem sempre é encontrada? Não, de forma alguma: ele estaria melhor vivendo, como um verdadeiro cristão, junto a Deus, ao invés de praticar tais maldades para adquirir reputação”. DESCHAMPS, E. **Selected poems**. Edited by Ian S. Laurie and Deborah M Sinnreich-Levi. Translated by David Curzon and Jeffrey Fiskin. New York: Routledge, 2003. p. 1 – 27; 124.

³⁸⁷ TAYLOR, J. Hidgen and Erghome: two fourteenth-century scholars. In: PERROY, E. **Économies et sociétés au Moyen Âge**: mélanges offerts à Edouard Perroy. Paris: Publications de la Sorbonne, 1973. p. 649.

³⁸⁸ Id. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 240 – 241.

³⁸⁹ FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971. p. 20.

daquele *gentill*³⁹⁰, que tomou pela astúcia o castelo de importância estratégica para os franceses.³⁹¹

Embora o autor do poema tenha lhe imputado uma origem e conduta nobres, é curioso notar que essa personagem central em seu texto estava longe de gozar de boa reputação, segundo as obrigações para com o reino reiteradas pelo discurso nobiliárquico, uma vez que ele teria sido mais especificamente um fora da lei que cometera crimes graves como homicídios, roubos e danos a propriedades³⁹², e que, tendo sido agraciado com o perdão real, se aventurou, como muitos outros, em terras francesas para expiar seus crimes. Geoffrey le Baker, cronista que também fora acusado da prática de diversos delitos e que possivelmente esteve em situação similar à de Doncaster, muito provavelmente tomou conhecimento de seus feitos através de relatos orais, uma vez que partilhava do mesmo universo do contraventor – havendo indícios de que esteve na França em época bem próxima, conforme apontamos no capítulo anterior. Em sua narrativa dos eventos, entretanto, John of Doncaster não é mencionado como pertencente à nobreza, e passa a um simples “arqueiro,³⁹³ que havia sido capturado e aprisionado no castelo de Guines e, não tendo meios para custear seu resgate, foi libertado pelos franceses sob a condição de que servisse naquela função sob seu comando”.³⁹⁴ Diferentemente da descrição laureada sobre

³⁹⁰ O termo “gentill” atravessa o espectro semântico que imputa a um indivíduo características de origem nobiliárquica. MAYHEW, A.L.; SKEAT, W.W. **Concise dictionary of Middle English from A.D. 1150 to 1580**. Oxford: Clarendon Press, 1972. p. 99; STRATMANN, F.H. **A middle-english dictionary: containing words used by English writers from the twelfth to the fifteenth century**. London: Oxford University Press, 1941. p. 280.

³⁹¹ MINOT, L. **The poems of Laurence Minot 1333 – 1352**. Edited by Richard H. Osberg. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1997. Disponível em: <https://www.lib.rochester.edu/camelot/teams/minot.htm#eleven>. Acesso em: 23 fev. 2015.

³⁹² Segundo consta em um registro oficial contemporâneo, John of Doncaster, juntamente com outros nove indivíduos, foi perdoado por Edward III pela prática daqueles crimes, devido “aos bons serviços prestados no além mar”, em uma possível alusão à tomada e posterior venda do castelo para Edward III, frustrando assim os planos franceses de empregá-lo para fazer frente a Calais, fortaleza tomada pelos ingleses tempos antes. **CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1350 - 1354**. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Mackie and Co. Ld, 1907, p. 238.

³⁹³ Comumente, os arqueiros provinham de vilarejos visitados por agentes reais destacados para selecionarem homens livres aptos para aquele serviço, ou então, como no caso de John of Doncaster, entre aqueles que cometeram crimes e buscavam perdão real para seus crimes. Segundo levantamento realizado por Hewitt nos *Calendars of Patent Rolls*, estima-se que a percentagem de criminosos que compunham as hostes reais variou de 2 a 12% entre o período de 1338 – 1361. HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62**. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966. p. 29 – 49.

³⁹⁴ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 101.

sua bravura ou mesmo sobre suas intenções,³⁹⁵ sua motivação parece ter sido mais pragmática, pois, após a tomada do castelo, o conde de Guines teria tentado negociar sua retomada:

[...] o conde inquiriu se John era um súdito leal do rei da Inglaterra e que estaria, portanto, desejoso em seguir as ordens de seu monarca. Os ocupantes [...] disseram que não [...], e em resposta [à oferta monetária feita pelo nobre francês], eles disseram que antes da captura do castelo haviam sido ingleses de nascimento, mas graças a seus crimes, haviam sido banidos e exilados da convivência com o rei da Inglaterra em seu reino, assim como da paz e amizade para com o mesmo. Logo, estavam dispostos a venderem o castelo para [...] ninguém menos que o monarca (Edward III) [...], mas caso não estivesse disposto a comprá-lo, aceitariam a oferta do rei da França, ou o preço de qualquer outro que lhes oferecesse mais.³⁹⁶

O ponto crucial aqui é que, neste momento, uma trégua entre ingleses e franceses estava em prática, e a tomada do castelo poderia caracterizar sua quebra; portanto, o reinício das hostilidades. Ao tomar conhecimento do que ocorrera, Edward III ordena que um grupo de guerreiros se dirija de Calais até Guines para assegurar sua posse, uma vez que teria importância estratégica no conflito.³⁹⁷ Se as hipóteses lançadas sobre a ligação de Geoffrey le Baker com membros da nobreza próximos ao monarca no capítulo prévio estiverem corretas, sua narrativa ganha sentido ao imputar a tomada do castelo à ação de um arqueiro, que declara sua não-aliança com o rei e assume ter agido por conta própria. O cronista atribui, portanto, a responsabilidade da ação, a princípio contrária ao bem comum, a esse arqueiro, eximindo assim a figura do rei de qualquer motivo para difamação.³⁹⁸

³⁹⁵ Segundo Laurence Minot, “O nobre senhor John of Doncaster realizou um feito corajoso, quando dirijiu-se à Guines [...] sem cavalo, [...], e no seu coração não havia medo daqueles que ali habitavam, que deram-se por contentes ao conseguirem fugir [...]”. MINOT, L. **The poems of Laurence Minot 1333 – 1352**. Edited by Richard H. Osberg. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1997. Disponível em: <https://www.lib.rochester.edu/camelot/teams/minot.htm#eleven>. Acesso em: 23 fev. 2015.

³⁹⁶ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 102.

³⁹⁷ SUMPTION, J. **The hundred years war: Trial by fire**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001. p. 88 – 90.

³⁹⁸ De modo geral, quando os ingleses agem de maneira não esperada por aquele público alvo, o fazem por sua própria iniciativa, mantendo intacta a reputação do rei, mesmo que no caso da captura de Guines, tal ação fora realizada dentro de um período de trégua, fato convenientemente não registrado na Crônica do Anônimo de Canterbury, cujo registro de tratados e outros textos diplomáticos formam seu alicerce. Naquela mesma narrativa, John of Doncaster é descrito como um nobre, indo na contramão da versão apresentada por Geoffrey le Baker. SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. XXXII.

Nesse sentido, a descrição de Jean le Bel oferece um ponto de vista semelhante, justificando uma ação de maneira perspicaz, ao modelar o discurso de forma favorável aos interesses ingleses. Para ele, o responsável pela tomada de Guines não foi John of Doncaster, mas sim *Sir* John Beauchamp, “um valente cavaleiro indicado pelo rei da Inglaterra que [...] negociou com os homens de Guines e assegurou a promessa deles de capitularem o castelo a ele ou a seus representantes por uma soma de trinta e quatro mil *écus*”.³⁹⁹ Ao ser questionado pelo enviado francês para resolver a questão, pois “considerava isso uma transgressão do tratado”⁴⁰⁰, Beauchamp teria dito que “em períodos de trégua cavalheiros (*gentlemen*) estavam aptos a comprar e vender, por ouro ou prata, propriedades, castelos e fortalezas sem que as tréguas fossem infringidas”⁴⁰¹

O que observamos, portanto, é que o discurso cronístico sobre a guerra, em um primeiro momento, parece estar em comunhão com as ideias concebidas em tratados teóricos sobre a realização do conflito.⁴⁰² Se as leis, “uma vez garantidas, forem acordadas entre inimigos, devem ser mantidas”⁴⁰³, a “realidade da guerra” poderia apresentar-se contraditoriamente às convenções do período.⁴⁰⁴ É válido recordarmos que, no contexto em questão, a Trégua de Calais (1347) estava em vigor, tendo sido acordado que cada lado manteria suas possessões atuais, bem como juravam não ameaçar e nem conspirar com o inimigo. Contudo, o que se observava na prática é que em diversas regiões, como na Gasconha e nos mares circundantes, as animosidades se

³⁹⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 216.

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² Como citamos anteriormente, a inexistência de um tratado em terras inglesas que verse sobre o assunto durante o século XIV é significativa. É provável, entretanto, que tais ideias fossem concebidas a partir de outros tratados com grande disseminação na época, como os supracitados Tomás de Aquino e Alberto Magno. Além deles, o *De Re Militari* de Vegécio parece ter encontrado seus meios dentre as cortes inglesas, onde Edward I e Edward III notadamente possuíam cópias daquele tratado em suas bibliotecas. O primeiro deles, inclusive, comissionou a primeira tradução conhecida daquele texto em anglo-normando no início da década de 1270, talvez sob a influência de sua esposa Eleonora da Aquitânia, irmã de Afonso X de Castela, que incorporou muitos de seus pontos nas suas *Siete Partidas*. De qualquer forma, o texto de Vegécio circulou na Inglaterra trecentista em latim, anglo-normando e através de outras duas traduções do original para o francês, realizadas respectivamente por Jean de Meun por volta de 1284 e por Jean de Vignay por volta de 1320. ALLMAND, C. **The De Re Militari of Vegetius: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2011. p. 71; 152 – 153. NALL, C. **Reading and war in fifteenth-century England: from Lydgate to Malory**. Cambridge: D.S. Brewer, 2012. p. 13.

⁴⁰³ BONET, H. **The tree of battles of Honoré Bonet**. Translation by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 153.

⁴⁰⁴ WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages**. Leiden; Boston: Brill, 2009. p. 18 – 19.

acirraram, e conflitos de maior relevância, como as batalhas de Winchelsea (1350) e Saintes (1351), foram registrados.⁴⁰⁵

Geoffroi de Charny, em sua obra acerca da normatização da conduta cavaleiresca, ressalta a importância “[...] de se levar um modo de vida que não possa ser criticado por quaisquer pecados desprezíveis e nem por reprovações vergonhosas, para que assim se possa viver lealmente e honestamente”.⁴⁰⁶ Entretanto, esse mesmo cavaleiro tentou, através das armas, retomar Guines sob as ordens de seus superiores quando da sua aquisição pelos ingleses e, se John of Doncaster e John of Beauchamp são retratados sob um viés enaltecido de suas condutas, a do nobre francês é descrita por Geoffrey le Baker como uma “violação da trégua”⁴⁰⁷ e executada, segundo o Anônimo de Canterbury, através de uma “discussão secreta e desleal”⁴⁰⁸ com seus aliados. Jean le Bel vai além nesse sentido, quando credita a Edward III um discurso reprobatório dito ao cavaleiro, capturado após sua malfadada tentativa: “*Sir Geoffroi*, [...] você tentou roubar sorrateiramente o que comprei com tanto custo e esforço! [...] Deus veio em meu auxílio e o impediu de alcançar sua meta. Ele me auxiliará novamente, [...] pois certamente sabe que minha causa é boa e justa”.⁴⁰⁹

A interpretação de eventos similares pelos cronistas, portanto, parece levar em consideração as convenções de seu tempo, porém, não deixam de ser filtradas pelas alianças locais, elevando o protagonismo daquela nobreza de modo a justificar como pudessem suas ações, mesmo que à primeira vista contraditórias. Uma vez que a coragem e a honra mostram-se como elementos centrais na constituição da imagem daquela nobreza, podemos concluir que a guerra, ou melhor, a descrição do conflito, é realizada pelos cronistas de forma a denotar a importância da nobreza como elemento fundamental da máquina bélica reinol, atenuando o seu fazer como justo e necessário àquela comunidade. Se os elementos nobiliárquico e cavaleiresco delimitam o que será selecionado para figurar em suas narrativas, e o como isso será feito, não há uma linearidade nesta definição, pois outros segmentos da sociedade ganhavam importância na

⁴⁰⁵ WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 74 – 75.

⁴⁰⁶ CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 81.

⁴⁰⁷ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 103.

⁴⁰⁸ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 17.

⁴⁰⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 208.

composição das hostes reais. Ao justificar o conflito, os cronistas simultaneamente destacavam o papel da nobreza como condutora natural das decisões sobre o assunto, e apontavam para a ampliação dos tipos de personagens a figurarem em suas narrativas que, de forma secundária, e em eventos específicos poderiam assumir o protagonismo das ações para si e auxiliavam no contexto maior da realização de um conflito justo.

Esboçadas essas características mais gerais sobre a abordagem do conflito naquelas crônicas, cabe agora adentrarmos em um ponto mais específico: se a defesa do reino realizada através das ações inglesas em terras escocesas e francesas é tomada por princípio basilar para as constantes retomadas das hostilidades, sobre que alicerces se constroem os discursos cronísticos para constituírem um *casus belli*? Melhor dizendo, se as crônicas perpetuam um ponto de vista favorável ao rei, ou ao menos à nobreza guerreira, que princípios reguladores da justiça de suas ações podem ser inferidos a partir do que pontuaram os cronistas em suas narrativas? As respostas para tais questões, esboçadas no ponto abaixo, podem auxiliar-nos a compreender com mais clareza os mecanismos que compõem a escrita cronística na Inglaterra trecentista.

3.2 A construção de um *casus belli* na narrativa cronística

Francesco Petrarca (1304 – 1374), o humanista italiano famoso não apenas por sua obra mas também pela posição de destaque na diplomacia de seu tempo, detinha uma grande rede de contatos pela Europa. No início de 1361, ao escrever uma carta para Pierre Bersuiere, prior de Saint Elois em Paris, renomado por sua função como enciclopedista e tradutor da obra de Tito Lívio, descreve o cenário observado em uma de suas viagens por aqueles domínios:

Recentemente, percorri vosso reino em uma missão oficial, e dificilmente pude reconhecê-lo como o mesmo que havia visitado anteriormente. Todos os lugares eram de uma lóbrega devastação, luto e tristeza; por todos os lados viam-se campos selvagens e não cultivados, e por toda parte casas em ruínas e abandonadas, exceto por aquelas poupadas por estarem dentro das muralhas de uma fortaleza ou cidade. Em suma, em toda parte permaneciam os tristes vestígios [da passagem] dos ingleses e as recentes, repugnantes reminiscências da derrota.⁴¹⁰

⁴¹⁰ ABERTH, J. **From the brink of the apocalypse**: confronting famine, war, plague, and death in the later Middle Ages. London: Routledge, 2013. p. 86; BOITANI, P. Petrarch and the ‘barbari Britanni’. **Proceedings of the British Academy**, n. 146, p. 9 – 25, 2007.

As constantes incursões inglesas impactaram no cotidiano não apenas da nobreza belicosa, mas também daqueles que a princípio não participavam ativamente do conflito. Aos olhos de Petrarca, bem como aos de outros contemporâneos, a destruição decorrente da forma de guerrear naquele momento causou desconforto, onde o campo de batalha não é mais o local por excelência da ação dos guerreiros, e os castelos igualmente não são os únicos alvos nas campanhas bélicas. Assim, a construção da legalidade do conflito entre aqueles que apoiavam a coroa inglesa tornou-se primordial tanto no sentido de angariar a assistência de aliados, intra e extra reinóis, como também criar um pleito incontestável de Edward III à coroa francesa, no qual a justeza de suas ações perpetuariam os Plantagenetas como a dinastia a governar por direito, senão sobre toda a França, ao menos sobre as terras de seus antecessores, os Angevinos.

Guilherme de Occam⁴¹¹ (c. 1287 – 1347), contemporâneo àqueles eventos e escrevendo na corte do Sacro Imperador Ludwig IV⁴¹² (1282 – 1347), oferece pistas sobre a disseminação que o pleito do monarca inglês alcançou. Ele aponta, no início de um de seus tratados, que “os detalhes da guerra justa (na qual Edward III está engajado) são conhecidos”, de modo que não os discutiria e nem questionaria”,⁴¹³ e essa visão parece ter igualmente permeado as narrativas cronísticas em questão, em que, em certos momentos, há espaço para a contestação sobre a legalidade de certas ações da nobreza e do rei, mas não sobre o lícito intento da Coroa. A partir do que foi registrado por aqueles cronistas, buscaremos compreender como seus discursos se enquadram dentro dos saberes sobre o conflito no período, bem como na perspectiva sobre o como homens ligados a atividades bélicas entendiam a necessidade de suas ações, sem perder de vista a questão do bem comum e da defesa da comunidade do reino levantadas anteriormente. Para tanto, propusemo-nos realizar nossa análise sob três vieses constituintes da forma de conceber as contendas e, portanto, levantar alguns dos elementos presentes naquelas narrativas cronísticas para o *casus belli* inglês, segundo os modelos em vigência no período: a delimitação sobre como Edward III, até então sob juramento de vassalagem ao monarca francês no início de seu reinado, exerce autoridade suficientemente reconhecida por membros da nobreza inglesa e em regiões francesas para declarar guerra contra o mesmo; nos direitos de defesa e reparação de

⁴¹¹ William of Ockham.

⁴¹² Luís IV.

⁴¹³ OCKHAM, W. Whether a prince can receive the goods of the church for his own needs, namely, in case of war, even against the wishes of the pope. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham.** Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz. : Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 154.

propriedades e privilégios nobiliárquicos em caso de agressão considerada injusta; e a tentativa de conciliação entre dilemas morais, como o de tomar a vida de um homem, igualmente cristão, e não incorrer no pecado.

O empenho em normatizar e restringir o uso da violência tem entre seus precedentes as chamadas Paz de Deus e Trégua de Deus, ambas datadas do século XI. Naquele período de combate cruzadista, o direcionamento das ações dos guerreiros contra infiéis, o uso da força contra aqueles que, embora livres, não portavam armas, como clérigos e mercadores, e o exercício lícito das armas em certos dias da semana e determinados períodos do ano foram algumas das medidas nesse sentido.⁴¹⁴ Na Inglaterra, John of Salisbury (c. 1115/1120 – 1180) preocupou-se com as ações daqueles engajados na *ordo* bélica, e pensamentos sobre sua atuação estão presentes em vários de seus escritos, dentre eles o *Policraticus*. Tomados em conjunto, o bispo de Chartres advoga que em três tipos de situações a agressividade militar seria justificada, e em outras duas não seria. No primeiro caso, enquadram-se: a manutenção das leis dos homens e das de Deus, a defesa de uma região legalmente governada, e durante a conquista limitada de territórios; enquanto, no segundo conjunto, estão as guerras travadas por orgulho do governante e aquelas por motivações pessoais, triviais e emocionais.⁴¹⁵

Por volta da segunda metade do século XIII, a teoria sobre a guerra e sua legalidade, advinda de períodos anteriores, foi em grande parte sistematizada e difundida a partir do grupo de teólogos dominicanos centrados em Paris, encabeçados por Alberto Magno e seu discípulo Tomás de Aquino. Em sua interpretação de princípios aristotélicos, como a superioridade do bem comum sobre os interesses dos indivíduos⁴¹⁶, aquele grupo distanciou-se tanto dos teólogos de

⁴¹⁴ ALLMAND, C. The war and the non-combatant. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971. P. 258.

⁴¹⁵ Os escritos de John of Salisbury parecem ter alcançado uma grande circulação do século XIV em diante, tendo sido estudados e copiados extensivamente por juristas, pregadores e homens ligados as letras. Um deles, Vitalis de Furno (1260 – 1327), teólogo franciscano e filósofo escolástico, teria se impressionado de tal forma com os vastos conhecimentos de John of Salisbury que, em seu *Speculum Morale* (c. 1305), supos que o *Policraticus*, uma das obras de maior destaque daquele pensador, tivesse sido escrita na antiguidade clássica e que certa passagem citada por Santo Agostinho tivesse sido retirada dali. LUSCOMBE, D.E.; EVANS, G.R. The twelfth-century renaissance. In: BURNS, J.H. (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought**: c. 350 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 325 – 326; HOSLER, J.D. **John of Salisbury**: military authority of the twelfth-century Renaissance. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 89 – 91.

⁴¹⁶ Ptolomeu de Lucca (c.1236 – c. 1327), também associado àquele grupo, ressalta no capítulo 2 de seu “Sobre o governo dos príncipes” (*De Regimine Principum*) que “caso aquele que governa direcione a maioria dos homens livres para o bem comum, o governo será correto e justo, como convém aos que são livres. Entretanto, caso o governo seja exercido para o bem privado daquele que governa, ele será injusto e perverso. LUCCA, P. **On the government of rulers**: De regimine principum. With portions attributed to Thomas Aquinas. Translated by James M. Blythe. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997. p. 63.

outrora como das tendências descentralizadoras do feudalismo, que na prática estavam perdendo terreno para focarem suas atenções nos reinos e cidades-estado que ganhavam cada vez mais importância, e assim, pode-se dizer que, de certa forma, aqueles escritores formavam um grupo coerente, expondo as mesmas teorias gerais.⁴¹⁷ Tomás Aquino, na *Suma Teológica*, sintetiza os preceitos para a guerra ser considerada justa:

Primeiramente, o soberano por cujo comando a guerra será travada deverá ter autoridade para tal. Não concerne aos indivíduos declararem guerra, [...] pois o bem estar geral é confiado àqueles que detém a autoridade [...], sendo de sua competência observá-la. Assim como é legítimo (às autoridades) recorrerem ao emprego da espada para defender o bem estar geral contra perturbações internas, [...] é de sua competência recorrerem a espada em sua defesa contra inimigos externos [...]. Em segundo lugar, é preciso uma causa justa, isto é, que aqueles atacados devam sê-lo devido a alguma transgressão [...], quando uma nação (*nation*) ou estado (*state*) devem ser punidos por se recusarem a reparar os agravos realizados por seus súditos, ou a restaurar aquilo do que se apoderou injustamente. Finalmente, é necessário que os beligerantes tenham uma intenção proba, [...], com o objetivo de assegurar a paz, punir mal feitores e exaltar os bons.⁴¹⁸

Nas narrativas cronísticas em questão, tais ideias parecem ter permeado a construção argumentativa de seus responsáveis. Sob seu entendimento, a guerra era um evento inevitável, pois os direitos de Edward III ao trono francês teriam sido alienados por um “usurpador”, “tirano”, e tantos outros adjetivos imputados aos monarcas continentais. Uma vez que assim o bem comum estaria ameaçado – devido ao agravo cometido pelos franceses ao não entregarem a coroa ao seu rei por direito, “por ser o mais próximo na linha de sucessão”, mas ao invés disso, “os doze pares da França decidiram nomear Philippe de Valois sem considerarem os pleitos rivais”⁴¹⁹ – os três cronistas estão em consonância ao determinarem o litígio do rei Plantageneta como justo. A necessidade de “fornecer uma causa justa para a guerra, sendo feita em nome do rei”⁴²⁰, como aponta o contemporâneo Walter of Milemete, não seria suficiente para esclarecer a

⁴¹⁷ RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975. p. 258.

⁴¹⁸ AQUINAS, T. **Summa Theologica**. [S.d. : S.l.], p. 1813 – 1814. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>. Acesso em: 4 abr. 2014.

⁴¹⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 65.

⁴²⁰ MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham**. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002. p. 50.

relação entre os cronistas e sua concepção do registro da história naquele momento. Portanto, devemos observar com mais atenção quais foram seus entendimentos sobre como tal pleito veio a ser validado.

Thomas Gray, consciente da importância que a genealogia tinha entre seus pares, empregou-a, como vimos no capítulo anterior, como uma das armas para deslegitimar o direito de David II ao trono escocês. No caso de Edward III, o cavaleiro emprega a mesma arma com a finalidade inversa, ao afirmar que “o rei da França teve três filhos, [...] porém todos morreram sem deixar herdeiros [...]. Assim, o direito [...] estava legitimamente ligado a Edward, filho de Isabela, irmã desses três irmãos, por ser o herdeiro masculino mais próximo [...]”⁴²¹ Em outro momento de sua narrativa, o condestável de Norham adiciona mais um elemento para a justiça das ações de Edward III: ao tempo de sua coroação, ele era jovem, “[...] e graças à sua pouca idade, assim como aos conselhos malignos, preguiçosos e negligentes que o direcionavam em todos os assuntos, nenhum pleito foi erigido naquele tempo”⁴²².

A relação entre a juventude de Edward III e sua suposta inabilidade para governar nos anos iniciais em que a rainha e o conde Roger Mortimer exerceram a regência parece ter se espalhado dentre os escritores contemporâneos, como uma justificativa para que não levassem a cabo suas reivindicações naquele período.⁴²³ No poema “Os juramentos da garça”, Robert of Artois (1287 – 1342), nobre francês exilado na corte plantageneta, lança uma provocação ao monarca, por este, já em idade adulta, não ter reclamado seu pleito à coroa francesa, ao que teria obtido como resposta: “Desafiarei o rei de St. Denis, [...] atravessarei o mar [...] e incendiarei o reino todo, e então esperarei por meu inimigo mortal, Philippe de Valois”⁴²⁴, justificando assim o fato de que ainda não havia declarado guerra formalmente, antes de 1340, por ter-lhe “prestado homenagem quando era muito jovem”.⁴²⁵ Porém, prossegue o relato, “o renuncio, em castelos e feudos, e farei a ele guerra tanto em feitos como em palavras”.⁴²⁶ Embora a credibilidade do

⁴²¹ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 39 – 40.

⁴²² Ibid., p. 59.

⁴²³ VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 843 – 844, out. 1993.

⁴²⁴ THE VOWS of the heron. In: WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**: composed during the period from the accession of Edw. III to that of Ric. III. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1859 – 1861. p. 6 – 7.

⁴²⁵ Ibid., p. 7.

⁴²⁶ Ibid.

poema seja contestável,⁴²⁷ os elementos ali citados auxiliam na compreensão dos parâmetros sobre o que pode ter sido o pensamento coevo sobre o direito e, portanto, a legalidade da ação de Edward III, uma vez que se aproxima do que os cronistas escreveram sobre aquele evento. Thomas Gray entende que o momento crucial para o início daquela empreitada:

Foi decidido pelo conselho do rei, durante o parlamento, e sob a recomendação dos clérigos, que ele (o rei) não mais deveria negligenciar seus direitos, nem mesmo seu pleito à Coroa da França. Dessa forma, decidiram declarar guerra, renunciar a homenagem feita ao rei da França, Philippe de Valois, que impedia o exercício dos direitos do rei, e enviaram-lhe seu desafio.⁴²⁸

Jean le Bel é mais incisivo nesse sentido. No primeiro capítulo de sua narrativa, “Aqui segue a genealogia do nobre rei Edward, e como ele foi expugnado da Inglaterra” (*Here follows the genealogy of the noble king Edward, and how he was driven out of England*), o cronista elenca a questão sucessória de modo similar a Thomas Gray e Geoffrey le Baker, realçando, porém, que “[...] o filho de uma mulher não pode ter direito a sucessão através de sua mãe, uma

⁴²⁷ Durante o século XIV, outros poemas acerca de juramentos sobre feitos de guerra e tomando uma ave como símbolo do mesmo foram registrados na Inglaterra, como “Os juramentos do pavão” (*Les Voeux du Paon*), com datação aproximada em 1310 e o “Juramento do gavião” (*Voeux de l'Épervier*). De qualquer forma, talvez o mais relevante deles seja o juramento feito por Edward I sobre dois cisnes, realizado publicamente em Westminster em 1306, durante a cerimônia de adubamento de Edward II, na qual o rei declara que irá subjugar Robert Bruce. O juramento da garça, entretanto, tem similaridades com o juramento do gavião em sua forma estrutural, além de muitos dos votos ali declarados terem relação com eventos registrados *a posteriori*, como a promessa do conde William de permanecer com um dos olhos fechados “até causar danos aos franceses”, pois, como Jean le Bel aponta, ele perdeu um de seus olhos em batalha na Escócia em 1338. Além disso, sua credibilidade não pode ser de todo contestada, uma vez que Edward III era afeito a realizações de cunho cavaleiresco, como a criação da Távola Redonda e da Ordem da Jarreteira, apontadas no capítulo anterior. Cf. WHITING, B. J. *The vows of the Heron. Speculum*, v. 20, n. 3, p. 261 – 278, jul. 1945.

⁴²⁸ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 70.

vez que ela própria não dispõe de tal prerrogativa”,⁴²⁹ segundo o que alguns contemporâneos afirmavam. Em determinado momento, o entendimento do cronista se aproxima de seus pares, pois ele também argumenta em prol do direito de Edward III ao trono francês tomando por base sua linhagem e a defesa de interesses pessoais e comuns à nobreza. A certa altura, Jean le Bel indica que o rei não sabia ao certo qual posição tomar, isto é, se permitiria que seu pleito fosse negligenciado ou se iria engajar-se na busca por seu cumprimento, uma vez que “estava relutante em deixar a questão como estava caso pudesse retificá-la, [...] pois se permanecesse em silêncio e falhasse em empenhar-se para corrigir a conjuntura, tal fato lhe traria muita humilhação.”⁴³⁰

Geoffrey le Baker também parte da premissa de que “Edward era legalmente o próximo herdeiro ao trono da França por conta da linhagem de sua mãe”⁴³¹. Contudo, por conta dos maus conselhos nos anos iniciais de seu governo, isto é, graças a influência de Isabela e Mortimer na condução do reino, teria tido suas prerrogativas reais prejudicadas. Um desses momentos foi quando, sob o governo regencial, um acordo de paz é negociado com os escoceses por volta de 1327, do qual resulta a concessão de uma nova carta-patente aos escoceses em detrimento da antiga, que foi “revogada e incinerada” e na qual “o povo da Escócia e o seu rei [...] teriam se submetido perpetuamente aos ingleses, [...] e cujas provas eram o selo do monarca, juntamente com os selos dos líderes e prelados do reino afixados naquele documento”.⁴³² À perda do direito ao exercício do poder no reino do norte se somam, segundo o relato do cronista, as afrontas perpetradas pelo monarca francês em dois sentidos:

⁴²⁹ A questão da linhagem cognata estava ligada, neste contexto, à sucessão não apenas ao trono da França, mas aos direitos a Aquitânia e Ponthieu. A dificuldade legal encontrada para Edward III deve-se pelo fato de que ele havia jurado vassalagem a Philippe da França no início de seu reinado, e portanto compreendia-se que ele estava subordinado à Coroa francesa, por deter aquelas regiões como partes daquele domínio. Isso fazia com que ele, sendo um súdito do monarca francês, não pudesse declarar uma guerra de agressão, mas apenas de defesa, o que gerava outro problema: para tal conflito ser considerado justo, e portanto legal, a prática feudal exigia que antes de declarar guerra formalmente, ele deveria renunciar ao laço pessoal e constestar o seu senhor, como ocorrera com John Balliol, rei dos escoceses, em 1296 frente a seu avô, Edward I. Caso o fizesse, entretanto, acabaria por reconhecer a posição de Philippe como seu superior, invalidando seu pleito à Coroa da França. A única saída, portanto, era deslegitimar o entendimento do rei francês como tal, e encará-lo como alguém que teria usurpado seus direitos, garantindo assim justiça às ações bélicas. BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 55; Cf. STONES, E. L. G. (Ed.). **Anglo-Scottish relations 1174 – 1328: some selected documents**. Oxford: Clarendon Press, 1970. p. 141 – 145; SUMPTION, J. **The hundred years war: Trial by battle**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 293.

⁴³⁰ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 65 – 66.

⁴³¹ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 35.

⁴³² *Ibid.*, p. 36.

[...] A negação de seu direito amplamente reconhecido ao reino de seus ancestrais (isto é, a França), e ao modo cruel como seu inimigo Philippe de Valois procedeu para com os ingleses. Ele não apenas expulsou-lhes do reino da França como se fossem judeus ou inimigos de Cristo, mas também os matou, roubou-os e aprisionou-os. Além disso, também tomou para si, injustamente e sem causa, o ducado da Aquitânia e o condado de Ponthieu, e, não obstante, encorajou os escoceses a rebelarem-se (contra Edward III) com seu apoio, conselho e auxílio. Porém, apesar de tudo isso, o rei alegremente acordou com a paz proposta [...] pela Igreja [...]. Todas as ofertas razoáveis do rei Edward não foram capazes de abrandar a mente de um tirano que estava confiante de que, com o auxílio dos escoceses, poderia removê-lo à força do reino da Inglaterra e de todas as suas outras possessões.⁴³³

Edward III, na perspectiva do cronista, está em guerra por um motivo pessoal, ou seja, a busca por seu pleito, ao mesmo tempo em que também procura exercer sua função primordial de defensor da comunidade do reino. Se em algum momento sua guerra poderia ser classificada como “privada”, tanto pelo motivo da sucessão ao trono como aos títulos de comando das regiões em questão, ela também se torna pública, ao defender os interesses dos ingleses, residentes no território francês, podendo assim ser justificada. Essa separação entre a figura do rei, como homem público, e do nobre, com ambições privadas, já havia sido debatida pela nobreza durante o reinado de seu antecessor,⁴³⁴ e é possível observarmos o amálgama dessas distinções das funções privada e pública no texto do cronista: o monarca, uma figura com interesses pessoais, porém de autoridade pública constituída e reconhecida dentre seus pares, declara guerra contra um outro reino que se recusa “a reparar os agravos realizados por seus súditos, ou a restaurar aquilo do que se apoderou injustamente”, como destacou Tomás de Aquino, sob a alegação de punir um mal feitor que era contrário à paz.

⁴³³ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 53 – 54.

⁴³⁴ Dois documentos datados do período de Edward II chamam a atenção nesse sentido. O primeiro, denominado “Declaração de Boulogne” (*Declaration of Boulogne*), que mais tarde serviria como base para a “Declaração de 1308” (*Declaration of 1308*) foi redigido durante a viagem do monarca àquela região para seu casamento. Ali, um grupo de nobres, aliados ao rei, concordou “em resguardar os direitos da Coroa”, mas nenhuma menção é feita a pessoa nobiliárquica que ocupa a posição real. O outro, denominado “Artigos contra (Piers) Gaveston apresentado pelo conde de Lincoln ao rei, Março a Abril de 1308” (*Articles against Gavaston presented by the earl of Lincoln to the king, March to April 1308*), é mais direto nesse sentido: “A homenagem e o juramento de aliança são feitos mais em respeito à Coroa do que à pessoa do rei, e estão mais intimamente relacionados à Coroa do que à pessoa do rei. Isso é evidente pois, antes do direito à Coroa descender àquela pessoa, nenhuma aliança lhe é devida [...]. Assim, [...] quando o rei não retificar um agravo e remover o que é danoso às pessoas em geral e nocivo à coroa, e assim for sentenciado [...], convém que o mal deva ser removido à força, pois o rei é obrigado, através de seu juramento, a governar as pessoas, e seus vassallos são obrigados a governarem com ele e apoiá-lo”. ARTICLES AGAINST Gavaston presented by the earl of Lincoln to the king, March to April 1308. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents: 1189 – 1327**. London; New York: Routledge, 2001. p. 525 – 526; PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 178 – 180.

Assim, o que os três cronistas buscaram foi construir a legitimidade para o início das animosidades, descrevendo Edward III, tanto como nobre quanto monarca, e como vítima de um agravo que poderia ser reparado apenas através da força, uma vez que o rei francês não estaria disposto a reconhecer a existência de seu pleito. A figura régia, defensora do bem comum, não poderia permitir que territórios sob seu domínio permanecessem nas mãos de um senhor que não os governaria por direito, pois seus dividendos, direcionados ao tesouro real, permitiriam os preparativos para sua defesa em eventuais situações similares. Isso significa que se a deflagração de conflitos, que poderiam variar de escaramuças localizadas a guerras de ampla difusão, era tomada por certa, e sua realização estava atrelada à participação “tanto de guerreiros de origem não nobre (*gens*) como senhores ávidos pelo dinheiro”.⁴³⁵ Aqueles que tinham parte ativa no conflito, ou ao menos dentre eles os que se propuseram a racionalizar e escrever sobre o assunto, parecem não ter ido muito além no questionamento de suas motivações. A guerra como forma de resolução de embates por questões como a política e a economia, mas também relacionada à figura social do nobre, era parte integrante da ordem social.⁴³⁶ Imersa em uma tradição de longa data, as contendas naquele momento são entendidas dentro de um sistema que exige seu reconhecimento jurídico, pois, caso contrário, seriam ilegais e imorais. Da mesma forma que um fora da lei, um nobre que se tornasse inimigo da comunidade, cujos direitos haviam sido violados, fornecia a prerrogativa para que o agravado buscasse uma reparação, porém, caso o motivo não fosse considerado justo, a suposta vítima passaria a ser entendida como responsável por sua violação.⁴³⁷

A narrativa cronística inglesa produzida durante o momento em questão é, desse modo, construída de modo a culpabilizar o monarca francês como o principal responsável pelo desencadeamento das situações que levaram ao conflito. Ele, portanto, segundo preceitos do período, torna-se responsável pelo destino acometido aos seus súditos, em que a forma de

⁴³⁵ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360.** Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 67.

⁴³⁶ O estudo e a compreensão da guerra, entretanto, não podem ser tomados de forma passiva e naturalizada. Philippe Contamine chama a atenção para a sua inserção em um sistema conceitual que também abarca o costume, a lei, a moralidade e a religião, oferecendo assim ao historiador e ao sociólogo a oportunidade de investigarem as relações entre a “realidade” e o ideal; entre a prática e a ética, e entre o fato e a lei, ou seja, de campos normativos puramente teóricos sobre preceitos cerceadores de práticas diversas no conflito e a sua aplicabilidade (ou não) durante a ocorrência dos mesmos. ALLMAND, C. **The hundred years war: England and France at war, c. 1300- c. 1450.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 6; CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 260.

⁴³⁷ WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages.** Leiden; Boston: Brill, 2009. p. 83.

concepção da guerra insere igualmente no teatro de combate não tão somente castelos e fortalezas, mas também edifícios religiosos, vilarejos e outros locais que abrigam uma população não ligada diretamente ao conflito.

Durante os períodos de conflitos ocorridos entre governantes cristãos ao final da Idade Média, um dos pressupostos em voga foi o de não se colocar em prática a chamada “guerra total”, uma vez que as atividades bélicas deveriam se desenrolar dentro de seus propósitos legais e definirem qual dos querelantes estava com a razão através do julgamento divino. Dessa forma, a legislação canônica estabelecia que determinados grupos de indivíduos deveriam permanecer completamente imunes durante a realização de eventos marciais tanto por suas atividades não trazerem riscos aos combatentes como também pelo fato de serem úteis a comunidade do reino.⁴³⁸ Nesse sentido, as palavras de um contemporâneo asseveram tal concepção quando o mesmo questiona-se sobre quais grupos deveriam desfrutar do direito de salvo conduto em épocas de guerras legalmente declaradas:

[...] todos aqueles pertencentes à Santa Igreja devem permanecer em segurança, [...] pois a lei assim lhes garante. A eles, menciono também os fazendeiros (*husbandman*) e lavradores (*ploughmen*) com seus bois, [...] uma vez que aqueles que cultivam o solo o fazem para todos (os membros da sociedade), que usufruem de seu trabalho.⁴³⁹

Para além de uma discussão sobre a distinção, em tempos de guerra, quanto à validade ou não dos ataques àqueles não engajados nas atividades marciais, as narrativas cronísticas registraram diversos atos de hostilidade contra grupos cuja existência estava atrelada ao que Honoré Bonet definiria como bom funcionamento da sociedade. Uma vez que esse tema é recorrente e está diretamente ligado à legalidade das ações de Edward III e sua nobreza durante o conflito, trataremos na sequência acerca do emprego da violência justificada contra não-combatentes a partir dos relatos cronísticos, considerando que tal enfoque figurou entre os temas recorrentes naquelas narrativas e que sua análise pode nos auxiliar na melhor compreensão dos parâmetros do registro histórico em questão.

Sempre tendo por norte a questão da constituição e amparo a um *casus belli* para o conflito, interrogamo-nos sobre as tentativas dos cronistas de associar a tomada da vida não

⁴³⁸ KEEN, M. **The laws of war in the late middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 189 – 190.

⁴³⁹ BONET, H. **The tree of battles of Honoré Bonet**. Translation by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 188.

apenas de guerreiros, mas também daqueles a princípio não-engajados no conflito, como um elemento provável para a concretização do ensejo de Edward III em reparar os supracitados agravos em prol da comunidade do reino. Dito de outra forma, os inimigos são delimitados como grupos mais ou menos definidos, dado que sua descrição apresenta contornos não obrigatoriamente ligados a características de capacidades bélicas ou origem social, como “guerreiros tenazes” ou a dicotomia nobre *versus* não nobre, mas antes são englobados dentro de uma outra categoria: a de sua origem, esta por sua vez não delimitada pela associação a uma pequena região, mas ao reino como um todo. Os “ingleses nativos”⁴⁴⁰, súditos da Coroa, não enfrentam homens de Calais ou Berwick, mas uma “turba de franceses”⁴⁴¹ responsáveis por sua defesa e “bravios guerreiros escoceses”⁴⁴² que ali residem. Cabe avaliarmos, assim, a perspectiva dos cronistas sobre as descrições para ações violentas similares, perpetradas por nobres e não-nobres a um conjunto de “escoceses” e “franceses” – termos globalizantes e que estão presentes em seus relatos –, para então tentarmos perceber suas aproximações e afastamentos, notadamente em relação àqueles momentos com grande poder de destruição de bens e de corpos de indivíduos, à primeira vista não envolvidos nas ações bélicas.

A tentativa que se segue de convencionarmos até que ponto o emprego da violência e sua praticabilidade em tempos de conflito foi aceitável naquele momento é um esboço empreendido a partir da associação entre as crônicas e outros textos de circulação contemporânea que versam sobre o assunto.⁴⁴³ Na península ibérica, o canonista Álvaro Pelayo (c. 1280 – 1352), ao enumerar o que considera os trinta e um pecados e defeitos dos cavaleiros, em seu “Do estado e do pranto da Igreja” (*De statu et planctu Ecclesiae*), composto entre as décadas de 1330 e 1340,⁴⁴⁴ adverte para as considerações gerais da sociedade nobiliárquica de seu tempo. Ali, ele aponta para o fato de “tomarem parte em guerras injustas”, “falharem em manter seu juramento de

⁴⁴⁰ BAKER, G. Boydell Pr. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge ess, 2012. p. 4.

⁴⁴¹ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 74.

⁴⁴² BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 120.

⁴⁴³ Por volta do último quarto do século XII, a legislação previa que em *tempus werrae*, isto é, em tempos de guerra, o saque e a tomada forçada de bens (*seizure*) eram uma consequência inevitável do conflito, e que portanto, deveriam ser perdoadas. STRICKLAND, M. **War and chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 263.

⁴⁴⁴ SOUSA, A.M. **Os pecados dos reis: a proposta de um modelo de conduta para os monarcas ibéricos no Estado e Pranto da Igreja e no Espelho dos Reis do franciscano galego D. Álvaro Pais (1270 – 1350)**. 2008. 200f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 37.

encarar a morte pela segurança do bem comum” e “lutarem pelas presas de guerra e para aumentarem suas fortunas”. Não obstante, ele também chama a atenção para atos de violência desmedida e comportamentos reprobatórios a ela associados, como “muitos, após matarem religiosos, continuam desfrutando dos benefícios da cavalaria”, “não empregarem o cavaleirismo para o propósito que foi instituído – para retificar injustiças e vingar-se dos ímpios”, “matem e declarem guerra sem a autoridade de seu superior”, “matem seus prisioneiros de guerra” e, finalmente, “lutem de modo cruel e implacável com o intuito de obterem vinganças, para dominarem e infligirem danos (ao próximo)”.⁴⁴⁵

Mesmo sem o contato com o texto do religioso, é válido observarmos que tais formas de agir também foram, até certo ponto, comungadas entre os relatos de cronistas ingleses. O cronista de Lanercost registra a ação de cavaleiros “enviados pelo Papa” até a cidade de Acre em 1290, que “costumavam comportar-se cruelmente com os mercadores sarracenos, tanto se apoderando dos seus bens sem qualquer tipo de pagamento ou insultando suas pessoas, transgredindo a lei da gentileza daqueles zelosos pela fé cristã”⁴⁴⁶, enquanto o responsável pela *Vita Edwardi Secundi*, escrita entre 1325 – 1326, generaliza com mordacidade o modo de conduta nobiliárquico daquele momento:

Quem você pensa que é inflamado com a maior das malícias contra o próximo do que o cortesão? Enquanto está ensoberbecido de sentimentos ruins e amargos, ele ignora a seus inferiores, desdenha aos seus semelhantes e sempre empenha-se em igualar-se a seus superiores. Em quase todos os aspectos da vida, o pajem envida sobrepujar ao cavaleiro, o cavaleiro ao barão, o barão ao conde, o conde ao rei. Além disso, quando não são capazes de arcar com suas despesas [...], voltam-se à pilhagem, saqueiam seus vizinhos, despojam seus subordinados (*subditos*), e praticam odiosas extorsões contra os servos de Deus.⁴⁴⁷

A partir de relatos nesse sentido, a conduta esperada dos responsáveis pela defesa e bem estar da comunidade parece ter se apartado dos ideais normativos quando se dispunham face a sua aplicação cotidiana. A chamada “cultura cavaleiresca”, que em grande parte norteou, ou ao menos exerceu grande influência nos escritos teóricos e testemunhais sobre a guerra no

⁴⁴⁵ As citações da obra de Álvaro Pelayo foram feitas a partir daquela encontrada na obra de Philippe Contamine. Cf. CONTAMINE, P. *War in the middle ages*. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 276.

⁴⁴⁶ **THE CHRONICLE** of Lanercost: 1272-1346. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913. p. 78.

⁴⁴⁷ **VITA EDWARDI SECUNDI**: the life of Edward the Second. Re-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy Childs. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 99.

período⁴⁴⁸, alcançou apenas parte daqueles engajados no conflito, comumente nobres, e que não necessariamente se deixaram guiar por seus princípios.⁴⁴⁹ As crônicas, relatos nobiliárquicos por excelência, buscaram compreender as ações dos homens nas contendidas através do olhar inserido em tais parâmetros, e muito embora os deveres da nobreza e daqueles não-nobres inicialmente estivessem em conjunção na defesa de sua localidade ou reino de origem, seus anseios durante a realização do conflito poderiam vir a destoar consideravelmente daqueles declarados oficialmente.⁴⁵⁰

No *De Re Militari*, Vegécio salientou que “é preferível subjugar um inimigo pela fome, pelos saques e pelo medo do que em batalha, em que a fortuna tende a ter maior influência do que a coragem”.⁴⁵¹ Edward III, possuidor de ao menos uma cópia do texto daquele pensador pagão, tem nas “cavalgadas” (*chevauchées*), que assolaram o território francês entre as décadas de 1340 e 1350⁴⁵², um emprego prático dessa forma de guerrear. Ali, as mortes e os prejuízos materiais ocorreram em grande escala para os padrões contemporâneos, com uma dupla função de obter um fluxo contínuo de víveres para os guerreiros sob sua paga, durante as campanhas em território inimigo bem como com a intenção de forçar os opositores a batalharem em posição tática desvantajosa⁴⁵³, e enquanto isso não ocorria, impactava, material e “psicologicamente”, sobre o domínio dos inimigos, com a destruição dos componentes chaves de sua riqueza material: a

⁴⁴⁸ ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media**: historiografía e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991. p. 221 – 222.

⁴⁴⁹ DEVRIES, K. Medieval warfare and the value of a human life. In: CHRISTIE, N.; YAZIGI, M. (Eds.). **Noble ideals and bloody realities**: warfare in the middle ages. Leiden; Boston: Brill, 2006. p. 31.

⁴⁵⁰ Embora as narrativas cronísticas, como destacamos nos capítulos anteriores, tenham certos topos que devem ser considerados com cuidado, suas descrições não impossibilitam a aproximação dos sentimentos que perpassavam àqueles ligados à prática do conflito. Para os grandes nobres ligados à tradição familiar pelo serviço até aqueles foras da lei desejosos em ganhar o perdão, engajar-se nas hostes reais ofereciam vantagens como a criação de laços de companheirismo e amizade, além da possibilidade de reconhecimento, reputa e oportunidades para o enriquecimento através da obtenção de espólios e resgates. HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III**, 1338 – 62. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966. p. 80.

⁴⁵¹ VEGETIUS. **Epitome of military science**. Translated with notes and introduction by N.P. Nilmer. Liverpool: Liverpool University Press, 2011. p. 116.

⁴⁵² As *chevauchées* tiveram suas origens nas campanhas iniciais de Edward III na Escócia. A acepção da palavra é variável, pois segundo seu emprego em documentos contemporâneos, poderia vir em conjunção com *l'aventure* para descrever as atividades de pilhagem, ou mesmo com *de guerre* pra referir-se especificamente à operação militar. De qualquer forma, ao longo do período trecentista, ela abarcou não apenas a atividade bélica, o roubo de animais e o saque de alimentos, bens e víveres intrínsecos a mesma, mas também a destruição advinda de sua realização, a qual foi parte importante das campanhas inglesas naquele momento. HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III**, 1338 – 62. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966. p. 99; SUMPTION, J. **The hundred years war**: Trial by battle. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 181.

⁴⁵³ ROGERS, C. J. Edward III and the dialects of strategy, 1327 – 1360: The Alexander Prize Essay. **Transactions of the royal historical society**, Sixth Series, v. 4, p. 90, 1994.

colheita, bens móveis, animais domésticos e a morte, ou ao menos debandada, do campesinato responsável por sua manutenção.⁴⁵⁴

Dado que as duas primeiras afirmativas relacionam-se estritamente à logística e a forma tática de guerrear, interessa-nos observar com mais atenção a terceira delas. Na Inglaterra, a tomada de bens dos não nobres parece ter sido uma prática até certo ponto corrente dentro das terras onde um senhor exercia sua autoridade.⁴⁵⁵ No contexto do conflito, essa tomada de bens gerou insatisfações intra-reinóis quando da instituição das *purveyances*. Mas o que se pode cogitar é que a própria forma de fazer guerra implicava que, quando os guerreiros estivessem dentro das terras do rei ou daquele responsável por sua paga, tivessem seu sustento garantido pelo pagamento diário; porém, em terras inimigas, poderiam e até mesmo deveriam subsistir com o que pudessem obter à força.⁴⁵⁶

Na carta enviada por Edward III a Philippe VI em 1346 durante a campanha que culminaria na batalha de Crécy, o último é acusado pelo primeiro de evitar o enfrentamento direto, e ali é corroborada a ideia de que graças a esse procedimento, todos dentro dos domínios do adversário estarão passíveis de se tornarem alvos de ataques dos ingleses. Edward III assevera seu direito de empregar a força, inclusive contra não combatentes, ao sustentar que “[...] não pudemos engajá-lo em batalha, e assim decidimos continuar avançando dentro de nosso reino (a França), para [...] punir os rebeldes, aos quais você falsamente denomina como seus súditos [...]”.⁴⁵⁷ É possível que, sob o entendimento do soberano inglês, o que está sob ataque naquele momento é a comunidade do reino francesa, pois a mesma fornece os meios necessários para que

⁴⁵⁴ STRICKLAND, M. **War and chivalry**: the conduct and perception of war in England and Normandy. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 259.

⁴⁵⁵ Uma fonte contemporânea sobre o assunto é o *Memoriale Presbiterorum*, ou *Memoriale Sacerdotum*, tratado escrito em Avignon em 1344 por um autor anônimo de possível origem inglesa, ou ao menos com a intenção de que seu texto fosse voltado àquele público alvo, a julgar pelas referências a Magna Carta e a documentos pertinentes aos arcebispos de Canterbury. Seu propósito é o de instruir párocos sobre como ouvir confissões e, em particular, sobre como penitenciar aqueles que os procuravam para tal finalidade. Em certa altura, seu responsável aponta que “por vezes os senhores temporais arrecadam através do uso da violência [...] tanto de seus vilões como de seus morgados (*tenants*) muitos bens dos quais tais homens estão obrigados a pagar-lhe, [...] o que por vezes faz com que sejam reduzidos à pobreza, não tendo o mínimo necessário para proverem a si próprios e às suas famílias [...]. Você deve, daqui por diante, dizer a tais senhores, caso lhe confessem tais práticas, que todos aqueles que agem assim são ladrões e homens de má fé [...]” PANTIN, W.A. **The English church in fourteenth century**: based on the Birkbeck Lectures, 1948. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 205 – 206; 208.

⁴⁵⁶ HEWITT, H. J. **The organization of war under Edward III**, 1338 – 62. Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966. p. 101

⁴⁵⁷ O texto completo em anglo-normando pode ser encontrado no *Calendar of Patent Rolls* pertinente aos anos de 1345 – 1348, porém decidimos empregar a tradução mais recente realizada por Clifford Rogers presente em seu artigo acerca da campanha de Crécy em 1346. ROGERS, C. J. Edward III and the dialects of strategy, 1327 – 1360: The Alexander Prize Essay. **Transactions of the royal historical society**, Sixth Series, v. 4, p. 97, 1994.

seu opositor lhe ofenda nos campos teórico e prático, ou seja, moralmente e militarmente, ao não reconhecer o direito a que pleiteia em governá-la, como também provisiona suas hostes com víveres e outros bens móveis necessários à sua manutenção. Em outras palavras, Edward III põe em pauta a legitimidade das ações cotidianas dos franceses como um todo, que, ao pagarem impostos e estabelecerem relações práticas com a nobiliarquia reinol, os burgueses, clero e campesinato, reconhecem a autoridade do soberano adversário através da cadeia constitutiva de poderes.⁴⁵⁸ Dessa forma, atacam, ou ao menos causam prejuízos a seu senhor por direito sob tal perspectiva, e, portanto, tornam-se alvos potenciais para as investidas inglesas.

A partir da segunda metade do século XIII, pode-se dizer que as grandes migrações de grupos que ameaçaram a Cristandade ocidental, como muçulmanos, mongóis e, no caso inglês, os normandos, a violência justificada contra aqueles invasores estrangeiros tende lentamente a ser direcionada contra grupos internos à Cristandade, como os escoceses e franceses. Por isso, a escrita da história em tempos de conflito tendeu a deslegitimar suas ações com vias a justificar os antagonismos em questão.⁴⁵⁹ Entretanto, no caso das crônicas aqui analisadas, observamos a realização de descrições, se não categorizadas como depreciativas, ao menos reprobatórias, não apenas contra o inimigo, mas também contra ingleses e homens de outras regiões que lutam em nome de Edward III. Relatos, como o de Jean le Bel, de que em certa altura da campanha na Britânia, na década de 1350, a cidade de Guémené “foi tomada de assalto, pilhada, destruída e queimada por completo, [...] onde homens, mulheres e crianças foram mortos em grande número, causando grande aflição ao rei”, ou mesmo o Thomas Gray, ao descrever que Edward III “ateou fogo a tudo o que estivesse em seu caminho”⁴⁶⁰, levantam a seguinte questão: uma vez que os

⁴⁵⁸ Cf. REYNOLDS, S. **Fiefs and vassals**: the medieval evidence reinterpreted. Oxford: Oxford University Press, 2001.

⁴⁵⁹ BARAZ, D. **Medieval cruelty**: changing perceptions, late antiquity to the early modern period. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003. p. 123 – 124.

⁴⁶⁰ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 108.

abusos”⁴⁶¹ contra não combatentes não passam despercebidos pelos cronistas, tais ações poderiam ser compreendidas como um elemento contrário à construção do *casus belli* inglês, ao empregarem a força contra grupos desarmados e, portanto, em tese, inaptos para o conflito? Ou, sob um ponto de vista inverso, tais práticas guerreiras estariam igualmente inseridas dentro dos parâmetros de guerra justa e seriam, portanto, moralmente e legalmente praticáveis dentro de tal contexto?

Geoffrey le Baker, Jean le Bel e Thomas Gray, embora não partilhem um “universo em comum”, como ressaltado anteriormente, parecem erigirem de forma similar sua argumentação sobre as diversas ações violentas praticadas em solo francês. De modo geral, quando os “comuns” (*commons*), no sentido de abarcar os setores mais empobrecidos, são citados nas narrativas, têm relacionados a si uma figura narrativa com vistas a enfatizar o grande estrago ocorrido após o evento bélico. Além disso, seu papel no conflito é evidenciado por tomarem parte ativa do combate aos ingleses, no qual ocorrem decessos daqueles homens em grande escala. Geoffrey le Baker arrola o número de nobres mortos em uma batalha datada de 1352, apurado em “140 cavaleiros e 500 pajens, [...] mas o número de comuns mortos não foi contado”,⁴⁶² assim como na tomada do castelo de Romorantin em 1356, não são os nobres que sofrem as maiores baixas, uma vez que “(os ingleses) entraram no castelo e mataram um grande número (*band*) de cidadãos, enquanto dois senhores franceses fugiram para a torre principal com vários de seus cavaleiros”.⁴⁶³ Thomas Gray alude à campanha de 1326 contra os escoceses, na qual “encontraram um grande número de comuns marchando contra a hoste inglesa, que os eliminou quase que por completo”⁴⁶⁴ e ao cerco de Berwick em 1333 realizado pelos “Deserdados”

⁴⁶¹ Recentemente, Kelly DeVries argumentou que os líderes militares da Idade Média tinham em grande estima o valor da vida humana, e por tal razão a guerra tornou-se amplamente defensiva, com o emprego de melhores armaduras, táticas de cerco e a ampliação do uso de homens responsáveis pelo tratamento “médico” dos guerreiros. Tal visão, entretanto, vai na contramão de outros estudos sobre o tema, uma vez que ao emprego de estratégias defensivas são associados fatores materiais, como o custo na manutenção e ressarcimento de guerreiros, além da dificuldade de locomoção de máquinas de cerco. A isso soma-se a perspectiva de ganhos mais fáceis de butim ao se derrotar camponeses e clérigos com equipamentos de batalha de qualidade inferior aos da nobreza. DEVRIES, K. Medieval warfare and the value of a human life. In: CHRISTIE, N.; YAZIGI, M. (Eds.). **Noble ideals and bloody realities: warfare in the middle ages**. Leiden; Boston: Brill, 2006. p. 27 – 55. PRESTWICH, M. Miles in armis strenuus: the knight at war. **Transactions of the royal historical society**, sixth series, v. 5, p. 201 - 220, 1995.

⁴⁶² BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 104.

⁴⁶³ Ibid., p. 121.

⁴⁶⁴ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 58.

(*Disinherited*), em que “[...] quase todos os barões, cavaleiros e comuns morreram em grande número”.⁴⁶⁵

Independentemente do engajamento de uma parcela dos indivíduos de uma localidade no conflito, seja para a defesa de seus bens materiais ou mesmo de suas próprias vidas, o contexto marcial no qual estão inseridos faz com que sejam descritos por ambos os cronistas, assim como por Jean le Bel, como aqueles fadados à fortuna de guerreiros derrotados, mesmo que não tenham participação ativa nas contendas. Tal argumento pode ser reforçado ao observarmos três momentos de sua crônica em que essa afirmação se torna evidente. No primeiro deles, durante a tomada de Calais, seis burgueses, “os homens mais ricos da cidade”, submetem-se e prostram-se frente ao monarca “com o desejo de salvarem a vida das pessoas da cidade”. Edward III decide perdoá-los por suas ofensas, isto é, por permanecerem sob cerco e não se renderem ao seu monarca de direito, porém, não antes sem impor uma condição aos seus habitantes: “ele ordenou que *Sir* Jean de Vienne e seus companheiros de cavalaria fossem enviados à Inglaterra, enquanto todos os outros guerreiros e pessoas da cidade deveriam ser expulsas com nada mais do que suas roupas a serem carregadas sobre os ombros”.⁴⁶⁶ Tal destino, ou situação similar, ocorrera anos antes no cerco à cidade de Tournai. Ali, os sitiados, por temerem escassear os suprimentos e não receberem auxílio do rei da França, “discutiram como agir, e fizeram partir da cidade, através das linhas inimigas, [...] homens, mulheres e crianças, que não teriam utilidade nem meios para subsistirem por conta própria”.⁴⁶⁷ Finalmente, Jean le Bel atenta para as mortes em grande escala, que em certo caso “levou de uma só vez mais de seiscentos homens, dentre eles taverneiros, açougueiros, e mercadores”.⁴⁶⁸ Se a perda de suas vidas e do local de habitação era um receio constante a rondar aqueles indivíduos, um outro flagelo impingido pelos ingleses ou mercenários sob sua paga assola as regiões de conflito: a violação de mulheres, não apenas camponesas, mas também aquelas enclausuradas, nobres ou não, além da destruição constante que assola tanto bens eclesiásticos como vilarejos e cidades.

Durante tais expedições, ambas ações parecem estar associadas à conduta dos guerreiros, com ou sem origem nobiliárquica, em que as leis do reino da Inglaterra, assim como a teorização

⁴⁶⁵ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 68.

⁴⁶⁶ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 202 – 203.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 89.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 188.

sobre a mesma, parece não ter obstado sua prática durante o período em que estiveram em solo francês.⁴⁶⁹ O jurista inglês Henry of Bracton (c. 1210 – c. 1268), na primeira metade do século XIII, destaca que:

[...] o estupro é um crime imputado por uma mulher a um homem pelo qual ela alega ter sido forçosamente violada [...]. Nesse caso, uma punição severa seguir-se-á, considerando-se inicialmente se ela é casada ou uma viúva com vida respeitável, uma freira ou matrona, [...] todas as quais o rei deve proteger para a preservação de sua paz [...].⁴⁷⁰

Igualmente, segundo o Estatuto de Westminster, datado de 1275, “o rei proíbe a todos que estuprem ou tomem à força uma donzela de pouca idade, com ou seu consentimento, assim como mulheres casadas, donzelas de quaisquer idades e quaisquer outras mulheres contra sua vontade”.⁴⁷¹ Os relatos de Jean le Bel, entretanto, indicam que, se tal legislação vigorava, não era cumprida, e se não é possível saber ao certo até que ponto seus relatos se aproximam dos acontecimentos descritos, não destoam do que pode ter ocorrido durante a época do conflito, em que bandos armados tinham sob sua mercê regiões inteiras sem defesa apropriada. Dessa forma, Jean le Bel escreve: “A cidade inteira (Poitiers) foi pilhada e saqueada, suas igrejas profanadas, e tudo destruído; além disso, as mulheres (*townswomen*) foram violadas, motivo que enfureceu o conde de Derby (responsável pela expedição), mas que foi incapaz de preveni-la”.⁴⁷² Independentemente da cumplicidade ou mesmo da capacidade dos líderes militares em limitarem

⁴⁶⁹ O categorização de uma ação como estupro era problemática nesse momento, uma vez que a honra e a posição social dos envolvidos e de suas famílias poderiam ser colocadas em cheque. No compêndio de leis conhecido por “Glanville”, datado do final do século XI, demonstra os passos a serem tomados pela vítima em tais casos: “No crime de estupro (*raptus crimen*), uma mulher acusa a um homem de tê-la violado à força durante a paz do senhor rei. A mulher que for afligida de tal forma deve, logo após o ato consumado, dirigir-se até a vila mais próxima e lá mostrar para homens probos os danos a ela causados, bem como qualquer efusão de sangue que possa haver e também os rasgos em suas vestimentas. Ela deve fazer o mesmo para o bailio da região. Logo após tais ações, ela deve proclamá-las publicamente na corte mais próxima”. HANAWALT, B.A. **Of good and ill repute: gender and social control in medieval England**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 126; SAUNDERS, C. **Rape and ravishment in the literature of medieval England**. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2001. p. 52.

⁴⁷⁰ SAUNDERS, C. **Rape and ravishment in the literature of medieval England**. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2001. p. 54.

⁴⁷¹ **STATUTE OF WESTMINSTER I** (3 Edw. I), 1275. In: ROTHWELL, H. (Ed.). *English Historical Documents: 1189 – 1327*. London; New York: Routledge, 2001. p. 400.

⁴⁷² BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 188.

tal prática,⁴⁷³ ou mesmo da categorização sobre quais casos específicos poderiam ser assim enquadrados,⁴⁷⁴ o fato é que, sob a perspectiva do cronista, a linha entre normas coercitivas e a prática executada pelos guerreiros era tênue e com frequência ultrapassada, pois, no afã de tomar para si o máximo de riquezas que pudesse carregar, os excessos inevitavelmente viriam a ocorrer. Em uma das passagens mais vívidas de sua narrativa, acerca do saque na vulnerável cidade de Caen, todos esses elementos encontram-se presentes. Os comandantes ingleses “saem pela cidade para prevenirem e reprimirem a grande matança que estava a caminho e para salvarem as mulheres e garotas da cidade do estupro e abusos”, porém, em meio à desordem imperante nas tropas, era “deplorável ver os habitantes e suas mulheres, filhas e crianças sem saberem para onde irem, e assistirem às suas mães serem mortas ante seus olhos, ou suas esposas e mulheres violadas, suas casas postas abaixo e todos os seus bens saqueados”, destino igualmente partilhado por uma abadia “de mulheres respeitáveis, [...] que foram igualmente estupradas”.⁴⁷⁵

Tal perspectiva, entretanto, é realizada por homens comissionados por aqueles que lideraram ou mesmo cometem tais ações, e por isso requeriam cautela do cronista caso decidisse por relatá-las. Suas ponderações poderiam refletir o lugar social de onde falava, isto é, no caso de homens ligados à Igreja, não é de se espantar que não ficassem atônitos às notícias acerca da destruição de edifícios religiosos e ao assédio que seus ocupantes sofriam dos guerreiros, fossem nobres ou não. Dessa forma, aos olhos dos cronistas, era necessário fazer compreender que, em

⁴⁷³ Uma vez iniciadas, as *chevauchées* espalhavam terror e medo, uma vez que mesmo a ameaça de punições dos líderes da campanha não coíbiam ações violentas praticadas pelos guerreiros contra os não combatentes. Durante o saque, outros tipos de violências eram perpetradas, porém, esse não era um fenômeno exclusivo daquela forma de guerrear e não tão somente direcionado à inimigos externos. Uma das versões da *Flores Historiarum* relata que após a batalha de Boroughbridge em 1332, onde as forças de Edward II derrotam forças revoltas encabeçadas por nobres descontentes com seu governo. O reino estava em grande desordem, e por isso testemunhavam-se ações intrareinóis perpetradas por aliados do monarca, como “pilhagens e incêndios, ataques a igrejas, [...] o suplício dos pobres, a extorção das pessoas comuns, [...] o sofrimento de órfãos, a violação e choro das virgens, os prantos e lamentos das viúvas, guerra e sedição, e todo tipo de dano e lamúria.” GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 19; REID, P. **By fire and sword**: the rise and fall of English supremacy at arms, 1314 – 1485. London: Constable, 2007. p. 47.

⁴⁷⁴ Tomás de Aquino aponta que “o estupro implica em violência, [...] e é uma relação sexual ilícita”, bem como “abomina-se raptos tanto de viúvas como de virgens em razão da atrocidade de seu crime”. Entretanto, em caso de julgamento, o estupro de uma dama prometida em casamento é diferente daquela que não é, pois em linhas gerais o clérigo defende que seu esposo possui certos direitos, os quais foram violados e devem ser reparados, ao passo que no caso das mulheres não casadas os pais devem receber a reparação de tais agravos. Na Inglaterra do século XII, a violação era considerada um crime sem benefícios, muito embora mesmo assim pudesse em tese vir a ser punido com a morte ou perda de um membro. AQUINAS, T. **Summa Theologica**. [S.d. : S.I.] Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>. Acesso em: 4 abr. 2014, p. 2432 - 2433; SAUNDERS, C. **Rape and ravishment in the literature of medieval England**. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2001. p. 56.

⁴⁷⁵ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 173.

última instância, tais excessos, embora condenáveis, eram parte constituinte do conflito, ou como bem coloca Jean le Bel: “[...] de fato, qualquer um que estivesse em posição para protegê-los e falhasse em fazê-lo não seria um bom cristão, [...] porém, estas coisas acontecem na guerra e devem ser aceitas”.⁴⁷⁶ Entretanto, é necessário inserirmos tais relatos dentro de um contexto em que o emprego da violência contra os não combatentes é entendido como o uso da força autorizada para a resolução animosidades e a restituição da paz, seja pela lei ou pelos costumes, e paralelamente como a demonstração de um direito moral.⁴⁷⁷

Em um diário sobre a campanha de 1355 – 1356 realizada pelo Príncipe Negro e inserida por Geoffrey le Baker em sua crônica, é relatado que, em certa ocasião, ao herdeiro da coroa foi oferecida uma grande quantia em dinheiro para que poupasse a cidade de Carcassonne da destruição pelo fogo. Ele, entretanto, teria respondido que “não havia se dirigido até lá em busca de ouro, mas sim de justiça, e não para vender cidades (de forma similar ao que fez John of Doncaster com o castelo de Guines), mas para capturá-las”, e pela recusa dos cidadãos em submeterem-se a seu domínio, “o príncipe deu ordens para que o burgo fosse queimado”.⁴⁷⁸ A associação dos súditos franceses a “rebeldes”, ou o destaque para sua disposição a contrariar a realeza de Edward III, como feita na carta enviada a Philippe VI, também é observada em um episódio similar narrado por Jean le Bel, quando os habitantes da cidade de Poix “negociaram [...] e aceitaram pagar uma certa quantia [...] para pouparem a cidade de ser queimada”. Entretanto, ao invés de cumprirem com o acordado, reuniram-se após a partida da hoste e insurgiram-se, matando os guerreiros que ficaram para trás (encarregados de receberem tal pagamento). Alguns deles, entretanto, “escaparam e avisaram ao rei, que retornou, exterminou a população sem piedade e ateou fogo à cidade”, de acordo com o cronista, “justificadamente”.⁴⁷⁹

Dessa forma, as aparentes sensibilidades dos cronistas para com as ações de violência contra não combatentes pode não passar de um reflexo de uma reação subjetiva, pois, afinal, estiveram em contato direto com o conflito ou mesmo acederam aos testemunhos daqueles que em algum momento ali se encontraram. Sob um outro viés, entretanto, é possível que as atitudes

⁴⁷⁶ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 173.

⁴⁷⁷ WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages**. Leiden; Boston: Brill, 2009. p. 86

⁴⁷⁸ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 114.

⁴⁷⁹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 176.

dos guerreiros contra homens, mulheres e crianças concebidas em suas narrativas reflitam uma percepção conjugada entre cronistas, teóricos e outros indivíduos que inquiriam e relatavam o conflito de que as regras e, por assim dizer, convenções de guerra do período, não surtiem o efeito esperado de fornecerem um código de conduta que de fato fosse rigidamente seguido por aqueles que a praticavam.⁴⁸⁰ A formalização da guerra, por assim dizer, com atitudes que declaravam publicamente as intenções das hostes durante as campanhas, como o desfraldamento de estandartes,⁴⁸¹ nem sempre eram a garantia de que seriam cumpridas, e muito embora houvesse oficiais encarregados da manutenção prática da ordem, não havia quaisquer salvaguardas que de sucederem em sua tarefa.⁴⁸²

De qualquer maneira, a guerra propriamente dita não recebe sanções em suas narrativas, mas sim certas práticas individuais.⁴⁸³ O *casus belli*, portanto, não é colocado em xeque, uma vez que o conflito atende aos requisitos para ser compreendido como justo em seu tempo: possui uma causa a ser perseguida, um agravo a ser reparado e o emprego da força contra aqueles entendidos como contrários a tais prerrogativas, isto é, os súditos das Coroas escocesa e francesa, fossem nobres ou não. “O príncipe, que estava ávido pela guerra em razão da paz que sempre se segue a mesma”⁴⁸⁴, juntamente com o rei e toda a nobreza inglesa, não são culpabilizados por ações pontuais, que embora possam provocar reações adversas nos cronistas, não inviabilizam a justiça

⁴⁸⁰ KEEN, M. **The laws of war in the late middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 245.

⁴⁸¹ Geoffrey le Baker fornece um testemunho elucidativo nesse sentido, quando narra que os homens liderados pelo Príncipe Negro, ao marcharem por uma região aliada, “ordenou que deveriam marchar com os estandartes enrolados, pois estavam em um território pacífico”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 118.

⁴⁸² ALLMAND, C. **The hundred years war: England and France at war, c. 1300- c. 1450**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 50.

⁴⁸³ Os princípios da guerra justa, retomados de teóricos pagãos como Platão e reinterpretados ao longo do medievo, partiam de duas ideias norteadoras: o “direito à guerra” (*jus ad bellum*), que buscou especificar os princípios que definem o direito de um poder soberano em iniciar ações violentas contra outro, e o “direito na guerra” (*jus in bello*), que cerceia os limites da conduta moralmente aceitável na execução do conflito. Na Cidade de Deus, Santo Agostinho estipulou dois princípios para a segunda noção, isto é, aqueles da “proporcionalidade”, relacionado a proibição do uso excessivo de força, e a “distinção”, voltada a proteção dos não combatentes. Teóricos posteriores, de Graciano a Tomás de Aquino, dirigiram seu olhares com mais ênfase ao direito à guerra do que ao direito na guerra, e coube àqueles escritores “cavaleirescos” contemplarem a regulação da conduta, de Ramon Llull e Geoffroi de Charny a Honoré Bonet e Christine de Pisan. De qualquer maneira, não parece ter havido uma regulamentação sobre a imunidade dos não combatentes, nem mesmo uma categorização de quem seriam tais pessoas, não sendo possível assim reprovar, legalmente e moralmente, condutas violentas contra tais indivíduos. LYNCH, L. Protecting the non-combatant: chivalry, codes and the just war theory. **Ex Historia**, Exeter, v. 6, 2014, p. 59 – 68. Disponível em: < <http://humanities.exeter.ac.uk/history/research/exhistoria/current> >. Acesso em: 12 mar. 2014; RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975. p. 273 - 275.

⁴⁸⁴ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 121.

do conflito. Vantajoso, tanto no âmbito de “feitos de armas” como de ganhos materiais⁴⁸⁵, as atividades em solo francês ganham tom reprobatório pelos três cronistas apenas quando praticadas por aqueles não autorizados para tal, isto é, pelas chamadas companhias de mercenários, bem como agrupamentos de camponeses e burgueses.

Os estragos causados na guerra eram, portanto, aceitáveis, desde que provocados em uma guerra liderada com o consentimento de uma autoridade legítima,⁴⁸⁶ o que não era o caso de tais grupos. O ensinamento de Vegécio de que “é menos dispendioso treinar seus próprios homens em atividades marciais do que contratar mercenários estrangeiros”⁴⁸⁷ fora associado no ocidente trecentista à necessidade de proteção do bem comum pelos próprios membros daquelas comunidades⁴⁸⁸, pois, como fora observado na prática, poderiam agir fora do controle das autoridades instituídas, causando danos além dos previstos na época da instauração do conflito.

Portanto, os mesmos danos à honra, à propriedade e à vida apontados anteriormente ganham outra nuance quando atribuídos a tais indivíduos. Thomas Gray descreve a situação após a batalha de Poitiers, que pode ser entendida como um retrato do que ocorreu em certas regiões

⁴⁸⁵ Jean le Bel é pragmático nesse sentido: “Por qual motivo eu deveria prolongar minha narrativa sobre os fatos? Os supramencionados senhores ingleses e suas companhias conquistaram, queimaram e devastaram toda a terra paralela à costa, de Cotentin até o limiar da Normandia, fazendo o que quer que desejassem, sem enfrentarem oposição e impedimentos. Eles enviaram todo o butim de volta para a Inglaterra com um grande número de prisioneiros, além dos rendimentos das pilhagens e resgates somarem um grande tesouro a partir do qual o rei Edward III pagou suas tropas liberalmente”. O responsável pelo *Memoriale Presbitorum*, entretanto, condena a compra de produtos obtidos a partir do saque, pois aqueles que o fazem seriam como as mulheres e famílias de ladrões, que sobrevivem com os frutos de seus atos ilícitos. Segundo ele, “[...] poucos são aqueles que confessam tal pecado, [...] e muitos confessores modernos, [...] não tendo poderes para absolver tal pecador neste caso, se alguma parte do saque ou algo além lhes é dado, absolvem *de facto* o saqueador e seus aderentes, não preocupando-se em observar se alguma restituição será feita, como a lei exige. Miseráveis sejam tais confessores!”. BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 171; PANTIN, W.A. **The English church in fourteenth century**: based on the Birkbeck Lectures, 1948. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 209.

⁴⁸⁶ RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975. p. 267 – 268; WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages**. Leiden; Boston: Brill, 2009. p. 38 – 39.

⁴⁸⁷ VEGETIUS. **Epitome of military science**. Translated with notes and introduction by N.P. Nilmer. Liverpool: Liverpool University Press, 2011. p. 28.

⁴⁸⁸ ALLMAND, C. **The De Re Militari of Vegetius: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2011. p. 26.

da França nos anos subsequentes:⁴⁸⁹ “muitos ingleses, que não passavam do ajuntamento de comuns e subsistiam da guerra, rumaram à Normandia, [...] apoiados por homens da comunidade do reino, que se juntavam a eles [...] contra as ordens do rei [...]”.⁴⁹⁰ Quando se referem aos eventos das *Jacqueries*,⁴⁹¹ as ações de pilhagem, queima de edifícios diversos e estupros não são ações marciais passíveis de compreensão, por serem métodos para o ataque e desmoralização do inimigo, mas igualmente atos de rebeldes. Nesses casos, na visão dos cronistas, a dicotomia entre ingleses contra seus adversários transparece quando descrevem o conflito entendido como justo, mas quando se trata da oposição entre nobres e comuns, o ponto de vista torna-se favorável à ação da nobiliarquia inimiga contra tais grupos. Geoffrey le Baker, por exemplo, cita ações ocorridas em meados de 1340, quando:

Quase toda a região fronteira (entre Inglaterra e Escócia) foi vítima das matanças e queimadas daqueles saqueadores. Os senhores da região não tomaram quaisquer medidas [...] para engajá-los em batalha, [...] embora tivessem recebido grandes somas do rei para protegê-la. Foram os comuns que bravamente os atacaram, recuperando o butim, matando muitos dos inimigos e aprisionando para resgate mais de oitenta dos mais importantes escoceses.”⁴⁹²

⁴⁸⁹ Após a assinatura do tratado de Brétigny, diversas regiões francesas não desfrutaram de períodos de paz de fato. Na Britânia, região com maior concentração de ingleses, homens fizeram fama e fortuna através de saques, resgates e a compra e venda de castelos tomados da nobiliarquia regional. Robert Knolles (c. 1325 – 1407) destacou-se nesse sentido, assim como *Sir Matthew Gournay* (c. 1325 – 1406). Em outras regiões, não apenas ingleses, mas também navarreses, gascões e aqueles provindos da península itálica e dos reinos germânicos formavam grandes companhias mercenárias, e perpetravam violências contra camponeses e nobres similarmente. Dentre as que merecem destaque, estão a “Companhia Branca” de *Sir John Hawkwood* (c. 1320 – 1394), que atuou entre a França e as cidades italianas, e a chamada “Grande Companhia”, reunida no leste francês por volta de 1360 sob a liderança inicial de um cavaleiro escocês, muito possivelmente *Sir Walter Leslie* (c. 1321 – 1382), um aventureiro profissional e cruzadista, e que chegou a reunir um número estimado de 4.000 homens. SUMPTION, J. **The hundred years war: Trial by fire**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001. p. 460 – 464.

⁴⁹⁰ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 90.

⁴⁹¹ As *Jacqueries* normalmente são interpretadas como uma resposta dos camponeses à pobreza e instabilidade social causada pelos constantes saques ingleses às suas terras, a incapacidade de proteção de seus senhores e mesmo ao ataque da nobreza francesa contra vilarejos dentro de seu próprio território, como forma de antecipar a tomada de bens do inimigo ou mesmo punir descontentamentos com a condução da política real para o conflito. Em suma, como aponta Kautzky, “elas ocorreram em reação a questões econômicas, e foram notadas principalmente em zonas de concentração citadina, como em Flandres, onde teria sido incentivada e apoiada pelos artesãos de Ypres e Bruges, que se aliaram à causa e levaram a ‘classe’ rural o espírito revolucionário das cidades”. Entretanto, é preciso atentar que não apenas camponeses teriam figurado dentre seus protagonistas, sendo parte do esforço dos cronistas do período para diferenciá-los e caracterizá-los dentro de uma perspectiva de alteridade. Há evidências de que para além dos camponeses e artesãos, mercadores, burgueses, oficiais régios e mesmo alguns nobres estiveram ao lado dos insurretos. BARAZ, D. **Medieval cruelty: changing perceptions, late antiquity to the early modern period**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003. p. 125; KAUTZKY, J.H. **The politics of aristocratic empires**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982. p. 283.

⁴⁹² BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 61.

Retirada de seu contexto, tal descrição poderia muito bem ser confundida com aquelas dos insurretos de pouco mais de duas décadas depois, quando “as comunidades dos vilões e trabalhadores (*laborours*) [...] reuniram-se em bandos [...], desdenhando os nobres e maltratando-os quando caíam em suas mãos [...]”.⁴⁹³ Sem a anuência da nobreza para a realização de tais ações, as mesmas são entendidas como uma “grande rebelião e conspiração dos vilões comuns (*vileins comunes*)”⁴⁹⁴, a qual precisava ser controlada para o reestabelecimento da ordem social. Quando esses “bandos de homens sem liderança prosseguem com as queimadas, saques, matanças e estupros sem qualquer tipo de piedade para com membros da nobreza”,⁴⁹⁵ até então o inimigo a ser combatido, a menção reprobatória de Jean le Bel é notável. Ele classifica tais ações como “diabólicas, [...] perpetradas de forma que nenhum ser humano deveria conceber sem vergonha e horror”, mas que eram “estimadas entre eles”. Se agem sem o aval nobiliárquico, transgridem as normas constitutivas da hierarquia social⁴⁹⁶, e não buscam uma finalidade para suas ações, o que certamente despertou o pavor de que “instituiriam o caos até que destruíssem a nobreza, a Santa Igreja e os ricos por toda parte”. Para o alívio do cronista e de seu público alvo, entretanto, “Deus interveio, pelo qual todas as pessoas boas devem agradecê-lo”⁴⁹⁷, permitindo o contra-ataque da nobiliarquia francesa, “que os destruiu, enforcou e matou cruelmente em grande número de modo que seria maravilhoso registrar”.⁴⁹⁸

Levando-se em consideração seus eventuais leitores e a sua estruturação do *casus belli*, tais narrativas reforçam a ideia de que as práticas bélicas tornam-se legítimas quando circunscritas à condução nobiliárquica, aplicadas a alvos delimitados dentro de uma região que ampara os ultrajes a Edward III e sua comunidade do reino e que, portanto, requer condutas

⁴⁹³ GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 90.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 98.

⁴⁹⁵ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 235 – 236.

⁴⁹⁶ A mais comum, porém não única, divisão da sociedade medieval dava-se entre os *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, que se não necessariamente refletem a “realidade” na qual foram elaboradas e empregadas, de qualquer forma fazer parte dos conceitos presentes de ordenação social que refletem uma visão de mundo diferenciadora entre homens a partir de parâmetros de nascimento e colocação na sociedade, abarcando até certo ponto as necessidades e ideais das pessoas do momento. Jean le Bel, que embora clérigo, também exerceu funções bélicas, demonstra a tênue fronteira entre tal categorização, mas de qualquer forma o que nos interessa é que a partir da análise de sua crônica é possível inferir que ele estivesse ciente daquela divisão, sendo um dos motivos pelos quais demonstra espanto com o desenrolar das revoltas. CONSTABLE, G. **Three studies in medieval religious and social thought**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1995. p. 252 – 253.

⁴⁹⁷ BEL, op. cit., p. 236.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 237.

punitivas. Uma vez que não parece ter havido a composição de tratados sistematizadores do conflito na Inglaterra do século XIV⁴⁹⁹, coube em grande parte aos cronistas elaborarem eles próprios, a partir de escritos de outras proveniências, reflexões nesse sentido, que, através dos filtros inerentes à escrita da história naquele momento, deram certa coesão à forma como o conflito fora concebido, e entendido como válido entre seus contemporâneos.

Assim, exposta a concepção sobre o conflito e sua aplicação dentro de princípios jurídicos e morais naquelas crônicas, resta-nos um último elemento a ser trabalhado para a conclusão do capítulo: se à nobreza são dadas as rédeas da condução marcial contra um inimigo externo, fazem-no sob a égide da autoridade instituída de Edward III. Entretanto, considerando-se o entendimento e as balizas sobre os limites no exercício de seu campo de atuação, sobre quais pressupostos o monarca é alçado à condição de “rei ideal”? Quais outros elementos levantados e trabalhados pelos cronistas colocam sua pessoa como líder por excelência da comunidade do reino? Argumentamos que, para além de sua autoridade institucionalizada, outros elementos na construção da sua imagem são reforçados pela escrita cronística com vistas a angariar o apoio da nobiliarquia aos conflitos em questão. De que forma, portanto, tais textos teriam auxiliado na sua afirmação junto à comunidade reinol, em um sentido mais amplo que apenas o “econômico”, ou seja, especificamente sobre o compromisso do soberano no combate a dois inimigos tenazes?⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ Ao passo que a França entre o final do século XIV e início do XV testemunha a produção da “Árvore das Batalhas” de Honore Bonet e o “Livro de feitos de armas e de cavalaria” (*Le livre des faits d’armes et de chevalerie*) de Christine de Pisan, na Inglaterra, tal produção parece não ter tido ocorrido naquele momento. Uma das obras pioneiras nesse sentido foi o “Comentários sobre as leis da Inglaterra” (*De laudibus legum anglie*) (1468 – 1471) de John of Fortescue (c. 1394 – c. 1480), que em uma de suas passagens mais célebres aponta que o rei que falha ao proteger seus vassalos e todos aqueles abaixo de sua cadeia hierárquica viola o contrato que o permite exigir taxas e serviço bélico dos mesmos, arruinando gradativamente a base para a legitimidade de seu governo. ROGERS, C. J. Edward III and the dialects of strategy, 1327 – 1360: The Alexander Prize Essay. **Transactions of the royal historical society**, Sixth Series, v. 4, p. 91, 1994.

⁵⁰⁰ Em meados da década de 1330, estima-se que o reino francês fosse habitado por pouco menos de 16 milhões de pessoas, três vezes mais do que o reino inglês. Tais números refletem na formação de contingentes empregados no início do conflito, quando os franceses arregimentaram cerca de 50.000 guerreiros ao início da década de 1340 para lutarem em ao menos duas frentes distintas, bem como sua cavalaria atingiu o ápice com cerca de 27.000 cavaleiros, além outros 20.000 homens mobilizados para ocuparem postos nas embarcações destinadas aos combates marítimos. No lado inglês, ao longo do século XIV apenas uma vez teria sido reunido um número máximo de 32.000 guerreiros, com uma cavalaria de pouco mais de 5.000 homens. A partir de tais números, é possível inferir para a grande quantidade de recursos de um reino perante ao outro, uma vez que o processo de reunir (*muster*) e posteriormente direcionar corretamente tais guerreiros era um dos grandes empreendimentos coletivos que uma sociedade daquele momento poderia levar a cabo. SUMPTION, J. **The hundred years war: Trial by battle**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. p. 10 – 15.

3.3 O discurso historiográfico acerca de um rei ideal

Em 1327, ano da ascensão de Edward III ao trono, o reino da Inglaterra vivia um dos momentos de maior instabilidade política. Com a deposição e morte de Edward II, seu sucessor não estava habilitado a assumir o trono devido à sua pouca idade, e o governo reinol foi exercido de fato pela rainha Isabela e pelo conde Roger Mortimer.⁵⁰¹ Ao norte, os escoceses forçavam o reconhecimento da distinção das Coroas, unificadas por Edward I décadas antes, enquanto, ao sul, a posição militarmente fragilizada dos ingleses leva à submissão do então herdeiro a Carlos IV, pelo ducado da Gasconha, com o consentimento de seu pai.⁵⁰²

Diante deste cenário, a dissensão quanto à maneira de condução da política reinol, intrinsecamente ligada ao sucesso bélico, parecia exigir a tomada do poder por um indivíduo apto para tal. Roger Mortimer, embora renomado por sua capacidade em ambos os sentidos, não possuía laços consanguíneos que lhe permitissem assumir o trono, e acabou sufocado por sua ambição, ao exceder os limites de sua função regencial.⁵⁰³ Com a ascensão de Edward III não apenas à Coroa em 1327, mas ao governo de fato em 1330, a comunidade do reino anseia por um monarca capaz de reverter sucessivos fracassos nos campos político e militar, ou assim nos levam

⁵⁰¹ A pressão exercida por Isabela e Roger Mortimer sobre a comunidade do reino foi em larga medida obtida com o apoio de hostes francesas despachadas com a aprovação de seu pai, Philippe IV. De acordo com o cronista Adam of Murimuth, “[...] uma vez que toda a comunidade do reino admitiu o jovem Edward como rei, [...] vultuosas doações foram feitas para a rainha, a ponto de menos de um terço (das riquezas) do reino sobrar para o rei, seu filho”. ASHLEY, W. J. **Edward III & his wars: 1327-1360**. London: D. Nutt, 1887. p. 6.

⁵⁰² Na *Vita Edwardi Secundi* descreve a sujeição à qual Edward II e seu herdeiro se expõem naquele momento: “O rei da França [...] aceitou sua homenagem (de Edward III) pela terra da Gasconha, mas permitiu apenas sua posse parcial da mesma, uma vez que o rei da França decidiu que parte do que ele tomou pela força não deveria ser restaurado, até que fosse dada satisfação (*satisfaccio*) pelos gastos decorrentes do atraso da homenagem.” **VITA EDWARDI SECUNDI: the life of Edward the Second**. Re-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy Childs. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 241.

⁵⁰³ Jean le Bel, devido a sua proximidade com John of Hainault, cavaleiro que auxiliou Isabela e Mortimer na deposição de Edward II e sua subsequente ascensão ao poder, retrata o governo da Inglaterra entre 1327 – 1300 como sendo dirigido de fato pelo conde de Kent, pela rainha e Mortimer, “que, segundo rumores, era muito íntimo da mãe do rei de diversas maneiras”. De acordo com Geoffrey le Baker, “Mortimer, o amante da rainha e mestre do rei, planejava destituir o sangue real e usurpar sua majestade real”. Devido ao boato de que Edward II ainda estaria vivo, o conde de Kent foi responsabilizado e morto, “e não há por que se perguntar se o rei ficou zangado e furioso” com tal situação, ressalta o cronista. Com dezoito anos em 1330, e com condições de assumir o governo de fato, Edward III ordena a prisão e julgamento de Mortimer, que considerado culpado pela execução do conde de Kent, é sentenciado a “ser arrastado através das ruas de Londres [...] e amarrado a uma escada no local de execução. Cortaram-lhe o pênis e os testículos, abriram-lhe a barriga, arrancaram-lhe as entranhas e as queimaram, deceparam-lhe a cabeça e o dependuraram pelas pernas”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 41. BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 59; PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 220 – 223.

a crer os registros contemporâneos, dentre eles as crônicas em questão. De modo geral, duas capacidades são destacadas por seus responsáveis como fulcrais ao pleno exercício régio daquele momento: a justa governança, na qual o rei deve exercer sua autoridade dentro dos acordos políticos em vigência, de forma mais ou menos continuada desde a assinatura da *Magna Carta*, bem como a capacidade administrativa, função fortemente entrelaçada à sua competência para garantir a estabilidade do reino tanto em tempos de paz como nos de guerra.

Walter de Milemete, em seu supracitado *speculum*, aponta para ambas as questões. Seu escrito, composto especificamente para Edward III,⁵⁰⁴ salienta a necessidade de o monarca contemplá-las caso deseje governar “com sucesso triunfante em suas ações”:

Vossa reverenciada alteza sabe que a honra e nobreza reais precedem todas as outras formas de nobreza e honra existentes. Os súditos e senhores devem diligentemente [...] e continuamente refletirem em seus corações como podem proveitosamente acrescentar à honra, ganhos, e proveitos de seus senhores através de auxílios e conselhos constantes, uma vez que o acréscimo da honra e do sucesso bélico de seus senhores em geral visa o proveito da república e o benefício de todos os súditos.⁵⁰⁵

Por trás do conselho de Milemete transparecem as pretensões nobiliárquicas e mesmo clericais de que o rei deve governar com o auxílio daqueles que compõem as camadas dirigentes do reino, uma vez que a prudência, característica tão almejada entre os mandatários, provinha da observação dos bons conselhos “no contexto de parlamentos e outras assembleias reais”.⁵⁰⁶ Os escritos de Milemete tinham funções díspares em relação às crônicas de Thomas Gray, Geoffrey le Baker e Jean le Bel, porém, tais ideias parecem ter igualmente entremeado a maneira como concebem a figura régia de Edward III, isto é, para além da validação de seu governo através da memória e de uma longa tradição fundada em elementos como a suposta descendência de Arthur. Suas ações presentes devem levar em consideração os anseios da comunidade reinol pela

⁵⁰⁴ NEDERMAN, C.J. Introduction to on the nobility, wisdom, and prudence of kings by Walter of Milemete. In: _____ (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002. p. 19.

⁵⁰⁵ MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002. p. 27.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 35.

estabilização das políticas externas e da resolução das querelas internas ocasionadas pelos desentendimentos sobre a distribuição de poderes, favores e riquezas.⁵⁰⁷

Nas crônicas em questão, a imagem de Edward III, por um lado, é pintada simultaneamente a muitos dos eventos ocorridos nas décadas finais de seu governo, mas por outro é ilustrada em retrospecto, quando se trata dos anos iniciais de seu reinado. Ao comporem, dentro de um contexto em que os ingleses vêm impingindo duras derrotas a escoceses e franceses, os cronistas tendem a associá-lo a um monarca ideal, que desde os primórdios de seu domínio teria sido um governante hábil e predestinado para sua função. Geoffrey le Baker é, dentre eles, aquele que melhor sintetiza as glórias que recairão sobre Edward III, quando afirma que “foi cingido com a coroa de seu predecessor, o sagrado e abençoado Edward, o Confessor [...]. Embora [...] fosse grande e pesada, ostentou-a de modo tão varonil que aqueles que sabiam o quão jovem era [...] ficaram maravilhados”.⁵⁰⁸ De sua narrativa sobre a cerimônia de coroação, possivelmente tomada de Thomas de la More ou algum nobre de seu círculo, são destacados dois aspectos importantes: a origem, traçada desde Edward, o Confessor,⁵⁰⁹ e sua “hombridade”, que em conjunto o tornam apto para o exercício de sua função marcial nos anos subsequentes⁵¹⁰, “pressagiada” muito em função do ponto de vista retrospectivo do cronista. Em oposição a ele,

⁵⁰⁷ As disputas de poder no reinado de Edward II são tratadas na *Vita Edwardi Secundi*. Segundo o cronista, “era grande a iminência dos problemas gerados pela discórdia, e prevendo que no futuro os distúrbios presentes poderiam se espalhar, os membros do conselho real conceberam um plano para que os barões e o monarca pudessem estar novamente em amizade e harmonia [...]. Entretanto, nem amor ou reconciliação verdadeiras foram possíveis, [...] e tais esforços provaram-se vãos e fúteis [...]”. **VITA EDWARDI SECUNDI: the life of Edward the Second**. R-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy Childs. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 11 – 13.

⁵⁰⁸ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Prest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 33.

⁵⁰⁹ Edward, o Confessor (c. 1003/1005 – 1066) teve associada a sua figura os ideais de guerreiro e homem piedoso no texto anônimo conhecido como “Vida do rei Edward que repousa em Westminster” (*Vita Aedwardi regis qui apud westmonasterium requiescit*) (c. 1067). Várias de suas características são descritas na primeira parte da obra, como a inclinação para a caça e suas habilidades incomparáveis para a guerra, assim como sua castidade e a realização de milagres, que longe de serem incompatíveis, estão em acordo com os preceitos daquele momento, em que o ideal de monarquia anglo-saxã mescla características cristãs e celtas, podendo uma pessoa exercer simultaneamente funções guerreiras, governamentais e sagradas. BREISACH, E. **Historiography: ancient, medieval & modern**. Chicago: University of Chicago Press, 1983. p. 99.

⁵¹⁰ Na diferenciação entre as idades nas quais o garoto se tornava um homem de fato, isto é, tanto fisicamente como socialmente, a primeira tinha um preponderância para a determinação da segunda. A hombridade, por assim dizer, estava intimamente ligada como o desenvolvimento das capacidades corporais, em especial àquelas ligadas a força e a sexualidade, ou ao menos é o que nos diz o discurso médico produzido no período, onde descrevem as expectativas daquela sociedade para como os corpos deveriam ser. Dessa forma, a “masculinidade” estava ligada a características definidas, onde apresentavam-se em primeiro plano dimensões de disposição dos membros, o caráter, as formas de agir rotineiramente, e, em suma, não estavam ligadas apenas a conduta sexual, mas também a compleição e aparência do indivíduo. NEAL, D.G. **The masculine self in late medieval England**. Chicago: University of Chicago Press, 2008. p. 126 – 130.

ambos os monarcas adversários, sob o olhar do cronista, não apresentam características à altura de suas posições. Ao referir-se a Philippe IV (*Philippus*), por exemplo, reproduz jocosos versos contemporâneos sobre o significado de seu nome: “‘Phi’ denota sujeira, e ‘lippus’ olhos doloridos, [...]. Tanto a sujeira como os olhos doloridos são ruins. Então, em qualquer forma que seja, ‘Phi-lippus’ é algo pungente”.⁵¹¹ Quanto a David II, o cronista remete a estreia inglória no exercício de sua função ao “ser conhecido por ter defecado no altar durante a coroação”.⁵¹²

Ao destacarmos os feitos da nobreza inglesa sob os olhares dos cronistas, ao invés de focarmos nas relações de alteridade que permeavam seus relatos sobre o inimigo, trilharemos um caminho diferente, enfatizando não a construção da imagem dos monarcas inimigos e suas implicações, mas sim aquela feita sobre Edward III. Tal abordagem é válida para tentarmos nos deslocar de um lugar comum sobre as análises feitas sobre o outro para pensarmos sobre as formas de narrar, selecionar e efetivamente descrever o soberano ao qual todos os cronistas, de alguma forma, estavam ligados através das relações interpessoais dos nobres aos quais serviam. De modo similar, as crônicas em questão trazem à tona não apenas as tensões existentes em um período intermitente de conflitos, mas também as concepções coevas sobre as funções do monarca. Na tentativa de circunscrever tais funções, são evidenciados os métodos dos cronistas em sua empreitada, assim como a utilidade de realização e emprego daqueles registros nas redes de poder da sociedade coetânea.

Dito de uma outra maneira, se a imagem reproduzida no século XIV sobre Edward III foi a de um capitão que conduziu o navio inglês a grandes vitórias,⁵¹³ isto é, a de um líder com atributos excepcionais no campo bélico, tal fato por si só seria insuficiente para elucidar o porquê

⁵¹¹ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 58.

⁵¹² David II tinha apenas cinco anos de idade ao ser coroado como rei dos escoceses em 1331, e sua incontinência durante a cerimônia oficial foi explorada como um augúrio da turbulenta governança em seu reinado. Geoffrey le Baker narra que *Sir James Douglas*, um dos líderes mais exponenciais dos escoceses naquele momento, teria confidenciado a seus amigos: “Temo que ele possa manchar todo o reino da Escócia”. Devido ao incidente, “ele foi chamado por seus blasfemadores de *altar-shitter*”. O cronista de Lanercost também faz uso do evento, verídico ou não, com finalidades políticas. Em sua descrição sobre a derrota escocesa em *Neville’s Cross* em 1346, ele é referido como “o defecador”, bem como “teria provado seu mau quando maculou o altar divino”. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 37 – 38; **THE CHRONICLE of Lanercost: 1272-1346**. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913. p. 333.

⁵¹³ No poema panegírico “Sobre a morte de Edward III” (*On the death of Edward III*), escrito durante os anos iniciais do reinado de Ricardo II (1367 – 1400), o poeta enaltece a figura de Edward, associando a memória de seus feitos bravios as intempéries e incertezas causadas pela retomada do conflito e o clima de desconfiança sobre a habilidade de governar de seu sucessor ao final do século XIV. THE DEATH OF EDWARD III. In: TUMA, G.W; HAZELL, D. (Ed.). **The wicked age: Middle English complaint literature in transition**. Disponível em: <https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/death_edward3.html>. Acesso em: 07 mar 2015.

tanto os cronistas como outros homens daquele momento o concebem em alta reputação. A historiografia produzida após sua morte ressalta em grande medida seu lado marcial,⁵¹⁴ porém, ela se mostra insuficiente caso não relevemos outros fatores que contribuíram diretamente para a estabilidade de seu poder e, conseqüentemente, para o modo como sua imagem é concebida naquelas crônicas. Nesse sentido, junto ao discurso cronístico sobre as pujantes vitórias ao longo das décadas de seu reinado, vem imbricada a ideia de justa governança e grande habilidade administrativa, pois, ao serem contrapostas à sua aptidão guerreira, fornecem a estrutura sobre a qual se apoia a figura responsável por angariar o apoio da comunidade do reino para a realização de “tantos conflitos de uma só vez, como nunca se ouviu falar até então”.⁵¹⁵

A preocupação com ganhos materiais dos escritores coevos, por assim dizer, imputava aos governantes o bem estar da comunidade, e tanto a justa governança como a boa administração estavam relacionados àqueles que se equilibravam na promoção de dividendos favoráveis aos seus súditos, ao mesmo tempo em que buscavam não se excederem na imposição e exercício de mecanismos de arrecadação de recursos em épocas de conflito que suplantassem os costumes e lei.⁵¹⁶ Juntamente com os proventos materiais, a possibilidade de exercício da honra também corrobora para preservar a lei, a ordem e as virtudes; fatores em destaque em sua descrição pelos cronistas.

Nos anos iniciais de seu governo, Edward III teve de lidar com a manutenção da paz interna e a prática da justiça entre seus súditos, ponto em que seu antecessor havia falhado, levando à sua deposição. Um desses momentos ocorreu na expedição privada dos “Deserdados,

⁵¹⁴ Ao longo do século XV, com a retomada dos conflitos contra os franceses e as sucessivas derrotas impostas pelos últimos, uma série de documentos e crônicas inglesas retomam Edward III como o modelo ideal a ser seguido, não apenas na política, mas como no campo marcial. Dentre os diversos textos compostos ou copiados sobre ele no período quatrocentista estão os supracitados poemas de Minot, que sobrevivem em uma cópia produzida naquele momento, assim como versões da *Brut*, o “Regimento dos Príncipes” (*Regement of Princes*) (1411 – 1412) de Thomas Hoccleave (c. 1368 – 1426), canções diversas, como “Rei Eduardo e o pastor” (*King Edward and the shepherd*) e “O rei e o ermitão” (*The king and the hermit*); e assimpor diante. De qualquer forma, sua imagem parece ter sido evocada para reprimir, ainda que implicitamente, a conduta real em vigência acerca da guerra, política e economia reinol. MORGAN, D.A.L. The political after-life of Edward III: the apotheosis of a warmonger. **The English Historical Review**, v. 112, n. 448, p. 856 – 881, set. 1997.

⁵¹⁵ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 128.

⁵¹⁶ NEDERMAN, C.J. The opposite of love: royal virtue, economic prosperity, and popular discontent in fourteenth-century political thought. IN: BEJCZY, I.P.; NEDERMAN, C.J. (Eds.). **Princely virtues in the middle ages, 1250 – 1500**. Turnhout: Brepols, 2007. p. 178 – 181.

aos quais Thomas Gray muito possivelmente esteve ligado.⁵¹⁷ O cronista, já desempenhando seu papel político administrativo ao norte do reino, onde se desenrolam as ações daquele grupo, é enfático quando afirma que, ao tratar da solicitação de Edward Baliol para atacar a Escócia, “os conselheiros do rei orientaram-lhe a não agir contra seus próprios homens, que haviam sido deserdados em seu nome e de seus ancestrais, e que haviam recommçado por vontade própria a reconquistar sua herança”.⁵¹⁸ A justificativa para a retomada das animosidades contra os escoceses é um elemento chave para a concepção proficua de Edward III, pois, se no período regencial, ele fora forçado a aceitar forçosamente a paz com aqueles inimigos, agora, em auxílio a seus súditos, como descreve Thomas Gray, ele novamente retomará o conflito por razões probas. Geoffrey le Baker ilustra aquele momento com o meticuloso elencamento das razões pelas quais o outrora passivo monarca, mantenedor de uma “paz vergonhosa”,⁵¹⁹ busca restaurar sua dignidade monárquica:

O rei da Inglaterra ponderou sobre os vários insultos que ele e seus predecessores sofreram nas mãos dos escoceses. Ele considerou que a causa do senhor Edward Baliol, rei da Escócia através da conquista, era justa, e a concórdia que existia entre ele os escoceses foi traída ao ser publicamente tratado como inapto para exercer o cargo (por estar) sob custódia de sua mãe [...]. Ele alegou não a defesa ou o estabelecimento de seus próprios direitos, mas a prerrogativa e apoio a um pleito justo de seu amigo Edward (Balliol) ao trono daquele reino [...].⁵²⁰

Essa transformação de indivíduo passivo e manipulável por Isabela e Roger em outro com plena autonomia em suas ações é um marco de sustentação de sua figura delimitada pelos cronistas, em que, por um lado, busca a desassociação dos regentes e, por outro, o apoio dos “pares” (*peers*) do reino, o que daria coesão ao círculo de poder governamental. A nobreza, compreendida como um “grupo social” fraturado, isto é, cujo equilíbrio residia justamente na partilha de poderes e no tácito reconhecimento de que determinados membros deveriam ser

⁵¹⁷ Andy King conjectura que a primeira batalha da qual o cavaleiro teria participado foi a de *Duplin Moor*, em 1332, juntamente com os Deserdados. Muito embora não existam registros sobre os nobres participantes daquele embate, seu registro se assemelha a um testemunho de alguém que esteve ali presente, bem como inclui detalhes não encontrados em outras crônicas coevas. KING, A. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 17.

⁵¹⁸ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 63 – 64.

⁵¹⁹ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 36.

⁵²⁰ *Ibid.*, p. 45.

agraciados com a convocação e posterior ingresso nas discussões sobre as políticas reais do Parlamento. A uma elite ainda mais restrita, eram delegadas posições para integrarem o conselho real, uma vez que a vontade de Edward III é uma forma de expressão daquela comunidade e, portanto, o soberano necessitava e deveria contar com apoio substancial dos homens com mais haveres para o exercício de sua política externa contra escoceses e franceses.⁵²¹

Dessa forma, duas práticas comuns que viabilizaram a governança foram a concessão de favores reais e o custeamento das perdas materiais decorrentes das atividades bélicas em nome da Coroa. A aderência ao monarca, ou melhor, à Coroa, e a sua causa contra os inimigos externos provia os membros mais destacados da elite terratenente, incluindo aqueles do clero, dos benefícios materiais e honoríficos tão cobiçados destacados até aqui, muito embora essa coesão não estivesse livre de atritos que, por vezes, tornavam latente a estratificação dentro da própria nobiliarquia.⁵²² As crônicas, compostas tendo como uma de suas funções primordiais a disseminação de seus ensinamentos, não apenas pósteros, como também presentes, poderiam estar em consonância com a posição de seus responsáveis, ao relatarem os modos de conduta do rei. Os contornos da configuração do monarca naquelas narrativas, portanto, estavam em estreito laço com o acolhimento dos interesses daqueles homens, e disputas internas poderiam incidir no modo como enxergavam aqueles não contemplados com suas graças. Talvez esse tenha sido o caso com Thomas Gray e mesmo seus aliados, quando relata que:

O rei repartiu suas posses tão generosamente para certos condes e seus favoritos que ele mal preservou para si próprio quaisquer das terras pertencentes à Coroa, fato que o obrigou a viver da sorte inesperada (*windfalls*) e subsídios de grande custo para o povo. Ele retinha uma grande parte do dízimo da Santa Igreja, a décima quinta parte das receitas dos homens leigos, [...] e foi-lhe concedido um subsídio (sobre as sacas de lã) por um tempo determinado, mas que se estendeu além do limite (acordado) [...].⁵²³

Embora a generosidade para com os pares (*larguesse*) fosse uma das qualidades exaltadas dentre os que nutriam gosto cavaleiresco, e por isso mesmo com maior expectativa de realização pelo homem com posição mais elevada dentro do círculo nobiliárquico reinol, a representação de

⁵²¹ BOTHWELL, J.S. **Edward III and the English peerage: royal patronage, social mobility and political control in fourteenth-century England**. Woodbridge: Boydell Press, 2004. p. 4.

⁵²² WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 123 – 124.

⁵²³ GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 70.

sua figura nos textos coevos poderia muito bem trazer consigo um efeito inverso, como observado na narrativa do cavaleiro. Contemporâneo aos cronistas e a Walter de Milemete, William of Pagula, que igualmente tem seu *speculum* direcionado ao monarca, escreveu nos primórdios do reinado de Edward III, e é possível que esteja se referindo diretamente às ações supracitadas, quando aponta ao monarca que:

Aquele que provém de seus próprios bens em tempos de necessidade [...] é um rei nobre para com seus súditos e para consigo mesmo, e seu reino prosperará, [...] Porém, senhor rei, se considerasse bem o seu poder, não faria grandes doações, pois [...] seus bens móveis não são suficientes para [quitar] seus débitos e os de seu pai, [...] e, portanto, deve evitar doações tolas e excessivas [...].⁵²⁴

A justa governança e a habilidade para a condução bélica, política e econômica foram colocadas à prova quando da necessidade de constituição de um fluxo contínuo de recursos, tanto em bens móveis ou não, expressa pela instituição das *purveyances*, que atingiriam não somente aqueles habituados ao pagamento de uma diversidade de impostos, mas também o público alvo daqueles cronistas. Aquele direito arraigado à tradição, que originalmente permitia que o rei, os membros de sua família, oficiais reinóis e a alta nobreza se apropriassem de víveres e requisitassem meios de transporte para seu uso pessoal gradativamente transformou-se em um elaborado mecanismo para suprir as hostes de Edward III, lutando na Escócia, França e alhures. O descontentamento parece ter sido geral,⁵²⁵ e diversos métodos para restringir tais práticas foram

⁵²⁴ PAGULA, W. Mirror of King Edward III. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham.** Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz. : Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 115.

⁵²⁵ William de Pagula, em certo momento de seu *speculum* alerta Edward III para o modo como os *purveyors* tem agido nas cercanias da floresta de Windsor ao início da década de 1330: Eles destrõem plantações e [...] praticam muitos atos maldosos [...]. Eles expulsam os cavalos, ovelhas, bois e outros animais dos pobres e em seu lugar colocam seus próprios animais e o de seus filhos. Eles confiscam aveia, feno, grãos [...] contra a vontade de seus proprietários, e pagam uma pequena quantia para alguns homens e nada para outros. Eles roubam de viúvas, órfãos e mulheres pobres [...] as galinhas das quais aqueles tiram seu sustento, [...] e os fazem dizer, sob juramento, quantas galinhas possuem, para que assim [tais agentes] possam escolher quais desejam levar. Tais fatos são notórios nos arredores de Windsor. E até agora, nem sequer tratei dos males que são cometidos em segredo! PAGULA, W. Mirror of King Edward III. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham.** Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz. : Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002. p. 88 – 89.

elaborados,⁵²⁶ porém, tais esforços foram retardados até meados da década de 1360, devido à natureza ambígua dos direitos régios sobre a solicitação daqueles bens, podendo ser tanto entendidos dentro dos parâmetros de prerrogativas reais como simples atos de compras de pertences para o rei e sua corte.⁵²⁷ Poderíamos pensar que as ligações daqueles cronistas com nobres relacionados a Edward III teriam minorado sua escolha sobre o como abordar aquele tema, ou mesmo, no caso de Thomas Gray, tê-lo suprimido por completo de sua narrativa, porém não parece ter sido o caso. Geoffrey le Baker relata que em 1330 a morte do conde de Kent, tio do rei, e, portanto, um indivíduo de alto renome, “não foi particularmente desagradável [...], visto que os malditos homens de seu séquito vagaram pelo reino, tomando à força pertences das pessoas e pagando-lhes o ‘preço’ real (*royal*), isto é, pagando pouco ou mesmo nada por suas compras”.⁵²⁸ O Anônimo de Canterbury é mais enfático ao apontar para “o grande ônus sofrido por toda aquela cercania”,⁵²⁹ quando os *purveyors* “por lá permaneceram por todo o outono, confiscando alimentos e outras coisas por toda parte, seja lá no que pudessem pôr suas mãos [...]”.⁵³⁰

De qualquer modo, os contornos da imagem de Edward III parecem ter sido não a de um tirano que onerava seu reino com taxaões abusivas e, portanto, nocivas ao bem comum, mas sim a de alguém que igualmente era vítima dos desvios e abusos cometidos por seus agentes, pois suas tropas não receberiam os víveres necessários para o bom desenrolar das atividades bélicas para as quais aqueles bens estavam destinados. Até o momento de tomada da decisão de que deveria declarar guerra aos franceses e, por conseguinte, aos seus aliados escoceses, Edward III apresenta-se como um rei promissor, porém que ainda carece de afirmar sua posição na

⁵²⁶ No estatuto de Westminster, datado de 1340, foram demarcados os limites da ação dos coletores daquele imposto: “Desejosos em fornecer indenizações aos prelados, condes, barões e aos comuns, bem como aos habitantes das cidades, burgueses e mercadores outrora citados, garantiremos a seus herdeiros que tal concessão, tão onerosa, não seja novamente colocada em prática e nem os prejudique em tempos vindouros; e também que eles não sejam doravante taxados nem molestados no sentido de auxiliar ou manter aquela taxaão, caso não seja pelo consentimento geral [...] dos grandes homens e dos comuns pertencentes ao reino da Inglaterra e desde que o mesmo ocorra no parlamento. Todos os ganhos obtidos com o dito auxílio [...] devem ser colocados à disposição e empregados na manutenção da defesa do reino da Inglaterra em nossas guerras contra a Escócia, França e Gasconia, e para nenhuma outra finalidade durante os supracitados conflitos”. ASHLEY, W. J. **Edward III & his wars: 1327 – 1360**. London: D. Nutt, 1887. p. 72.

⁵²⁷ JONES, W. R. Purveyance for war and the community of the realm in late medieval England. **Albion: A Quarterly Journal Concerned with British Studies**, Chicago, v, 7, n. 4, p. 300, 1975.

⁵²⁸ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 40.

⁵²⁹ **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 51.

⁵³⁰ *Ibid.*, p. 50 – 51.

governança do reino, através de ações concretas, uma vez que até então sua figura estava associada à de seus regentes.

Conjuntamente a campanhas vitoriosas, em sua maior parte, e à administração régia colocada nos eixos, ainda que as taxações não despertassem a simpatia de seus contemporâneos, talvez a grande guinada sobre a concepção de sua representação tenha se dado a partir da narrativa sobre os eventos do ano de 1346, nos quais as vitórias em *Neville's Cross* e *Crécy* aumentaram sua reputação marcial e sua honra, pois as duas faces da guerra narrada pelos cronistas, isto é, a cavaleiresca e a pragmática, coexistiam confortavelmente e sem aparente contradição. Como destacamos, a importância dada àqueles eventos é parte da construção de uma memória, que resulta da seleção do que seria válido de recordação, dos interesses dos cronistas, dos seus estilos de escrita e das expectativas daqueles que encomendavam as crônicas e dos eventuais destinatários.⁵³¹

Jean le Bel, ao narrar retrospectivamente os eventos relativos àquele ano,⁵³² fornece indicativos nesse sentido:

Ao ouvirem a leitura desta história, alguns se perguntam por que denomino o rei da Inglaterra de “nobre rei Edward”, ao passo que ao rei francês chamo simplesmente de “rei Philippe da França”; e eles podem imaginar que me inclino parcialmente ao primeiro. Peço perdão aos ouvintes, mas não se trata de escolher um dos lados; faço isso para honrar aquele que se comportou mais nobremente nesta história [...], pois em todos os seus feitos seguiu os conselhos mais prudentes, [...] honrou cada homem em concordância com seu status e defendeu suas terras contra seus inimigos (e venceu boa parte deles), bravamente arriscou sua vida junto a seus homens tanto dentro como fora do reino, pagou suas tropas e aliados e distribuiu riquezas providas de seu tesouro, e por tais razões todos devem se contentar em servi-lo e ele assim merece ser chamado de “nobre monarca”.⁵³³

Na fala do cronista de Liège, Edward III conjuga os valores da justa governança, ao apontar para suas ações delimitadas segundo os bons conselhos que recebeu e a observação das

⁵³¹ AYTON, A. Crécy and its chroniclers. In: AYTON, A.; PRESTON, P. (Eds.). **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge, Suffolk, UK: Boydell Press, 2005. p. 4; 291.

⁵³² Acredita-se que a narrativa compreendida entre os capítulos 40 e 94 tenham sido escritos posteriormente aos mesmo, e o capítulo em questão muito possivelmente após 1356, uma vez que o cronista refere-se ao monarca francês como “um cativo”, isto é, em referência a sua captura após a batalha de Brétigny em 1356. BRYANT, N. Intro. In: **The true chronicles of Jean le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Briant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 15.

⁵³³ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 167 – 168.

distinções nobiliárquicas, outrora enfatizadas por Thomas Gray de forma demeritória, ao referir-se à distribuição de riquezas para possíveis grupos rivais dentro da nobiliarquia reinol. A boa governança é retomada no destaque que pagou as suas tropas e os aliados, uma vez que a quebra de um contrato com guerreiros profissionais poderia acarretar em grandes desventuras.

Geoffrey le Baker, cuja participação ativa no conflito deu-se por volta daquele período, como observamos anteriormente, enxerga nas ações de Edward III a bravura requerida por um monarca guerreiro. Na campanha de 1346, o rei “estava sempre pronto para a batalha”, ao contrário de Philippe, “que outrora havia ameaçado persegui-lo, mas agora estava coberto de medo e recusava-se a enfrentá-lo”.⁵³⁴ Sua perspectiva, entretanto, não é tão laudatória como a de Jean le Bel, uma vez que as sucessivas ações bélicas vitoriosas nas quais Edward III está envolvido apresentam uma participação decisiva de sua nobreza, e principalmente de seu filho, “que tinha apenas dezesseis anos, mas demonstrou uma proeza notável, ao lutar na linha de frente”.⁵³⁵ Para além de sua experiência subjetiva em ao menos parte daquelas ações, é importante lembrarmos que sua crônica conta com uma inserção substancial de documentos oficiais de campanha, e, em um momento de grandes triunfos, sua intenção possivelmente seria a de encorajar o apoio da comunidade do reino para a guerra contra os inimigos externos.⁵³⁶

Contando com citações de um dos quatro diários dos quais se tem conhecimento que teriam sido produzidos naquele momento, Geoffrey Le Baker também apresenta referências diretas a um dos três documentos oficiais sobre o assunto, amplamente disseminados ao final da década de 1340, os “Atos de guerra de Eduardo III” (*Acts of war of Edward III*), compostos por Bartholomew Burghersh (c. 1329 – 1369), um dos líderes que acompanharam o Príncipe Negro, e que foram lidos perante o Parlamento em 13 de setembro de 1346.⁵³⁷ É possível conjecturarmos então que o cronista, ao igualmente escrever em retrospectiva àquele momento,⁵³⁸ opta por uma visão partilhada da responsabilidade pela condução militar, e subsequentemente pela vitória, entre o rei e seus comandados. Se na primeira parte daquela crônica uma narrativa mais

⁵³⁴ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 72.

⁵³⁵ *Ibid.*, p. 74

⁵³⁶ BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XIX.

⁵³⁷ AYTON, A. Crécy and its chroniclers. In: Ayton, A.; Preston, P. (Eds.). **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge, Suffolk, UK: Boydell Press, 2005. p. 312 – 314.

⁵³⁸ GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 37.

direcionada aos anos finais de Edward II e aos motivos de sua queda se evidencia, o relato feito sobre Edward III não está focalizado em sua figura, mas sim em um reinado marcado pela sua boa governança, e graças à sua aptidão para o desempenho de atividades administrativas e bélicas, culminam nas decisivas vitórias realizadas sob seu comando, com grande ênfase, entretanto, na participação dos outros membros da nobreza. Como também ressaltamos outrora, seu texto foi escrito não em anglo-normando como as narrativas de Thomas Gray e Jean le Bel, mas sim em um latim rebuscado e intricado, que em conjunção com referências a poemas também naquele idioma e voltados à exultação das vitórias inglesas, sugerem que seu público alvo tenham sido os altos membros da administração reinol, portanto, próximos do monarca, bem como outros grandes nobres e seus respectivos séquitos que, embora formasse um círculo restrito, era altamente influente.⁵³⁹

Nessa hierarquia do narrar, a apresentação, ou mesmo referência a outros símbolos representativos da capacidade e direito de governança do soberano concebem mais um elemento na constituição de sua figura. Dentro das crônicas, a menção aos símbolos heráldicos da nobreza como um todo são uma constante, em especial na crônica de Jean le Bel, o qual demonstra particular interesse em seu registro. Uma vez que tais narrativas cronísticas constituem-se como elementos para a demonstração e rememoração de poderes, a heráldica reforça alguns de seus alicerces, pois também estão atreladas a tais preocupações. A organização espacial do texto delega ao conjunto de figuras que ilustram os entornos daqueles fólhos a função auxiliar na fixação e entendimento da mensagem a ser transmitida, ou mesmo o contrário poderia ser pensado, dado que o texto se apresenta como uma forma de expressão em palavras daquilo que se desejava dizer pictoricamente. Em uma sociedade na qual a capacidade de leitura e escrita em bons níveis não atingiu grande parte de seus indivíduos, símbolos visuais como armas e estandartes possuíam um significado mais profundo, possível de ser lido e interpretado por

⁵³⁹ BARBER, R. Introduction. In: BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XXV – XXVI.

especialistas⁵⁴⁰, mas ao mesmo tempo eram discerníveis pela maioria. Seu emprego, então, atenuava visualmente afirmações de lugares sociais, demonstrando a autoridade e tomadas de posições, principalmente políticas.⁵⁴¹

No caso de Edward III, o momento mais significativo nesse sentido foi em 1337, ao apresentar seu pleito ao trono francês, ou até mesmo em 1340, quando assume formalmente o título de rei da França, amparado em um aparato legal que visava desassociar sua imagem de um possível vassalo rebelde, que rompera com os termos de seu juramento de fidelidade anos antes, e o colocava como um nobre com direitos a reivindicar o trono no mesmo patamar que Philippe IV,⁵⁴² uma vez que um paralelo poderia ser estabelecido entre sua ação e aquela de John Balliol anos antes, ao igualmente voltar atrás em seu juramento para com seu avô, Edward I. Dentro desse contexto, a heráldica, ou melhor, a menção recebida pela tomada das armas francesas por Edward III assume sua função como um símbolo ligado ao seu pleito, colaborando para fixá-lo dentre seus contemporâneos, fosse ler ou ouvir as narrativas crônicas.

Nos primórdios de seu reinado, um bom número de famílias francesas estava adotando a flor de lis em seus brasões para proclamarem sua descendência de São Luís e, na Inglaterra, principalmente a partir do período regencial, aquele símbolo dinástico foi incorporado à iconografia oficial do reino, de forma esquartelada, muito embora com as armas inglesas precedendo as francesas, denotando heraldicamente a hierarquia dos títulos.⁵⁴³ Em 1340, portanto, tal ideia não era inovadora nos círculos cortesãos ingleses, embora a partir daquela data Edward III estivesse publicamente adotando o título de rei da França e as armas reais daquele reino, combinando-as com o leopardo não tão somente em seus símbolos oficiais, como também,

⁵⁴⁰ O emprego da heráldica como mais um sinal distintivo da diferenciação entre a nobreza e grupos menos abastados é evidente, muito embora seu significado não esteja sempre explícito, e como qualquer outro texto, deve ser analisado em consideração com o tempo e a sociedade que o produziram e que lhe imputam sentido. Dessa forma, é instigante a afirmação de Jean le Bel de que “em meu próprio tempo as coisas mudaram significativamente, pois os esplêndidos cavalos ajaezados e elmos cimeirados se foram, substituídos por peitos d’armas (*cuirasses*), [...] e capacetes de ferro. Nos dias de hoje, um simples pajem arma-se tão bem e em distinta qualidade quanto um nobre cavaleiro”. BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 68; COSS, P. Knighthood, heraldry and social exclusion in Edwardian England. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002. p. 40.

⁵⁴¹ AISLES, A. Heraldry in medieval England: symbols of politics and propaganda. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002. p. 83.

⁵⁴² PRESTWICH, M. **The three Edwards: war and state in England, 1272-1377**. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980. p. 169 – 170.

⁵⁴³ AISLES, op. cit., p. 89 – 91.

por exemplo, na cunhagem de moedas para a região da Aquitânia em 1348, como uma forma de difundir seu pleito o máximo possível.⁵⁴⁴

Dentro desse contexto, os cronistas não deixaram de notar a importância do ato, mais especificamente Jean le Bel e Geoffrey le Baker. O cronista de Liège ressalta a necessidade do apoio flamengo para as expedições contra os franceses, porém, uma encruzilhada colocava-se no caminho do monarca para tanto, uma vez que os primeiros juraram perante representantes papais que não guerrearão contra o rei francês, e caso o fizessem teriam confiscada uma grande quantia em dinheiro. A solução encontrada por eles foi exigir de Edward III que “fosse denominado rei da França em suas cartas”, ou seja, em documentos oficiais, garantindo o estatuto legal de seu pleito a rei da França, “pois assim obedeceriam a seu senhor soberano, uma vez que o condado de Flandres devia homenagem ao monarca francês”, compreendido a partir de então na figura de Edward III; portanto, “auxiliando-o a defender seu reino ao mesmo tempo em que ele os absolveria de seu juramento e seu dinheiro não seria assim confiscado”.⁵⁴⁵ Ao ouvir tal resposta, o rei teria ponderado sobre a questão, uma vez que:

[...] seria uma questão de muita relevância e um passo importante assumir as armas e o título de um reino do qual ele (até então) não havia conquistado parte alguma [...]. Por fim, após os prós e contras serem considerados, ponderados e medidos, ele assumiu as armas da França e as esquadrou juntamente com aquelas da Inglaterra, e doravante denominou-se rei da França e da Inglaterra.⁵⁴⁶

No início daquela década, Edward III passou a contar os anos de seu reinado tanto nas formas inglesa como francesa, isto é, tomava-se o ano de 1327 como aquele de início de seu governo na Inglaterra, ao passo que o de 1340 era o primeiro de seu reinado francês. Além disso, as aspirações reais e o contexto de composição delimitavam o emprego dos títulos e suas precedências. Dito de outra forma, documentos oficiais produzidos entre 1340 e 1360 alternavam a ordem como os títulos eram dispostos, ou seja, quando se tratava de questões relacionadas a monarcas continentais ou súditos em território francês, ele era denominado como “Edward, pela graça de Deus rei da França e Inglaterra e senhor da Irlanda”, porém, ao comunicar-se com membros da nobiliarquia inglesa ou assuntos pertinentes à Escócia, era denominado “rei da

⁵⁴⁴ ALEXANDER, J.; BINSKI, P (Eds.). **Age of chivalry**: art in Plantagenet England, 1200 – 1400. London: Royal Academy of Arts in association with Weidenfeld and Nicolson, 1987. p. 490 – 492.

⁵⁴⁵ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel**: 1290-1360. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 82.

⁵⁴⁶ Ibid.

Inglaterra e França e senhor da Irlanda”, pois é possível que seus súditos na ilha encarassem com suspeita e pouca simpatia uma guerra empreendida para colocar seu rei em um trono estrangeiro.⁵⁴⁷ Tal argumento pode ser reforçado se observarmos o relato de Geoffrey le Baker sobre aquele episódio, isto é, o esquartelar das armas reais e a tomada de posição de Edward III como rei não apenas da Inglaterra, mas também da França. Em um primeiro momento, o cronista apresenta de forma similar a Jean le Bel a atitude tomada por seu soberano, quando relata que os flamengos “estavam prontos a jurarem completa obediência e a prestar-lhe homenagens, desde que se autodenominasse rei da França e dali por diante apresentasse um brasão decorado com a flor de lis como um sinal daquela realeza”, fato esse consumado “sob o conselho da nobreza”.⁵⁴⁸ A disposição de seu brasão, entretanto, apresentava as armas inglesas do lado esquerdo, enquanto as flores de lis foram dispostas do lado direito, o que poderia ser interpretado como um sinal claro de preponderância e hierarquia em relação aos títulos.

Além disso, o cronista adiciona um outro elemento, recorrendo ao suposto testemunho de enviados a Philippe IV, no qual denota a resposta dada pelo monarca sobre o ocorrido:

Não estamos ofendidos com o fato de nosso primo usar as armas esquarteladas da França e da Inglaterra. De bom grado permitiríamos que ele portasse parte de nossas armas régias, tendo em vista que ele é um mero indivíduo inferior (*bachelor*) do lado mais distante de nossa linhagem. O que nos incomoda, entretanto, é que em seus selos e cartas ele se proclama rei da Inglaterra antes de denominar-se rei da França, e que ele coloca o quarto (*quarter*) de suas armas com leopardos precedendo aquele da flor de lis. Sob nosso entendimento, ele assim julga a pequena ilha da Inglaterra como mais digna de honra do que o grande reino da França.⁵⁴⁹

Independentemente da reivindicação contemporânea da monarquia francesa de uma superioridade moral sem relação a outros reinos europeus, a tomada das armas francesas, ora dispostas ao lado esquerdo, ora ao lado direito, indicava não apenas a flexibilidade à qual a diplomacia inglesa teve de adaptar-se para atender às demandas de aliados e súditos daquele momento, mas também o claro intuito de Edward III em legitimar sua contenda contra os

⁵⁴⁷ ORMROD, W.M. A problem of precedence: Edward III, the double monarchy, and the royal style. In: BOTHWELL, J.S. (Ed.). **The age of Edward III**. Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2001. p. 135 – 136; PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 308.

⁵⁴⁸ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 58.

⁵⁴⁹ *Ibid.*, p. 58 – 59.

franceses.⁵⁵⁰ Comparativamente, as armas do outro grande adversário daquele momento, isto é, a Escócia, não foram assumidas, e embora tivesse reconhecido sua existência como um reino independente, não houve tentativas de empregar novamente tal mecanismo, e a via utilizada para justificar seu confronto com aqueles inimigos foi o apoio a Edward Balliol e, posteriormente, o reconhecimento de David II como seu rei legítimo, capturado em batalha e, portanto, um prêmio de guerra meritório de um monarca guerreiro. Para além das implicações políticas, a atenção dos cronistas ao uso de símbolos visuais relacionados ao poder, pleitos e conquistas pode indicar uma percepção daqueles homens para sua importância ou mesmo sua utilização de forma deliberada, porém, não é possível afirmar que houvesse qualquer tipo de aparato que os organizasse de uma forma mais ou menos esquematizada. Assim mesmo, o comissionamento local, fosse de cronistas, heraldistas e outros responsáveis por registrar e disseminar tais ideias, acabou por auxiliar a Coroa, ainda que indiretamente, na tentativa de tornar conhecida a todos os seus ensejos e desígnios na guerra contra ambos os inimigos.

Isso não significa que, no caso específico dos cronistas, não houvesse espaço para apontarem outros pontos de vista que aquele da Coroa, ou seja, diferentemente do que a historiografia inglesa chamaria de “propaganda oficial”, podemos dizer que uma vez que suas crônicas foram escritas com o uso mais ou menos constante de documentação oficial produzida pela administração reinol, bem como pelos testemunhos de homens em diferentes esferas de ligação com o rei, isso acabaria por circunscrever certas visões como mais verdadeiras. As narrativas dos cronistas, por terem sido finalizadas em momentos chave da carreira de Edward III, auxiliam na construção da imagem bem sucedida de um dos monarcas mais afamados da história inglesa. Após o tratado de Brétigny, Jean le Bel aponta para a situação oposta que vivem os reinos da Inglaterra e França. Enquanto o primeiro recebe seu rei “com todas as honrarias e veemência possível”, o segundo observa, impassível, o caos generalizado que se espalha, “com hordas de bandidos e ladrões assolando aquelas terras”.⁵⁵¹ Thomas Gray realiza um relato similar, no qual o rei, em 1362, “devido à sua benevolência, perdoou todos os súditos de quaisquer dívidas que tivessem para com ele [...], pois também aquele era o ano de graça espiritual, ao

⁵⁵⁰ ORMROD, W.M. A problem of precedence: Edward III, the double monarchy, and the royal style. In: BOTHWELL, J.S. (Ed.). **The age of Edward III**. Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2001. p. 143.

⁵⁵¹ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 259 – 260.

completar cinquenta anos de sua encarnação”,⁵⁵² ao passo que David II enfrentava revoltas internas de nobres descontentes. Geoffrey le Baker, por sua vez, encerra sua crônica com um relato empolgante sobre a vitória inglesa em Poitiers em 1356, na qual o inimigo se demonstra valoroso, principalmente na figura de seu monarca, que “partia crânios, esfacelava rostos, eviscerava alguns e decapitava outros, o que em suma mostrou que ele não era um descendente completamente degenerado da linhagem real da França”, ao passo que Edward III, embora não estivesse presente na batalha, tinha em suas fileiras guerreiros leais a ponto de “sangrarem em grandes quantidades para que o rei da Inglaterra obtivesse justiça e mantivesse intacta sua honra”.⁵⁵³

Durante sua carreira bélica, Edward III foi apontado como aquele que fora ungido e que guerreava por uma causa justa, pelo bem da comunidade do reino, sob os conselhos de seus pares, com atenção para as vicissitudes de seus homens durante o conflito e, portanto, aptidão para o desempenho de suas funções. Nenhuma daquelas narrativas, entretanto, descreve os anos finais de sua vida, uma vez que os três cronistas, anteriormente ao monarca, “seguiram pelo caminho de todos aqueles que são de carne”, como alude Geoffrey le Baker. O contraste com os anos abarcados nas crônicas é evidente pelo fim melancólico de seu reinado, quando seu sucessor, o Príncipe Negro, morre em 1376. As animosidades contra os franceses são retomadas sem o sucesso do período prévio, agitações internas são expressas nas reclamações feitas ao “Bom Parlamento” (*Good Parliament*),⁵⁵⁴ e o monarca apresenta sinais de senilidade⁵⁵⁵ até sua morte em 1377. Segundo o relato contemporâneo da *Chronicon Angliae*, de Thomas Walsingham (? – c. 1422), Edward III, em seu leito de morte, viu arrancado dos dedos seus anéis pela concubina real Alice Perrers (1348 – 1400), que o abandona praticamente só, não fosse a companhia de um

⁵⁵² GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 118.

⁵⁵³ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 131 – 132.

⁵⁵⁴ Em 1376, o chamado Bom Parlamento ocorreu em Londres graças à necessidade de levantamento de fundos para o conflito contra os franceses. Peter de la Mare (c. 1294 – c. 1387), um cavaleiro, foi eleito para falar em nome da Casa dos Comuns, e seu discurso inflamado destacou os recentes fracassos militares de um Edward III em idade avançada, bem como chamou atenção para a corrupção na corte, onde alguns indivíduos, dentre eles a concubina Alice Perrers, foram condenados a penas que iam da prisão ao banimento. John of Gaunt, o quarto filho de Edward III, e que governava o reino de modo praticamente regencial devido à debilidade tanto do monarca como do herdeiro direto, o Príncipe Negro, opôs-se a tais reformas, e no ano seguinte cancelou suas determinações, aprisionou Peter de la Mare e readmitiu Alice Perrers na corte. OLIVER, C. **The Good Parliament and the first political pamphlet**. In: _____, **Parliament and political pamphleteering in fourteenth-century England**. Woodbridge; Rochester, NY: York Medieval Press, 2010. p. 29 – 55.

⁵⁵⁵ EVANS, M. **The death of kings**: royal deaths in medieval England. London; New York: Hambledon and London, 2003. p. 11.

padre, o qual lhe coloca um crucifixo entre as mãos, ao que o monarca demonstra sinais de contrição, e então falece.⁵⁵⁶ Durante cinquenta anos, a Inglaterra “não temeu qualquer tempestade, seca ou chuva”, como aponta um contemporâneo de Richard II⁵⁵⁷, seu sucessor, que prossegue: “e assim, bons senhores, tomem em consideração o seu valente rei, que morreu em idade avançada, e seu corajoso filho, o príncipe Edward (o Príncipe Negro)”, uma vez que “não encontraremos dois senhores de tão alta linhagem nesta terra. Agora que sua perda começa a esmorecer, aqueles raramente vistos logo são esquecidos”.⁵⁵⁸

Por ao menos mais dois séculos, coube majoritariamente aos relatos cronísticos agirem como depositários da memória não tão somente sobre os tempos de Edward III e de sua nobiliarquia guerreira, mas coube-lhes dar forma ao o registro histórico daquele momento.⁵⁵⁹ Aqueles textos, cuja centralidade temática foi marcada pelos conflitos, são ilustrativos das preocupações de homens que não apenas reuniram experiências diversas, próprias e de outrem, mas também redigiram sobre questões gerais que inquietavam os homens do seu tempo. Dessa maneira, eles selecionaram para suas narrativas, fosse ou não de forma deliberada, elementos como: o registro de ações compreendidas como honrosas conforme os ditames de manuais cavaleirescos; o fazer bélico em prol da comunidade do reino; e a capacidade marcial e administrativa de Edward III e de seus comandados. Pontos que, quando considerados em conjunto, permitem notar a elaboração de uma imagem da nobreza como condutora por excelência do reino.

⁵⁵⁶ PRESTWICH, M. **The three Edwards: war and state in England, 1272-1377**. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980. p. 293.

⁵⁵⁷ Ricardo II.

⁵⁵⁸ THE DEATH OF EDWARD III. In: TUMA, G.W; HAZELL, D. (Ed.). **The wicked age: Middle English complaint literature in transition**. Disponível em: <https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/death_edward3.html>. Acesso em: 07 mar 2015.

⁵⁵⁹ Em meados do século XV, a produção cronística inglesa é realizada em quase sua totalidade nas cortes régia e locais, transformando-a em um elemento mais próximo da chamada “historiografia oficial”, como observado em outras regiões continentais. Durante o século XVI, mudanças na tecnologia de composição de escritos e sua recepção social fazem, segundo Woolf, com que os papéis didático, moralizantes e informativos do gênero cronístico tenham sido usurpados por outras formas de escritos, como almanaques, tratados de antiquários e biografias, todos frutos de uma produção veloz e crescente do texto escrito e de sua difusão nos diversos estratos sociais auxiliados pela prensa mecânica. Crônicas escritas manualmente que outrora eram retomadas e continuadas agora dão lugar a edições impressas, onde editores mais se interessam por vender textos já consagrados e sem os erros diversos que poderiam ser cometidos por escribas do que encorajar sua continuação por contemporâneos. GIVEN-WILSON, C. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam: Rodopi, 2008. p. 14; WOOLF, D.R. Genre into artifact: the decline of the English chronicle in the sixteenth century. **Sixteenth Century Journal**, Kirksville, v. 19, n. 3, p. 323 – 354, Autumn 1988.

Frutos de uma longa tradição de escritos, as crônicas analisadas conjugam todas essas questões não apenas com lugares comuns de tempos passados, mas igualmente afirmam os lugares de poder da parcela mandatária do reino na segunda metade do século XIV. Embora a princípio sua circulação tenha sido limitada – ao menos não dispomos de dados que nos permitam conjecturar o contrário –, o simples intento de produzi-las pode ser entendido como um indício de que, sob o entendimento contemporâneo, a pena e a tinta, quando colocadas nas mãos daqueles que efetivamente participaram da guerra, ou ao menos acederam àqueles com conhecimento empírico sobre os combates em questão, poderiam tornar-se instrumentos eficazes no combate ao inimigo. Da mesma forma que afamavam e exultavam certos guerreiros, igualmente poderiam destruir reputações, denegrir indivíduos e expurgá-los dos espaços da memória pedagógica, que se pretendia mantenedora de seus feitos em tempos presentes e vindouros. Pode-se dizer então que Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray serviram a seus nobres de maneira belicosa por duas vezes: uma, ao brandirem a espada, empunharem o arco ou cavalgarem sobre as hostes adversárias durante suas participações diretas no conflito; e outra, figurativamente, na composição dos relatos cronísticos, tomados como um dos meios para a circulação de informações sobre os resultados da guerra para a comunidade do reino. Essa segunda forma era mais um dos elementos a comporem o combate, porém desta vez, na guerra de palavras que ditava o enfrentamento efetivo contra inimigos não apenas de Edward III em busca de seus pleitos ou da Coroa, mas sim, em última instância, de toda a comunidade do reino da Inglaterra.

5. CONCLUSÃO

O reinado de Edward III é costumeiramente definido como aquele em que se iniciam as animosidades denominadas como Guerra dos Cem Anos, conflito o qual produziu alterações significativas naquele momento, e que por isso mesmo não poderia passar despercebido para aqueles diretamente ligados a realização de suas ações, fossem no campo bélico ou administrativo. Nosso intento foi, entretanto, refletir não sobre o conflito ou suas implicações para o reino da Inglaterra, mas sim evidenciar a estruturação que uma escrita da história de cunho laico engendrava naquele momento, tendo em vista que os questionamentos e afirmações das crônicas auxiliam, em certa medida, a desvelar concepções de seus responsáveis acerca de componentes essenciais daquela sociedade belicosa.

Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray, mais do que ajuntarem testemunhos de outros aos seus próprios entendimentos sobre as atividades marciais contra escoceses e franceses, produzem relatos em que pautam, de forma consciente ou não, traços de uma tradição histórica monástica de longa data e que não se esvai durante o período trecentista, mas sim se altera em função das próprias transformações que a sociedade vem realizando no campo das ideias, das técnicas e tecnologias da produção material de escritos – as quais permitem acesso a seus conteúdos por homens outrora excluídos de tal privilégio. As perspectivas lançadas acerca da atividade cronística, aqui entendida como parte fundamental do fazer histórico contemporâneo, foram tomadas como amostras do pensamento tanto daqueles cronistas cujas ações pessoais durante o conflito figuraram nos fôlios de seus registros como também de outros participantes ativos das contendas que não reproduziram suas experiências através da escrita ou de símbolos visuais variados, e que acabaram por evanescer com a fugacidade do tempo.

O que pudemos inferir a partir do exame das características de tessitura dos relatos cronísticos estudados? Inicialmente, a preocupação com a forma de seus registros, fosse na disposição de informações ou no arranjo em prosa, estava diretamente conectada ao desejo, tão característico do período, de busca pela Verdade. Uma vez dito “o que de fato ocorreu”, segundo sua perspectiva, tais relatos mostravam-se como afirmações do poder nobiliárquico, pois se a veracidade estava imbuída em seus textos, contradizê-los seria colocar em xeque não apenas a palavra do cronista em questão, como também a respeitabilidade daqueles indivíduos cujas ações foram ali eternizadas.

Além disso, é preciso levarmos em conta que, embora o século XIV tenha observado um crescimento na difusão das capacidades de escrita e leitura, por razões que fugiriam ao escopo do trabalho, aquelas crônicas ainda eram produtos privilegiados de uma cultura restrita a círculos nobiliárquicos específicos. Com exceção daquela de Jean le Bel, que fora continuada por um escritor afamado como Jean Froissart, as outras parecem ter permanecido arquivadas, aguardando por continuadores que nunca vieram, apenas para serem redescobertas pelo furor positivista de catalogação de documentos. Seja como for, a seleção de temas e sua abordagem por aqueles cronistas apontam para um período em que a escrita ainda não sobrepujou totalmente a oralidade, e também poderíamos dizer que foi acessória à mesma para atestar a fidedignidade daqueles relatos.

Por fim, essa mesma seleção, quando observados os temas que mais foram realçados durante as narrativas, aponta para uma descrição da guerra em consonância com preceitos do período, em que a busca pelos ganhos honoríficos e “materiais” está em conjunção com o interesse na defesa do bem público, isto é, do reino da Inglaterra e da Coroa, personificada por Edward III. Sob o ponto de vista dos cronistas, aqueles guerreiros, aos quais eles também se juntaram, ora se comportaram de modo galante e memorável, mostrando-se dignos, portanto, de serem respeitados e recordados, ora cometeram atos de crueldade contra antagonistas que partilhavam de uma proximidade geográfica e da mesma fé. Embora tenham julgado tais ações, mesmo que pretensamente tenham declarado intenções no sentido contrário, seu intento maior foi o de assentarem tais atos para que seu leitor julgasse por conta própria o demérito ou validade das mesmas.

A nobiliarquia, assim, teve na produção cronística uma de suas armas para a manutenção e perpetuação de seus privilégios, como camada detentora de poderes, pois introjetava em seus leitores a normatização de seus atos durante o conflito. Não podemos afirmar que isso ocorria de modo calculado, onde tais seus registros, antes de serem meros instrumentos de legitimação e perpetuação do poder, eram frutos das condições coevas para a produção da história, que de qualquer forma servia a utilidades mais ou menos específicas. No caso da escrita cronística, isso era feito ao reforçarem ideias e retomá-las como naturalizadas, criando assim precedentes, caso voltassem a praticar tais atos em vida, bem como quando seus descendentes buscassem prerrogativas para agir de forma similar. Desse modo, fosse na arrecadação de impostos extras, arregimentação de guerreiros, imposição do treinamento e aquisição de armamentos, ou mesmo

nas táticas de batalha que envolviam a aniquilação de inimigos não necessariamente ligados à guerra, as narrativas cronistas eram o depósito de uma forma comum de pensamento do período sobre os privilégios da nobiliarquia, seu lugar e funções sociais.

Contudo, mesmo que as crônicas tivessem em comum objetivos ou mesmo elementos em sua composição, a subjetividade de cada cronista fez com que em cada uma transparecesse contornos que as tornam díspares entre si. Jean le Bel e Thomas Gray, como membros da alta nobreza, com conhecimento empírico no manejo de armas e fortes contatos com homens ligados aos círculos cortesãos, apresentam forte influência dos ideais cavaleirescos em voga, muito embora os destaquem por meios diferentes. O primeiro enaltece a figura de Edward III, John of Hainault e outros cavaleiros de sua região de origem, enquanto o segundo, pertencente à elite setentrional, põe em voga a bravura dos homens daquela região, principalmente de seu pai, obstinados guerreiros que, mesmo em momentos de derrotas, como no desastre de Bannockburn, permanecem tenazes à defesa do reino. Geoffrey le Baker, por sua vez, aborda os acontecimentos com o vislumbre do “comum”, como seus contemporâneos denominavam os não nobres, e estava sujeito às vicissitudes que os grupos senhoriais impunham pela lei ou pela força àqueles de baixo nascimento. Nem por isso, entretanto, seu testemunho deixa de figurar em um mesmo plano que o de seus outros dois coetâneos.

Assim sendo, a composição cronística na Inglaterra trecentista foi marcada pelo conflito, ordenada pela tradição, amparada pelas camadas mandatárias e composta por homens com experiência na guerra e na escrita. Muito além do que testemunhos chave acerca de um momento crucial na história daquele reino, os relatos de Jean le Bel, Geoffrey le Baker e Thomas Gray são fragmentos de um conjunto textual maior sobre a guerra e, como observamos ao longo dos capítulos apresentados, quando confrontados, destacam-se elementos constitutivos da sociedade nobiliárquica daquele momento. Ao vasculharmos suas reminiscências através de uma análise comparativa rigorosa, deparamo-nos com ecos de suas vozes extintas,⁵⁶⁰ que, se não podem trazer à tona a tão pretendida veracidade almejada por aqueles cronistas sobre os anos de combates devastadores contra escoceses, franceses e seus aliados, ao menos permitiu-nos ouvi-los uma vez mais, na tentativa de percebermos, tanto quanto possível, os anseios que ajudaram a forjar as narrativas sobre o conflito.

⁵⁶⁰ DUBY, G. **A história continua**. Tradução de Clóvis Marques; revisão técnica de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 61.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES CRONÍSTICAS

BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

FONTES AUXILIARES

ANNALES londonienses. In: LOCKE, A (Ed.). **War and misrule: 1307-1399**. London: G. Bell & Sons, 1920.

AQUINAS, T. **Summa Theologica**. [S.d. : S.l.] Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.html>. Acesso em: 4 abr. 2014.

ASHLEY, W. J. **Edward III & his wars: 1327-1360**. London: D. Nutt, 1887.

ARTICLES AGAINST Gavaston presented by the earl of Lincoln to the king, March to April 1308. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents: 1189 – 1327**. London; New York: Routledge, 2001.

BALAU, S. (Ed.). **Chroniques liégeoises**. Vol. 2. Bruxelles: Imbreghts, 1931.

BAKER, G. *Chroniculum Ejusdem*. In: _____. **CHRONICON** Galfridi le Baker de Swynebroke. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889.

BARBOUR, J. **The Bruce**: being the metrical history of Robert the Bruce, King of Scots. Compiled A.D. 1375, by Master John Barbour; translated by George Eyre-Todd. London: Gowans & Gray, 1907.

BEDE. **Ecclesiastical history of the English people**. Edited by Bertram Colgrave and R.A.B. Mynors. Oxford: Clarendon Press, 1969.

BONET, H. **The tree of battles of Honoré Bonet**. Translation by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949.

BURY, R. **The love of books**: the Philobiblon of Richard de Bury. Newly translated into English by E.C. Thomas. London: Chatto & Windus, 1909.

CALENDAR OF the charter rolls preserved in the Public Record Office: Edward III – Henry V A.D. 1341 – 1417. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1916.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward I, A.D. 1272 – 1307. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1893 – 1901. 4 vol.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward II, A.D. 1307 – [1327]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1894 – 1904. 5 vol.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1327 – [1377]. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1891 - . 16 vol.

CALENDAR OF the patent rolls preserved in the Public Record Office: Edward III, A.D. 1350 - 1354. Prepared under the superintendence of the Deputy Keeper of the Records. London: Printed for H.M. Stationery Office by Mackie and Co. Ld, 1907.

CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry.** Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005.

CICERUS, M. T. **De oratore.** With an English translation by E. W. Sutton and H. Racjham. London: Heinemann; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1942.

CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

DESCHAMPS, E. **Selected poems.** Edited by Ian S. Laurie and Deborah M Sinnreich-Levi. Translated by David Curzon and Jeffrey Fiskin. New York: Routledge, 2003.

DOUGLAS, D. C. **English historical documents.** London: Routledge, 1996. v. 4.

FOWLER, D.C; BRIGGS, C.F.; REMLEY, P.G. **The governance of kings and princes:** John Trevisa's Middle English translation of the De regimine principum of Aegidius Romanus. New York: Garland Pub., 1997.

FRENCH ROLL. In: WROTTESELEY, G. **Crecy and Calais,** from the original records in the public record office. London: Harrison and Sons, 1898. p. 58.

FROISSART, J. **Crónicas.** Edición a cargo de Victoria Cirlot y J. E. Ruiz Domenec. Madrid: Siruela, 1988.

GARLAND, J. **The parisiana poetria**. Edited and translated by Traugott Lawler. New Haven: Yale University Press, 1974.

GUISBOROUGH, W. **The chronicle of Walter of Guisborough**: previously edited as the chronicle of Walter of Hemingford. Edited for the Royal Historical Society by Harry Rothwell. London: Offices of the Society, 1957.

HARDY, T.D. (Ed.). **SYLLABUS** (in English) of the documents relating to England and other kingdoms contained in the collection known as "Rymer's Foedera." By Thomas Duffus Hardy, deputy keeper of the public records. London: Longmans, Green, 1869-85.

HIDGEN, R. **Polychronicon Ranulphi Hidgen maonachi Cestrensis**: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1865. v.1.

LAYAMON. Layamon's Brut. In: **Arthurian chronicles**: represented by Wace and Layamon. London; Toronto: J.M. Dent, 1921.

LLULL, R. O Livro da Ordem da Cavalaria (c. 1274 – 1276). Tradução de Ricardo da Costa e revisão de Rui Vieira da Cunha. Disponível em: <
<http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria>>. Acesso em 18 abr. 2015.

LUCCA, P. **On the government of rulers**: De regimine principum. With portions attributed to Thomas Aquinas. Translated by James M. Blythe. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.

MALMESBURY, W. **Chronicle of the kings of England**: from the earliest period to the reign of king Stephen. With notes and illustrations by J. A. Giles. London: H.G. Bohn, 1847.

MILEMETE, W. On the nobility, wisdom, and prudence of the kings. In: NEDERMAN, C. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002.

MINOT, L. **The poems of Laurence Minot 1333 – 1352**. Edited by Richard H. Osberg. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1997. Disponível em:
<https://www.lib.rochester.edu/camelot/teams/minot.htm#eleven>. Acesso em: 23 fev. 2015.

MONMOUTH, G. **The history of the kings of Britain**. Translated by Aaron Thompson with revisions by J.A Giles. Cambridge, Ontario: In parentheses Publications, 1999.

OCKHAM, W. Whether a prince can receive the goods of the church for his own needs, namely, in case of war, even against the wishes of the pope. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz. : Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 153 – 197.

PAGULA, W. Mirror of King Edward III. In: NEDERMAN, C. **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz. : Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 63 – 139.

QUO WARRANTO. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents: 1189 – 1327**. London; New York: Routledge, 2001.

SALISBURY, J. **Frivolities of courtiers and footprints of philosophers**: being a translation of the first, second, and third books and selections from the seventh and eighth books of the Policraticus of John of Salisbury, by Joseph B. Pike. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1972.

SALLUST. **The war with Catilline. The war with Jugurtha**. Translated by J. C. Rolfe; revised by John T. Ramsey. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

SEVILLE, I. **The Etymologies of Isidore of Seville**. Translated by Stephen A. Barney [et al.]; with the collaboration of Muriel Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SHREWSBURY, R. **The register of Ralph of Shrewsbury**, bishop of Bath and Wells 1329 – 1363. From the original in the registry at wells. Edited by Thomas Scott Holmes. London: Harrison and sons, 1896.

STATUTE OF WESTMINSTER I (3 Edw. I), 1275. In: ROTHWELL, H. (Ed.). **English Historical Documents: 1189 – 1327**. London; New York: Routledge, 2001. p. 397 – 410.

STONES, E. L. G. (Ed.). **Anglo-Scottish relations 1174 – 1328**: some selected documents. Oxford: Clarendon Press, 1970.

SONGS against the king's taxes. In: WRIGHT, T. (Ed.). **The political songs of England**: from the reign of John to that of Edward II. Edited and translated by Thomas Wright. London: Camden Society, 1839.

THE CHRONICLE of Enguerrand de Monstrelet. Translated by Thomas Johnes. London: H. G. Bohn, 1810.

THE CHRONICLE of Jean Froissart. Disponível em: http://www.maisonstclair.org/resources/chronicles/froissart/book_1/ch_001-025/fc_b1_chap000_preface.html. Acesso em: 07 mar. 2014.

THE CHRONICLE of Lanercost: 1272-1346. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913.

THE DEATH OF EDWARD III. In: TUMA, G.W; HAZELL, D. (Ed.). **The wicked age**: Middle English complaint literature in transition. Disponível em: < https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/death_edward3.html>. Acesso em: 07 mar 2015.

THE LIFE of the black prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910.

THE STATUTES: revised edition. Henry III to James II, A.D. 1235/6 – 1685. London: George Edward Eyre and William Spottiswoode, 1870.

THE VOWS of the heron. In: WRIGHT, T (Ed.). **Political poems and songs relating to English history:** composed during the period from the accession of Edw. III to that of Ric. III. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1859 – 1861.

TRAILBASTON (1305 – 1307). In: p. 848 – 849. In: ROTHWELL, H. (Ed.). *English Historical Documents: 1189 – 1327*. London; New York: Routledge, 2001.

VEGETIUS. **Epitome of military science.** Translated with notes and introduction by N.P. Nilmer. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

VITA EDWARDI SECUNDI: the life of Edward the Second. Re-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy Childs. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WACE. **Arthurian chronicles:** Roman de Brut. Translated by Eugene Mason. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/115399446/Arthurian-Chronicles-Roman-de-Brut>>. Acesso em: 10 Nov. 2014.

WESTMINSTER. M. **The flowers of history,** especially such as relate to the affairs of Britain, from the beginning of the world to the year 1307. Translated by C. D. Yonge. London: H. G. Bohn, 1853.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ABERTH, J. **From the brink of the apocalypse:** confronting famine, war, plague, and death in the later Middle Ages. London: Routledge, 2013.

AISLES, A. Heraldry in medieval England: symbols of politics and propaganda. In: COSS, P.R., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England.** Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.

ALASDAIR, R. The Bannatyne Club and the publication of Scottish Ecclesiastical Cartularies. **The Scottish Historical Review**, Glasgow, v. 85, n. 2, p. 202-230, oct. 2006. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/login?uri=/journals/scottish_historical_review/v085/85.2ross.html>. Acesso em: 3 maio 2011.

ALLMAND, C. **The De Re Militari of Vegetius**: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the middle ages. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. **The hundred years war**: England and France at war, c. 1300- c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

_____. The war and the non-combatant. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971.

AMADO, T. **Fernão Lopes contador de história**: sobre a crónica de D. João I. Lisboa: Estampa, 1991.

_____. **O passado e o presente**: ler Fernão Lopes. Lisboa: Presença, 2007.

_____. Os pensamentos de Fernão Lopes. **eHumanista**, Santa Barbara, CA, v. 8, p. 133-142, 2007. Disponível em:
<http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf> . Acesso em: 26 jun. 2014.

AYTON, A. Crécy and its chroniclers. In: AYTON, A; PRESTON, P. (Eds.). **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge, Suffolk, UK: Boydell Press, 2005.

AYTON, A. **Knights and warhorses**: military service and the English aristocracy under Edward III. Woodbridge, Suffolk: Rochester, NY: Boydell Press, 1994.

BARAZ, D. **Medieval cruelty**: changing perceptions, late antiquity to the early modern period. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003.

BARBER, R. Introduction. In: LE BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

BARROW, G. W. S. **Robert Bruce and the community of the realm of Scotland**. Berkeley: University of California Press, 1965.

BARTLETT, R. **The hanged man**: a story of miracle, memory, and colonialism in the middle ages. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2004.

BERGQVIST, K. Truth and invention in medieval texts: remarks on the historiography and theoretical frameworks of conceptions of history and literature, and considerations for future research. **Roda da Fortuna**: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 221-242, 2013. Acesso em: 7 abr. 2014.

BLIESE, J. R. E. Rhetoric and morale: a study of battle orations from the central middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 15, p. 201-226, 1989.

BOITANI, P. Petrarch and the 'barbari Britanni'. **Proceedings of the British Academy**, n. 146, p. 9 – 25, 2007.

BOTHWELL, J.S. **Edward III and the English peerage: royal patronage, social mobility and political control in fourteenth-century England**. Woodbridge: Boydell Press, 2004.

BRANDT, W.J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception**. New Haven: Yale University Press, 1966.

BREISACH, E. **Historiography: ancient, medieval & modern**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

BRIGGS, C. F. Literacy, reading, and writing in the medieval west. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 26, n. 4, p. 397-420, 2000.

BRITNELL, R. H.; LIDDY, C. D. (Ed.). **Northeast England in the latter middle ages**. New York: Boydell Press, 2005.

BRUCE, H. **Notes on the chronicle ascribed to Geoffrey le Baker of Swinbrook**. Cardiff: W. Lewis, 1918.

BRYANT, N. Intro. In: **The true chronicles of Jean le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Briant. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENNEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008.

CARRUTHERS, M.J. **The book of memory: a study of memory in medieval culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CASILLAS, C.J.R. La guerra medieval en su contexto: entre el mito y la realidad. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 158 - 169, 2012. Acesso em: 11 abr 2015.

CHAYTOR, H.J. **From script to print: introduction to medieval literature**. New York: October House, 1967.

CLANCHY, M. T. **From memory to written record: England 1066-1307**. Oxford: Blackwell, 1993.

- CLANCHY, M. Tenacious Letters: Archives and memory in the Middle Ages. **Archivaria**, Ottawa, CA, n. 11, winter 1980/1981. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10842/11756>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- CONSTABLE, G. **Three studies in medieval religious and social thought**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1995.
- CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- COOTE, L.A. **Prophecy and public affairs in later medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2000.
- COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004.
- COSS, P. R. Bastard feudalism revised. **Past & Present**, n. 125, p. 27 – 64, nov. 1989.
- _____. Knighthood, heraldry and social exclusion in Edwardian England. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.
- COULTON, G.G. Nationalism in the Middle Ages. **Cambridge Historical Journal**, [New York], v. 5, n. 1, p. 15-40, 1935. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3020831> > Acesso em: 11 abr. 2014
- CURRY, A. Medieval warfare: England and her continental neighbours, eleventh to the fourteenth centuries. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 81-102, 1998.
- CURTIUS, E.R. **European literature and the Latin Middle Ages**. Translated from the German by Willard R. Trask. New York: Pantheon Books, 1953, p. 79 – 105.
- DAVENPORT, T. **Medieval narrative: an introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the Middle Ages**. Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DEVRIES, K. God and defeat in medieval warfare: Some preliminary thoughts. In: KAGAY, D. J.; VILLALON, L. J. A. (Ed.). **The circle of war in the middle ages: essays on medieval military and naval history warfare in history**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1999.
- _____. Medieval warfare and the value of a human life. In: CHRISTIE, N.; YAZIGI, M. (Eds.). **Noble ideals and bloody realities: warfare in the middle ages**. Leiden; Boston: Brill, 2006.
- DUBY, G. **A história continua**. Tradução de Clóvis Marques; revisão técnica de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

- EMERY, A. Secular art, decoration and furnishing: 1300 – 1500. In: _____. **Greater medieval houses of England and Wales: 1300 – 1500**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- EVANS, M. **The death of kings: royal deaths in medieval England**. London; New York: Hambledon and London, 2003.
- FISHER, M. Dismembered borders and treasonous bodies in anglo-norman historiography. In: GUYNN, N.D.; STAHULJAK, Z. **Violence and the writing of history in the medieval francophone world**. Woodridge, Suffolk: D.S. Brewer, 2013
- FLEISCHMAN, S. On the representation of history and fiction in the Middle Ages. **History and Theory: Studies in the Philosophy of History**, Middletown, v. 22, n. 3, p. 278-310, out. 1983.
- FLORI, J. **A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.
- _____. **Caballeros y caballería en la edad media**. Traducción de Godofredo González. Barcelona: Paidós, 2001.
- FOSSIER, R. **The axe and the oath: ordinary life in the middle ages**. Translated by Lydia G. Cochrane. Oxford: Princeton University Press, 2010.
- FRANÇA, S.S.L. A representação do passado e a moral no século XV. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, v. 14, n.28, p. 147 – 166, jan/jun 2010.
- _____. **Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília, DF: Capes, 2006.
- FOOT, S. Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005.
- FORREST, I. **The detection of heresy in late medieval England**. New York; Oxford: Oxford University Press, 2005.
- FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971.
- GALBRAITH, V. H. **Historical research in medieval England**. London: University of London, 1951.
- _____. Nationality and language in medieval England. **Transactions of the Royal Historical Society**, Fourth Series, vol. 23, p. 113 – 128, 1941.
- GALLOWAY, A. Writing history in England. In: WALLACE, D. (Ed.). **The Cambridge history of medieval english literature**. Cambridge; New Yor: Cambridge University Press, 2008.

GARCÍA, B.C. Historical background of multilingualism and its impact on English. In: TROTTER, D.A. (Ed.). **Multilingualism in later medieval Britain**. Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2000.

GEARY, P. **Phantoms of remembrance: memory and oblivion at the end of the first millenium**. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1994.

GELLRICH, J.M. **Discourse and dominion in fourteenth century: oral contexts of writing in philosophy, politics, and poetry**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1995.

GILSON, E. **O espírito da filosofia medieval**. Tradução de Edward Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004.

_____. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam: Rodopi, 2008.

_____. **The English nobility in the late middle ages**. London, New York: Routledge, 2003.

GOETZ, H. W. Historical writing, historical thinking and historical consciousness in the middle ages. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 110-128, maio 2012. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/27?>> Acesso em: 13 abr. 2014.

GRANSDEN, A. **Historical writing in England I: c. 550 to 1307**. London: Routledge, 2000.

_____. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000.

_____. Propaganda in English medieval historiography. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 1, p. 363-382, 1975. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1016/0304-4181%2875%2990012-3>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. The alleged rape by Edward III of the countess of Salisbury. **The English Historical Review**, vol. 87, n. 343, p. 333 – 344, Abr. 1972. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/563289>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

_____. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 129-150, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

GREEN, R. F. **Poets and princepleasers: literature at the English court in the late middle ages**. Toronto: University of Toronto Press, 1980.

GUENÉE, B. **O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados.** Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Edusp, 1981.

GUERIN, M.V. **The fall of kings and princes: structure and destruction in Arthurian tragedy.** Standford, California: Standford University Press, 1995.

GUERREAU, A. **El futuro de un pasado: la Edad Media en el siglo XXI.** Barcelona: Crítica, 2002.

GUIMARÃES, M. L. O discurso cronístico e a narratividade histórica. In: MARCHINI NETO, D.; NASCIMENTO, R. C. S. **A idade média: entre a história e a historiografia.** Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

GUREVITCH, A. I. **As categorias da cultura medieval.** Tradução de João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1990.

HANAWALT, B.A. **Of good and ill repute: gender and social control in medieval England.** New York: Oxford University Press, 1998.

HARVEY, B. F. **Westminster abbey and its estates in the middle ages.** Oxford: Clarendon Press, 1977.

HAY, D. **Annalists and historians: western historiography from eighth to eighteenth centuries.** London: Methuen; New York: Harper & Row, 1977.

HEWITT, H.J. The organization of war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war.** London: Macmillan, 1971.

_____. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62.** Manchester: Manchester University Press; New York: Barnes & Noble, 1966.

HORROX, R. **The black death.** Translated and edited by Rosemary Horrox. Manchester; New York: Manchester University Press; New York: distributed in the USA by St. Martin's Press, c1994.

HOSLER, J.D. **John of Salisbury: military authority of the twelfth-century Renaissance.** Leiden; Boston: Brill, 2013.

HOYT, R. S. Royal taxation and the growth of the realm in Mediaeval England. **Speculum**, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 36-48, jan. 1950.

JONES, W. R. Purveyance for war and the community of the realm in late medieval England. **Albion: A Quarterly Journal Concerned with British Studies**, Chicago, v, 7, n. 4, p. 300-316, 1975.

JONES, W.R.. The English church and royal propaganda during the hundred years war. **Journal of British Studies**, Chicago, v. 19, n.1, p. 18–30, 1979.

IAC. **Dictionary.com**. Oakland, [2014]. Disponível em: <http://dictionary.reference.com/>.

JORDAN, W. C. **A tale of two monasteries: Westminster and Saint-Denis in the thirteenth-century**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2009.

KAEUPER, R. W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.

KANTOROWICZ, E.H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KAUTZKY, J.H. **The politics of aristocratic empires**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982.

KEEN, M. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 2005.

_____. Chivalry, heralds, and history. In: DAVIES, R.H.C.; WALLACE-HADRILL, J.M. (Ed.). **The writing of history in the middle ages: essays presented to Richard William Southern**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

_____. Introduction: warfare and the middle ages. In: _____. **Medieval warfare: a history**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.

_____. **The laws of war in the late middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965.

KEENEY, B. C. Military service and the development of nationalism in England, 1272-1327. **Speculum**, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 534-549, out. 1947.

KENNEDY, E. The knight as reader of Arthurian romance. In: SHICHTMAN, M.B.; CARLEY, J.P. (Eds.). **Culture and the king: the social implications of the Arthurian legend: essays in honour of Valerie M. Lagorio**. Albany, N.Y.: State University of New York Press, 1994.

KING, A. ‘According to the custom used in French and Scottish wars’: prisoners and casualties on the Scottish marches in the fourteenth century. **Journal of Medieval History**, v. 28, p. 263 – 290, 2002.

_____. Introduction. In: GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

_____. Scaling the ladder: The rise and rise of the Grays of Heaton, c.1296 -c.1415. In: LIDDY, C.; BRITNELL, R. H. (Ed.). **North-east England in the later middle ages**. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

- KING, A. **Sir Thomas Gray's Scalacronica**: a medieval chronicle and its historical and literary context, 1998. 88 p. Master of Arts dissertation, Durham University, Durham, 1998. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/4842/>>. Acesso em: 23 fev. 2014.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão por Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KRUGER, S. T. **Dreaming in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1992.
- LABARGE, M.W. Henry of Lancaster and Le livre de seyntz medicines. **Florilegium**, v. 2, p. 183 – 191, 1980.
- LAKE, J. Authorial intention in medieval historiography. **History Compass**, v. 12, n. 4, p. 344 – 360, 2014.
- _____. Current approaches to Medieval Historiography. **History Compass**, vol. 13, n. 3, p. 89 – 109, 2015.
- LAVELLE, R. **Aethelred II**: king of the English 978-1016. Stroud: Glouchestershire; Charleston, SC: Tempus Publishing, 2002.
- LENNOX, P.J. **Catholic Encyclopedia (1913)/Richard of Bury**. 2014. Disponível em: <http://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_%281913%29/Richard_de_Bury>. Acesso em: 18 out. 2014.
- LOWE, K.J.P. **Nuns' chronicles and convent culture in Renaissance and Counter-Reformation Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LUSCOMBE, D.E.; EVANS, G.R. The twelfth-century renaissance. In: BURNS, J.H. (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought**: c. 350 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- LYNCH, L. Protecting the non-combatant: chivalry, codes and the just war theory. **Ex Historia**, Exeter, v. 6, 2014. Disponível em: <<http://humanities.exeter.ac.uk/history/research/exhistoria/current>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- LYON, B. D. **The high middle ages**: 1000-1300. New York: Free Press of Glencoe, 1964.
- MATHESON, L.M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J.T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources**: using historical sources to discover medieval Europe. London: Routledge, 2012.
- MAYHEW, A.L.; SKEAT, W.W. **Concise dictionary of Middle English from A.D. 1150 to 1580**. Oxford: Clarendon Press, 1972.

MICHELAN, K. B. **Um rei em três versões: a construção histórica de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

MILADA, B. **Medieval historiography and discourse: toward a topography of textuality.** New York: P. Lang, 1990.

MINNIS, A. **Medieval theory of authorship: scholastic literary attitudes in the later middle ages.** Aldershot: Scolar Press, 2010.

MORGAN, D.A.L. The political after-life of Edward III: the apotheosis of a warmonger. **The English Historical Review**, v. 112, n. 448, p. 856 – 881, set. 1997.

MÜLLER, J. In war and peace: the virtue of courage in the writing of Albert the great and Thomas Aquinas. In: BEJCZY, I.P. (Ed.). **Virtue ethics in the middle ages: commentaries on Aristotle's Nicomachean ethics, 1200 – 1500.** Leiden; Boston: Brill, 2008.

MURPHY, J. J. **Rhetoric in the middle ages: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance.** Berkeley: University of California Press, 1974.

NALL, C. **Reading and war in fifteenth-century England: from Lydgate to Malory.** Cambridge: D.S. Brewer, 2012.

NEAL, D.G. **The masculine self in late medieval England.** Chicago: University of Chicago Press, 2008.

NEDERMAN, C.J. Introduction to on the nobility, wisdom, and prudence of kings by Walter of Milemete. In: _____. (Ed). **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham.** Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002.

_____. The opposite of love: royal virtue, economic prosperity, and popular discontent in fourteenth-century political thought. IN: BEJCZY, I.P.; NEDERMAN, C.J. (Eds.). **Princely virtues in the middle ages, 1250 – 1500.** Turnhout: Brepols, 2007.

NEVILLE, C. **Land, law and people in medieval Scotland.** Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010.

OLIVER, C. The Good Parliament and the first political pamphlet. In: _____. **Parliament and political pamphleteering in fourteenth-century England.** Woodbridge; Rochester, NY: York Medieval Press, 2010.

ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media: historiografía e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII.** Madrid: Catedra, 1991.

ORME, N. **From childhood to chivalry: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530.** London; New York: Methuen, 1984.

ORMROD, W.M. A problem of precedence: Edward III, the double monarchy, and the royal style. In: BOTHWELL, J.S. (Ed.). **The age of Edward III**. Suffolk; Rochester, NY: York Medieval Press, 2001.

OTTER, M. Functions and fictions in historical writing. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005.

PALMER, J. The war aims of the protagonists and the negotiation for peace. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971.

PANTIN, W.A. **The English church in fourteenth century**: based on the Birkbeck Lectures, 1948. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

PARKES, M.B. The literacy of the laity. In: _____. **Scribes, scripts and readers**. Studies in the communication, presentation and dissemination of medieval texts. London: Hambledon Press, 1991.

PARSONS, J.C. The second exhumation of king Arthur's remains at Glastonbury, 19 April 1278. In: Carley, J.P. (Ed.). **Glastonbury abbey and the Arthurian tradition**. Cambridge; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2001.

PATOUREL, J. The origins of the war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971.

PATRIDES, C. A. **The phoenix and the ladder**: the rise and decline of the christian view of history. Berkeley: University of California Press, 1964.

PENMAN, M. A. *Anglici caudati*: abuse of the english in fourteenth-century scottish chronicles, literature and records. In: KING, A.; PENMAN, M. A (Ed.). **England and Scotland in fourteenth century**: new perspectives. Woodbridge: Boydell, 2007.

POSTLES, D. Country clerici and the composition of English twelfth and thirteenth-century charters. In: HEIDECKER, K. (Ed.). **Charters and the use of the written word in medieval society**. Turnhout: Brepols, 2000

PRESTWICH, M. **Edward I**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988.

_____. Miles in armis strenuus: the knight at war. **Transactions of the royal historical society**, sixth series, v. 5, p. 201 - 220, 1995.

_____. **Plantagenet England**: 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. **The three Edwards**: war and state in England, 1272-1377. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson, 1980.

RADULESCU, R. L. Writing nation: shaping identity in medieval historical narratives. In: Brown, P. (Ed.). **A companion to medieval English literature and culture**, c. 1350 – 1500. Chichester: John Wiley, 2009.

REID, P. **By fire and sword**: the rise and fall of English supremacy at arms, 1314 – 1485. London: Constable, 2007.

REID, R. R. The Office of Warden of the Marches; its Origin and Early History. **The English Historical Review**, Harlow, v. 32, n. 128, p. 479-496, oct. 1917.

REYNOLDS, S. **Fiefs and vassals**: the medieval evidence reinterpreted. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. Secular power and authority in the Middle Ages. In: PRYCE, H.; WATTS, J. (Eds.). **Power and identity in the Middle Ages**: essays in the memory of Rees Davies. Oxford: New York: Oxford University Press, 2007.

RICHARDSON, M. **Middle-class writing in late medieval London**. London: Pickering & Chatto, 2011.

RICOEUR, P. **História e verdade**. Tradução de F.A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

ROEST, B. Later medieval institutional history. In: DELLIYANNIS, D. M. (Ed.). **Historiography in the middle ages**. Boston: Brill, 2003.

ROGERS, C. J. Edward III and the dialects of strategy, 1327 – 1360: The Alexander Prize Essay. **Transactions of the royal historical society**, Sixth Series, v. 4, p. 83 – 102, 1994.

_____. The age of the hundred years war. In: KEEN, M. (Ed.). **Medieval warfare**: a history. Oxford: Oxford University Press, 1999.

RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975.

SAENGER, P. La lectura en los últimos siglos de la Edad Media. In: BONFIL, R. (et. al.). **Historia de la lectura en el mundo occidental**. Dirección de Guglielmo Cavallo y Roger Chartier. Madrid: Taurus, 2004.

SAUL, N. **A companion to Medieval England**: 1066 – 1485. Stroud, Gloucestershire: Tempus, 2000.

SAUNDERS, C. **Rape and ravishment in the literature of medieval England**. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, N.Y.: D.S. Brewer, 2001.

SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974.

SMITH, B. Lordship in the British isles, c. 1320 – 1360: the ebb tide of the English empire? In: PRYCE, H.; WATTS, J. (Eds.). **Power and identity in the middle ages: essays in memory of Rees Davies**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SPIEGEL, G. Forging the past: the language of historical truth in Middle Ages. **The History Teacher**, Long Beach, v. 17, n. 2, p. 267-283, fev. 1984.

_____. Historical thought in Medieval Europe. In: KRAMER, L; MAZA, S. (Ed.). **A companion to Western historical thought**. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2002.

_____. **The past as text: the theory and practice of medieval historiography**. London: John Hopkins University Press, 1997.

SOUTHERN, R. **History and historians: selected papers by R. W. Southern**. Edited by Richard Bartlett. Malden, MA : Blackwell, 2004.

SOUSA, A.M. **Os pecados dos reis: a proposta de um modelo de conduta para os monarcas ibéricos no Estado e Pranto da Igreja e no Espelho dos Reis do franciscano galego D. Álvaro Pais (1270 – 1350)**. 2008. 200f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

STOCK, B. **The implications of literacy: written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries**. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1983.

STRATMANN, F.H. **A middle-english dictionary: containing words used by English writers from the twelfth to the fifteenth century**. London: Oxford University Press, 1941.

STRICKLAND, M. **War and chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SUMPTION, J. **The hundred years war: Trial by battle**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

_____. **The hundred years war: Trial by fire**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

TAIT, J. On the date and authorship of the Speculum Regis Edwardi. **The English Historical Review**, Harlow, v.16, p. 111-115, 1901.

TAIT, J. Introduction. In: CHRONICA Johannis de Reading et anonymi Cantuariensis: 1346-1367. Edited with introd. and notes by James Tait. Manchester: University Press, 1914.

- TATE, R. B. **Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV**. Madrid: Gredos, 1970.
- TAYLOR, J. **English historical literature in the fourteenth century**. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- _____. Hidgen and Erghome: two fourteenth-century scholars. In: PERROY, E. **Économies et sociétés au Moyen Âge: mélanges offerts à Edouard Perroy**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1973.
- TEODORO, L. A. **A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- THOMPSON, E. M. Preface. In: **CHRONICON Galfridi le Baker de Swynebroke**. Edited with notes by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889.
- THURSTON, H. **Catholic encyclopedia (1913)/Matthew of Westminster**. 2014. Disponível em: <http://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_%281913%29/Matthew_of_Westminster>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- TOUT, T. F. **The Study of medieval chronicles**. Manchester: University Press, 1922.
- TYSON, D. ‘Against the king’s taxes’: the second manuscript. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 54, p. 73-92, 2010.
- _____. Jean le Bel: portrait of a chronicler. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 12, p. 315-322, 1986.
- VALE, J. **Edward III and chivalry: chivalric society and its context 1270-1350**. Woodbridge: Boydell Press, 1982.
- VAN HOUTS, E. M. C. **Local and regional chronicles**. Turnhout, Be: Brepolis, 1995.
- VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 842 – 867, out. 1993.
- VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006.
- WALDRON, R. Trevisa’s original prefaces on translation: a critical edition. In: KENNEDY, E.; WALDRON, R.; WITTIG, J. (Ed.). **Medieval English studies presented to George Kane**. Wolfboro, N. H.: D.S. Brewer, 1988.
- WALTER, K.L. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and literature**. Cambridge: D.S. Brewer, 2014.

- WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- WHEATHAM, D. **Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages**. Leiden; Boston: Brill, 2009.
- WHITE, H. **The content of the form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore; London: John Hopkins, 1990.
- WHITE, M. **Foundations of historical knowledge**. New York: Harper & Row, 1965.
- WHITING, B.J. The vows of the Heron. **Speculum**, v. 20, n. 3, p. 261 – 278, jul. 1945.
- WILKINSON, B. The 'Political Revolution' of the Thirteenth and Fourteenth Centuries in England. **Speculum, Cambridge**, v. 24, n.4, p. 502-509, oct. 1949. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2854635>>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- WILLIAMS, D. **The French fetish from Chaucer to Shakespeare**. Cambridge, Uk; New York: Cambridge University Press, 2004.
- WILSON, R.M. **The lost literature of medieval England**. London: Methuen, 1952, p. 191.
- WOOLF, D.R. Genre into artifact: the decline of the English chronicle in the sixteenth century. **Sixteenth Century Journal**, Kirksville, v. 19, n. 3, p. 321 – 354, Autumn 1988.